

**UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

Aurora Alexandrina Vieira Almada e Santos

**O COMITÉ DE DESCOLONIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES  
UNIDAS E OS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO DAS COLÓNIAS  
PORTUGUESAS: 1961-1976**

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários  
à obtenção do grau de Mestre em História Contemporânea, realizada sob a  
orientação científica do Professor Doutor José Medeiros Ferreira

Novembro, 2008



Dedico esta dissertação aos meus pais,  
Celestino e Alice.

Dedico-a também aos meus irmãos,  
Péricles, Aquiles e Artemiza.

## AGRADECIMENTOS

A realização desta dissertação resultou de um desafio lançado pelo Professor José Medeiros Ferreira, que me sugeriu o tema. Portanto, as minhas primeiras palavras de agradecimento são-lhe dedicadas. Os meus agradecimentos reportam-se não só ao facto de me ter proposto o tema, mas também à atenção constante que dedicou ao meu trabalho, acompanhando-o passo a passo e contribuindo para que eu vencesse as minhas hesitações.

Gostaria também de agradecer a todos aqueles que me ajudaram a pesquisar as fontes sem as quais este trabalho não teria sido possível. Desde logo, os meus agradecimentos se estendem ao United Nations Archives Record Management Section, na pessoa de Shelley Lightburn, que me forneceu cópias de documentação que de outro modo não poderia consultar. Agradeço-lhe também a prontidão com que esclareceu as minhas dúvidas e as preciosas indicações que me forneceu, o que possibilitou a localização de importantes fontes.

A minha pesquisa também não teria sido possível sem a importante colaboração da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, cuja técnica Helena Sousa me permitiu o acesso aos depósitos, onde pude localizar os relatórios anuais do Comité de Descolonização, cuja existência nessa instituição era desconhecida de quase todos.

Em Lisboa, na Direcção de Serviços de Biblioteca, Documentação e Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pude contar com a pronta colaboração dos funcionários, aos quais estendo os meus agradecimentos pela prontidão e simpatia com que sempre atenderam os meus pedidos.

Agradeço ainda à Teresa Albuquerque, minha colega no Mestrado em História, que sempre se prontificou a ler os capítulos desta dissertação à medida que foram sendo escritos e que contribuiu com os seus comentários e as suas correcções para que este fosse um trabalho o mais perfeito possível.

De igual modo, agradeço à minha irmã, Artemiza Santos, por ter disponibilizado o seu tempo, tanto através de conversas como pela leitura do texto, para me ajudar a levar a tarefa até ao fim.

Por último, mas não menos importante, gostaria de agradecer aos restantes membros da minha família, em particular à minha mãe, Alice Almada, pela presença constante ao longo dos meses durante os quais decorreu a pesquisa e a elaboração desta dissertação.

## **RESUMO / ABSTRACT**

Dissertação

### **O Comité de Descolonização da Organização das Nações Unidas e os Movimentos de Libertação das Colónias Portuguesas: 1961-1976**

Aurora Alexandrina Vieira Almada e Santos

#### **PALAVRAS-CHAVE:**

Organização das Nações Unidas

Comité de Descolonização

Autodeterminação

Independência

Portugal

Colónias Portuguesas

Movimentos de Libertação

#### **KEYWORDS:**

United Nations Organization

Decolonization Committee

Self-determination

Independence

Portugal

Portuguese Colonies

Liberation Movements

#### **RESUMO**

A presente dissertação resulta de um trabalho de investigação realizado no âmbito do Mestrado em História, ministrado na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, nos anos lectivos 2006-2008.

No essencial procura descortinar a actuação do Comité de Descolonização, criado pela Organização das Nações Unidas em 1961. O principal objectivo deste Comité era fazer aplicar a Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais, adoptada no ano anterior, onde se defendia o direito à autodeterminação e à independência.

Desde o início das suas actividades, o Comité de Descolonização elegeu as colónias portuguesas como um dos seus principais alvos. Mas, até ao 25 de Abril de 1974, analisou a questão das colónias portuguesas à revelia do governo português que

não reconhecia a sua legitimidade. Por isso, procurou interlocutores junto dos movimentos de libertação. Esses movimentos foram uma presença constante nos seus trabalhos. A esses movimentos se associaram organizações civis e internacionais, bem como grupos de oposição portuguesa e personalidades individuais, que apoiavam a luta pela autodeterminação e independência das colónias portuguesas.

Deste modo, esta dissertação vai procurar traçar o quadro geral do relacionamento entre o Comité de Descolonização e os movimentos de libertação das colónias portuguesas até 1976, quando surgiram os novos Estados resultantes da descolonização portuguesa. Neste sentido, serão testadas algumas hipóteses de trabalho para se descortinar se os movimentos de libertação foram interlocutores válidos, que permitiram contrariar a ausência portuguesa nos trabalhos do Comité.

A pesquisa efectuada demonstrou que o Comité de Descolonização adoptou um conjunto de medidas favoráveis aos movimentos de libertação. Dessas medidas destacam-se, entre outras, os apelos constantes a todos os Estados, às agências especializadas e às instituições internacionais para que apoiassem, por intermédio desses movimentos, a luta dos povos das colónias portuguesas pela autodeterminação e independência. Do mesmo modo, em 1972, o Comité atribuiu aos movimentos de libertação o estatuto de observador, o que lhes permitiu participar mais activamente nos seus trabalhos, e, em 1973, reconheceu-os como legítimos representantes das populações das colónias portuguesas.

Porém, essas medidas só beneficiaram os movimentos de libertação que participaram na luta armada. Apesar de no Comité se terem também apresentado movimentos que defendiam meios políticos para alcançar a autodeterminação e a independência das colónias portuguesas, somente alguns dos que utilizavam a via militar para atingirem esse objectivo foram reconhecidos. Esta situação se deveu ao facto de o Comité ter imposto, como requisito para o reconhecimento, que os movimentos controlassem parte do território das colónias, as chamadas áreas libertadas.

## **ABSTRACT**

This essay is the result of a research realized in the context of the Master in History, ministry in the Faculdade de Ciências Sociais e Humanas of the Universidade Nova de Lisboa, in the academic years of 2006-2008.

In the essential it seeks to analyse the work of the Decolonization Committee, brought up by the United Nations Organization in 1961. The main purpose of that Committee was to implement the Declaration on the Granting of Independence to Colonial Countries and Peoples, adopted the year before, were it was established the right to self-determination and independence of all colonial territories.

Since the begning of his activities the portuguese colonies was elected as one of the main target. But, until 25<sup>th</sup> Abril 1974, the work of the Decolonization Committee concerning the portuguese colonial issue was made without the presence of the portuguese government, who did not recognize his legitimacy. In that sense, the Committee had tried to dialogize with the liberation movements. Those movements were a constant presence in his work. To those movements it was associated civil and international organizations, portuguese resistance groups and individual personalities that supported the struggle for self-determination and independence of the portuguese colonies.

So, this essay seeks to draw the general picture of the relation between the Decolonization Committee and the liberation movements of the portuguese colonies until 1976, when new stats were formed after the portuguese decolonization. For that, we will test some hypothesis to try to discover if the liberation movements were valids interlocutors, that allowed the Committee to contradict the portuguese absence from his work.

The research made prove that the Decolonization Committee adopted some measures on behalf of thoses movements. From those measures we point out, among others, the constant appeals to all stats, to specialized agencies and to international institutions to help, with the intervention of the liberation movements, the struggle of the people of the portuguese colonies to self-determination and independence. In the same way, the Committee, in 1971, attached to the movements the statut of observer, that allowed them to participated more actively in his work, and, in 1972, recognized them as the legitimate representatives of the people of the portuguese colonies.

But, those measures only benefited the movements that were engaged in the armed struggle. Although the Committee had listen movements that defended political methods to reach the self-deterrmination and the independence of the portuguese colonies, only some of those who used the militar way to obtain those objectifs were recognized. That is because the Committee had imposed, as requirement to the recognition, that the movements controled part of the territory of the colonies, the liberated areas.

## ÍNDICE

Dedicatória

Agradecimentos

Resumo

Índice

Lista de Abreviaturas

Introdução.....01

**1. O Comité de Descolonização (1961-1976): surgimento, mandato, composição, órgãos e métodos de trabalho.....10**

1.1 Surgimento.....11

1.2 Mandato.....21

1.3 Composição.....27

1.4 Órgãos.....31

1.5 Métodos de Trabalho.....41

**2. O Comité de Descolonização e os Movimentos de Libertação das Colónias Portuguesas: preocupações comuns.....48**

2.1 Reconhecimento do Direito à Autodeterminação e à Independência: 1962-1964.....50

2.2 Legitimação da Luta pela Autodeterminação e pela Independência: 1965-1970.....56

2.3 Atribuição do Estatuto de Observadores aos Movimentos de Libertação: 1971.....69

2.4 Reconhecimento dos Movimentos de Libertação como Legítimos Representantes das Colónias: 1972-25 de Abril de 1974.....79

2.5 Ausência no Processo de Descolonização: 25 de Abril de 1974-1976.....94

**3. O Comité de Descolonização e os Movimentos de Libertação das Colónias Portuguesas: um meio de consciencialização e propaganda.....107**

3.1 Via Armada.....110

3.2 Via Político-Diplomática.....117

3.3 Projectos Opostos.....127

3.4 Rivalidades e Dissenções Internas.....135

Conclusão.....	149
Fontes e Bibliografia.....	156
Elementos Biográficos.....	168
Apêndices.....	170
Anexos.....	216
Índice Geral.....	228



## **LISTA DE ABREVIATURAS**

**ACNUR** - Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

**AG** – Assembleia Geral

**AJEUNAL** – Aliança dos Jovens Angolanos para a Liberdade

**BIRD** – Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento

**CBOA** - Comité dos Bons Ofícios Angolanos

**CD** – Comité de Descolonização

**CGTA** - Confederação Geral dos Trabalhadores de Angola

**CLSTP** - Comité de Libertação de São Tomé e Príncipe

**CNA** - Cartel dos Nacionalistas Angolanos

**CONCP** - Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas

**COREMO** – Comité Revolucionário de Moçambique

**CPA** – Conselho do Povo Angolano

**CRC** - Comité Revolucionário de Cabinda

**CS** – Conselho de Segurança

**CSLA** - Confederação dos Sindicatos Livres Angolanos

**EUA** – Estados Unidos da América

**FLEC** - Frente para a Libertação do Enclave de Cabinda

**FLING** – Frente de Luta pela Independência Nacional da Guiné dita Portuguesa

**FMI** – Fundo Monetário Internacional

**FNLA** – Frente Nacional de Libertação de Angola

**FPIKP** – Frente Patriótica para a Independência do Kongo dito Português

**FPLN** - Frente Patriótica de Libertação Nacional

**FRELIMO** - Frente de Libertação de Moçambique

**FUA** - Frente de Unidade Angolana

**GRAE** - Governo Revolucionário Angolano no Exílio

**LGTA** - Liga Geral dos Trabalhadores Angolanos

**MANC** – Congresso Nacional Africano de Moçambique

**MANU** – União Nacional Africana de Moçambique

**MDIA** - Movimento de Defesa dos Interesses de Angola

**MFDA** – Movimento Feminino Democrático de Angola

**MLEC** - Movimento para a Libertação do Enclave de Cabinda

**MLICV** - Movimento de Libertação das Ilhas de Cabo Verde

**MLSTP** – Movimento para a Libertação de São Tomé e Príncipe

**MPLA** – Movimento para a Libertação de Angola

**NU** – Nações Unidas

**ONU** – Organização das Nações Unidas

**OTAN** – Organização do Tratado do Atlântico Norte

**OUA** – Organização de Unidade Africana

**PAIGC** – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde

**PDA** - Partido Democrático de Angola

**PNA** - Partido Nacional Africano

**PNUD** – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

**PPA** - Partido Progressista Angolano

**SG** – Secretário Geral

**UDENAMO** – União Democrática Nacional de Moçambique

**UFA** – União das Mulheres Angolanas

**UNA** - União Nacional Angolana

**UNAMI** – União Nacional Africana de Moçambique Independente

**UNEA** – União Nacional dos Estudantes Angolanos

**UNESCO** – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

**UNITA** – União Nacional para a Independência Total de Angola

**UNTA** - União Nacional dos Trabalhadores Angolanos

**UPA** - União das Populações de Angola

**UPRONA** - União Progressiva Nacional de Angola

**URSS** – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

**WAY** – Assembleia Mundial da Juventude

## INTRODUÇÃO

### Objecto de Estudo

Criado em 1961, o Comité de Descolonização (CD), cuja designação oficial é Comité Especial para a Implementação da Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais, representou uma intensificação do papel da Organização das Nações Unidas (ONU) em matéria de descolonização. Embora as questões relacionadas com o colonialismo continuassem a ser discutidas em quase todos os órgãos das Nações Unidas (NU), o CD passou a analisá-las de forma mais aprofundada. Quando iniciou os seus trabalhos elegeu a questão colonial portuguesa como um dos seus principais objectos de estudo, a par da situação da Rodésia do Sul e do Sudoeste Africano.

Apercebendo-se disso, a historiografia tem produzido alguma investigação sobre o tema. No entanto, a bibliografia existente é ainda escassa. Da pesquisa efectuada apurou-se que o principal estudo referente à actuação do CD em relação à questão colonial portuguesa consta da tese de doutoramento de Maurice Barbier, intitulada *Le Comité de Décolonisation des Nations Unies*, defendida em 1971 e publicada em 1974. Nesta obra o autor abarca os anos de 1962 a 1970 e apresenta, primeiramente, um estudo detalhado sobre as origens, a estrutura e as funções do Comité e, por outro lado, uma análise sobre a sua actuação. É precisamente na segunda parte que podemos encontrar referências sobre o posicionamento do Comité em relação a Portugal.

Mas, apesar do grande contributo que representa para o conhecimento da actuação do CD, o estudo de Barbier está incompleto, pois torna-se necessário, no que se refere às colónias portuguesas, prolongar o âmbito cronológico até 1976. Por outro lado, a leitura da tese mostra que o autor focou a sua atenção principalmente nas resoluções aprovadas pelo Comité. Deste modo, não aprofundou os depoimentos e as petições enviadas pelos diversos movimentos de libertação, que nos permitem conhecer as principais questões que suscitaram nas NU.

Mais recente, datada de 1995, é a dissertação de mestrado de Fernando Martins sobre *Portugal e a Organização das Nações Unidas: uma história da política externa e ultramarina portuguesa no pós-guerra (Agosto de 1941-Setembro de 1968)*. Este autor procurou analisar o relacionamento entre Portugal e a ONU no contexto da evolução da política externa e ultramarina portuguesa. Não apresenta referências específicas ao CD, tendo-se concentrado no estudo das acções desenvolvidas pela Assembleia Geral (AG) e

pelo Conselho de Segurança (CS) em relação ao colonialismo português. Mas, apesar dessa ausência, a citada obra contribui para o enquadramento da política externa portuguesa. Tem ainda a vantagem de permitir-nos cobrir o período compreendido entre a adopção da Carta do Atlântico, em Agosto de 1941, e a nomeação de Marcelo Caetano para a presidência do Conselho de Ministros em substituição de António Oliveira Salazar. Todavia, falta contemplar o período até 1976, com o marcelismo e as transformações introduzidas pelo 25 de Abril de 1974.

As duas teses acima apresentadas são o que há de mais substancial sobre o tema. Contudo, pode-se destacar ainda o artigo de António Duarte Silva sobre *O Litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974)*, publicado no volume XXX, de 1995, da revista *Análise Social*. Abarcando os anos de 1956 a 1974, o artigo periodiza o relacionamento entre Portugal e a ONU, a partir de 1961, em cinco fases distintas. Apresenta algumas referências ao CD, nomeadamente no que diz respeito à sua criação e a algumas das resoluções por ele adoptadas, mas sem grande aprofundamento. Mais uma vez coloca-se a tónica na acção desenvolvida pela AG. Porém, em relação às duas teses acima apresentadas tem a vantagem de abarcar o período até 1974, fornecendo assim uma visão de conjunto.

Destaca-se ainda a tese de doutoramento de Luís Nuno Rodrigues denominada *Salazar e Kennedy: a crise de uma aliança* e o seu artigo sobre *Os Estados Unidos e a Questão Colonial Portuguesa na ONU (1961-1963)*, nos quais se analisa a posição dos norte-americanos em relação ao colonialismo português. Esses estudos referem-se principalmente às posições assumidas pelos Estados Unidos da América (EUA) nas votações das resoluções da AG que condenavam o colonialismo português. Assim, destacam o endurecimento verificado no início da administração Kennedy e o posterior desanuviamento a partir de meados de 1962, devido à importância que base das Lajes, nos Açores, tinha no esquema de defesa dos EUA. Esses textos apresentam também, ainda que de forma sucinta, dados sobre a orientação dos norte americanos nas votações das resoluções do CD.

Embora não tenha sido esse o seu principal objectivo, Pedro Aires Oliveira na sua tese de doutoramento intitulada *Os Despojos da Aliança Luso-britânica – A Questão Colonial, 1945-1975*, aborda a posição da Grã-Bretanha na ONU, mais concretamente na AG e no CS, sobre o colonialismo português. Numa descrição cronológica dos principais acontecimentos que pontuaram a questão colonial portuguesa, Oliveira conclui que a Grã-Bretanha demonstrou na ONU um criticismo

moderado em relação a Portugal, ora votando contra ora votando favoravelmente as resoluções que condenavam a política colonial portuguesa.

Refiram-se ainda as obras de José Medeiros Ferreira, designadamente *Cinco Regimes na Política Internacional* e *A Descolonização: seu Processo e Consequências*, publicado no volume VIII da *História de Portugal* dirigida por José Mattoso. Nestas obras, o autor defende que a pressão internacional da ONU, conjugada com a da Organização de Unidade Africana (OUA), foi um factor importante no reconhecimento por parte do governo português do direito dos povos das suas colónias à autodeterminação e à independência após o 25 de Abril. Considera que essa pressão teve início logo após a investidura de António Spínola como Presidente da República e que foi protagonizada tanto pelo Secretário Geral (SG) da ONU, Kurt Waldheim, como pelo Presidente do CD, Salim Ahmed Salim. Contudo, conclui que não houve uma grande participação da ONU nas conversações realizadas entre o governo português e os movimentos de libertação.

Esta breve amostragem da bibliografia produzida pela historiografia demonstra que, no que se refere à análise da abordagem efectuada pela ONU da questão colonial portuguesa, têm sido produzidos, maioritariamente, dois tipos de estudos. Por um lado, temos os que se dedicam ao trabalho desenvolvido pela AG e pelo CS. Por outro, encontramos os estudos que abordam as posições dos EUA e da Grã-Bretanha na ONU sobre a questão colonial portuguesa. A actuação do CD é referida quase que de forma marginal.

A grande excepção a este panorama é Maurice Barbier, mas com as limitações já referidas. Efectivamente, este autor faz uma abordagem centrada no relacionamento entre o CD e o governo português. Mas, se nos recordarmos que o Estado Novo nunca reconheceu a legitimidade desse Comité, compreende-se que estamos perante uma ausência de relacionamento, o que, contudo, não invalida a relevância do estudo de Maurice Barbier.

A historiografia tem também se centrado em momentos específicos, quer porque as obras foram escritas quase em simultâneo aos acontecimentos, como é o caso da tese de Barbier defendida em Dezembro de 1971, quer porque abordam temas e períodos circunscritos no tempo. Falta assim a realização de um estudo de conjunto sobre a actuação do CD desde a sua criação até à resolução da questão colonial portuguesa.

Perante esta situação, propusemo-nos nesta dissertação situar o nosso campo de estudo exactamente sobre a actuação do CD. Embora reconhecendo a necessidade e a

relevância de se estudar a AG e o CS, pois era nesses órgãos que residia o poder de decisão, consideramos que o CD, como estava incumbido de estudar aprofundadamente as questões relacionadas com o colonialismo, deve ser objecto de um tratamento específico.

Escolhido este objecto de estudo apresentou-se-nos pelo menos três vias possíveis quanto à análise efectuada pelo CD da questão colonial portuguesa. Em primeiro lugar, surgiu a hipótese de continuar e aprofundar o estudo já realizado por Barbier, focando a nossa dissertação no relacionamento/não relacionamento entre o CD e o governo português. Em segundo lugar, havia a possibilidade de se estudar a vertente do relacionamento entre o CD e os diversos movimentos de libertação que defendiam a autodeterminação e a independência das colónias portuguesas. Por último, tínhamos a opção de analisar os debates verificados no seio do CD, para descortinar a posição assumida pelos países membros quanto à questão colonial portuguesa.

Em face disso, optámos pela segunda hipótese, ou seja, por realçar na nossa dissertação a ligação estabelecida entre o CD e os movimentos de libertação das colónias portuguesas. Por isso, o título da dissertação é justamente *O Comité de Descolonização da Organização das Nações Unidas e os Movimentos de Libertação das Colónias Portuguesas: 1961-1976*. Mas, refira-se que este título engloba uma realidade complexa. Com efeito, a expressão “movimentos de libertação” é uma categoria suficientemente lata para abarcar tanto os que lutavam pela via das armas como os que defendiam outros meios para a obtenção do objectivo comum, a autodeterminação e a independência.

Por outro lado, como não foram somente os movimentos de libertação que se apresentaram perante o CD, consideramos também que cabia no âmbito desta dissertação realçar o papel desempenhado pelas organizações civis originárias das colónias, pelas organizações internacionais que apoiavam a luta pela autodeterminação e independência, pelas entidades singulares que se dirigiram ao Comité em nome individual e pelos grupos de oposição ao regime português.

Uma vez escolhido o objecto de estudo definiu-se como âmbito cronológico para a dissertação o período compreendido entre 1961 e 1976. Este período temporal é balizado pela criação do CD a 27 de Novembro de 1961 e pela independência das colónias portuguesas situadas em África e a formação de novos Estados que foram admitidos na ONU. Deste modo, a dissertação se referirá aos factos ocorridos até 1 de Dezembro de 1976, quando Angola foi admitida como membro da ONU. Optou-se por

não prolongar o estudo para além dessa data, abarcando Timor, que passou a ser alvo da atenção desse órgão, porque consideramos que a questão timorense representou uma outra fase da actuação do CD, merecedora de um estudo autónomo.

Esta dissertação tem assim como objectivo geral traçar o quadro do relacionamento estabelecido entre o CD e os movimentos de libertação das colónias portuguesas, focando os acontecimentos mais relevantes. Nesse quadro geral vamos procurar fazer uma caracterização e uma periodização das fases durante as quais se desenvolveu esse relacionamento e, paralelamente, testar quatro hipóteses. A primeira é a de que o CD, embora não tendo conseguido, até ao 25 de Abril de 1974, alcançar o seu objectivo principal em relação às colónias portuguesas (que era o de conseguir que Portugal aceitasse e aplicasse o princípio da autodeterminação e da independência) terá, no entanto, tomado medidas bastante palpáveis em prol da luta de libertação.

A segunda hipótese está intimamente ligada à primeira. Segundo Maurice Barbier, a eficácia do CD dependia de dois factores: o posicionamento dos Estados membros e a atitude das potências coloniais<sup>1</sup>. Nós pretendemos introduzir um outro elemento nesta equação, a saber os movimentos de libertação. Ou seja, pretendemos verificar se, no que se refere à análise da questão colonial portuguesa, os movimentos de libertação não poderão também ser considerados como um factor relevante no desempenho da missão do Comité, dado que Portugal sempre se recusou categoricamente a colaborar com esse órgão.

Neste sentido, procuraremos ainda testar uma terceira hipótese, que consiste na ideia de que a década de 70 terá representado uma viragem na actuação do Comité, o que beneficiou os movimentos de libertação das colónias portuguesas, contrariando assim a tese de Barbier segundo a qual o CD se encontrava numa encruzilhada<sup>2</sup>. A última hipótese a ser alvo de análise será a da permeabilidade ou não do CD à argumentação dos movimentos de libertação, ou seja, tentar-se-á descortinar se foi sensível aos argumentos que lhe foram apresentados.

---

<sup>1</sup> Cf. BARBIER, Maurice – *Le Comité de Decolonisation des Nations Unies*. Paris: Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 1974. p. 267

<sup>2</sup> Cf. *Idem*. p. 630

## **Estrutura da Dissertação**

Como qualquer exercício de escrita, a elaboração de uma dissertação implica a realização de escolhas. Neste sentido, esta dissertação não escapa a isso. As escolhas realizadas decorreram do objecto de estudo e com base na informação recolhida optou-se por estruturar a dissertação em três capítulos. O primeiro, como não podia deixar de ser, refere-se ao CD. Nele constarão informações que permitem compreender quando e em que circunstâncias se deu a sua criação; as competências que lhe foram atribuídas e a sua evolução ao longo do período considerado; a sua composição e as alterações verificadas nos seus membros; a organização interna dos seus órgãos; e os métodos de trabalho que adoptou. Procurar-se-á demonstrar que o Comité sofreu diversas alterações ao longo do tempo, sendo que algumas foram o resultado de novas competências que lhe foram atribuídas.

Este primeiro capítulo servirá de enquadramento aos restantes dois que se seguirão. Com efeito, como já foi referido, o objectivo principal desta dissertação é verificar a forma como o CD desempenhou o seu mandato em relação às colónias portuguesas. Por isso, o segundo capítulo será dedicado ao relacionamento estabelecido entre o CD e os movimentos de libertação das colónias portuguesas. Através de uma narrativa cronológica procurar-se-á caracterizar as cinco fases que, em nosso entender, existiram nesse relacionamento e que evidenciaram que o CD e os movimentos de libertação tinham preocupações comuns. Esse relacionamento foi inicialmente caracterizado pelo reconhecimento do direito dos povos das colónias portuguesas à autodeterminação e independência, seguindo-se a legitimação da luta armada, a atribuição do estatuto de observador a alguns movimentos de libertação, o reconhecimento desses mesmos movimentos como legítimos representantes das populações das colónias e a ausência do CD no processo de descolonização.

No último capítulo apresentaremos um resumo das propostas apresentadas ao Comité pelos movimentos de libertação sobre a forma como a autodeterminação e a independência poderiam ser alcançadas, sobre os diferentes projectos quanto ao destino das colónias e sobre as rivalidades e dissensões internas que afectaram a luta de libertação. Na mesma linha do texto da Declaração de Independência dos EUA, cujo exemplo foi por diversas vezes citado, os movimentos de libertação sentiram necessidade de expor ao CD as premissas nas quais basearam a sua argumentação. Seguiram a ideia segundo a qual «Quando no decurso dos acontecimentos humanos se



torna necessário a um povo dissolver os laços políticos que o ligaram a um outro e assumir entre os poderes do mundo o lugar separado e em igualdade que lhe é atribuído pelas Leis da Natureza e pela Natureza de Deus, o respeito mínimo pelas opiniões da humanidade requer que clarifique as causas que o impelem à separação»<sup>3</sup>. São assim as informações que veicularam que serão aproveitadas para a elaboração do terceiro capítulo.

## **Metodologia**

A presente dissertação assenta fundamentalmente na recolha, análise e interpretação crítica de fontes primárias. Teve como ponto de partida as quatro hipóteses acima formuladas, que foram testadas através da análise das fontes. As informações recolhidas nas fontes foram sistematizadas, procurando-se delimitar fases e grandes temas que contribuam para a compreensão e o aprofundamento da problemática. Optou-se, principalmente no segundo capítulo, por uma narrativa cronológica, porque foi a melhor forma de expor a grande quantidade de dados recolhidos. No primeiro e no terceiro capítulo também se procurou ter em atenção a cronologia dos acontecimentos, embora a estrutura interna destes capítulos não tenha sido organizada por fases.

Ainda em termos metodológicos queremos realçar a questão da terminologia utilizada nesta dissertação. Como será visível foram adoptadas as expressões empregues nas fontes. Assim, ao longo da dissertação foram utilizadas expressões como “territórios administrados por Portugal” ou “territórios sob dominação portuguesa” consoante foram empregues nos diversos documentos consultados. Mas, momentos houve em que, por questões de escrita, optou-se por utilizar “territórios coloniais” ou simplesmente “colónias”, expressões essas que não foram utilizadas correntemente nas fontes consultadas.

Para as citações considerou-se oportuno apresentar no corpo da dissertação uma tradução livre dos conteúdos citados e colocar em nota de rodapé o texto na língua original. De notar ainda que ao longo da dissertação são referidos diversos movimentos

---

<sup>3</sup> «When in the Course of human events it becomes necessary for one people to dissolve the political bands which have connected them with another and to assume among the powers of the earth, the separate and equal station to which the Laws of Nature and of Nature's God entitle them, a decent respect to the opinions of mankind requires that they should declare the causes which impel them to the separation». Declaração da Independência dos Estados Unidos da América.[Em linha]. 1. [Consult. 28 de Abr. 2008]. Disponível em <http://www.ushistory.org/declaration/document/index.htm>

de libertação, organizações civis e individualidades. Excepto no que se refere aos mais conhecidos, para os quais existe informação facilmente acessível, procurou-se apresentar breves referências sobre as suas origens e as actividades que desenvolveram. Assim, no terceiro capítulo é apresentado em nota de rodapé um breve historial sobre os movimentos e as organizações cujas opiniões são referidas. Para as personalidades individuais serão apresentadas no final da dissertação alguns elementos biográficos. Contudo, nem sempre foi possível encontrar dados completos, porque a bibliografia sobre os movimentos de libertação e as biografias sobre os combatentes são ainda escassas.

### **Fontes**

Nesta dissertação optou-se pela utilização das fontes produzidas pela ONU, que são as menos conhecidas, embora falte ainda explorar o grande manancial da documentação existente em Portugal a respeito do tema. As referências dessas fontes foram recolhidas através da leitura do *Yearbook of the United Nations: 1961-1976*, onde constam as cotas dos diversos documentos publicados pela ONU sobre as actividades do CD.

A informação foi recolhida principalmente nos relatórios anuais do Comité que eram publicados pelo SG da ONU. Após vários contactos com o United Nations Archives Record Management Section foi possível localizar esses relatórios em Portugal, mais concretamente na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, que desde 1957 integra a rede das bibliotecas depositárias de publicações da ONU. Esses relatórios possibilitaram a recolha de dados sobre as actividades gerais desenvolvidas pelo CD e sobre as que se referiam especificamente às colónias portuguesas.

Mas, a partir de 1968, com as alterações introduzidas na redacção desses relatórios, que consistiram, nomeadamente, na exclusão dos depoimentos dos movimentos de libertação e das considerações efectuadas pelos países membros, foi necessário recorrer às actas das reuniões do Comité. Essas actas foram recolhidas na Direcção de Serviços de Biblioteca, Documentação e Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Constan dos fundos documentais do Ministério do Ultramar (mais concretamente do Gabinete dos Negócios Políticos) e do Ministério dos Negócios Estrangeiros (designadamente da documentação da

Repartição dos Organismos Políticos Internacionais (POI), da Missão Permanente de Portugal junto da ONU e da Política Ásia América (PAA)). Essas actas foram remetidas para Lisboa pelo representante português junto das Nações Unidas, o que demonstra que, embora só tivesse reconhecido o CD em 1974, Portugal seguiu atentamente as suas actividades.

O mesmo se verifica em relação às petições sobre as colónias portuguesas remetidas à ONU pelos movimentos de libertação. Também se encontram na Direcção de Serviços de Biblioteca, Documentação e Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros. A listagem dessas petições encontra-se nos apêndices. Optou-se por não inclui-la nas Fontes e Bibliografia, mas não deixa de fazer parte do conjunto da documentação analisada para a elaboração desta dissertação.

## **1. O Comité de Descolonização (1961-1976): surgimento, mandato, composição, órgãos e métodos de trabalho**

Desde a sua origem que a ONU se preocupou com a questão da descolonização. Efectivamente, a Carta das Nações Unidas dedicou três dos seus capítulos à essa questão: o capítulo XI sobre os territórios não autónomos, o XII referente ao Sistema Internacional de Tutela e o XIII alusivo ao Conselho de Tutela<sup>4</sup>. A 3 de Dezembro de 1946, ao aprovar os acordos com as potências coloniais que tinham territórios sob o seu mandato, a AG conferiu efectividade ao Sistema Internacional de Tutela. A administração desses territórios foi-lhe confiada e ela delegou essa função no Conselho de Tutela, criado na sequência da implementação da sua Resolução 64 (I), de 14 de Dezembro de 1946. O Conselho era composto por potências coloniais e por membros da ONU que não tinham colónias. Analisava regularmente a situação dos territórios e tinha como objectivo promover a independência com base nos mecanismos previstos na Carta.

Relativamente aos territórios não autónomos, a pressão sobre as potências coloniais era exercida através da solicitação de informações ao abrigo do Artigo 73 e) da Carta, no qual está previsto que os membros das Nações Unidas que tinham responsabilidades na administração de territórios cujos povos ainda não tinham alcançado o autogoverno estavam obrigados «(...) a transmitir regularmente ao Secretário Geral para efeitos de informação, sujeitas a limitações ditadas pela segurança e por considerações constitucionais, dados estatísticos e de natureza técnica relacionados com as condições económicas, sociais e educacionais nos territórios pelos quais eram respectivamente responsáveis e aos quais os Capítulos XII e XIII não se aplicavam (...)»<sup>5</sup>.

A obrigatoriedade recaía exclusivamente sobre informações de natureza técnica, embora se considerasse que se revestia de grande importância a transmissão de dados políticos. As informações assim transmitidas eram analisadas pelo SG e por um Comité *Ad Hoc*, que viria a ser conhecido como Comité de Informações sobre os Territórios

---

<sup>4</sup>Cf. Organização das Nações Unidas – *Charter of the United Nations and Statute of the International Court of Justice*. Nova Iorque: Department of Public Information, 2001. p. 46-56

<sup>5</sup> «(...) to transmit regularly to the Secretary-General for information purposes, subject to such limitation as security and constitutional considerations may require, statistical and other information of a technical nature relating to economic, social, and educational conditions in the territories for which they are respectively responsible other than those territories to which Chapters XII and XIII apply (...)». Cf. *Idem*. p. 47

Não Autónomos, que era composto por representantes das potências coloniais e por membros da ONU escolhidos pela AG.

Contudo, esses mecanismos de actuação da ONU no campo da descolonização não contribuíram para uma grande aceleração da independência dos territórios não autónomos. Devido a esse facto, a 14 de Dezembro de 1960, foi adoptada a Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais, para cuja implementação seria criado, em finais de 1961, o Comité de Descolonização.

### **1.1 Surgimento**

Como foi referido mais acima, para compreendermos o surgimento do CD temos de remontar ao ano de 1960, quando, através da Resolução 1514 (XV), de 14 de Dezembro, aprovada pela AG, foi adoptada a Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais (adiante Declaração). A adopção dessa Declaração foi inscrita na ordem do dia da XV AG por iniciativa da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), que tinha conseguido atrair a Nova Iorque, escudando-se nos sucessivos falhanços das negociações sobre o desarmamento, cerca de 100 delegações e vários chefes de Estado, representantes de governos e ministros dos negócios estrangeiros. Nikita Khrouchtchev, numa carta datada de 23 de Setembro de 1960 e endereçada ao Presidente da AG, pediu que a questão da independência dos povos coloniais fosse debatida com carácter de urgência. Nesse mesmo dia, Khrouchtchev, num discurso pronunciado na discussão geral da XV AG, voltou a abordar a questão da descolonização, associando-a a dois outros temas que se revestiram de grande importância nessa sessão, a saber: o desarmamento e a reforma da ONU.

A inscrição da questão da independência dos povos coloniais na ordem do dia não foi pacífica, pois algumas delegações desejaram que fosse debatida em sessão plenária, enquanto que outras pretenderam remetê-la para a Comissão encarregue dos temas políticos e de segurança, onde teria uma menor visibilidade<sup>6</sup>. Após duas reuniões e mais de cinco horas de debate, a proposta da URSS para que a questão fosse debatida

---

<sup>6</sup> «(...) la plupart des délégations souhaitaient une discussion en séance plénière, pour des motifs différents. Les uns insistaient sur l'importance de la question, qui recevrait ainsi davantage de publicité. Pour d'autres, il s'agissait d'une déclaration de principe ou d'une profession de foi, qui n'avait pas besoin de passer en commission. D'autres enfin voulaient principalement tenir compte du désir des nouveaux Etats africains». Cf. BARBIER, Maurice – *Ob. Cit.* p. 39

em reunião plenária foi aprovada por unanimidade. A discussão em plenário, tal como a inscrição na ordem do dia, viria a evidenciar as diversas clivagens existentes entre os participantes da XV AG sobre a questão da descolonização. Assim, segundo Maurice Barbier, aquando da discussão em plenário da questão da descolonização, delinearam-se três posições: a soviética, a britânica e a afro-asiática<sup>7</sup>.

A URSS apresentou um projecto de Resolução no qual defendia o carácter vital da descolonização para o mundo, a inevitabilidade do desaparecimento do colonialismo a breve trecho e o papel activo que a ONU deveria desempenhar na sua total e imediata supressão. Mas, para além dessa preocupação com a descolonização, «Ao levantar o problema da descolonização a União Soviética desejava sair do seu isolamento na ONU, estender a sua audiência junto dos novos Estados da Ásia e sobretudo da África e obter o apoio desses países para a sua política na ONU»<sup>8</sup>. Com efeito, a URSS desejava captar o apoio dos países afro-asiáticos para as reformas que pretendia introduzir nas NU, que consistiam, nomeadamente, na substituição do SG por uma troika que adoptaria as suas decisões com base na unanimidade.

O Reino Unido definiu a sua posição como sendo de rejeição ao projecto soviético e mostrou-se cauteloso, pois considerava que a independência por si só não conseguiria resolver de forma automática os problemas económicos e sociais, particularmente nos territórios de pequenas dimensões e naqueles que tinham divisões étnicas.

Os países afro-asiáticos, que como já indicamos eram um dos principais alvos do projecto soviético, optaram por apresentar uma proposta de Resolução alternativa ao texto da URSS. A opção por um projecto autónomo evidencia que não desejavam que a questão da descolonização ficasse refém da iniciativa das grandes potências, pois também os EUA tentaram captar a atenção desse grupo quando Dwight Eisenhower, na mesma sessão da AG, propôs um programa de 5 pontos, no qual se exigia o reconhecimento do direito dos povos africanos à autodeterminação<sup>9</sup>.

O projecto de Resolução afro-asiático foi apresentado pelo Camboja em nome de 28 Estados, tendo posteriormente recebido o apoio de mais 15 países, totalizando assim

---

<sup>7</sup> Cf. *Idem.* p. 43

<sup>8</sup> «En soulevant le problème de la décolonisation, l'Union soviétique voulait donc sortir de son isolement à l'ONU, étendre son audience auprès des nouveaux Etats d'Asie et surtout d'Afrique et gagner leur faveur pour qu'ils soutiennent sa politique à l'ONU». Cf. *Idem.* p. 27-28

<sup>9</sup> Cf. MARTINS, Fernando Manuel Santos – *Portugal e a Organização das Nações Unidas: uma história da política externa e ultramarina portuguesa no pós-guerra (Agosto de 1941-Setembro de 1968)*. Lisboa: Dissertação de Mestrado, 1995. p. 187

43 dos 48 países africanos e asiáticos membros da ONU. O projecto foi alvo de algumas sugestões e emendas por parte das Honduras, da Guatemala e da própria URSS. As Honduras propuseram a criação de um comité de cinco membros, com competências para apresentar recomendações sobre a melhor forma de se erradicar o colonialismo. A emenda da Guatemala defendia que deveria ser estabelecido que o direito à autodeterminação não podia afectar o direito dos Estados à integridade e às reivindicações territoriais. Estes dois primeiros países viriam a retirar as suas emendas, mas a URSS manteve as suas, que defendiam a fixação de uma data limite (o final do ano de 1961) para a independência de todos os territórios coloniais e a análise pela XVI sessão da AG da forma como a Declaração tinha sido aplicada.

Dos dois projectos, o soviético e o afro-asiático, a AG pronunciou-se a favor do segundo, que foi aprovado, tendo-se rejeitado a proposta e as emendas mais radicais da URSS. O projecto afro-asiático arrecadou 89 votos favoráveis, nenhum contra e 9 abstenções, transformando-se na Resolução 1514 (XV), de 14 de Dezembro, que continha a Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais. Conseguiu assim congregar um conjunto significativo de membros da AG, embora a Austrália, a Bélgica, a República Dominicana, a França, Portugal, a Espanha, a África do Sul, o Reino Unido e os EUA se tivessem absterido. Entre os que se absteram encontravam-se as principais potências coloniais da época, como Portugal, que, considerando que não tinha territórios não autónomos mas sim províncias ultramarinas, afirmou que não se opunha à condenação do colonialismo.

A Declaração reconhecia no seu preâmbulo o desejo dos povos dependentes de se tornarem livres, as ameaças à paz mundial geradas pelos conflitos provocados pela recusa à emancipação, a vontade ardente de pôr fim ao colonialismo e a todas as suas manifestações, os obstáculos colocados pelo colonialismo ao ideal de paz universal das NU, o direito dos povos disporem livremente das suas riquezas e recursos naturais, a irreversibilidade do processo de libertação, a independência recente de diversos territórios, o direito inalienável de todos os povos a disporem de si próprios e a necessidade de rapidamente e de forma incondicional se colocar termo ao colonialismo<sup>10</sup>.

O essencial da Declaração foi condensado nos seus três primeiros parágrafos. No primeiro foi indicado que «A sujeição dos povos a uma subjugação, a uma

---

<sup>10</sup> Cf. BARBIER, Maurice – *Ob. Cit.* p. 82

dominação e a uma exploração estrangeira constitui uma negação dos direitos fundamentais do homem, é contrária à Carta das Nações Unidas e compromete a causa da paz e da cooperação mundiais»<sup>11</sup>. No segundo, tal como já tinha sido afirmado no preâmbulo, especificou-se que «Todos os povos têm direito à autodeterminação: em virtude desse direito determinam livremente o seu estatuto político e perseguem livremente o seu desenvolvimento económico, social e cultural»<sup>12</sup>. Por fim, no terceiro parágrafo foi reconhecido que «A falta de preparação nos domínios político, económico, social ou educacional não deve nunca ser considerada como um pretexto para retardar a independência»<sup>13</sup>.

Nos restantes quatro parágrafos da Declaração apelava-se ao fim de todas as acções armadas e de repressão contra os povos dependentes, previa-se a adopção de medidas imediatas para a transferência dos poderes para as populações dos territórios que ainda não tinham alcançado a independência, condenava-se todas as tentativas de destruição da unidade nacional e da integridade territorial de qualquer país e pugnava-se pelo respeito da Carta das Nações Unidas, da Declaração Universal dos Direitos do Homem e da própria Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais<sup>14</sup>.

A adopção dessa Declaração foi um marco no processo de reconhecimento do direito à autodeterminação dos povos coloniais. Como afirma José Alberto de Azeredo Lopes, na obra *Entre Solidão e Intervencionismo: Direito de Autodeterminação dos Povos e Reacções de Estados Terceiros*, representou uma ruptura em relação à Carta das NU. Este autor é da opinião de que «(...) a Carta, longe de apoiar a descolonização,

---

<sup>11</sup> «La sujétion des peuples à une subjugation, à une domination et à une exploitation étrangères constitue un déni des droits fondamentaux de l'homme, est contraire à la Charte des Nations Unies et compromet la cause de la paix et de la coopération mondiales». Cf. *Idem*. p. 82-83

<sup>12</sup> «Tous les peuples ont le droit de libre détermination: en vertu de ce droit, ils déterminent librement leur statut politique et poursuivent librement leur développement économique, social et culturel». Cf. *Idem*. p. 83

<sup>13</sup> «Le manque de préparation dans les domaines politique, économique ou social ou dans celui de l'enseignement ne doit jamais être pris comme prétexte pour retarder l'indépendance». Cf. *Ibidem*.

<sup>14</sup> A adopção da Declaração sem nenhum voto contra não significa que não tivesse havido discussões sobre o seu valor jurídico. Várias interpretações foram apresentadas a esse respeito. Desde aqueles que defendiam, como Portugal, que era uma violação da Carta das Nações Unidas, passando por os que a consideravam como uma interpretação ou uma revisão indirecta das disposições da Carta, como um alargamento da Carta e um desenvolvimento no direito internacional costumeiro, ou como um simples programa de acção da ONU para a descolonização. Segundo Barbier, essas interpretações, apesar de algumas insuficiências, tinham alguns elementos que correspondiam à realidade. Cf. *Idem*. p. 79-80



organizava, juridicamente, o colonialismo, e o sistema de tutela legitimava o paternalismo colonial»<sup>15</sup>.

A Declaração viria a contribuir para elevar o princípio de autodeterminação, que era conservador e não implicava o direito à independência, a direito de autodeterminação, que estabelecia a descolonização como um dever jurídico que se materializava no direito à independência<sup>16</sup>. Deste modo, o direito à autodeterminação estabelecido na Declaração era equivalente ao direito à independência<sup>17</sup>.

Mas, aquando da adopção da Declaração, os membros da AG não se preocuparam em criar mecanismos que permitissem a aplicação desse direito, o que explica a rejeição das propostas da Guatemala e da URSS para se formar um comité e para que se analisasse a questão na XVI AG. Neste sentido, pode-se avançar que, no momento da adopção da Declaração, o objectivo primordial era «(...) definir a autodeterminação e a independência tanto como dever político a cumprir por potências administrantes, como direito inerente a todos os territórios não autónomos»<sup>18</sup>.

A adopção de mecanismos para a aplicação da Declaração viria a ocorrer na XVI AG, de novo por influência da URSS. A 28 de Agosto de 1961, os soviéticos enviaram um telegrama ao SG, onde, considerando que a Resolução 1514 (XV), de 14 de Dezembro, permanecia sem aplicação prática devido à oposição de algumas potências coloniais, pediram que a questão da implementação da Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais fosse incluída na agenda<sup>19</sup>.

---

<sup>15</sup> Cf. LOPES, José Alberto de Azeredo – *Entre Solidão e Intervencionismo: Direito de Autodeterminação dos Povos e Reacções de Estados Terceiros*. Porto: Gabinete de Estudos Internacionais, 2003. p. 45

<sup>16</sup> Cf. *Idem*. p. 54. Contudo, o autor refere que a AG viria, através da Resolução 1541 (XV), de 15 de Dezembro de 1960, a admitir outras formas de autodeterminação para além da independência, como sejam a associação ou a integração num Estado independente.

<sup>17</sup> Contudo, essa interpretação não era consensual. Assim, por exemplo, o governo português tinha uma concepção própria sobre o direito à autodeterminação, que foi utilizada em diversos momentos. Destacamos aqui as conversas realizadas em Lisboa, em 1963, entre António Salazar, Franco Nogueira e Georges Ball, Subsecretário de Estado norte-americano. Num dos memorandos dessa reunião indicou-se que o governo português considerava que a autodeterminação consistia na manifestação do assentimento dos povos a uma certa forma de governo ou de organização do Estado. Mas, entendia-se que esse assentimento não deveria conduzir unicamente à independência, caso contrário a escolha estaria condicionada à partida. Na interpretação portuguesa era introduzido um outro elemento, a saber as intervenções dos povos na vida pública, que deveriam ser interpretadas como uma forma de assentimento à organização do Estado no qual estavam inseridos. Deste modo, para Portugal autodeterminação e independência não eram sinónimos. Cf. AMARAL, Diogo Freitas do – *A Tentativa Falhada de um Acordo Portugal – EUA sobre o futuro do Ultramar Português (1963)*. Coimbra: Coimbra Editora, 1994. p. 61

<sup>18</sup> Cf. MARTINS, Fernando Manuel Santos – *Ob. Cit.* p. 186-187

<sup>19</sup> No primeiro ano após a adopção da Declaração ela só foi invocada uma única vez. Com efeito, isso só ocorreu aquando da reunião do CS realizada para analisar a ocupação, a 18 de Dezembro de 1961, do Estado Português da Índia por parte da União Indiana. Nessa altura, C. S. Jha, representante da Índia, invocou a Declaração para justificar a acção militar do seu país. Cf. BARBIER, Maurice – *Ob. Cit.* p. 85

A AG decidiu, a 25 de Setembro de 1961, a inclusão da questão na ordem dos trabalhos. No dia seguinte, a 26 de Setembro, a URSS voltou a remeter um documento à ONU, neste caso um memorando, através do qual solicitava a adopção de sanções contra os países que se recusavam a aplicar a Declaração. Posteriormente, a 7 de Novembro de 1961, Madagáscar propôs que a questão fosse examinada juntamente com o item intitulado “Assistência a África: Programa das Nações Unidas para a Independência”.

As duas questões foram debatidas em conjunto entre 7 e 27 de Novembro de 1961. No que toca à questão da implementação da Declaração, que ocupou a maior parte do debate ofuscando o outro item, foram apresentados quatro projectos de Resolução. A 9 de Outubro de 1961, a URSS apresentou o seu projecto no qual defendia a criação de um comité especial, composto por três membros, representantes de países ocidentais, socialistas e não alinhados, que deveria analisar a aplicação da Declaração e adoptar as medidas necessárias à sua implementação. A Nigéria, mais tarde apoiada pela Libéria, propôs, a 17 de Outubro, um projecto onde se defendia que fosse dada prioridade à descolonização da África. Nesse projecto também se abordava a questão da assistência ao continente africano e se propunha a data de 1 de Dezembro de 1970 como limite para a independência de todos os territórios dependentes.

A maioria dos países afro-asiáticos, mais concretamente 38, uniram-se em torno de um projecto de Resolução apresentado a 20 de Novembro, que defendia a criação de um comité especial, composto por 17 membros, nomeados pelo Presidente da AG. Esse comité deveria examinar a aplicação da Declaração, apresentar sugestões e recomendações sobre os progressos verificados na sua implementação e elaborar um relatório para a XVII sessão da AG. A última proposta a ser apresentada data de 24 de Novembro de 1961, sendo da autoria do México. Propunha a criação pela AG de um grupo *ad hoc*, que deveria indicar quais os territórios não autónomos e os que estavam sob tutela que se encontravam em condições de aceder imediatamente à independência. Ainda de acordo com essa proposta, os territórios que não reuniam as condições necessárias seriam colocados sob a administração da ONU ou de uma agência internacional que operasse sob a autoridade das NU<sup>20</sup>.

Desses projectos de Resolução somente o dos países afro-asiáticos foi sujeito a votação. A URSS, apesar de ter abandonado a sua proposta, apresentou duas emendas ao projecto afro-asiático, com o objectivo de fortalecê-lo. A primeira emenda pretendia

---

<sup>20</sup> Cf. Organização das Nações Unidas – *Yearbook of the United Nations: 1961*. Nova Iorque: Office of Public Information, 1962. p. 94

que se proclamasse 1962 como o ano da eliminação do colonialismo. Na segunda pedia-se que o comité especial que iria ser criado fizesse sugestões e recomendações sobre a imediata aplicação da Declaração.

O projecto afro-asiático e as emendas foram colocados a votação a 27 de Novembro. O projecto foi adoptado por 97 votos favoráveis, nenhum contra e 4 abstenções, tornando-se na Resolução 1654 (XVI), que criou o CD. A sua adopção gerou um largo consenso, tendo encontrado pouca oposição. Efectivamente, «O projecto afro-asiático recebeu um apoio bastante amplo e muito diversificado. Somente alguns raros Estados manifestaram o seu desacordo, mas por vezes de uma forma matizada. Com efeito, se Portugal anunciou que não participaria na votação (o que fez) e se a África do Sul declarou que votaria contra o projecto (o que não fez, contentando-se com uma simples abstenção), a França e a Grã-Bretanha aprovaram o essencial do projecto, embora fazendo reservas sobre a sua oportunidade»<sup>21</sup>. As emendas da URSS foram ambas rejeitadas, pondo-se de parte, como já tinha acontecido em relação à Declaração, o radicalismo soviético.

Na Resolução assim aprovada, a AG relembrou a Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais adoptada no ano anterior, constatou que não tinha sido aplicada, afirmou que as acções armadas e as medidas de repressão continuavam a ser empregues para evitar a independência completa dos territórios não autónomos, indicou que se praticavam actos que visavam destruir a unidade nacional e a integridade territorial de vários países em vias de se tornarem independentes e sublinhou que a falta de preparação política, económica, social e educacional não podia ser apresentada como pretexto para se retardar a independência<sup>22</sup>. Posto isso, reiterou e reafirmou solenemente os objectivos e os princípios enunciados na Resolução 1514 (XV), de 14 de Dezembro de 1960, pediu a todos os Estados para assegurarem sem demoras a aplicação escrupulosa da Declaração e «*Decide* criar um Comité Especial de dezassete membros que serão designados pelo Presidente da Assembleia Geral no decurso da presente sessão»<sup>23</sup>.

---

<sup>21</sup> «Le projet afro-asiatique recevait donc un soutien très large et très diversifié. Seuls quelques rares Etats manifestèrent leur désaccord, mais parfois d'une manière nuancée. En effet, si le Portugal annonça qu'il ne participerait pas au vote (ce qu'il fit) et si l'Afrique du Sud déclara qu'elle voterait contre le projet (ce qu'elle ne fit pas, se contentant d'une simple abstention), la France et la Grande-Bretagne approuvaient le fond du projet, tout en faisant des réserves sur son opportunité». Cf. BARBIER, Maurice – *Ob Cit.* p. 97-98

<sup>22</sup> Cf. *Idem.* p. 104-105

<sup>23</sup> «*Décide* de créer un Comité spécial de dix-sept membres qui seront désignés par le Président de l'Assemblée générale au cours de la présente session». Cf. *Idem.* p. 105

Foi deste modo criado um novo órgão subsidiário da AG, que, como se pode comprovar pelos esquemas 1 e 2, não estava integrado em nenhuma das seis comissões então existentes. Fazia antes parte dos restantes órgãos da AG, à semelhança da Comissão do Desarmamento ou do Comité para a Utilização Pacífica do Espaço Exterior. Não era um órgão permanente e, ao longo do período em análise, não existiram tentativas para torná-lo numa estrutura mais duradoura. Pelo contrário, em 1965 «O representante da República Unida da Tanzânia disse que ele desejava que o Comité Especial não se tornasse num órgão permanente, pois as discussões prolongadas não faziam mais do que retardar a independência dos países em questão»<sup>24</sup>.

A criação deste Comité, oficialmente designado em inglês como Special Committee of Implementation of the Declaration on the Granting of Independence to Colonial Countries and Peoples, foi um marco no novo papel que a ONU atribuía a si própria na descolonização. Abriu uma nova via para a acção das NU nesse campo, tornando-se rapidamente no «(...) órgão motor em matéria de independência dos territórios coloniais»<sup>25</sup>.

Como já foi referido, embora desde a sua origem a ONU se preocupasse com a questão da descolonização, entre a sua fundação em 1945 e a década de 60, a sua acção nesse domínio incidiu, principalmente, sobre os territórios sob tutela. Porém, como na década de 60 os territórios sob tutela deixaram praticamente de existir, passou a debruçar-se com mais atenção sobre os territórios não autónomos, o que explica a necessidade de um Comité que se dedicasse exclusivamente ao assunto. Simultaneamente, abandonou a abordagem técnica que tinha caracterizado até então a sua actuação, passando a insistir mais na vertente política da questão da descolonização<sup>26</sup>.

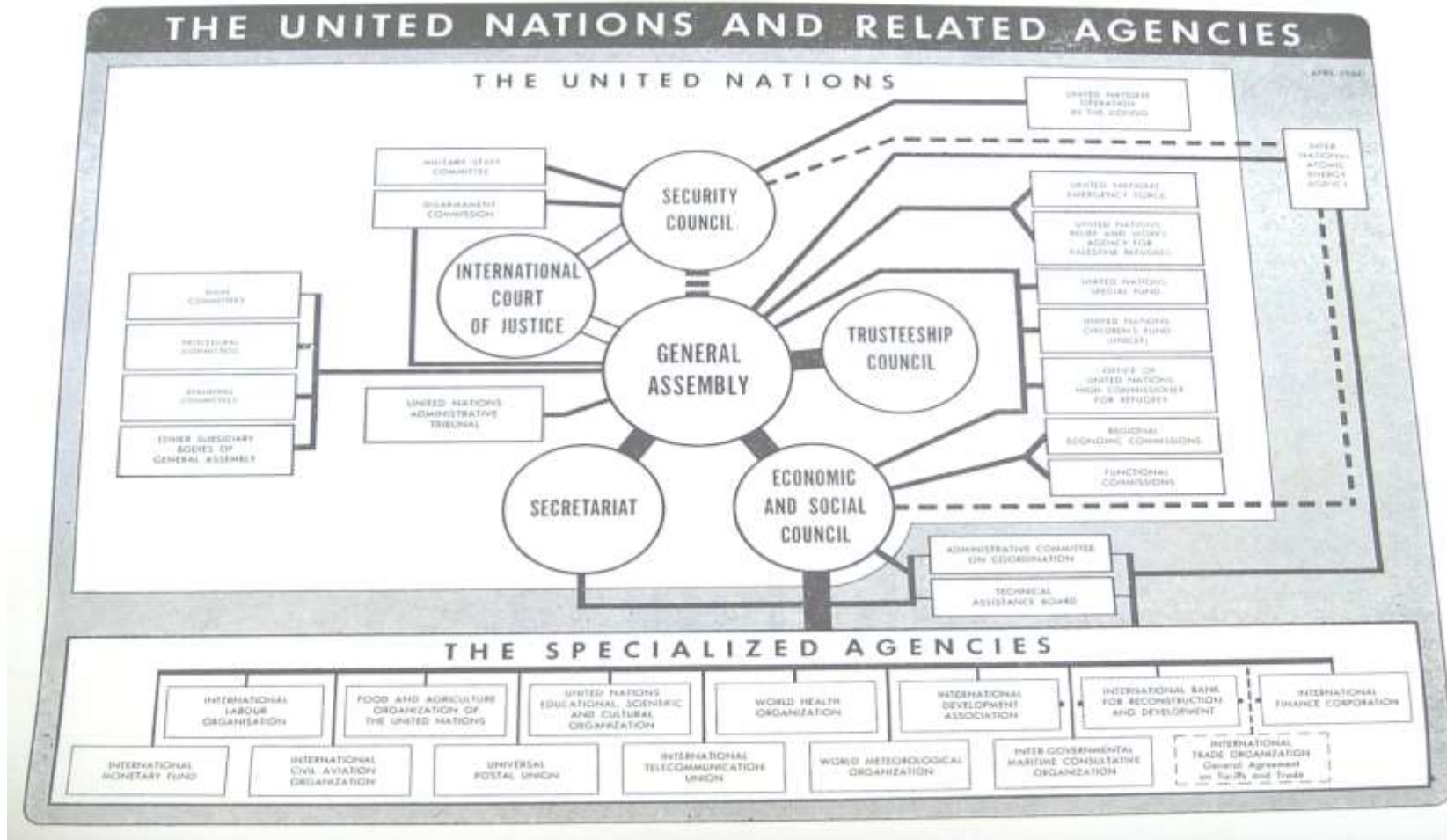
---

<sup>24</sup> «Le représentant de la République-Unie de Tanzanie a dit qu'il souhaitait que le Comité spécial ne tende pas à devenir un organe permanent, car des discussions prolongées ne faisaient que retarder l'indépendance des pays dont il s'agissait». Cf. Organização das Nações Unidas - A/6000/Rev. 1. *Rapport du Comité spécial chargé d'étudier la situation en ce qui concerne l'application de la Déclaration sur l'octroi de l'indépendance aux pays et aux peuples coloniaux*. 1965. USA: s.n., 1966. p. 5

<sup>25</sup> «(...) organe moteur en matière d'indépendance des territoires coloniaux». Cf. BARBIER, Maurice – *Ob Cit.* p. II

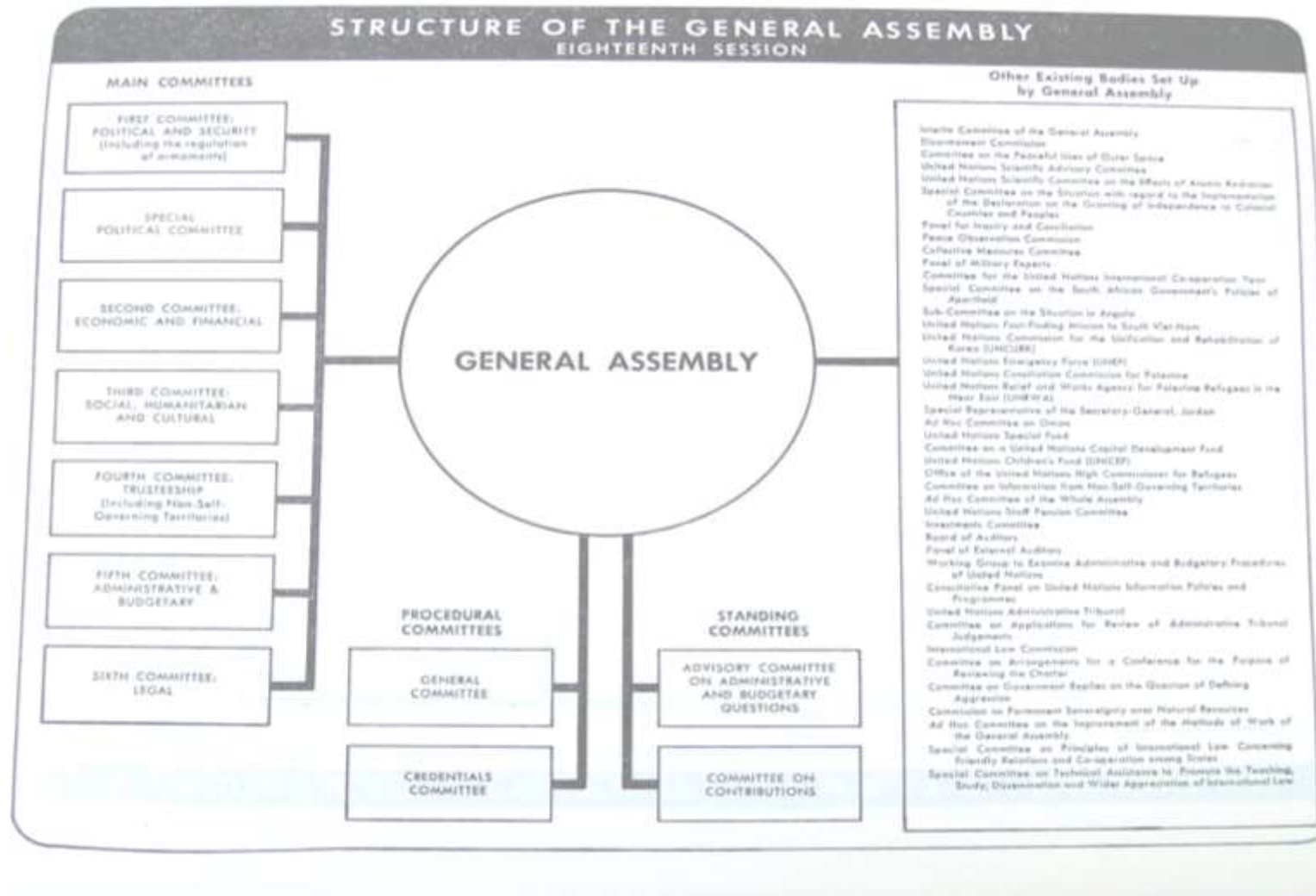
<sup>26</sup> Cf. *Idem.* p. 16

## Esquema I - Estrutura da Organização das Nações Unidas



Cf. Organização das Nações Unidas – *Yearbook of the United Nations: 1963*. Nova Iorque: Office of Public Information, 1964

## Esquema II - Estrutura da Assembleia Geral



Cf. Organização das Nações Unidas – *Yearbook of the United Nations: 1963*. Nova Iorque: Office of Public Information, 1964

## 1.2 Mandato

O mandato do CD foi primeiramente definido na Resolução 1654 (XVI), de 27 de Novembro de 1961, que o criou. Esse mandato era bastante vago. Consistia em «(...) estudar a aplicação da Declaração, formular sugestões e recomendações quanto aos progressos realizados e à forma como a Declaração era aplicada e fazer um relatório para a décima sétima sessão da Assembleia Geral»<sup>27</sup>.

As suas atribuições foram definidas em termos mais precisos nas suas oito primeiras reuniões realizadas entre Fevereiro e Março de 1962<sup>28</sup>. Para além disso, a própria a AG, anualmente, adoptava uma Resolução através da qual reconduzia o CD no seu mandato e lhe atribuía novas funções. No período compreendido entre 1961 e 1976, para além de estudar as vias e os meios mais apropriados para a rápida e integral aplicação da Declaração, propor medidas concretas para a sua aplicação e apresentar um relatório completo das suas actividades à AG, a missão do CD consistiu em:

a) Apresentar, como previsto no parágrafo 7 c) da Resolução 1810 (XVII), de 7 de Dezembro de 1962, à AG um relatório detalhado contendo sugestões e recomendações sobre o conjunto dos territórios sob tutela, dos territórios não autónomos e dos outros territórios que ainda não tinham alcançado a independência, o que implicava a elaboração de uma lista dos territórios aos quais a Declaração se aplicava<sup>29</sup>;

---

<sup>27</sup> «(...)étudier l'application de la Déclaration, de formuler des suggestions et des recommandations quant aux progrès réalisés et à la mesure dans laquelle la Déclaration est mise en oeuvre, et de faire rapport à l'Assemblée générale lors de sa dix-septième session». Cf. *Idem*. p. 105-106

<sup>28</sup> Nessas reuniões esboçaram-se diversos pontos de vista sobre qual deveria ser o mandato do CD. As duas principais interpretações prendiam-se com a forma como os territórios deveriam ser analisados. De um lado encontravam-se aqueles, como os EUA e o Reino Unido, que consideravam que o CD não deveria analisar os territórios de forma particular, mas sim agrupá-los por categorias ou regiões. A outra interpretação, apresentada por países como o Mali, a URSS, o Tanganica, a Jugoslávia, a Polónia, a Etiópia, a Tunísia, o Madagáscar e a Venezuela, era diferente. Defendia que o CD deveria procurar saber em que medida a Resolução 1514 (XV), de 14 de Abril, era aplicada em cada um dos territórios dependentes. Descartava assim o agrupar dos territórios em várias categorias, pois, segundo o representante do Mali, «Il serait irrationnel que le Comité abordât son travail d'une façon abstraite et il lui serait particulièrement difficile de dégager des principes généraux valables à la fois pour tous les territoires non autonomes». Cf. Organização das Nações Unidas - A/5238. *Rapport du Comité spécial chargé d'étudier la situation en ce qui concerne l'application de la Déclaration sur l'octroi de l'indépendance aux pays et aux peuples coloniaux* (Pour la période du 20 février au 19 septembre 1962). Canadá: s.n., 1963. p. 7-8

<sup>29</sup> Cf. Organização das Nações Unidas - A/5446/Rev. 1. *Rapport du Comité spécial chargé d'étudier la situation en ce qui concerne l'application de la Déclaration sur l'octroi de l'indépendance aux pays et aux peuples coloniaux*. 1963. Canadá: s.n., 1964. p. 4

b) Informar o CS, como previsto no parágrafo 7 d) da Resolução acima indicada, sobre todos os acontecimentos verificados nos territórios coloniais que podiam ameaçar a paz e a segurança internacionais<sup>30</sup>. Essa missão foi confirmada ao longo do tempo por diversas outras resoluções da AG, sendo-lhe acrescentada a tarefa de formular sugestões nas quais o CS se poderia inspirar para estudar as medidas a adoptar de acordo com a Carta das NU<sup>31</sup>;

c) Desempenhar, segundo a Resolução 1805 (XVII), de 14 de Dezembro de 1962, as funções atribuídas ao Comité Especial para o Sudoeste Africano, dissolvido pela Resolução 1806 (XVII), datada do mesmo dia<sup>32</sup>;

d) Dar prioridade ao exame da situação nos territórios sob administração portuguesa, assumindo as funções do Comité Especial para os Territórios Administrados por Portugal, dissolvido pela Resolução 1809 (XVII), de 14 de Dezembro de 1962<sup>33</sup>;

e) Estudar as informações sobre os territórios não autónomos, na sequência da dissolução, pela Resolução 1970 (XVIII), de 16 de Dezembro de 1963, do Comité de Informações sobre os Territórios Não Autónomos. O CD deveria ter em atenção essas informações aquando do exame da aplicação da Declaração nos territórios não autónomos e com base nelas poderia elaborar os estudos e os relatórios especiais que considerasse necessários<sup>34</sup>;

f) Dar uma atenção particular aos pequenos territórios, recomendando à AG os meios mais apropriados e as medidas a adoptar para que pudessem exercer plenamente o direito à autodeterminação e à independência, como foi estabelecido na Resolução 2105 (XX), de 20 de Dezembro de 1965<sup>35</sup>;

---

<sup>30</sup> Cf. *Ibidem*.

<sup>31</sup> Cf. Organização das Nações Unidas - A/6300/Rev. 1. *Rapport du Comité spécial chargé d'étudier la situation en ce qui concerne l'application de la Déclaration sur l'octroi de l'indépendance aux pays et aux peuples coloniaux*. 1966. USA : s.n., 1967. p. 6

<sup>32</sup> Cf. *Idem*. p. 5

<sup>33</sup> Cf. *Ibidem*.

<sup>34</sup> Cf. *Ibidem*.

<sup>35</sup> Cf. *Idem*. p. 6



g) Recomendar, segundo o parágrafo 9 da mesma Resolução, sempre que julgasse oportuno, a limite para a independência dos territórios, tendo em atenção os desejos da população<sup>36</sup>;

h) Estudar, de acordo com a Resolução 2288 (XXII), de 7 de Dezembro de 1967, as actividades dos interesses estrangeiros, de natureza económica e de outro tipo, que podiam impedir a aplicação da Declaração e a independência dos territórios coloniais<sup>37</sup>;

i) Examinar a aplicação da Declaração pelas instituições internacionais associadas à ONU, incluindo as agências especializadas, nos termos da Resolução 2311 (XXII), de 14 de Dezembro de 1967<sup>38</sup>;

j) Analisar as actividades militares e os acordos estabelecidos pelas potências coloniais sobre os territórios que administravam e que impediam a implementação da Declaração, de acordo com a Resolução 2326 (XXII), de 16 de Dezembro de 1967<sup>39</sup>;

k) Elaborar estudos sobre a questão intitulada “Observação pelos Estados membros da Declaração e das outras resoluções pertinentes sobre a questão da descolonização, em particular nos territórios administrados por Portugal, na Rodésia do Sul e na Namíbia”, como é indicado no parágrafo 16 da Resolução acima indicada<sup>40</sup>;

l) Apresentar recomendações sobre a participação e a organização de conferências internacionais sobre temas relacionados com a descolonização, como é afirmado na mesma Resolução, na qual a AG pediu ao Comité para que analisasse a sua participação na Conferência Internacional dos Direitos do Homem a realizar em 1968<sup>41</sup>;

m) Ajudar a AG, de acordo com o Programa de Acção para a Aplicação Integral da Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais aprovado aquando do X aniversário da Resolução 1514 (XV), de 14 de Dezembro de 1960, a

---

<sup>36</sup> Cf. *Ibidem*.

<sup>37</sup> Cf. *Idem*. p. 649

<sup>38</sup> Cf. BARBIER, Maurice – *Ob Cit.* p. 158-159

<sup>39</sup> Cf. Organização das Nações Unidas – *Yearbook of the United Nations: 1967*. Nova Iorque: Office of Public Information, 1968. p. 644

<sup>40</sup> Cf. *Idem*. p. 645

<sup>41</sup> Cf. Organização das Nações Unidas – *Yearbook of the United Nations: 1967*. p. 645

adoptar disposições, em cooperação com as potências coloniais, para assegurar a presença da ONU nos territórios coloniais, para elaborar procedimentos para a aplicação da Declaração e para garantir a participação das NU nos processos de descolonização<sup>42</sup>;

n) Estabelecer um regime de missões de visita, como foi decidido no âmbito do mesmo Programa de Acção, para ser aprovado pela AG<sup>43</sup>;

o) Adoptar medidas, em colaboração com a OUA, para permitir, de acordo com a Resolução 2878 (XXVI), de 20 de Dezembro de 1971, que representantes dos movimentos de libertação dos territórios coloniais da África Austral participassem nas suas deliberações<sup>44</sup>;

p) Ajudar o Conselho Económico e Social na elaboração de estudos e na análise de questões comuns aos dois órgãos, como referido na mesma Resolução 2878 (XXVI)<sup>45</sup>;

q) Procurar o apoio de organizações nacionais e internacionais interessadas pela questão na descolonização, com vista à congregação de esforços para a realização dos objectivos da Declaração e de outras resoluções pertinentes da ONU, conforme previsto no parágrafo 17 da Resolução 2908 (XXVII), de 2 de Novembro de 1972<sup>46</sup>.

Como constatamos, o mandato do CD foi inicialmente estabelecido em termos muito vagos, o que segundo Barbier tinha por objectivo dar-lhe a maior flexibilidade possível e gerar consensos<sup>47</sup>. Contudo, essa situação viria a ser alterada com a introdução de modificações significativas na missão que lhe tinha sido confiada. Analisando a informação acima apresentada, pensamos que podemos delimitar dois

---

<sup>42</sup> Cf. Organização das Nações Unidas – A/8023/Rev.1/Add.2. *Programe spécial d'activités à l'occasion du dixième anniversaire de la Déclaration sur l'octroi de l'indépendance aux pays et aux peuples coloniaux: rapport du Comité spécial chargé d'étudier la situation en ce qui concerne l'application de la Déclaration sur l'octroi de l'indépendance aux pays et aux peuples coloniaux*. Nova Iorque: s.n., 1976. p. 30

<sup>43</sup> Cf. *Ibidem*.

<sup>44</sup> Cf. Organização das Nações Unidas – A/8723/Rev.1. *Rapport du Comité spécial chargé d'étudier la situation en ce qui concerne l'application de la Déclaration sur l'octroi de l'indépendance aux pays et aux peuples coloniaux*. Vol.I. Nova Iorque: s.n., 1975. p. 3

<sup>45</sup> Cf. *Ibidem*.

<sup>46</sup> Cf. Organização das Nações Unidas – A/9023/Rev.1. *Rapport du Comité spécial chargé d'étudier la situation en ce qui concerne l'application de la Déclaration sur l'octroi de l'indépendance aux pays et aux peuples coloniaux*. Vol.I. Nova Iorque: s.n., 1975. p. 5

<sup>47</sup> Cf. BARBIER, Maurice – *Ob. Cit.* p. 149

momentos essenciais. A barreira divisória situa-se por volta de 1970, aquando da comemoração do X aniversário da Declaração, pois como foi dito «A adopção do programa de acção pela Assembleia Geral marcou uma nova etapa nos esforços desenvolvidos pelas Nações Unidas para alcançar os objectivos da Carta, bem como os da Declaração. O programa representa não somente a expressão do desejo universal de acelerar o processo de libertação dos povos que ainda estavam submetidos à dominação colonial e estrangeira, mas também o desenvolvimento, assim como a reafirmação dos princípios enunciados na Declaração. É assim que o conceito de direito inalienável dos povos coloniais à autodeterminação e à independência foi alargado e compreende agora o reconhecimento do seu direito inerente a lutar “por todos os meios necessários de que podem dispor” contra as potências coloniais que reprimem pela força as suas aspirações à liberdade e à independência»<sup>48</sup>.

No primeiro momento assistiu-se, por um lado, à definição em termos mais precisos e, por outro, ao alargamento do mandato do CD. As precisões, em alguns casos, partiram da AG, que lhe confiou novas tarefas, como a elaboração da lista de territórios aos quais a Declaração se aplicava ou a apresentação de datas limites para a independência das colónias. Noutras situações, nomeadamente no que se refere ao estudo de questões específicas sobre os territórios coloniais, essas precisões foram o culminar de iniciativas realizadas pelo próprio CD. São exemplo disso, a realização de estudos sobre as actividades militares das potências coloniais nos territórios que administravam, sobre a aplicação da Declaração pelos Estados membros da ONU, sobre as actividades estrangeiras de natureza económica ou de outro tipo que eram um obstáculo à independência e sobre a aplicação das diversas resoluções pelas instituições internacionais e pelas agências especializadas. Nestes casos, as resoluções da AG vieram sancionar actividades que já eram realizadas pelo CD pelo menos desde 1964.

A essa concretização do mandato se associou, como já foi dito, o alargamento das suas competências. Esse alargamento resultou da atribuição da faculdade de

---

<sup>48</sup> «L'adoption du programme d'action par l'Assemblée générale a marqué une nouvelle étape dans les efforts déployés par les Nations Unies pour atteindre les buts et objectifs de la Charte ainsi que de la Déclaration. Le programme représente non seulement l'expression du désir universel d'accélérer le processus de libération des peuples qui sont encore soumis à la domination coloniale et étrangère, mais aussi le développement, ainsi que la réaffirmation des principes énoncés dans la Déclaration. C'est ainsi que le concept du droit inaliénable des peuples coloniaux à l'autodétermination et à l'indépendance a été élargi et comprend maintenant la reconnaissance de leur droit inhérent à lutter “par tous les moyens nécessaires dont ils peuvent disposer” contre les puissances coloniales qui répriment par la force leur aspiration à la liberté et à l'indépendance». Cf. Organização das Nações Unidas – *A/8723/Rev.I. Rapport du Comité spécial chargé...* Vol. I. p. 165.

informar o CS sobre os factos que ameaçavam a paz e a segurança internacionais. Isso contrariava a prática em vigor, pois, geralmente os órgãos subsidiários da AG não se dirigiam directamente ao CS. Para além desse facto, procurando responder aos receios dos representantes da Colômbia, da Itália e de outros países, que, aquando da criação do CD chamaram a atenção para o risco de se duplicar ou suplantar a máquina que a ONU já tinha montada<sup>49</sup>, concentrou-se no Comité a análise das questões que estavam espalhadas por diversos outros órgãos. Deste modo, absorveu as funções do Comité Especial para o Sudoeste Africano, do Comité Especial para os Territórios Administrados por Portugal e do Comité de Informações sobre os Territórios Não Autónomos, alargando o seu âmbito de actuação.

Dessa concentração resultou que o CD e o Conselho de Tutela passaram a ser, a partir de 1964, os únicos órgãos que se ocupavam de forma permanente da questão dos territórios não autónomos. Mas, essa situação foi alterada em 1966, quando foi criado o Conselho das Nações Unidas para a Namíbia. Por outro lado, em 1968 surgiu o Comité das Sanções contra a Rodésia do Sul e em 1970 se assistiu à criação do Subcomité da Namíbia. Esses órgãos, subsidiários da AG e do CS, contribuíram, segundo Barbier, para um certo esvaziamento do CD<sup>50</sup>. Efectivamente, tratavam de questões relacionadas com territórios não autónomos, pelo que o campo de actuação do CD passou a ser partilhado com outros órgãos no seio da ONU.

No segundo momento, em nosso entender, consideramos que houve uma certa mutação no mandato do CD. Até 1970, o Comité estudou a actuação das potências coloniais nos territórios que administravam, os entraves colocados à independência, a observação pelos Estados membros da ONU da Declaração e a aplicação das resoluções pelas instituições internacionais e pelas agências especializadas. A partir de então o seu mandato passou, por um lado, a estar direccionado para um relacionamento mais estreito com os territórios não autónomos e, por outro, para a difusão a nível internacional de informações sobre a descolonização.

Com efeito, data deste período a atribuição ao Comité da missão de estabelecer a presença da ONU nos territórios coloniais para garantir a aplicação da Declaração e a participação efectiva na descolonização. Outro elemento revelador dessa nova orientação foi o facto de a AG lhe ter solicitado que promovesse a participação dos movimentos de libertação nas suas decisões, o que viria a ter consequências decisivas

---

<sup>49</sup> Cf. Organização das Nações Unidas – *Yearbook of the United Nations: 1961*. p. 48

<sup>50</sup> Cf. BARBIER, Maurice – *Ob. Cit.* p. 631

para a situação das colónias portuguesas como procuraremos demonstrar nos próximos capítulos. No que respeita à difusão de informações sobre a descolonização, essa questão, apesar de abordada anteriormente pelo CD, ganhou uma nova ênfase. Informar a opinião pública internacional passou a ser uma das suas principais preocupações, tendo sido usados como principais meios de difusão as organizações nacionais e internacionais que se interessavam pela questão da descolonização.

### 1.3 Composição

Aquando da sua criação foi estabelecido que o CD seria composto por 17 membros, pelo que durante um certo período foi conhecido como Comité dos 17. A designação desses membros foi efectuada pela AG na sua 1094ª reunião plenária, realizada a 23 de Janeiro de 1962. Foram escolhidos os seguintes países, onde se destaca a predominância dos afro-asiáticos: Austrália, Camboja, EUA, Etiópia, Índia, Itália, Jugoslávia, Madagáscar, Mali, Polónia, Reino Unido, Síria, Tanganica, Tunísia, URSS, Uruguai e Venezuela<sup>51</sup>. Como não se sabia qual seria a duração do mandato do Comité, esses membros foram nomeados por tempo indeterminado, não tendo sido prevista a rotatividade ou a substituição por outros países.<sup>52</sup> Esta composição refletia a opinião dos autores do projecto de Resolução que esteve na origem da criação do CD, que defendiam que este órgão deveria ser composto por países escolhidos com base em critérios geográficos e que teria também de integrar potências coloniais<sup>53</sup>. Assim, o Comité era composto por países ocidentais, socialistas, latino-americanos e afro-asiáticos<sup>54</sup>. Incluía ainda três grandes potências coloniais, a saber os EUA, o Reino Unido e a Austrália<sup>55</sup>.

Por via da Resolução 1810 (XVII), de 17 de Dezembro de 1962, a AG alargou a composição do CD de 17 para 24 membros. Através desse alargamento, que esteve na origem do surgimento da designação Comité dos 24, passaram também a ser seus membros a Bulgária, o Chile, a Costa do Marfim, a Dinamarca, o Iraque, o Irão e a Serra Leoa, tendo-se mantido o equilíbrio anteriormente existente que era favorável aos

---

<sup>51</sup> Cf. Organização das Nações Unidas - A/5238. *Rapport du Comité spécial chargé...* p. 6

<sup>52</sup> Cf. BARBIER, Maurice – *Ob. Cit.* p. 107

<sup>53</sup> Cf. *Idem.* p. 95

<sup>54</sup> Vide o apêndice nº I, onde consta a lista dos membros que compunham o CD entre 1962 e 1976.

<sup>55</sup> A Austrália era considerada como uma potência colonial, pois administrava diversos territórios, como as Ilhas Cocos (Keeling). Também tinha territórios que estavam sob o regime de tutela, de que é exemplo a Papua e a Nova Guiné.

afro-asiáticos<sup>56</sup>. Esse alargamento procurou antecipar as alterações introduzidas no mandato do Comité quando lhe foram atribuídas as funções anteriormente desempenhadas pelo Comité Especial para o Sudoeste Africano, pelo Comité Especial para os Territórios Administrados por Portugal e pelo Comité de Informações sobre os Territórios Não Autónomos.

Para os anos em análise destacam-se três períodos distintos na composição do CD. O primeiro foi de 1963 a 1968, quando o Comité contou sempre com os seus 24 membros, embora alguns tivessem sido substituídos. Assim, em 1966, o Camboja retirou-se do Comité, manifestando a sua decepção para com esse órgão e para com a ONU por não terem conseguido pôr termo ao colonialismo. O CD escolheu o Afeganistão para seu substituto<sup>57</sup>. No ano seguinte seria a vez da Dinamarca ceder o seu lugar à Finlândia<sup>58</sup>. E, em 1968, as Honduras e o Equador passaram a ocupar os lugares deixados vagos pela saída do Uruguai e do Chile<sup>59</sup>. Essas alterações, com a exceção da saída do Camboja que foi motivada pela sua insatisfação em relação aos resultados obtidos, visavam proporcionar uma rotatividade no seio do grupo dos países ocidentais e dos latino-americanos. Todos os membros que saíram durante este período foram substituídos, pelo que não foram deixados lugares vagos no CD.

No segundo momento, entre 1969 e 1972, alguns dos lugares que vagaram pela saída dos membros não foram preenchidos. Consequentemente, entre 1969 e 1970 o CD teve apenas 23 membros, em 1971 passou para 21, enquanto que em 1972 só pôde contar com 22 delegações nos seus trabalhos. Estas alterações tiveram um profundo significado político porque foram o resultado da saída das três potências coloniais, cujos lugares não foram preenchidos por não ter sido possível encontrar países com responsabilidades na administração de territórios coloniais que se disponibilizassem para fazer parte do CD.

A primeira potência colonial a abandonar o Comité foi a Austrália. Em 1969, numa carta datada de 28 de Janeiro, anunciou que o seu governo tinha decidido retirar-se daquele órgão. Ao longo do ano, o lugar que deixou vago não foi preenchido e na sua

---

<sup>56</sup> Cf. Organização das Nações Unidas - A/5446/Rev. 1. *Rapport du Comité spécial chargé...*p. 4

<sup>57</sup> Cf. Organização das Nações Unidas - A/6300/Rev. 1. *Rapport du Comité spécial chargé...*p. 5

<sup>58</sup> Cf. Organização das Nações Unidas - A/6700/Rev. 1. *Rapport du Comité spécial chargé d'étudier la situation en ce qui concerne l'application de la Déclaration sur l'octroi de l'indépendance aux pays et aux peuples coloniaux.*1967. Canada: s.n., 1968. p. 5

<sup>59</sup> Cf. Organização das Nações Unidas - A/7200/Rev. 1. *Rapport du Comité spécial chargé d'étudier la situation en ce qui concerne l'application de la Déclaration sur l'octroi de l'indépendance aux pays et aux peuples coloniaux.* S.I. : s.n. : 1969. p. 7

1838ª reunião, a 17 de Dezembro de 1969, a AG decidiu adiar para uma data posterior a nomeação de um substituto<sup>60</sup>.

Para os restantes países que se retiraram neste período foi sempre possível encontrar alternativas, como se verificou nesse ano, quando a Finlândia comunicou a sua saída do CD, tendo sido substituída pela Noruega, enquanto que o Chile o foi pelo Equador<sup>61</sup>. Em 1971, na sua 24ª sessão, a AG recebeu comunicações informando que as Honduras, a Noruega e a Itália, esta última por ter sido nomeada para o CS, estavam de saída do CD. Por proposta do Presidente da AG esses países foram substituídos pelas Fidji, pela Suécia e por Trinidad-Tobago.

Para além desses países, a 11 de Janeiro, o Reino Unido e os EUA comunicaram que também iriam abandonar o CD, pelo que ao lugar deixado vago pela Austrália se juntaram mais dois. A saída dessas três potências, que pôs em causa a composição do Comité, foi motivada pelas críticas constantes de que eram alvo por parte dos restantes membros. Essa saída foi lamentada tanto pelo SG na sua declaração de abertura das sessões do CD desse ano como pelo próprio presidente do Comité, Germán Nava Carillo (1971). Este último declarou que «(...) não tinha nenhuma dúvida que os Estados que eram responsáveis pela administração de territórios deveriam não somente oferecer a sua cooperação constante, mas também participar o mais directamente possível nos trabalhos dos órgãos encarregues de aplicar a Resolução 1514 (XV) da Assembleia Geral»<sup>62</sup>.

Ainda neste período, em 1972, a Polónia também se retirou do Comité, pedindo para ser substituída pela Checoslováquia. Nesse mesmo ano, a AG designou a China e a Indonésia para ocuparem dois dos três lugares deixados vagos pela saída das potências coloniais. A nomeação desses dois países foi saudada pelo Presidente do CD, Salim Ahmed Salim (1972-1976), sobretudo no que diz respeito ao primeiro, pois considerou que «O facto de a China ter assento no Comité tem uma dimensão particular.

---

<sup>60</sup> Cf. Organização das Nações Unidas - A/8023/Rev. 1. *Rapport du Comité spécial chargé d'étudier la situation en ce qui concerne l'application de la Déclaration sur l'octroi de l'indépendance aux pays et aux peuples coloniaux*. Vol. I. Nova Iorque: s.n., 1973. p. 13

<sup>61</sup> Cf. Organização das Nações Unidas - A/7623/Rev. 1. *Rapport du Comité spécial chargé d'étudier la situation en ce qui concerne l'application de la Déclaration sur l'octroi de l'indépendance aux pays et aux peuples coloniaux*. Vol. I. Nova Iorque: s.n., 1974. p. 11

<sup>62</sup> «(...) ne faisait pas de doute que les Etats qui étaient eux-mêmes responsables de l'administration de territoires devaient non seulement offrir leur coopération constante mais encore participer le plus directement possible aux travaux des organes chargés d'appliquer la résolution 1514 (XV) de l'Assemblée générale». Cf. Organização das Nações Unidas - A/8423/Rev. I. *Rapport du Comité spécial chargé d'étudier la situation en ce qui concerne l'application de la Déclaration sur l'octroi de l'indépendance aux pays et aux peuples coloniaux*. Vol. I. Nova Iorque: s.n., 1974. p. 18

Além de que os membros do Comité contavam assim no seu seio com um outro membro permanente do Conselho de Segurança e isso imediatamente após o lugar que lhe cabia lhe ter sido atribuído na Organização das Nações Unidas, o que testemunha o interesse autêntico da China pela luta pela libertação e independência de todos os povos coloniais»<sup>63</sup>. Com a saída de Madagáscar, anunciada ao SG por carta a 1 de Janeiro de 1972, passaram a existir dois lugares vagos, pois não foi possível aplicar o critério geográfico para a sua substituição. Esse país só foi substituído, por proposta do Presidente da AG, na 2104ª sessão plenária, a 8 de Dezembro de 1972, pelo Chile. Na mesma data, o Equador que tinha comunicado a sua saída do Comité, foi substituído pelo Congo.

Tanto o Chile como o Congo integraram o CD em 1973, altura em que este voltou a ser composto por 24 membros, o que marcou o início do terceiro período, que se estendeu até 1976. Um dos lugares que tinha permanecido vago devido à saída das potências coloniais foi ocupado pela Austrália que regressou, deste modo, ao CD. Esse facto foi realçado pelo Presidente do CD na sua primeira declaração do ano aos membros, onde referiu que «O regresso da Austrália ao seio do Comité reveste-se de uma importância particular, pois mostra claramente que a política de uma potência administrante e os objectivos do Comité Especial são compatíveis, desde que a potência interessada esteja disposta a assumir de boa fé as obrigações decorrentes da Carta e da Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e aos Povos Coloniais»<sup>64</sup>.

Os anos de 1974, 1975 e 1976 não trouxeram alterações significativas. Continuou a existir rotatividade entre o grupo de países ocidentais, com a saída da Suécia em 1974 e a sua substituição pela Dinamarca<sup>65</sup>. O mesmo se verificou no grupo

---

<sup>63</sup> «Le fait que la Chine siégeait au Comité avait une portée toute particulière. Outre que les membres du Comité comptaient ainsi parmi eux un autre membre permanent du Conseil de sécurité, et ce immédiatement après que la place qui lui revenait lui eut été rendus au sein de l'Organisation des Nations Unies, cela témoignait de l'intérêt authentique porté par la Chine à la lutte pour la liberté et l'indépendance de tous les peuples coloniaux». Cf. Organização das Nações Unidas – A/8723/Rev.1. *Rapport du Comité spécial chargé...* Vol. I. p. 12

<sup>64</sup> «Le retour de l'Australie au sein du Comité revêtait une importance particulière car il montrait clairement que la politique d'une puissance administrante et les objectifs du Comité spécial étaient compatibles, dès lors que la puissance intéressée était prête à assumer de bonne foi ses obligations en vertu de la Charte et de la Déclaration sur l'octroi de l'indépendance aux pays et aux peuples coloniaux». Cf. Organização das Nações Unidas – A/9023/Rev.1. *Rapport du Comité spécial chargé...* Vol. I. p. 14

<sup>65</sup> Cf. Organização das Nações Unidas – A/9623/Rev.1. *Rapport du Comité spécial chargé d'étudier la situation en ce qui concerne l'application de la Déclaration sur l'octroi de l'indépendance aux pays et aux peuples coloniaux*. Vol. I. Nova Iorque: s.n., 1976. p. 11



dos latino-americanos, com a substituição da Venezuela por Cuba em 1975<sup>66</sup>. Por último, em 1976 a Dinamarca cedeu o seu lugar à Noruega.

Destes três períodos enunciados destacam-se principalmente os dois últimos pela importância da qual se revestiram. A saída em 1969 e 1971 da Austrália, do Reino Unido e dos EUA (principalmente destes dos dois últimos por ter sido efectuada de forma concertada) conduziu ao esvaziamento do Comité e teve consequências nas decisões adoptadas, como se verá mais à frente em relação às colónias portuguesas. Somos obrigados a concordar com Barbier quando este afirma que esse abandono das potências coloniais «(...) exprimia a sua oposição à política do Comité (...)» <sup>67</sup>. Embora tivessem continuado a participar nas reuniões referentes aos territórios que administravam verificou-se um esvaziamento do CD, que, por um período de quatro anos, não conseguiu preencher todos os lugares disponíveis. Essa situação foi parcialmente compensada na terceira fase, a partir de 1973, pois o Comité voltou a ter 24 membros, após o retorno da Austrália. Mas, esse regresso não conseguiu compensar na totalidade o esvaziamento.

Transversal a essas três fases foi a rotatividade no seio dos países pertencentes aos grupos ocidental e latino-americano. Essa rotatividade foi favorecida pelo facto de nas substituições se ter procurado privilegiar países da mesma região geográfica, por forma a manter-se a configuração inicial do Comité. Isso permitiu a manutenção da predominância do grupo afro-asiático, que foi o mais constante, tendo experimentado poucas alterações. Mas, também teve consequências menos desejáveis, pois paralisou a substituição das potências coloniais quando estas abandonaram o CD. Com efeito, o critério de substituição utilizado impossibilitou a apresentação de alternativas à saída da Austrália, do Reino Unido e dos EUA. Tal facto explica que em 1972 esse critério tivesse sido posto de parte, quando se escolheu a China, a Indonésia e o Chile para substituírem o Reino Unido, os EUA e Madagáscar.

---

<sup>66</sup> Cf. Organização das Nações Unidas – A/10023/Rev.1. *Rapport du Comité spécial chargé d'étudier la situation en ce qui concerne l'application de la Déclaration sur l'octroi de l'indépendance aux pays et aux peuples coloniaux*. Vol. I. Nova Iorque: s.n., 1977. p. 10

<sup>67</sup> «(...) exprimait leur opposition à la politique du Comité (...)». Cf. BARBIER, Maurice – *Ob. Cit.* p. 114

## 1.4 Órgãos

Para o seu funcionamento, o CD criou diversos órgãos, que se podem dividir em duas categorias: os responsáveis pela direcção e orientação dos trabalhos e os que preparavam e executavam as tarefas<sup>68</sup>. Na primeira categoria enquadravam-se o Gabinete do Comité e o Grupo de Trabalho. Na segunda tínhamos os subcomités do questionário e das petições, os subcomités regionais, os subcomités especiais, os Grupos *Ad Hoc* e o Grupo de Trabalho Encarregue de Seguir a Aplicação da Declaração e de Outras Resoluções da ONU pelas Agências Especializadas e por Organismos Internacionais.

Esses órgãos não eram permanentes, pois no início de cada ano, aquando da organização dos seus trabalhos, o CD analisava se iriam ou não permanecer em funções e distribuía-lhes tarefas. Examinavam as questões das quais eram encarregues, elaboravam relatórios, que continham sugestões e recomendações, e apresentavam-nos ao Comité. A decisão cabia em última análise ao CD, sendo que os relatórios eram submetidos à sua aprovação.

Os órgãos eram compostos por representantes de países membros do Comité, escolhidos anualmente. A sua composição variou em função das alterações verificadas com a saída e a entrada de novos membros no CD. Por outro lado, os órgãos foram sofrendo alterações ao longo do tempo, designadamente no que diz respeito às funções que lhes eram atribuídas e às suas designações, como iremos verificar mais detalhadamente.

### Gabinete

Era o principal órgão do CD e assegurava a sua direcção. Era eleito anualmente, por aclamação ou por unanimidade. De início era composto por um Presidente, um vice presidente e um relator. Com o alargamento do Comité, em 1963, passou a compreender dois vice presidentes. Posteriormente, em 1974, o número de vice presidentes elevou-se a três, pelo que passou a ser composto por cinco membros.

O Presidente tinha como atribuições convocar o CD, dirigir os debates, fazer a ponte com os outros órgãos da ONU e com qualquer outra entidade com interesse para os seus trabalhos e designar os membros dos restantes órgãos. Entre 1962 e 1976, os

---

<sup>68</sup> Cf. *Idem*. p. 124

presidentes do Comité foram, excepto em 1971, quando o cargo foi ocupado por Germán Nava Carrillo, representante da Venezuela, sempre afro-asiáticos. A República Unida da Tanzânia foi o país que esteve durante mais tempo na direcção, com Jonh W. S. Malecela em 1967 e Salim Ahmed Salim entre 1972-1976<sup>69</sup>. Em caso de impedimento, o Presidente era substituído pelos vice presidentes. Era auxiliado pelo relator, que tinha como função elaborar o relatório anual do CD, que era apresentado à AG<sup>70</sup>.

### Grupo de Trabalho

Criado em 1963, o Grupo de Trabalho era considerado como o órgão director do CD. Tinha como uma das suas principais funções estudar e fazer recomendações sobre a lista dos territórios que o Comité deveria examinar e indicar a ordem de prioridade pela qual esse exame seria empreendido. Cabia-lhe assim a análise dos pedidos enviados ao CD para que se estudasse a situação de determinado território<sup>71</sup> e recomendar a sua inclusão na lista daqueles aos quais a Declaração se aplicava. Também examinava o programa de trabalho do Comité e formulava recomendações a esse respeito<sup>72</sup>, propondo a repartição das tarefas pelos restantes órgãos. Era portanto deste Grupo que partiam as orientações para a organização dos trabalhos do CD.

Entre 1963 e 1966, foi composto pelos membros do Gabinete e por mais quatro países designados pelo Presidente, num total de oito representantes. Em 1967, a sua composição foi alargada com a participação de um outro membro escolhido pelo Presidente<sup>73</sup>. No ano seguinte recebeu mais um membro, a Índia, passando a ser constituído por dez países. Em 1971 voltou a ter nove membros e em 1974, como o Gabinete passou a ser composto por cinco pessoas, os designados pelo Presidente foram somente quatro.

### Subcomité do Questionário

Foi criado na 8ª reunião do Comité, a 5 de Março de 1962. Tinha como função elaborar questionários que seriam endereçados às potências coloniais. Era composto pela Índia, que presidia, pelo Mali, pela Síria, pelo Uruguai e pela Jugoslávia, sendo que

---

<sup>69</sup> Vide o apêndice II, que contém a listagem dos presidentes do CD entre 1962 e 1976.

<sup>70</sup> Cf. BARBIER, Maurice – *Ob. Cit.* p. 124-125

<sup>71</sup> Cf. Organização das Nações Unidas - A/6000/Rev. I. *Rapport du Comité spécial chargé..* p. 6-7

<sup>72</sup> Cf. Organização das Nações Unidas - A/6300/Rev. I. *Rapport du Comité spécial chargé...* p. 20

<sup>73</sup> Cf. Organização das Nações Unidas - A/6700/Rev. I. *Rapport du Comité spécial chargé...* p. 18

estes dois últimos foram escolhidos pelo Presidente do CD<sup>74</sup>. Foi responsável pela redacção de um questionário que foi enviado ao Reino Unido, a Portugal e à África do Sul. Como nenhum desses países respondeu ao questionário o Subcomité foi dissolvido.

#### Subcomité das Petições

Era outro dos órgãos de preparação e de execução do CD, tendo sido criado na sua 9ª reunião, realizada a 7 de Março de 1962. Recebia e analisava as petições escritas e os pedidos de audiência enviados ao Comité. Examinava-os e propunha recomendações através dos relatórios que elaborava. Com base nesses relatórios, o CD decidia se as petições e os pedidos de audiência eram aceites. Nos casos em que as petições eram sancionadas, o Subcomité encarregava-se da sua distribuição por todos os membros.

As suas funções foram sendo alargadas ao longo do tempo. Em 1969, para além da análise das petições, abordou a questão da modificação do sistema de actas das reuniões do Comité, bem como as petições sobre a Namíbia e sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial<sup>75</sup>.

Em 1973 deu-se uma alteração na sua designação, passando a ser conhecido como Subcomité das Petições e Informação<sup>76</sup>. Passou a acumular as funções que desempenhava anteriormente com a tarefa de seguir a aplicação das resoluções da AG e do CD relativas à difusão de informações sobre a descolonização. Também foi encarregue, em 1975, de elaborar um programa de actividades para a celebração do XV aniversário da Declaração.

Voltou a mudar de designação em 1976. De Subcomité das Petições e Informação passou a ser designado como Subcomité das Petições, Informação e de Assistência. Esta alteração deveu-se às novas competências que lhe foram atribuídas, nomeadamente no que dizia respeito à observância da aplicação da Declaração pelas agências especializadas e por organismos internacionais associados à ONU e ao fornecimento de apoios aos povos que lutavam pela independência<sup>77</sup>.

---

<sup>74</sup> Cf. Organização das Nações Unidas - A/5238. *Rapport du Comité spécial chargé...*p. 19

<sup>75</sup> Cf. Organização das Nações Unidas - A/7623/Rev.1. *Rapport du Comité spécial chargé...*Vol. I. p. 24-25

<sup>76</sup> Cf. Organização das Nações Unidas - A/9023/Rev. 1. *Rapport du Comité spécial chargé...*Vol. I. p. 27

<sup>77</sup> Cf. Organização das Nações Unidas - A/31/23/Rev. 1. *Rapport du Comité spécial chargé d'étudier la situation en ce qui concerne l'application de la Déclaration sur l'octroi de l'indépendance aux pays et aux peuples coloniaux.* Vol. I. Nova Iorque: s.n., 1977. p. 21

A sua composição foi sendo modificada ao longo do tempo. Os seus membros passaram de sete (1962-70, 1972) para seis (1971), aumentado depois para oito (1973-75) e para doze (1976), devido à extinção de alguns órgãos do Comité, como adiante será indicado. De início tinha um gabinete, composto por um presidente e um vice presidente, que era eleito por aclamação. Em 1973, com as alterações que lhe foram introduzidas, passou a ter um presidente e um relator.

### Subcomité I

Foi um dos três subcomités regionais criados em 1964 para estudar a situação dos pequenos territórios que o CD não tinha tido oportunidade de examinar nas suas reuniões plenárias. Foi encarregue do exame dos territórios do Oceano Índico, a saber as Ilhas Maurícias, as Seicheles e Santa Helena. Por recomendação do Grupo de Trabalho, foi-lhe também atribuído o estudo, em cooperação com o SG e com outros organismos da ONU, das incidências das actividades da indústria mineira e das sociedades internacionais no sudoeste africano. Deveria avaliar a influência económica e política, bem como a forma de actuação desses interesses económicos<sup>78</sup>.

Na sua Resolução datada de 3 de Julho de 1964, o Comité atribuiu outras funções ao Subcomité I. Com efeito, foi encarregue do estudo das actividades dos interesses estrangeiros, de natureza económica ou não, que eram um obstáculo à aplicação da Declaração nas colónias portuguesas. Em 1966, foi-lhe pedido que apresentasse recomendações sobre o envio de missões de visita aos territórios cuja análise lhe tinha sido entregue<sup>79</sup>. Nesse mesmo ano, foi decidido que também seria encarregue do estudo das actividades e dos métodos de actuação dos interesses estrangeiros na Rodésia do Sul a par das colónias portuguesas. Posteriormente, em 1967, esse estudo foi estendido à Namíbia, a todos os territórios que se encontravam sob dominação colonial, bem como aos esforços para a eliminação do colonialismo, do *apartheid* e da discriminação racial na África do Sul<sup>80</sup>. Ainda em 1967, passou a estudar as actividades e os acordos militares desenvolvidos pelas potências coloniais nos territórios que administravam e que podiam ser um obstáculo à aplicação da Declaração.

---

<sup>78</sup> Cf. Organização das Nações Unidas - A/5800/Rev. 1. *Rapport du Comité spécial chargé d'étudier la situation en ce qui concerne l'application de la Déclaration sur l'octroi de l'indépendance aux pays et aux peuples coloniaux*. 1964. Canadá: s.n.: 1965. p. 20

<sup>79</sup> Cf. Organização das Nações Unidas - A/6300/Rev. 1. *Rapport du Comité spécial chargé...*p. 20

<sup>80</sup> Cf. Organização das Nações Unidas - A/7200/Rev.1. *Rapport du Comité spécial chargé...*p. 12-13

Em 1968 deixou de examinar a situação das ilhas Maurícias e em 1975 não analisou nenhum território, tendo sido encarregue somente da realização de estudos. Foi dissolvido em 1976 e as questões que tinha estudado até então passaram a ser examinadas em reunião plenária, o que permitia assegurar uma maior participação de todos os membros do Comité<sup>81</sup>. Foi composto inicialmente por oito países membros (1964-71) e, posteriormente, por nove (1972-1975), que eram dirigidos por um presidente e por um relator.

## Subcomité II

Este Subcomité foi encarregue da análise de dezasseis territórios do Oceano Pacífico e da Ásia, ou seja, do exame da situação vivida no Território sob Tutela de Nauru, na Papua e no Território sob Tutela da Nova Guiné, nas Ilhas Cocos (Keeling), no Território sob Tutela das Ilhas do Pacífico, em Guam, na Samoa Americana, nas Ilhas Cook, em Nioué, nas Ilhas Tokelau, nas Novas Hébridas, nas Ilhas Gilbert e Ellice, nas Ilhas Pitcairn, nas Ilhas Salomão, em Brunei e em Hong Kong<sup>82</sup>. Mas, por falta de tempo nem sempre conseguiu estudar anualmente todos esses territórios.

Tal como foi referido para o Subcomité I, também no ano de 1966 foi encarregue de apresentar recomendações sobre o envio de missões de visita aos territórios que estudava. À medida que os territórios dos quais tinha sido encarregue se foram tornando independentes, o volume do seu trabalho foi diminuindo. Esta situação afectou todos os órgãos do CD, o que conduziu a dissoluções. Assim, em 1973 o Subcomité II passou a desempenhar as tarefas que anteriormente pertenceram ao Subcomité III. Posteriormente, com a dissolução do Subcomité I em 1976, a sua designação foi alterada, passando a ser conhecido como Subcomité dos Pequenos Territórios<sup>83</sup>.

A sua composição variou em função das alterações verificadas nos restantes órgãos do CD. De início, era composto por oito países membros (1964-68), tendo esse número diminuído para sete (1969-70, 1972) e depois para seis (1971). Quando foi encarregue das funções do Subcomité III ocorreu um alargamento para catorze membros (1973), que teve continuidade no ano seguinte com a admissão de mais um país e que culminou em 1975 com dezasseis membros e em 1976 com dezassete.

---

<sup>81</sup> Cf. Organização das Nações Unidas - A/31/23/Rev. 1. *Rapport du Comité spécial chargé...* Vol. I. p. 15

<sup>82</sup> Cf. Organização das Nações Unidas - A/5800/Rev. 1. *Rapport du Comité spécial chargé...* p. 19

<sup>83</sup> Cf. Organização das Nações Unidas - A/31/23/Rev. 1. *Rapport du Comité spécial chargé...* Vol. I. p. 15

Ao nível dos seus dirigentes também se verificaram algumas alterações. Inicialmente tinha um presidente e um relator (1966-1972). Entre 1973-75 passou a ter um presidente, um vice presidente e um relator. Mas, para 1976 só foi referida a eleição do presidente e do relator.

### Subcomité III

No âmbito das atribuições deste Subcomité recaíam dezasseis territórios situados nas Antilhas e no Atlântico, como sejam: Honduras Britânicas, Ilhas Falkland (Malvinas), Bermudas, Bahamas, Ilhas Turcas e Caicos, Ilhas Caimão, Antígua, Dominica, Granada, Montserrat, St. Kitts-Nevis-Anguilla, Santa Luzia, São Vicente, Barbados, Ilhas Virgens Britânicas e Ilhas Virgens Americanas<sup>84</sup>. Ao exame desses territórios foi-lhe acrescentada em 1966 a tarefa de fazer sugestões sobre o envio de missões de visita aos territórios que estudava. Tal como se verificou com o Subcomité II, devido à falta de tempo, nem sempre conseguiu analisar anualmente todos esses territórios.

Em 1973, aquando da organização dos trabalhos do CD, devido à diminuição no número dos territórios que estudava, decidiu-se que seria dissolvido e que as suas funções, como já foi referido anteriormente, seriam confiadas ao Subcomité II. Durante a sua vigência, entre 1964 e 1970, foi composto por sete países membros, cujo número diminuiu para seis membros em 1971 e 1972. As suas actividades eram dirigidas pelo presidente, coadjuvado pelo relator.

### Subcomité para a Rodésia do Sul

Este foi o primeiro Subcomité especial a ser criado, em 1963, para seguir de perto a evolução da situação num dado território, neste caso na Rodésia do Sul<sup>85</sup>. Para desempenhar as suas funções foi autorizado a manter contactos com o governo do Reino Unido, pelo que em 1964 deslocou-se a Londres, onde permaneceu de 30 de Maio a 5 de Junho. Na 315ª reunião, a 17 de Novembro de 1964, o Comité reconduziu-o no seu mandato. Em 1965, a 22 de Abril, as suas funções foram de novo renovadas. A partir desse ano deixou de haver referências à sua actividade, pelo que no relatório anual do CD de 1966 não se encontra qualquer menção aos seus trabalhos.

---

<sup>84</sup> Cf. Organização das Nações Unidas - A/5800/Rev. I. *Rapport du Comité spécial chargé...*p. 19

<sup>85</sup> Cf. *Idem.* p. 20

### Subcomité para Aden

Na sua 243ª reunião, a 9 de Abril de 1964, o CD criou este Subcomité para analisar a situação vivida em Aden. Também foi mandatado a se deslocar para fora da sede da ONU no cumprimento da sua função. Não tendo podido deslocar-se a Aden, reuniu-se no Cairo, entre 4 e 11 de Julho, onde ouviu alguns peticionários<sup>86</sup>. Foi reconduzido no seu mandato através de uma Resolução adoptada na 314ª reunião do Comité, realizada a 17 de Novembro de 1964, e, posteriormente, a 16 de Setembro de 1965, aquando da 386ª reunião. Permaneceu ainda em funções no ano de 1966, tendo sido, provavelmente, dissolvido no início de 1967.

### Subcomité dos Bons Ofícios para a Guiana Britânica

Surgiu a 23 de Junho de 1964, na sequência da adopção de uma Resolução na 270ª reunião do CD. Tinha como missão oferecer bons ofícios para a aplicação das resoluções da AG e do CD sobre a Guiana Britânica. Na sequência do relatório oral apresentado pelo seu Presidente, o Comité, na sua 315ª reunião, a 17 de Novembro de 1964, autorizou-o a prosseguir o seu mandato<sup>87</sup>. De novo na sua 389ª reunião, a 7 de Outubro de 1965, foi reconduzido na sua tarefa. No entanto, teve um período de vigência muito curto, pois em 1966 já não esteve em funções.

### Subcomité para o Sudoeste Africano

Na 439ª reunião do Comité, realizada em Addis Abeba a 9 de Junho de 1966, foi criado o Subcomité para o Sudoeste Africano. Teve uma duração de poucos meses, após o que se seguiu a sua dissolução. Era composto por sete membros. Os seus trabalhos eram dirigidos por um presidente e um relator<sup>88</sup>.

### Subcomité da Basutolândia, Bechuanalândia e Suazilândia

Também foi criado na 439ª reunião do CD, tendo tido o mesmo destino que o Subcomité para o Sudoeste Africano, com o qual aliás tinha semelhanças quanto ao número de membros e à estrutura<sup>89</sup>.

---

<sup>86</sup> Cf. Organização das Nações Unidas - A/6000/Rev. 1. *Rapport du Comité spécial chargé...*p. 7

<sup>87</sup> Cf. Organização das Nações Unidas - A/5800/Rev. 1. *Rapport du Comité spécial chargé...*p. 20

<sup>88</sup> Cf. Organização das Nações Unidas - A/6300/Rev. 1. *Rapport du Comité spécial chargé...*p. 21

<sup>89</sup> Cf. *Ibidem*.



### Subcomité para a Guiana Equatorial (Fernando Pó e Rio Muni)

Resultou da Resolução adoptada a 21 de Maio de 1966 pelo CD. No quadro do seu mandato podia deslocar-se para fora da Sede das NU, pelo que, de 17 a 24 de Agosto de 1966, esteve em Madrid e na Guiana Equatorial (Fernando Pó e Rio Muni), onde realizou entrevistas com representantes do governo espanhol, de organismos e de grupos, bem como com pessoas particulares<sup>90</sup>. Quanto à sua composição, tinha sete membros, que eram dirigidos por um presidente e um relator.

### Subcomité das Ilhas Fidji

A criação deste Subcomité foi decidida a 7 de Setembro de 1966. Tinha como missão estudar a situação vivida nas ilhas Fidji, deslocando-se ao terreno para analisar os problemas *in loco*<sup>91</sup>. Contudo, ao longo de 1966 não desenvolveu nenhuma actividade, pois a nomeação dos seus membros só se verificou no início de 1967. Esteve em actividade até 1970, tendo sido composto por cinco membros, um dos quais desempenhava as funções de presidente.

### Subcomité de Oman

Foi criado a 29 de Março de 1968, tendo a sua missão se baseado no parágrafo 10 da Resolução 2302 (XXII), de 12 de Dezembro de 1967, através do qual a AG pediu ao CD para que considerasse a hipótese de criar um subcomité que se dedicasse exclusivamente ao estudo da situação desse território. Todavia, nesse ano não se pode reunir. Desempenhou as suas funções em 1969 e 1970. Era composto por cinco membros.

### Grupos *Ad Hoc*

Foram vários os Grupos *Ad Hoc* criados pelo Comité. Surgiram por razões económicas, com o objectivo de se deslocarem a África, uma vez que as viagens do CD a esse continente representavam grandes despesas para a ONU. O primeiro data de 1970, tendo sido criado no âmbito da comemoração do X aniversário da Declaração. Era composto por seis membros e deslocou-se a África entre 10 e 25 de Maio, tendo visitado Lusaka, Dar es Salam e Addis Abeba, capitais, respectivamente, da Zâmbia, da

---

<sup>90</sup> Cf. *Ibidem*.

<sup>91</sup> Cf. *Ibidem*.

República Unida da Tanzânia e da Etiópia. Entrou em contacto com os representantes dos movimentos de libertação e com altos funcionários da OUA.

Em 1971 foi criado um outro Grupo *Ad Hoc* de seis membros, com o intuito de se deslocar aos mesmos países, o que fez no mês de Junho, para estabelecer contactos com os representantes dos movimentos de libertação nacional e para recolher informações directas sobre a situação nos territórios coloniais<sup>92</sup>.

Em 1976, a 1 de Abril, foi criado o último Grupo, também com seis membros, que se deslocou ao Botswana, à Etiópia, a Moçambique, à República Unida da Tanzânia e à Zâmbia. Tinha como propósito reunir-se com representantes de movimentos de libertação da Rodésia do Sul e da Namíbia, com dirigentes e altos funcionários dos países anfitriões, com o Reino Unido, na sua qualidade de potência administradora da Rodésia do Sul, e com o Secretário Geral Administrativo e o Secretário Executivo do Comité de Coordenação para a Libertação de África da OUA<sup>93</sup>.

Grupo de Trabalho Encarregue de Seguir a Aplicação da Declaração e de Outras Resoluções da ONU pelas Agências Especializadas e por Organismos Internacionais

Foi criado a 23 de Fevereiro de 1973, na 902<sup>a</sup> reunião do Comité. Deveria verificar a observância, por parte das agências especializadas e das organizações internacionais associadas à ONU, da Declaração e de outras resoluções pertinentes sobre a descolonização.

Em 1974 solicitaram-lhe que tivesse em especial atenção a aplicação da Resolução 3118 (XXVIII), de 12 de Dezembro de 1973, da AG, na qual se lamentava o facto de várias organizações da ONU, como o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), continuarem a fornecer assistência a Portugal, à África do Sul e à Rodésia do Sul e se pedia que fossem criados programas concretos de ajuda aos povos de Angola, Moçambique, Rodésia do Sul e Namíbia, incluindo os que habitavam nas chamadas áreas libertadas.

Foi também encarregue de seguir a aplicação da Resolução 3300 (XXIX), de 13 de Dezembro de 1974, por intermédio da qual AG reafirmou a responsabilidade das agências especializadas e das organizações internacionais na aplicação da Declaração e na atribuição de assistência moral e material à população dos territórios coloniais e aos seus movimentos de libertação. Foi dissolvido em 1976 e as suas

---

<sup>92</sup> Cf. Organização das Nações Unidas - A/8423/Rev. I. *Rapport du Comité spécial chargé...* Vol. I. p. 61.

<sup>93</sup> Cf. Organização das Nações Unidas - A/31/23/Rev. I. *Rapport du Comité spécial chargé...* Vol. I. p. 2-3

funções transitaram para o Subcomité das Petições, Informação e Assistência<sup>94</sup>. Era composto por seis membros, um dos quais assumia as funções de presidente.

Esses diferentes órgãos refletem as necessidades sentidas pelo CD para organizar o seu trabalho. As funções atribuídas a cada órgão foram sendo ajustadas ao longo do tempo para responder às solicitações. Em algumas situações, esses ajustes resultaram da necessidade de adequar os órgãos às alterações verificadas no próprio mandato do Comité. O exemplo mais significativo dessa situação é o do Subcomité das Petições. Inicialmente era encarregue somente da análise das petições e dos pedidos de audiência apresentados ao CD. Em 1973, com a alteração da sua designação para Subcomité das Petições e Informação, passou a ter a seu cargo a difusão de informações sobre a descolonização e sobre a actuação da ONU nesse domínio, o que se tinha tornado numa das preocupações centrais do CD, como procurámos demonstrar mais acima. De ressaltar ainda o seu envolvimento, em 1976, na aplicação da Declaração pelas agências especializadas e pelas organizações internacionais associadas à ONU, o que resultou da preocupação do CD com a assistência aos povos coloniais já manifestada aquando da criação em 1973 do Grupo de Trabalho Encarregue de Seguir a Aplicação da Declaração e de Outras Resoluções da ONU pelas Agências Especializadas e pelos Organismos Internacionais.

Por outro lado, o número dos seus órgãos foi sendo alargado, a partir de 1964, para responder ao aumento do volume do trabalho atribuído ao Comité. Nesta situação encontravam-se os três Subcomités regionais criados para agilizarem os trabalhos, examinando os territórios que o CD não tinha tido oportunidade de analisar nas reuniões plenárias. No entanto, se inicialmente o Comité teve um grande volume de trabalho, o que em alguns anos levou a que nem todos os territórios fossem examinados, posteriormente, a partir de 1973, à medida que os territórios se foram tornando independentes, verificou-se o inverso. O CD foi então obrigado a extinguir alguns dos seus órgãos, transferindo as suas funções para os que não foram dissolvidos.

Verifica-se igualmente que existiram situações que foram alvo de uma atenção particular por parte do CD. Isso explica a profusão de Subcomités, entre 1963 e 1970, que foram criados para estudar situações específicas como as da Rodésia do Sul, das Ilhas Fidji ou de Oman. Contudo, esses órgãos revelaram-se bastante frágeis, pois na

---

<sup>94</sup> Cf. *Idem*. p. 15

sua esmagadora maioria não conseguiram atingir o objectivo principal que era o de se deslocar aos territórios em questão. Essa fragilidade foi também testemunhada pelo curto período de tempo durante o qual estiveram em actividade.

### 1.5 Métodos de Trabalho

Os métodos de trabalho do CD foram definidos nas suas oito primeiras reuniões, inspirando-se no parágrafo 5 da Resolução 1654 (XVI), da AG, que o tinha encarregue «(...) de desempenhar a sua tarefa servindo-se de todos os meios de que dispunha no quadro dos procedimentos e das modalidades que adoptará para o bom desempenho das suas funções»<sup>95</sup>. Na sequência dos debates travados entre os diversos membros foi acordado que o Comité iria seguir as disposições do regulamento interno da AG, da qual era um órgão subsidiário, nomeadamente os Artigos 98 a 134 sobre as Comissões. Os métodos de trabalho adoptados consistiram em:

a) Organização de uma série de reuniões plenárias ao longo do ano, nas quais eram analisadas as questões prioritárias, como a situação das colónias portuguesas, da Rodésia do Sul e da Namíbia. Essas reuniões estavam agrupadas em duas sessões, excepto em 1963, quando foram realizadas três<sup>96</sup>, e em 1975 e 1976, quando o CD realizou reuniões intersessões no final do ano. As reuniões plenárias eram completadas pelas que eram realizadas por cada um dos órgãos do Comité no âmbito das suas actividades. Todas as reuniões do CD e dos seus órgãos, excepto as do Grupo de Trabalho, eram públicas, pelo que todos os que desejassem participar eram livres de o fazerem.

b) Realização de reuniões fora de Nova Iorque, como foi estabelecido no parágrafo 6 da Resolução acima citada, que «*Autoriza* o Comité Especial a reunir-se noutros lugares que não a Sede da Organização das Nações Unidas, quando isso for necessário para lhe permitir desempenhar eficazmente as suas funções, em consulta com as autoridades

---

<sup>95</sup> «(...) d'accomplir sa tâche en se servant de tous les moyens dont il disposera dans le cadre des procédures et des modalités qu'il adoptera pour bien s'acquitter de ses fonctions». Cf. BARBIER, Maurice – *Ob. Cit.* p. 106

<sup>96</sup> Cf. *Idem.* p. 180-183

competentes»<sup>97</sup>. Foi neste quadro que, no âmbito dos seus métodos de trabalho, o CD aprovou a organização de uma série de reuniões em África e na Europa, mais concretamente em Lisboa no ano de 1975. Através dessas reuniões considerava que poderia ter um conhecimento directo da situação vivida no terreno, ouvir os peticionários que de outro modo não teriam condições para se deslocarem a Nova Iorque, manifestar o apoio da ONU aos povos que lutavam pela autodeterminação e independência e entrar em contacto com os diversos movimentos de libertação<sup>98</sup>.

c) Adopção de decisões com recurso a votações. Inicialmente foi estabelecido que o procedimento de decisão seria baseado nos consensos<sup>99</sup>, embora também fosse prevista a realização de votações caso algum membro solicitasse. Mas, na prática, verificou-se que os consensos adoptados foram escassos. O procedimento de decisão por excelência do CD foi a votação de resoluções por apelo nominal. A adopção de consensos revelou-se impraticável desde a primeira decisão tomada. Só foi utilizada para questões secundárias ou para as que eram unanimemente apoiadas pelos membros do Comité. Temos assim que «A votação de resoluções tornou-se a regra e a adopção de consensos, a excepção, mesmo se (...) certos países indicaram a sua preferência pelo método do consenso, como por exemplo a Argentina e o Senegal aquando da décima oitava sessão da Assembleia»<sup>100</sup>. A adopção de decisões pelo CD podia ainda consistir na aprovação das conclusões e recomendações do Grupo de Trabalho e dos Subcomités.

d) Utilização de documentos de trabalho redigidos e distribuídos pelo Secretariado. Esses documentos eram elaborados para cada território e para cada questão particular examinada pelo Comité. Focavam aspectos diversos, como a situação geográfica dos territórios, a sua dimensão, o número da população, o estatuto constitucional, a forma de governo, a situação económica, social e escolar, os factos novos verificados anualmente,

---

<sup>97</sup> «Autorise le Comité spécial à se réunir en tout autre lieu que le Siège de l'Organisation des Nations Unies, lorsque cela pourrait être nécessaire pour lui permettre de s'acquitter efficacement de ses fonctions, en consultation avec les autorités compétentes». Cf. *Idem.* p. 106

<sup>98</sup> Cf. Organização das Nações Unidas - A/6000/Rev. 1. *Rapport du Comité spécial chargé...* p. 62

<sup>99</sup> «Le consensus se distingue de la résolution par trois traits principaux: il est préparé et présenté par le président et non par des délégations; il est adopté par l'accord général (mais pas nécessairement unanime) des membres et non par un vote; c'est un texte plus souple qu'une résolution, parfois plus long et de portée plus vague». Cf. BARBIER, Maurice – *Ob. Cit.* p. 172.

<sup>100</sup> «Le vote de résolutions devint alors la règle et l'adoption de consensus, l'exception, même si, (...) certains pays marquèrent leur préférence pour la méthode du consensus, par exemple l'Argentine et le Sénégal, lors de la dix-huitième session de l'Assemblée». Cf. *Idem.* p. 174-175

entre outros<sup>101</sup>. Essa documentação era elaborada com base em informações recolhidas pelo Secretariado em publicações diversas, como livros, revistas e jornais, nas petições escritas, nos depoimentos dos movimentos de libertação e nos dados transmitidos por escrito ou de forma oral pelas potências coloniais ao abrigo do Artigo 73 e) da Carta.

e) Recolha de informações de forma directa, através da recepção de petições escritas e da audição de peticionários<sup>102</sup>. As petições eram postas em circulação de forma não oficial logo após a sua recepção. Posteriormente, eram analisadas pelo Subcomité das Petições, criado para esse efeito, que decidia quais deveriam circular de forma oficial. Mas, nunca se chegou a estabelecer um critério para a triagem das petições. Quanto aos pedidos de audição, estes eram analisados e podiam ou não ser aceites. Teoricamente, só o CD podia ouvir peticionários, mas, na prática, os Subcomités regionais e os especiais também realizaram audições.

f) Recurso a missões de visita, que permitiriam obter informações em primeira mão sobre a situação nos territórios e sobre a melhor forma de se aplicar a Declaração. Podiam ser compostas exclusivamente por membros do Comité ou podiam ser realizadas em conjugação com outros órgãos da ONU, como o Conselho de Tutela<sup>103</sup>.

g) Aceitação da participação de representantes de potências coloniais, de Estados interessados e de observadores nas suas reuniões. Os observadores podiam ser representantes de organizações, como a OUA e a Liga dos Estados Árabes, ou de países, como a Espanha. Posteriormente, na sequência da Resolução 2878 (XXVI), de 20 de Dezembro de 1971, adoptada pela AG, o CD passou a admitir, também na qualidade de observadores, a participação de representantes de movimentos de libertação nos seus trabalhos<sup>104</sup>. Mais tarde, em 1974, adoptou disposições no sentido de pessoas particulares poderem participar nas suas reuniões para lhe fornecerem informações que

---

<sup>101</sup> Cf. Organização das Nações Unidas - A/5446/Rev. 1. *Rapport du Comité spécial chargé...*p. 10-18

<sup>102</sup> Cf. BARBIER, Maurice – *Ob. Cit.* p. 190-194

<sup>103</sup> Cf. *Idem.* p. 198

<sup>104</sup> Cf. Organização das Nações Unidas - A/8723/Rev. 1. *Rapport du Comité spécial chargé...* Vol. I. p. 38

de outro modo não poderiam ser obtidas. Essas pessoas eram escolhidas de acordo com a indicação da OUA e dos movimentos de libertação<sup>105</sup>.

h) Manutenção de laços estreitos com outros órgãos das NU, com agências especializadas e com instituições internacionais. No parágrafo 8 da Resolução 1654 (XVI), a AG pediu ao Conselho de Tutela, ao Comité de Informações sobre os Territórios Não Autónomos e às agências especializadas para que apoiassem o CD no seu trabalho. O Comité também coordenava as suas actividades com as do Conselho das Nações Unidas para a Namíbia, do Comité Especial Encarregue de Estudar a Política do *Apartheid* na África do Sul e de outros órgãos. O seu Presidente foi autorizado a entrar em contacto com os presidentes desses órgãos para coordenarem os trabalhos, nomeadamente através da troca de informações, de relatórios e de petições, da transmissão das resoluções adoptadas e da realização de missões de visita conjuntas.

As relações com as agências especializadas eram asseguradas, a partir de 1964, pela participação dos seus representantes nas reuniões do CD e pelas consultas realizadas com o Conselho Económico e Social. A interligação entre o CD e as agências especializadas era ainda assegurada por intermédio do Comité do Programa e da Coordenação e do Comité Administrativo de Coordenação.

O Comité seguia também de perto as actividades das organizações internacionais que se interessavam pela questão da descolonização, como a OUA, o Movimento Anti-*Apartheid* no Reino Unido, o Conselho Mundial da Paz, a Federação Mundial da Juventude Democrática e a Organização de Solidariedade com os Povos Afro-Asiáticos. Procurava o apoio dessas organizações para a realização dos objectivos da Declaração e para a difusão de informações sobre a descolonização. Participava igualmente nas conferências e nos ciclos de estudos sobre a descolonização e outros temas conexos organizados por essas organizações.

i) Elaboração de diversos documentos que espelhavam o seu trabalho. Assim, para as reuniões plenárias do CD, eram elaboradas actas estenográficas e actas analíticas, sendo que somente estas últimas eram consideradas como documentos oficiais, que eram distribuídos por todos os membros. Mas, em 1968, as actas analíticas foram suprimidas,

---

<sup>105</sup> Cf. Organização das Nações Unidas - A/9623/Rev. I. *Rapport du Comité spécial chargé...* Vol. I. p. 36

pelo que passaram a ser impressas somente actas estenográficas nas línguas de trabalho da ONU<sup>106</sup>. Para as reuniões do Subcomité das Petições e dos Subcomités I, II e III eram elaboradas unicamente actas analíticas. O Grupo de Trabalho e os diversos subcomités especiais que existiram ao longo do tempo não produziram actas das suas reuniões. Limitaram-se a apresentar relatórios periódicos ao Comité, alguns dos quais de forma oral.

Anualmente, o CD também elaborava um relatório, que continha um apanhado de todo o trabalho realizado e que era remetido à AG. Nesse relatório eram indicados dados referentes à organização dos trabalhos e informações sobre cada um dos territórios analisados. Compreendia ainda diversos documentos produzidos pelos Subcomités e extractos de actas das reuniões. Como isso representava um grande volume de documentação, a AG, na sua Resolução 2292 (XXII), de 8 de Dezembro de 1967, pediu ao Comité para que diminuísse a extensão dos seus documentos. É nesse contexto que em 1968 foi suprimida a realização de actas analíticas e se adoptou o modelo de relatório anual seguido pelas comissões da AG<sup>107</sup>.

Esses métodos de trabalho caracterizavam-se pela sua simplicidade e maleabilidade. Foram sendo construídos progressivamente pelo CD ao longo do período em análise. Pode concluir-se, tal como Barbier, que o Comité «Se dotou de todos os meios para jogar um papel distinto e desempenhar uma acção eficaz»<sup>108</sup>. Contudo, realce-se que esses métodos nem sempre foram estabelecidos em termos claros, como se procurou demonstrar em relação às petições, para as quais nunca foi definido um critério de selecção. A confusão estendia-se igualmente aos órgãos que podiam ou não utilizar um determinado método. Essa situação esteve patente em relação à audição de peticionários. Teoricamente, só poderia ser efectuada pelo CD nas suas reuniões plenárias. Mas, verifica-se que os Subcomités regionais e os especiais também ouviram peticionários, pelo que não era muito claro a quem pertencia esse domínio de acção. Esses métodos também foram, em alguns casos, ultrapassados pela prática. Foi assim que, na escolha da forma de decisão, se privilegiou a adopção de consensos, mas na realidade o método mais viável foi o recurso a votações.

---

<sup>106</sup> Cf. Organização das Nações Unidas - A/7200/Rev. 1. *Rapport du Comité spécial chargé...*p. 16

<sup>107</sup> Cf. *Idem.* p. 16-17

<sup>108</sup> «Il s'est donné tous les moyens pour jouer un rôle politique distinct et mener une action efficace». Cf. BARBIER, Maurice – *Ob. Cit.* p. 209



Alguns desses métodos de trabalho não estavam previstos na Carta das NU, o que gerou a contestação por parte de vários países, nomeadamente da Austrália, do Reino Unido e dos EUA. Foi o que se verificou em relação à recepção de petições, à audição de peticionários e ao envio de missões de visita. Esses países alegaram que o CD não deveria ouvir peticionários nem organizar missões de visita nos casos em que as potências coloniais cooperavam com a ONU. Argumentaram ainda que a AG só podia ouvir peticionários e enviar missões de visitas aos territórios sob tutela, ficando excluídos os territórios não autónomos, para os quais o Artigo 73 da Carta não previa esses procedimentos. Concluíram que a adopção desses métodos de trabalho «São questões que devem ser examinadas e o consentimento da potência administrante – pelo menos quando este último cooperava com a Organização das Nações Unidas – era um factor essencial a ter em consideração»<sup>109</sup>.

Esses métodos de trabalho, nomeadamente a realização de reuniões fora da sede da ONU, abriram espaço ao contacto com a realidade vivida nos territórios e forneceram aos movimentos de libertação a oportunidade de exporem os seus pontos de vista. Assim, o Comité podia dispor de elementos para fazer a confrontação entre as informações fornecidas pelos administradores coloniais e pelos movimentos de libertação. Contudo, realce-se que, em alguns casos, como em relação a Portugal, isso não foi possível, pois algumas potências coloniais recusaram-se a participar nos trabalhos do CD.

---

<sup>109</sup> «C'étaient des questions qui devraient être examinées et l'accord de la Puissance administrante – du moins quand cette dernière avait coopéré avec l'Organisation des Nations Unies – était un facteur essentiel à prendre en considération». Cf. Organização das Nações Unidas - A/5238. *Rapport du Comité spécial chargé...*p. 7

## **2. O Comité de Descolonização e os Movimentos de Libertação das Colónias Portuguesas: preocupações comuns**

O conflito entre o governo português e as NU teve início logo após a adesão de Portugal à Organização em Dezembro de 1955. De facto, a 24 de Fevereiro de 1956, o SG enviou uma carta ao governo português na qual inquiria se o país administrava territórios não autónomos. A resposta portuguesa, datada de 6 de Novembro, foi negativa, ou seja, indicou que não detinha colónias. Deste modo, Portugal sempre se recusou a fornecer as informações solicitadas ao abrigo do Artigo 73 da Carta das NU, escudando-se na revisão constitucional de 1951, segundo a qual não possuía colónias, mas sim províncias ultramarinas.

Com o agravar da situação, através da aprovação do Relatório dos Seis, convertido pela AG na Resolução 1541 (XV), de 15 de Dezembro de 1960, a ONU procedeu à definição do conceito de territórios não autónomos, para os quais era obrigatório a transmissão de informações. Posteriormente, na Resolução 1542 (XV), de 15 de Dezembro de 1960, a AG apresentou uma lista dos territórios não autónomos, onde constavam todas as colónias portuguesas.

O início da luta armada ditou a criação, pela Resolução 1603 (XV), de 20 de Abril de 1961, do Subcomité Encarregue de Examinar a Situação em Angola ou Subcomité dos Cinco. As NU também criaram, através da Resolução 1699 (XVI), de 19 de Dezembro de 1961, o Comité Especial para os Territórios Administrados por Portugal, conhecido por Comité dos Sete. Este Comité tinha por missão examinar as informações disponíveis a respeito das colónias portuguesas, apresentar conclusões e formular recomendações que pudessem ajudar a AG nas suas actividades.

Ambos os órgãos acabariam por ser extintos. O Comité Especial para os Territórios Administrados por Portugal foi dissolvido pela Resolução 1809 (XVII), de 14 de Dezembro de 1962, e as suas competências transitaram para o Comité de Descolonização. Quanto ao Subcomité de Angola, ele é referido, segundo pensamos pela última vez, na Resolução 1819 (XVII), de 18 de Dezembro de 1962, onde a AG mostrou satisfação pelo trabalho que tinha desenvolvido.

O CD passou então a concentrar em si a análise da situação vivida nas colónias portuguesas. Logo de início decidiu que essa questão seria prioritária, sendo examinada

em sessão plenária<sup>110</sup>. Do trabalho desenvolvido, Maurice Barbier, até 1970, destacou três momentos diferentes. No primeiro, que terá decorrido entre 1962 e 1964, o CD ter-se-á confrontado com a oposição de Portugal, que se recusou a participar nos seus trabalhos, pois não reconhecia o seu mandato. De 1965 a 1967 ter-se-á assistido a um endurecimento do Comité em relação a Portugal, o que teve como efeito o acentuar das pressões. E, num terceiro momento, entre 1968 e 1970, verificar-se-ia uma moderação, que Barbier considera como tendo sido um sinal de impotência perante o colonialismo português<sup>111</sup>.

Esta periodização de Barbier refere-se ao conjunto das actividades do Comité em relação às colónias portuguesas. Como o nosso objectivo é o relacionamento encetado com os movimentos de libertação, principalmente no que se refere à mutação do estatuto desses movimentos no seio do CD, optaremos neste capítulo por uma periodização diferente, que contudo tem alguns pontos de contacto com a de Barbier. Efectivamente, consideramos que é possível delinear, entre 1962 e 1976, cinco fases distintas no relacionamento entre o Comité e os movimentos de libertação das colónias portuguesas. A primeira fase, que situamos entre a data da criação do Comité e 1964, teve como característica essencial o reconhecimento do direito à autodeterminação e à independência dos povos das colónias portuguesas. A segunda abarcou os anos de 1965-1970, tendo sido marcada pelo reconhecimento da legitimidade da luta pela autodeterminação e independência levada a cabo por esses povos e pelos seus movimentos de libertação.

A fase seguinte foi a mais breve de todas. Decorreu durante o ano de 1971, quando se concedeu aos movimentos de libertação o estatuto de observador no seio do CD. Esta foi uma fase preparatória para o reconhecimento dos movimentos de libertação como legítimos representantes das populações das colónias, o que se veio a verificar em 1972 e se prolongou até 1974. Com as modificações introduzidas na política colonial portuguesa após o 25 de Abril de 1974, inaugurou-se a última fase que se estendeu por 1975 e 1976 e que foi caracterizada pelo acesso à independência das várias colónias africanas e pela ausência do CD no processo de descolonização português.

---

<sup>110</sup>Vide o apêndice III, onde consta a listagem dos territórios examinados pelo CD entre 1962 e 1976.

<sup>111</sup> Cf. BARBIER, Maurice – *Ob. Cit.* p. 375

## **2.1 Reconhecimento do Direito à Autodeterminação e à Independência: 1962-1964**

No início das suas actividades, o CD procurou obter a cooperação de Portugal. Logo em 1962, enviou para Portugal o documento elaborado pelo Subcomité do Questionário e aprovado a 29 de Março. Nesse documento solicitava-se informações sobre a população das colónias portuguesas, o seu estatuto e organização política, o direito de voto, a segurança interna, a ordem pública, a organização administrativa, judiciária e económica, os direitos do homem, as liberdades fundamentais, o pessoal militar estrangeiro presente nos territórios e a obrigatoriedade de prestação de serviço militar pelos africanos no exército português<sup>112</sup>. Mas, como já foi referido no capítulo anterior, Portugal não respondeu a esse questionário, o que esteve na origem da dissolução do Subcomité.

Em 1963 e 1964, o Comité convidou o representante português na ONU, Vasco Garin, a participar nas sessões consagradas ao exame da situação das colónias portuguesas<sup>113</sup>. Esses convites foram sempre recusados, pois o governo português não reconhecia a legitimidade da actuação do CD e nem a sua competência em domínios que considerava que correspondiam à sua jurisdição interna. Portugal fundamentava a sua recusa em cooperar com base na Carta que, como já indicamos no capítulo anterior, tinha sido ultrapassada pela Declaração que passou a ser o documento que regia o direito dos povos à autodeterminação e à independência. A título de exemplo temos a afirmação efectuada em 1963 segundo a qual «É necessário compreender a recusa de Portugal em fornecer informações como dizendo respeito unicamente à aplicação que certas delegações entendiam fazer do Artigo 73 da Carta, pois fora desse contexto o governo português nunca recusou fornecer as mais amplas e as mais completas informações sobre os territórios do ultramar»<sup>114</sup>.

Confrontado com as sucessivas recusas do governo português em participar nos seus trabalhos, o CD procurou interlocutores junto dos movimentos de libertação. Num primeiro período, que como já foi indicado decorreu entre 1962 e 1964, o Comité, na mesma linha da Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos

---

<sup>112</sup>Cf. *Idem.* p. 177

<sup>113</sup> Vide o apêndice IV, onde consta a listagem das reuniões do CD sobre as colónias portuguesas realizadas entre 1962 e 1976.

<sup>114</sup> «Il fallait comprendre le refus du Portugal de fournir des renseignements comme ne concernant que l'application que certaines délégations entendaient faire de l'Article 73 de la Charte, puisque en dehors de ce contexte le Gouvernement portugais n'avait jamais refusé de fournir les renseignements les plus amples et les plus complets sur ses territoires d'outre-mer». Cf. Organização das Nações Unidas - A/5446/Rev. 1. *Rapport du Comité spécial chargé...*p. 33

Coloniais, reconheceu o direito dos povos das colónias portuguesas, que os movimentos de libertação afirmavam representar<sup>115</sup>, à autodeterminação e à independência.

Logo no ano de 1962, o Comité realizou a sua primeira viagem a África, que como foi mencionado no relatório anual «(...) se revestiu de uma grande importância, em consequência da experiência que os seus membros adquiriram e do seu efeito psicológico sobre os países dependentes e independentes desse continente. As reuniões do Comité foram acompanhadas com grande entusiasmo e com um profundo interesse; serviram para aumentar as esperanças suscitadas pelos seus trabalhos e para reforçar a confiança dos povos africanos nas Nações Unidas»<sup>116</sup>. Essa viagem serviu para um primeiro contacto com os movimentos de libertação e foi uma oportunidade para as organizações e as populações africanas, que não dispunham de meios para se deslocarem a Nova Iorque, expressarem as suas opiniões.

O CD deslocou-se a Marrocos, à Etiópia e ao Tanganica entre 20 de Maio e 8 de Junho de 1962, tendo recebido peticionários de Moçambique. Foram assim ouvidos representantes da União Nacional Africana de Moçambique (MANU), da União Nacional Africana de Moçambique Independente (UNAMI), da União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO), destacando-se ainda a presença de Eduardo Mondlane a título individual<sup>117</sup>. O Comité também ouviu Frene Ginwalla, cuja origem se desconhece, que abordou os problemas dos territórios da África meridional em geral, incluindo os das colónias portuguesas.

Nesse ano de 1962, nas resoluções adoptadas a 10 de Agosto e a 18 de Setembro<sup>118</sup>, o Comité reconheceu então o direito dos povos das colónias portuguesas à autodeterminação e à independência. Esse reconhecimento foi efectuado de forma particular para Moçambique e para Angola, que foram as únicas colónias analisadas

---

<sup>115</sup> Segundo José Alberto de Azeredo Lopes um movimento de libertação é definido por três elementos essenciais: o fim prosseguido, que é a autodeterminação do povo; os elementos que o compõem, que é a população autóctone ou indígena; e a natureza do regime ao qual se opõe, que pode ser colonial, racista ou ocupante ilegal de um território. Afirma ainda, citando A. Tanca na obra *Foreign Armed Intervention in Internal Conflict*, que ««a simples formação de movimentos que se qualificam a si mesmos como de “libertação nacional” não garante automaticamente que sejam representativos, ou que o povo que pretendem representar esteja de facto titulado à autodeterminação»». LOPES, José Alberto de Azeredo - *Ob. Cit.* p. 113

<sup>116</sup> «(...) a revêtu une grande importance, par suite de l'expérience que ses members ont acquise et de son effet psychologique sur les pays dépendants et indépendants de ce continent. Les réunions du Comité ont été suivies avec enthousiasme et avec un intérêt profond; elles ont servi à accroître les espoirs suscités par ses travaux et à renforcer la confiance des peuples africains dans les Nations Unies». Cf. Organização das Nações Unidas - A/5238. *Rapport du Comité spécial chargé d'étudier...* p. 22

<sup>117</sup> Vide o apêndice VIII, onde consta a listagem dos peticionários ouvidos pelo CD sobre as colónias portuguesas entre 1962 e 1976.

<sup>118</sup> Vide o apêndice V, onde consta a listagem das resoluções do CD sobre as colónias portuguesas adoptadas entre 1962 e 1975.

nessa data, para os quais o CD «*Reaffirma solenemente* o direito inalienável do povo (...) à autodeterminação e à independência e apoia as suas reivindicações com vista ao acesso imediato à independência»<sup>119</sup>. Nessas resoluções, nomeadamente na que se referia a Moçambique, aprovada na 99ª reunião, esse reconhecimento conjugava-se com a denúncia da privação dos direitos e das liberdades fundamentais da população e com pedidos a Portugal para que levantasse todas as interdições à criação de partidos políticos e para que adoptasse medidas com vista à transferência do poder para a população moçambicana<sup>120</sup>.

Em 1963, o CD passou a analisar o conjunto das colónias portuguesas, tal como eram indicadas na lista preliminar dos territórios aos quais a Declaração se aplicava, que foi elaborada nesse ano. Essa lista, à semelhança da Resolução 1542 (XV), de 15 de Dezembro de 1960, estabelecia que Angola, incluindo o enclave de Cabinda, Moçambique, Guiné, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e suas dependências, Macau e suas dependências, bem como Timor e suas dependências, eram territórios não autónomos<sup>121</sup>. A esse respeito, importa referir a reserva apresentada pelo representante da Bulgária, segundo o qual Macau e suas dependências não deveriam figurar na lista, pois faziam parte da República Popular da China e tinham sido ocupados por Portugal através da força<sup>122</sup>.

Nesse ano, o CD não se deslocou a África, pelo que ouviu unicamente o depoimento do representante da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA). Os restantes movimentos de libertação apresentaram os seus pontos de vista através de petições escritas. O Comité começou assim a receber petições sobre as colónias portuguesas. No ano anterior não as tinha recebido, pois tinham sido encaminhadas para o Comité Especial para os Territórios Administrados por Portugal.

O CD recebeu um total de 22 petições<sup>123</sup>, das quais 13 eram originárias de movimentos de libertação angolanos, a saber: a Frente de Unidade Angolana (FUA), o Movimento para a Libertação do Enclave de Cabinda (MLEC), o Partido Democrático de Angola (PDA), a Federação da Frente de Libertação Nacional, a Frente Nacional para a Libertação de Angola (FNLA), o Movimento para a Libertação de Angola

---

<sup>119</sup> «*Réaffirme solennellement* le droit inaliénable du peuple (...) à la libre détermination et à l'indépendance, et appuie ses revendications en vue de son accession immédiate à l'indépendance». Cf. Organização das Nações Unidas - A/5238. *Rapport du Comité spécial chargé d'étudier...*p. 150

<sup>120</sup> Cf. *Idem.* p. 150-151

<sup>121</sup> Cf. Organização das Nações Unidas - A/5446/Rev. 1. *Rapport du Comité spécial chargé...*p. 295-297

<sup>122</sup> Cf. *Idem.* p. 5

<sup>123</sup> Vide o apêndice IX, onde consta a listagem das petições recebidas pelo CD sobre as colónias portuguesas entre 1962 e 1973.

(MPLA), o Partido Democrata Nto-Bako Angola, o Movimento Nacional Angolano, o Ngwizani à Kongo e a Frente para a Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC). Dos movimentos de libertação moçambicanos, a UNAMI e a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) enviaram 2 petições. Da Guiné foi recebida uma petição da União dos Refugiados da Guiné Portuguesa. Duas petições provinham de organizações da sociedade civil angolana, designadamente da Aliança dos Jovens Angolanos para a Liberdade (AJEUNAL) e da União Nacional dos Estudantes Angolanos (UNEA). Por último, foram recebidas 4 petições emanadas de individualidades diversas, como oficiais moçambicanos que desertaram do exército português, cidadãos caboverdeanos, F. Ian Gilchrist, médico canadiano que trabalhava junto de refugiados angolanos, e H. C. Hastings, cuja ocupação se desconhece.

Tendo passado a analisar o conjunto das colónias, as resoluções adoptadas pelo Comité já não se referiam a casos específicos, mas sim a todos os territórios. Nesse ano, adoptou uma Resolução a 4 de Abril, na qual, ao contrário do verificado em 1962, não se reafirmou de forma explícita o direito dos povos das colónias portuguesas à autodeterminação e à independência. Contudo, o reconhecimento desse princípio esteve implícito na condenação do governo português por se recusar a aplicar a Declaração<sup>124</sup>.

No final desta primeira fase, ou seja, em 1964, o CD ouviu novamente peticionários na sua sede, pois não foram realizadas viagens a África. A situação angolana foi abordada pelo médico F. Ian Gilchrist e pelo Governo Revolucionário Angolano no Exílio (GRAE). Foi ainda neste ano que a Guiné apresentou o seu primeiro peticionário, na pessoa do refugiado Alberto Bakoko Nank.

O Comité recebeu igualmente 31 petições escritas. Desse conjunto, 13 tinham origem nos seguintes movimentos de libertação angolanos: FLEC, Partido Democrata Nto-Bako Angola, Movimento de Defesa dos Interesses de Angola (MDIA), GRAE, MPLA e Comité de Unidade Nacional Angolana. De Moçambique foram recebidas 5 petições do Congresso Nacional Africano de Moçambique (MANC), da UDENAMO, da UNAMI e da MANU. Da Guiné, o CD recebeu uma petição do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Das restantes petições, 5 eram provenientes de organizações civis, 6 de personalidades individuais e 1 da oposição portuguesa. De entre as organizações civis representadas nas petições encontravam-se a UNEA, o Grupo Angolano da URSS, o Grupo de Estudantes de Angola e de Outros

---

<sup>124</sup> Cf. Organização das Nações Unidas - A/5446/Rev. 1. *Rapport du Comité spécial chargé d'étudier...* p. 37-38

Países, a Universidade Central da Venezuela e Federação dos Centros Universitários e a União das Organizações Africanas de Antigos Combatentes. Os particulares que se dirigiram de forma escrita ao CD foram Alberto Bakoko Nank, Fred Wilde, George M. Houser, em nome de F. Ian Gilchrist, José Malheiro Egreja Borges Ervedosa e Artur Manuel da Costa<sup>125</sup>. Relativamente à oposição portuguesa, o CD recebeu uma petição de opositores ao Estado Novo pertencentes à Frente Patriótica de Libertação Nacional (FPLN).

Neste ano, o CD voltou, mais uma vez, na Resolução de 3 de Julho, a não ser explícito quanto ao direito dos povos das colónias portuguesas à autodeterminação e à independência, o que motivou reacções da parte do representante da Tunísia, que afirmou que o seu país «(...) desejava que, como no passado, o Comité reafirme solenemente o direito inalienável dos territórios em questão à autodeterminação e à independência. Esse era um assunto demasiado importante para que nos contentemos em fazer uma alusão implícita»<sup>126</sup>. Apesar de tudo, nessa Resolução, o CD ensaiou a sua primeira tentativa de apoio aos refugiados das colónias portuguesas, ao pedir ao ACNUR e às outras agências especializadas para estudarem a possibilidade de lhes fornecerem ajuda.

O teor das resoluções adoptadas nesta fase demonstra claramente uma certa timidez do CD em relação aos movimentos de libertação, apesar das vozes que se ergueram no seu seio defendendo a adopção de medidas mais enérgicas. Essa foi a posição assumida pela URSS em 1962, quando o seu representante, a propósito da análise da situação de Moçambique, defendeu que «É necessário que o Comité confirme o direito imprescritível dos moçambicanos à autodeterminação e à liberdade completa, e que apoie as reivindicações dos partidos políticos moçambicanos defensores do acesso do país à independência antes do fim de 1962»<sup>127</sup>. Em 1964, considerando que não se tinham verificado progressos nos territórios administrados por Portugal, pediu que a análise da situação fosse entregue ao CS e que fossem adoptadas medidas enérgicas.

---

<sup>125</sup> Para mais informações sobre essas individualidades *vide* os elementos biográficos apresentados no final da dissertação.

<sup>126</sup> «(...) aurait désiré que, comme par le passé, le Comité réaffirme solennellement le droit inaliénable des territoires dont il s'agit à la libre détermination et à l'indépendance. C'était là une affaire trop importante pour que l'on se contentât d'y faire allusion implicitement». Cf. Organização das Nações Unidas - A/5800/Rev. 1. *Rapport du Comité spécial chargé d'étudier...* p. 175

<sup>127</sup> «Il fallait que le Comité confirme le droit imprescriptible des Mozambiquais à l'autodétermination et à la liberté complète, et qu'il appuie les revendications des partis politiques mozambiquais tendant à l'accession du pays à l'indépendance avant la fin de 1962». Cf. Organização das Nações Unidas - A/5238. *Rapport du Comité spécial chargé d'étudier...* p. 142-143



Defendeu ainda que a ONU deveria apelar a todos os países para que ajudassem os movimentos de libertação das colónias portuguesas<sup>128</sup>.

Mas, essa posição não era partilhada por todos os membros do Comité. Com efeito, a causa portuguesa contou com alguns apoios, nomeadamente dos EUA<sup>129</sup>, do Reino Unido<sup>130</sup>, da Austrália e da Itália. Esses apoios manifestaram-se nas opiniões expressas pelos representantes desses países e nas votações das resoluções aprovadas sobre as colónias portuguesas<sup>131</sup>.

Paralelamente à timidez do CD verifica-se que nesta fase a situação de Angola e de Moçambique mereceu destaque. Com efeito, o Comité só reconheceu de forma explícita o direito dos povos dessas colónias à autodeterminação e à independência. Mas, pode-se inferir que, através das resoluções adoptadas em 1963 e em 1964, que se referem ao conjunto dos territórios coloniais portugueses, esse reconhecimento foi estendido, embora implicitamente, às restantes colónias.

A predominância de Angola e Moçambique nos trabalhos do Comité pode ser facilmente explicada pela difícil situação vivida no primeiro território, onde a guerra tinha tido início em finais de 1961, e pelo facto de os seus movimentos de libertação terem sido mais activos na procura da interacção com o CD. Para este último aspecto contribuiu grandemente a deslocação do Comité a África em 1962, sendo que a importância dessa viagem é demonstrada pelo número de petiçãoários ouvidos nesse ano. A proliferação de petições escritas a partir de 1963 também contribuiu para essa

---

<sup>128</sup> Cf. Organização das Nações Unidas - A/5800/Rev. 1. *Rapport du Comité spécial chargé d'étudier...* p. 191-192

<sup>129</sup> Não obstante terem votado favoravelmente em 1961 algumas resoluções do CS, da AG e da IV Comissão, que condenavam a política portuguesa em Angola, no CD a posição dos EUA foi desde início marcada por abstenções ou por votos contra os projectos apresentados. Por outro lado, em meados de 1962, alteraram a sua política em relação a Portugal na ONU, tendo a administração Kennedy revisto as suas posições nesses órgãos. Cf. RODRIGUES, Luís Nuno – *Os Estados Unidos e a Questão Colonial Portuguesa na ONU (1961-1963)*. [Em linha]. 61-100. [Consult. 18 de Ag. de 2007]. Disponível em [http://www.ipri.pt/eventos/pdf/FLAD05\\_LNR.pdf](http://www.ipri.pt/eventos/pdf/FLAD05_LNR.pdf)

<sup>130</sup> A Grã-Bretanha tinha um papel moderado, pois «Em algumas votações na ONU e, sobretudo, na aprovação de um embargo ao fornecimento de material militar susceptível de ser usado em África, os governos britânicos fizeram questão de se dissociar da política colonial intransigente de Salazar. É certo que nunca assumiram uma atitude tão abertamente crítica quanto a administração Kennedy em 1961; mas também nunca foram tão longe como outras potências europeias (como a França ou a Alemanha Ocidental) no amparo político-militar à política colonial do Estado Novo. Digamos que, como o próprio Salazar notou em 1962, no rescaldo da queda de Goa, a Grã-Bretanha nunca foi capaz de escapar ao «aborrecimento de dolorosas contradições» no relacionamento que manteve com Portugal a partir de meados dos anos 50». Cf. OLIVEIRA, Pedro Aires – *Os Despojos da Aliança. A Grã-Bretanha e a Questão Colonial Portuguesa, 1945-1975*. Lisboa: Tinta-da-China, 2007. p. 482-483

<sup>131</sup> Vide o apêndice VI, onde consta a listagem dos resultados das votações das resoluções do CD sobre as colónias portuguesas adoptadas entre 1962 e 1975.

interacção. Na sua esmagadora maioria referiam-se à realidade angolana e moçambicana. Das outras colónias, somente a Guiné conseguiu algum protagonismo.

Os autores das petições escritas e os peticionários podem ser divididos em quatro categorias, a saber: os movimentos de libertação, destacando-se dentro destes uma subcategoria onde se integravam os que estavam envolvidos na luta armada; as organizações civis originárias das colónias e de outros países que apoiavam a luta pela autodeterminação e pela independência; as entidades singulares, que se dirigiram ao Comité em nome pessoal; e os grupos de oposição ao regime português. As informações que veicularam tiveram eco no seio do Comité. Foram por diversas vezes mencionadas pelos membros do CD nas suas declarações sobre as colónias portuguesas.

Esta fase foi assim marcada pelo reafirmar dos princípios enunciados na Declaração, embora nem sempre de forma explícita. Mas, deve-se destacar as pressões, nomeadamente da URSS, para a adopção de medidas mais enérgicas, de apoio directo aos movimentos de libertação. Como isso não se verificou, nesse momento, o apoio do CD à luta dos movimentos de libertação assumiu unicamente a forma do reconhecimento do direito das populações à autodeterminação e independência.

## **2.2 Legitimação da Luta pela Autodeterminação e Independência: 1965-1970**

Entre 1965 e 1970, porém, a situação alterou-se de forma significativa, tendo o CD reforçado as suas relações com os movimentos de libertação das colónias portuguesas. Nesta segunda fase, para além de continuar a reafirmar os princípios enunciados na Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais, o Comité reconheceu a legitimidade da luta levada a cabo pelos povos das colónias portuguesas para se libertarem da dominação colonial a que estavam sujeitos.

Assim sendo, assume particular importância o facto de Eduardo Mondlane, em representação da FRELIMO, se ter deslocado ao CD em 1965 para explicar o início da luta armada desencadeada pelo seu movimento a 24 de Setembro de 1964. No ano anterior tinha tentado expor a situação à AG, mas sem sucesso. Aproveitou então a deslocação do CD a África, onde se reuniu de 25 de Maio a 18 de Junho de 1965 na Etiópia, na República Unida da Tanzânia e na Zâmbia, para o fazer<sup>132</sup>.

---

<sup>132</sup> Cf. Organização das Nações Unidas – A/6000/Rev.I. *Rapport du Comité spécial chargé d'étudier...* p. 175

A justificação da FRELIMO para o início da luta armada gravitou em torno da recusa portuguesa em encetar conversações para a independência de Moçambique. Mondlane explicou que o recurso à via armada resultou da constatação de que «O povo de Moçambique está neste momento convencido que os seus opressores não abandonarão o país enquanto ele não pegar em armas»<sup>133</sup>.

Esse ponto de vista não foi aceite por alguns membros do Comité, nomeadamente pelos EUA, que afirmaram que «(...) não podiam admitir o modo de ver dos peticionários segundo o qual somente a violência podia modificar a situação reinante em Moçambique. A luta pela autodeterminação pode ainda ser orientada em direcção a negociações pacíficas»<sup>134</sup>. Mas, teve acolhimento da parte de outros membros, como a Polónia, que defendeu que «O Comité Especial deve fazer compreender aos movimentos de libertação que estava do lado deles»<sup>135</sup>.

Durante a estadia em África<sup>136</sup>, o CD ouviu ainda peticionários que representavam Angola, designadamente da União das Populações de Angola (UPA), do MPLA e do Conselho do Povo Angolano (CPA), tendo recebido igualmente um porta-voz de refugiados angolanos na Zâmbia. De Moçambique, para além da FRELIMO, ouviu um peticionário do Comité Revolucionário de Moçambique (COREMO). Da Guiné, o PAIGC apresentou uma exposição sobre a sua luta.

Essas reuniões contaram com a participação especial da OUA, criada em Maio de 1963. O representante do seu Comité de Coordenação para a Libertação de África e o seu Secretário Geral Administrativo participaram nas reuniões do CD na qualidade de observadores. A partir de então, a OUA passou a ser uma presença constante nos trabalhos do Comité.

Ao longo do ano, o CD recebeu 18 petições escritas, das quais 11 pertenciam aos movimentos de libertação angolanos, isto é, à União Nacional Angolana (UNA), ao

---

<sup>133</sup> «Le peuple du Mozambique était maintenant convaincu que ses oppresseurs ne quitteraient pas le pays tant qu'il n'aurait pas pris les armes». Cf. *Idem*. p. 176

<sup>134</sup> «(...) ne pouvaient admettre la manière de voir des pétitionnaires selon laquelle seule la violence pouvait modifier la situation régnant au Mozambique. La lutte pour l'autodétermination pouvait encore être orientée vers des négociations pacifiques». Cf. *Idem*. p. 190

<sup>135</sup> «Le Comité spécial devait faire comprendre aux mouvements de libération nationale qu'il était à leurs côtés». Cf. *Idem*. p. 192

<sup>136</sup> «Lorsque le Comité spécial a examiné la question de tenir des séances en Afrique, plusieurs membres ont exprimé l'avis que, du fait que le Comité spécial ne s'était pas réuni ailleurs qu'au Siège de l'ONU depuis 1962, un décalage commençait à apparaître entre ses travaux et les réalités africaines ainsi que les aspirations des peuples africaines. En tenant des réunions en Afrique, le Comité spécial augmenterait l'efficacité de ses travaux, notamment parce qu'il pourrait ainsi entendre les représentants de mouvements nationalistes de territoires coloniaux du continent. Une visite du Comité en Afrique apporterait par conséquent une aide à la population africaine de ces territoires qui lutte pour ses droits et libertés légitimes». Cf. *Idem*. p. 14

Partido Democrata Nto-Bako Angola, ao Ngwizani a Kongo, à FLEC, ao GRAE, à UPA, ao MPLA e ao CPA. De Moçambique foram recebidas 3 petições da FRELIMO, do MANC e do COREMO. A Guiné foi representada por uma petição do PAIGC, Cabo Verde por um documento do Movimento de Libertação das Ilhas de Cabo Verde (MLICV) e São Tomé e Príncipe por um outro do Comité de Libertação de São Tomé e Príncipe (CLSTP). Das entidades particulares foi enviada a petição subscrita por várias pessoas em nome de refugiados angolanos na Zâmbia.

Para o exame da situação nas colónias portuguesas, para além das informações apresentadas pelos peticionários e das contidas nas petições, o CD tinha à sua disposição um relatório do Secretariado sobre a situação dos refugiados da Guiné, de Moçambique e de Angola e sobre as medidas adoptadas pelo ACNUR e por outras agências especializadas que lhes forneciam assistência.

Na sequência da viagem a África, foi adoptada uma Resolução a 10 de Junho de 1965, na qual o Comité «*Reafirma* o direito das populações dos territórios africanos sob dominação portuguesa à autodeterminação e à independência e reconhece a legitimidade da luta que travam para conquistar os direitos enunciados na Carta da Organização das Nações Unidas, na Declaração Universal dos Direitos do Homem e na Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e aos Povos Coloniais»<sup>137</sup>. Assim, por um lado reconheceu-se a legitimidade da luta e, por outro, pela primeira vez, o CD utilizou a expressão “territórios sob dominação portuguesa”. Até então havia-se referido às colónias portuguesas como sendo “territórios administrados por Portugal”. Nesta Resolução, porém, preferiu adoptar uma nova terminologia, embora a expressão “territórios administrados” nunca tenha desaparecido, sendo frequentemente utilizada até 1976.

Na mesma resolução, o Comité apelou a todos os Estados para que apoiassem as populações africanas de Angola, de Moçambique, da Guiné e dos outros territórios sob dominação portuguesa e, em particular, solicitou ao ACNUR e às agências especializadas para que incrementassem a ajuda aos refugiados desses territórios.

Por outro lado, na Resolução de 18 de Junho, adoptada aquando da conclusão dos trabalhos no continente africano, o CD decidiu chamar a atenção da Comissão dos

---

<sup>137</sup> «*Réaffirme* le droit des populations des territoires africains sous domination portugaise à l'autodétermination et à l'indépendance et reconnaît la légitimité de la lutte qu'ils mènent pour obtenir les droits énoncés dans la Charte de l'Organisation des Nations Unies, la Déclaration universelle des droits de l'homme et la Déclaration sur l'octroi de l'indépendance aux pays et aux peuples coloniaux». Cf. *Idem*. p. 204-205

Direitos do Homem para os testemunhos dos peticionários sobre as violações dos direitos humanos cometidas nas colónias portuguesas<sup>138</sup>.

O reconhecimento da legitimidade da luta das populações das colónias portuguesas e os pedidos de apoio foram retomados em 1966. O CD organizou nesse ano novas reuniões no continente africano, tendo-se deslocado à República Unida da Tanzânia, à Somália, à Etiópia, à República Árabe Unida e à Argélia. Essa estadia decorreu entre 23 de Maio e 22 de Junho, tendo coincidido com a celebração da Jornada da África, comemorada a 25 de Maio. Nas reuniões realizadas nas capitais desses países foram ouvidos os representantes do MPLA e do GRAE, para Angola; da FRELIMO e da UDENAMO, para Moçambique; do PAIGC, acompanhado por Joyce Lussu, Justin Vieyra, Isidro Romero e Piero Nelli, para a Guiné; do CLSTP, para São Tomé e Príncipe; da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP), em nome do conjunto dos movimentos de libertação que representava; e da FPLN, em representação de opositores ao Estado Novo.

O PAIGC fez-se acompanhar, tal como tinha feito em 1965, por imagens que documentavam a situação vivida na Guiné. Apresentou filmes dos cineastas Isidro Romero e Piero Nelli, com os quais procurou mostrar os ferimentos provocados na população pelo exército português e os hospitais que tinha criado para prestar assistência aos feridos.

O CD recebeu um total de 26 petições. Desse conjunto, 13 foram apresentadas por movimentos de libertação angolanos, tendo sido subscritas pelo MDIA, pelo Partido Democrata Nto-Bako Angola, pela Frente Patriótica para a Independência do Congo dito Português (FPIKP), pela União Progressiva Nacional de Angola (UPRONA), pelo MPLA, pelo GRAE, pela FLEC, pelo Ngwizani a Kongo e pelo Partido Nacional Africano (PNA). De Moçambique foram recebidas 3 petições da MANU, da FRELIMO e da UDENAMO. Relativamente às outras colónias, as petições se distribuíam do seguinte modo: 2 do PAIGC, 1 do CLSTP e 1 da CONCP. As organizações civis foram representadas por uma petição da União das Mulheres Angolanas (UFA), enquanto que dos particulares o CD estudou dois documentos: um de José Malheiro Egreja Borges Ervedosa e outro de Gerard Chaliand. A FPLN e a União dos Portugueses Anti-Colonialistas em Marrocos enviaram 3 petições, em nome de organizações portuguesas que se opunham ao Estado Novo. Para além dessas petições,

---

<sup>138</sup> Cf. *Idem.* p. 61

o CD voltou, a exemplo do ano anterior, a ter à sua disposição o relatório do Secretariado sobre os refugiados de Angola, Moçambique e Guiné.

O reconhecimento da legitimidade da luta das populações das colónias portuguesas foi sublinhado pelos autores do primeiro projecto de Resolução aprovado a 22 de Junho, que se mostraram favoráveis ao recurso às armas, embora tivessem ressalvado que «(...) não pretendiam assim dar rédea solta à violência e às efusões de sangue, mas simplesmente sublinhar que as populações desses territórios tinham sido obrigadas a recorrer à força para fazerem face a uma guerra que Portugal lhes tinha imposto»<sup>139</sup>. Nessa Resolução, para além desse reconhecimento, o CD instou todos os Estados membros da ONU para que dessem a ajuda moral e material necessária ao restabelecimento dos direitos inalienáveis dessas populações e apelou ao ACNUR, às agências especializadas e às outras organizações internacionais para que auxiliassem os refugiados<sup>140</sup>. Na outra Resolução adoptada no mesmo dia após a conclusão das sessões em África, o CD especificou que essa assistência deveria ser concedida através dos movimentos de libertação.

A questão da assistência aos refugiados esteve também presente nas declarações dos diversos peticionários ouvidos no decurso da viagem do CD, realizada entre 26 de Maio e 21 de Junho de 1967, e que percorreu a República Democrática do Congo, a Zâmbia e a República Unida da Tanzânia. O grupo de peticionários mais numeroso foi o que representava Angola, tendo estado presente membros do GRAE, do MPLA, do Partido Progressista Angolano (PPA), da Liga Geral dos Trabalhadores Angolanos (LGTA), da União Nacional dos Trabalhadores Angolanos (UNTA), do Partido Democrata Nto-Bako Angola, da Confederação Geral dos Trabalhadores de Angola (CGTA), do Ngwizani a Kongo, do Cartel dos Nacionalistas Angolanos (CNA), da Confederação dos Sindicatos Livres Angolanos (CSLA) e da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). Moçambique foi representado por um número de peticionários mais reduzido, tendo estado presente os membros do COREMO e da FRELIMO. Para expôr os problemas da Guiné apresentou-se um representante da Frente de Luta para a Independência Nacional da Guiné dita Portuguesa (FLING).

---

<sup>139</sup> «(...) n'entendaient pas donner ainsi le feu vert à la violence et aux effusions de sang, mais simplement souligner que les populations de ces territoires avaient été contraintes de recourir à la force pour faire face à une guerre que le Portugal leur avait imposée». Cf. Organização das Nações Unidas – A/6300/Rev.1. *Rapport du Comité spécial chargé d'étudier...*p. 392

<sup>140</sup> Cf. *Idem.* p. 395

O MPLA apresentou ao CD dois documentos alusivos à questão dos refugiados, intitulados “Point de vu du MPLA sur l’éducation des réfugiés angolais” e “Contribution du MPLA à l’étude du problème des réfugiés angolais”<sup>141</sup>. As informações presentes nesses documentos foram complementadas pela nota do Secretariado sobre os refugiados de Angola, Moçambique e Guiné.

A audição dos peticionários culminou com a visita, a convite dos movimentos de libertação, a campos e a outras instalações criadas em Kinshasa e em Dar es Salam para os refugiados de Angola e Moçambique. Em Kinshasa, os membros do CD visitaram um centro de acolhimento, um hospital e uma escola geridos pelo GRAE, onde tiveram a oportunidade de contactar com refugiados, com professores, com médicos e com outras pessoas. Em Dar es Salam estiveram em estabelecimentos dirigidos pela FRELIMO, mais concretamente num hospital e no Instituto de Moçambique, onde era ministrado ensino primário, secundário e profissional, nomeadamente para a formação de enfermeiros e auxiliares. Também puderam examinar, em Kinshasa e em Kitwe, armas que lhes foram apresentadas como tendo sido capturadas pelos movimentos de libertação às forças armadas portuguesas<sup>142</sup>.

A acrescentar a toda a informação recolhida directamente durante a estadia em África, o CD recebeu ao longo do ano 49 petições escritas. Dessas petições, 24 eram originárias de movimentos de libertação angolanos, como o Governo do Conselho do Povo Angolano no Exílio, o Governo Provisório dos Fiotes Revolucionários no Exílio, a UPRONA, o Comité Revolucionário de Cabinda (CRC), o Partido Democrata Nto-Bako Angola, o MPLA, a UPA, a FLEC, o PDA, a UNITA, o Comité dos Bons Ofícios Angolanos (CBOA), o PPA, o Ngwizani à Kongo, o GRAE e o CNA. Recebeu ainda duas petições dos movimentos moçambicanos FRELIMO e COREMO. O mesmo se verificou em relação à Guiné, com duas petições do PAIGC e da FLING. Sobre São Tomé e Príncipe foi enviada uma petição pelo CLSTP. As restantes petições repartiam-se entre as organizações civis e as personalidades individuais. De organizações civis foram recebidas 12 petições, provenientes na sua maioria de grupos angolanos, com a excepção da Assembleia Mundial da Juventude (WAY). Assim, as seguintes organizações civis angolanas remeteram petições ao CD: UNEA, Movimento Feminino Democrático de Angola (MFDA), União dos Escuteiros e Guias

---

<sup>141</sup> Cf. Organização das Nações Unidas – A/6700/Rev.1. *Rapport du Comité spécial chargé d’étudier...* p. 78-82

<sup>142</sup> Cf. *Idem.* p. 69

de Angola, Associação das Mulheres Angolanas, Movimento das Mulheres Trabalhadoras de Angola, Movimento dos Jovens Operários Angolanos, UNTA, CGTA, LGTA e CSLA. Foram 8 as petições de individualidades diversas, enviadas por António Mpululu, Noe Pedro, Tuwumo Emmanuel, Manuel Costa, Ndonga Fernandes, André Kitabia, alunos da escola primária de refugiados angolanos e um grupo em nome do povo angolano de Lemba Riffart e Ndjili Brasserie, na República Democrática do Congo.

Nesse ano, o CD também participou na análise da questão das colónias portuguesas realizada no Seminário Internacional sobre o *Apartheid*, a Discriminação Racial e o Colonialismo no Sul da África, organizado em Kitwe, na República da Zâmbia, de 25 de Julho a 4 de Agosto.

Fazendo eco das preocupações dos movimentos de libertação, adoptou o seu primeiro consenso sobre os territórios coloniais portugueses, datado de 1 de Junho de 1967<sup>143</sup>. Esse consenso foi adoptado em Kinshasa, na República Democrática do Congo. Referia-se à questão dos refugiados, para os quais se tinha por diversas vezes pedido ajuda ao ACNUR, às agências especializadas e às organizações internacionais. Como os diversos peticionários que se apresentaram perante o CD tinham indicado que a ajuda que receberam era insuficiente voltou-se a insistir junto dessas organizações para que aumentassem, com urgência, a assistência dada aos refugiados e para que colaborassem com a OUA nesse sentido<sup>144</sup>.

Foi também neste período que, numa das resoluções adoptadas a 20 de Junho de 1967, o CD, pela primeira vez, demonstrou a sua satisfação para com os progressos alcançados pelos movimentos de libertação das colónias portuguesas. Essa satisfação estendia-se tanto à luta pela independência como aos programas de reconstrução implementados por esses movimentos nos territórios que afirmavam controlar. O Comité voltou a apelar a todos os Estados para que dessem a ajuda moral e material necessária aos povos dos territórios coloniais portugueses. Também agradeceu ao ACNUR, às agências especializadas e às organizações internacionais o apoio que tinham dado até ao momento a essas populações e pediu-lhes que o aumentassem, por intermédio da OUA e, por via desta, dos movimentos de libertação<sup>145</sup>.

---

<sup>143</sup> Vide o apêndice VII, onde consta a listagem dos consensos adoptados pelo CD sobre as colónias portuguesas entre 1967 e 1975.

<sup>144</sup> Cf. Organização das Nações Unidas – A/6700/Rev.1. *Rapport du Comité spécial chargé d'étudier...* p. 123-124

<sup>145</sup> Cf. *Idem.* p. 128



No ano de 1968 registaram-se novos desenvolvimentos no apoio dado aos movimentos de libertação. Como não se deslocou a África, o CD ouviu unicamente os depoimentos do GRAE, para Angola, e da FLING, para a Guiné, o que para Maurice Barbier era um sinal «(...) de uma certa desafecção dos movimentos de libertação em relação à ONU e ao Comité (...)»<sup>146</sup>.

Recebeu 12 petições, 7 das quais emanaram de movimentos de libertação angolanos, a saber: a UPRONA, o Ngwizani a Kongo, o CNA, o GRAE e o CBOA. Da Guiné foram duas as petições recebidas, sendo uma do PAIGC e outra da FLING. De entidades particulares recebeu as 3 petições da autoria de Alberto Bakoko Nank. Para além disso, o CD participou na Conferência Internacional dos Direitos Humanos, realizada em Teerão, de 22 de Abril a 13 de Maio, onde se analisou a situação das colónias portuguesas.

Na extensa Resolução adoptada a 26 de Junho, o Comité, para além de voltar a reconhecer a legitimidade da luta pela independência, congratulou-se com os progressos alcançados pelos movimentos de libertação, reiterou o apelo a todos os Estados para que ajudassem os povos dos territórios das colónias portuguesas e pediu o apoio do ACNUR, das agências especializadas e das organizações internacionais, que deveria ser canalizado através da OUA e dos movimentos de libertação. A novidade consistiu no pedido endereçado pelo Comité ao SG para que, em conjugação com as agências especializadas, com os países que acolhiam refugiados e com outros Estados interessados, desenvolvesse e incrementasse os programas existentes para a formação da população africana das colónias portuguesas, tendo em atenção as necessidades de cada território em matéria de quadros, de pessoal técnico e de especialistas para assegurar a administração pública e o desenvolvimento económico e social<sup>147</sup>.

Ainda nesse ano, o CD, pela primeira vez, adoptou uma Resolução com base numa petição apresentada por um movimento de libertação das colónias portuguesas. Tratou-se da Resolução de 23 de Setembro, que foi uma resposta do Comité a um telegrama de Amílcar Cabral, no qual este indicava que, para além do uso de napalm e fósforo branco, «Informações provenientes de fontes portuguesas fidedignas indicam [que o] Governo português, desesperado em relação à difícil situação das suas tropas no nosso país, [estava a] preparar-se activamente para usar desfoliantes químicos contra [a]

---

<sup>146</sup> Cf. BARBIER, Maurice – *Ob. Cit.* p. 377

<sup>147</sup> Cf. Organização das Nações Unidas - A/7200/Rev.I. *Rapport du Comité spécial chargé d'étudier...* p. 146-147

população [das] regiões libertadas e gás venenoso contra [as] nossas forças»<sup>148</sup>. Em face disso, o PAIGC pediu com urgência ao CD para que denunciasse esse projecto português, que classificou como sendo um acto de genocídio contra a população guineense. Esse pedido teve acolhimento junto do Comité que se mostrou profundamente inquieto com essa informação, pelo que condenou o governo português pelo uso de napalm e fósforo branco, bem como pelos preparativos destinados ao emprego de produtos químicos, de desfoliantes e de gás tóxico contra a população. Em consequência, solicitou ao seu Relator que elaborasse um estudo sobre o emprego de armas de destruição maciça e sobre todos os outros aspectos da guerra colonial, particularmente na Guiné<sup>149</sup>.

Em 1969, o CD retomou as viagens a África, onde permaneceu entre 5 a 23 de Maio, tendo realizado as suas reuniões na República Democrática do Congo, na Zâmbia e na República Unida da Tanzânia. Nessa deslocação ouviu, para Angola, representantes do GRAE, do CNA, do Partido Democrático Nto-Bako Angola, do MPLA e da UNITA. Sobre Moçambique recebeu peticionários da FRELIMO e do COREMO.

Vários membros do Comité aproveitaram essa deslocação a África para visitar, na República Democrática do Congo, um campo de acolhimento de refugiados angolanos criado pelo GRAE em Franquetti e um campo de treino militar dessa mesma organização nos arredores de Kinshasa<sup>150</sup>.

O CD aceitou 22 petições, com as seguintes proveniências: 8 de Angola, enviadas pelo CNA, pelo Partido Democrata Nto-Bako Angola, pelo GRAE, pela FLEC, pelo MPLA, pela UNITA, pela UPRONA e pelo CBOA; 2 de nacionalistas moçambicanos da FRELIMO e do COREMO; 2 do conjunto dos movimentos que se agrupavam em torno da CONCP; 8 de organizações civis, como a Igreja Unida de Cristo, a CGTA, a WAY, o Comité Polaco de Solidariedade com os Povos da Ásia e da África, a LGTA e a União dos Estados Africanos Não Independentes; e 2 de personalidades individuais, como Alberto Bakoko Nank e Anders Johansson.

---

<sup>148</sup> «Information from reliable portuguese sources indicates Portuguese Government desperate with regard difficult situation its troops in our country, actively preparing to use chemical defoliants against population liberated regions and poison gas against our forces». Cf. Organização das Nações Unidas - A/AC.109/PET. 1017, de 20 de Setembro de 1968. *Petição de Amílcar Cabral, Secretário Geral do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde, sobre a Guiné*. Nova Iorque: s.n., 1968. p. 1

<sup>149</sup> Cf. Organização das Nações Unidas - A/7200/Rev.1. *Rapport du Comité spécial chargé d'étudier...* p. 147

<sup>150</sup> Cf. Organização das Nações Unidas - A/7623/Rev.1. *Rapport du Comité spécial chargé d'étudier...* Vol. I. p. 94

O CD recebeu também o documento do Secretariado sobre a questão dos refugiados das três colónias portuguesas, onde existia conflito armado.

Na Resolução de 24 de Junho adoptada nesse ano, o CD reafirmou a legitimidade da luta pela libertação, assinalou os progressos dos movimentos de libertação, tomou nota do convite que lhe endereçaram para que visitasse as regiões que controlavam e pediu a Portugal para que aplicasse a Convenção de Genebra sobre o Tratamento de Prisioneiros de Guerra de 12 de Agosto de 1949. Os restantes parágrafos da Resolução referentes à população dos territórios coloniais e aos movimentos de libertação pediam a todos os Estados para que ajudassem os povos dos territórios sob dominação portuguesa, exprimiam satisfação pela ajuda fornecida pelo ACNUR, pelas agências especializadas e pelas organizações internacionais através da OUA e dos movimentos de libertação e recordavam a necessidade de expandir os programas de formação aos habitantes das colónias portuguesas. Para além disso, o CD decidiu, o que se reveste de grande importância, empreender, em conjugação com o SG e as agências especializadas, um estudo sobre a possibilidade de dar uma maior assistência aos movimentos de libertação<sup>151</sup>.

Esta fase terminou em 1970, quando o CD enviou a África o seu Grupo *Ad Hoc*, criado a 21 de Abril, como mencionado no primeiro capítulo. Esse Grupo tinha como missão ouvir a opinião dos movimentos de libertação sobre a elaboração de um programa de actividades para comemorar o X aniversário da Declaração, pelo que das colónias portuguesas recebeu peticionários do MPLA, da FRELIMO, do COREMO e do PAIGC.

O CD também recebeu 9 petições, 3 das quais provinham de movimentos angolanos, ou seja, do Partido Democrata Nto-Bako Angola e do CRC. Quatro procediam das seguintes organizações internacionais: Igreja Unida de Cristo, American Committee on Africa e Comité Angolano nos Países Baixos. Uma era de Herbert Albrecht, em nome próprio, e outra de dissidentes portugueses da FPLN.

Também nesse ano participou, a convite de Marcelino dos Santos, presidente da CONCP, na Conferência Internacional de Apoio aos Povos das Colónias Portuguesas, que se realizou em Roma de 27 a 29 de Junho. Estiveram presentes nessa Conferência três movimentos de libertação das colónias portuguesas, a saber: o MPLA, a FRELIMO e o PAIGC, bem como representantes de organizações nacionais e internacionais de

---

<sup>151</sup> Cf. *Idem*. p. 132-133

64 países. A delegação do Comité à Conferência, presidida por Assad K. Sadry (Irão) e composta pelos representantes da Bulgária, da República Unida da Tanzânia, da Venezuela e da Jugoslávia, aproveitou a ocasião para realizar encontros officiosos com esses movimentos de libertação e com as outras organizações presentes. Participou em todos os trabalhos da Conferência, nomeadamente nas sessões plenárias e nas comissões política, jurídica e de ajuda material.

Dos trabalhos realizados resultou a adopção da Declaração Geral da Conferência de Roma, na qual, para além de se condenar o colonialismo português, os seus massacres, o apoio que recebia dos seus aliados da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e a aliança com a África do Sul, se afirmava que os movimentos de libertação presentes eram os verdadeiros representantes da população e que exerciam soberania sobre vastas áreas. Por isso, concluiu-se que o esforço de libertação e de reconstrução nacional desses movimentos deveria ser internacionalmente reconhecido<sup>152</sup>.

As conclusões dessa Conferência foram tidas em consideração aquando da elaboração da Resolução de 18 de Agosto de 1970. No seu conjunto, essa Resolução, no que dizia respeito aos movimentos de libertação, limitou-se a repetir o que já tinha sido dito anteriormente. O reconhecimento da luta dos movimentos de libertação, o pedido a Portugal para que aplicasse a Convenção de Genebra aos combatentes presos, a solicitação aos Estados para que apoiassem a população das colónias portuguesas, a satisfação em relação ao ACNUR, às agências especializadas e às organizações internacionais pela ajuda fornecida aos refugiados e o pedido para que aumentassem a assistência através da OUA e dos combatentes são os elementos presentes nessa Resolução<sup>153</sup>.

Esta segunda fase apresentou assim um conjunto de características relevantes. Em comparação com o primeiro momento notou-se claramente um maior endurecimento do CD em relação a Portugal, o que se traduziu na aproximação aos movimentos de libertação das colónias portuguesas. Com efeito, foi neste período que, como já vimos, se reconheceu a legitimidade da luta dos movimentos de libertação das colónias portuguesas. O reconhecimento dessa legitimidade teve como corolário sucessivos pedidos de ajuda endereçados pelo CD aos Estados membros da ONU, ao

---

<sup>152</sup> Cf. Organização das Nações Unidas – A/8023/Rev.1. *Rapport du Comité spécial chargé d'étudier...* Vol. II. p. 336-338

<sup>153</sup> Cf. *Idem*. Vol. II. p. 84-86

ACNUR, às agências especializadas e às organizações internacionais para que apoiassem os povos das colónias portuguesas e os seus refugiados. Inicialmente não se especificou a forma como essa ajuda se deveria revestir, mas a partir de 1966 e 1967 foi consagrada nas resoluções que se deveria ajudar a população e os refugiados por intermédio da OUA, que faria a ponte com os movimentos de libertação.

A OUA assumiu assim um papel de intermediário entre a ONU e os movimentos de libertação das colónias portuguesas. Tendo participado pela primeira vez em 1965 nas reuniões do CD, a partir do ano seguinte «O Secretário Geral da OUA e os seus colaboradores colocaram-se à disposição do Comité Especial, não só para assistirem como observadores nos debates que terão lugar sobre cada um dos pontos inscritos na ordem do dia, mas igualmente para participarem em todas as trocas de pontos de vista consideradas úteis sobre as questões de interesse comum para o Comité Especial e a OUA»<sup>154</sup>. Essa organização passou então a participar nas reuniões do CD, para as quais tinha um convite permanente.

De destacar ainda que a organização de uma nova série de reuniões em África ao longo deste período se revestiu de grande importância para o estreitamento dos laços com os movimentos de libertação das colónias portuguesas. Com efeito, apesar de não se ter deslocado ao continente africano todos os anos, as viagens efectuadas foram de grande importância, principalmente a partir de 1967, quando o CD passou a visitar as infraestruturas criadas pelos movimentos de libertação para apoio, assistência sanitária e instrução aos refugiados, bem como para o treino de combatentes. Essas visitas, a par dos documentários exibidos e dos documentos apresentados pelos diversos movimentos, constituíram-se em fontes de informação para o Comité sobre a situação vivida nas colónias.

A importância das deslocações a África esteve igualmente patente na audição dos peticionários, pois quando não foram realizadas reuniões nesse continente o número dos movimentos que se apresentaram perante o CD diminuiu consideravelmente, como já se tinha verificado na fase anterior. Realce-se que, aos movimentos de Angola, Moçambique e da Guiné, vieram juntar-se o CLSTP, para defender a autodeterminação

---

<sup>154</sup> «Le secrétaire général de l'OUA et ses collaborateurs se mettaient à la disposition du Comité spécial, non seulement pour assister comme observateurs aux débats qui auraient lieu sur chacun des points inscrits à l'ordre du jour, mais également pour participer à tout autre échange de vues jugé utile sur les sujets qui intéressaient en commun le Comité spécial et l'OUA». Cf. Organização das Nações Unidas – A/6300/Rev.I. *Rapport du Comité spécial chargé d'étudier...*p. 62

e a independência de São Tomé e Príncipe, e a CONCP, para representar o conjunto dos movimentos de libertação das colónias portuguesas que eram seus membros.

Neste período notou-se igualmente uma certa retracção no número de petições enviadas ao CD a partir de 1968. Este tinha sido o meio de comunicação por excelência de muitos dos movimentos de libertação. A. E. Duarte Silva, do mesmo modo que Barbier em relação à audição de peticionários, interpreta essa retracção como um sinal do desânimo dos movimentos de libertação em relação à eficácia do Comité<sup>155</sup>. Efectivamente, encontramos nas declarações dos representantes dos movimentos indícios de algum descontentamento. Assim, Francisco Lubota, do GRAE, num depoimento a 24 de Junho de 1968, afirmou que os movimentos «(...) são frequentemente desencorajados pela indiferença dos membros da Organização e pelo facto de tantas resoluções terem sido adoptadas, mas não aplicadas, contra o governo português»<sup>156</sup>.

Mas, apesar dessa diminuição, assistiu-se à proliferação de petições provenientes das mais variadas organizações angolanas. Mais para o fim, em 1969 e 1970, começou a desenhar-se um facto que assumirá bastante relevância nas fases seguintes: tratou-se do incremento da participação das organizações internacionais nos trabalhos do CD. Embora esse facto já se tivesse verificado anteriormente, nestes anos houve um claro aumento dessa participação.

Assim, nesta fase, o CD sancionou as actividades dos movimentos de libertação, mostrando o seu apreço em relação às conquistas que tinham realizado em vários domínios. Procurou também mostrar a esses movimentos que partilhava as suas preocupações, designadamente em relação à questão dos refugiados e ao uso de armas químicas por parte de Portugal no conflito. Consideramos também que, ao pedir que os combatentes de libertação capturados em combate fossem tratados segundo a Convenção de Genebra, procurou colocá-los no mesmo plano que os soldados do exército português. O CD procurou igualmente dar aos movimentos de libertação um sinal claro da sua preocupação com a preparação da fase pós-independência. Só assim se compreende o apelo ao SG e às agências especializadas para que reforçassem os programas de formação de quadros das colónias portuguesas.

---

<sup>155</sup> SILVA, A. E. Duarte - «O litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974)» In *Análise Social*. Vol. XXX (130). 1995 (1º). p. 33

<sup>156</sup> «(...) sont souvent découragés par l'indifférence des Membres de l'Organisation et par le fait que tant de résolutions ont été adoptées, mais non appliquées, contre le Gouvernement portugais». Cf. Organização das Nações Unidas – A/AC.109/SR. 612. *Compte Rendu Analytique de la Six Cent Douzieme Seance, Tenue le Lundi, 24 Juin 1968, à 15h25*. Nova Iorque: s.n., 1968. p. 99

### 2.3 Atribuição do Estatuto de Observador: 1971

Neste enunciar do relacionamento encetado entre o CD e os movimentos de libertação das colónias portuguesas optámos por individualizar o ano de 1971 pela importância de que se revestiu. No início desse ano, aquando da organização dos trabalhos do CD, «Os membros estimaram que era imperativo que o Comité Especial se mantivesse em contacto com os movimentos de libertação nacional dos territórios coloniais desse continente e obtivesse informações directas e recentes sobre a situação reinante nesses territórios»<sup>157</sup>. Estas considerações motivaram a criação de um Grupo *Ad Hoc*, que se deslocou a África entre 10 e 25 de Maio para entrar em contacto com os representantes dos movimentos de libertação nacional e com altos funcionários da OUA. O objectivo do Grupo era obter informações directas sobre a situação em África e sobre a possibilidade de o CD realizar em 1972 um conjunto de reuniões fora da sua sede.

Esse grupo foi também encarregue especificamente de entrar em contacto com Agostinho Neto, que tinha denunciado numa petição, datada de 18 de Março de 1971, a intensificação da repressão portuguesa contra a população que lutava pela libertação de Angola. Indicou ainda que «Desde [o] início [de] 1970 [os] colonialistas portugueses lançaram toneladas [de] substâncias químicas, desfoliantes [e] herbicidas nas áreas libertadas, destruindo dois terços [das] colheitas [e] matando centenas [de] pessoas por envenenamento»<sup>158</sup>. Solicitou a condenação da acção portuguesa, a adopção de medidas que impedissem no futuro a sua repetição e o envio de assistência à população. O CD abordou essa questão nas reuniões realizadas na sua sede, tendo adoptado uma Resolução a 13 de Abril.

Mas, mesmo assim, encarregou o Grupo *Ad Hoc* de aprofundar o seu estudo. Esse Grupo, cujas características essenciais já foram referidas no capítulo I, realizou 13 reuniões públicas e 7 reuniões oficiosas em África. As reuniões públicas foram consagradas à audição dos movimentos de libertação sobre os últimos acontecimentos

---

<sup>157</sup> «Les membres ont estimé qu'il était impératif pour le Comité spécial de demeurer en rapport avec les mouvements de libération nationale des territoires coloniaux de ce continent et d'obtenir des renseignements directs et récents sur la situation qui règne dans ces territoires». Cf. Organização das Nações Unidas – A/8423/Rev.1. *Rapport du Comité spécial chargé d'étudier...* Vol. I. p. 182

<sup>158</sup> «Since beginning 1970 Portuguese colonialists have dropped tons chemical substances herbicides defoliant on liberated areas destroying two thirds crops killing hundreds people by poisoning». Cf. Organização das Nações Unidas - A/AC.109/PET. 1159, de 7 de Abril de 1971. *Petição de Agostinho Neto, Presidente do Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA), sobre Angola*. Nova Iorque: s.n., 1971. p. 1

verificados nas colónias. As reuniões oficiosas foram realizadas a pedido desses movimentos, com o objectivo de se discutir assuntos de interesse comum e a melhor forma de o Comité os ajudar na luta pela independência. Nessas reuniões estiveram presentes embaixadores africanos e diplomatas colocados em Addis Abeba, representando quatro dos países cujos membros participavam no Grupo *Ad Hoc*, a saber a Bulgária, a Etiópia, a Suécia e a Venezuela.

Das colónias portuguesas, o Grupo *Ad Hoc* ouviu, em Lusaka, membros do MPLA, da UNITA e do COREMO. Assistiu também à projecção de um filme e à distribuição de uma declaração do MPLA. Em Dar es Salam ouviu Joaquim Chissano, que era o principal representante da FRELIMO na República Unida da Tanzânia, Sérgio Vieira, porta-voz desse mesmo movimento na República Árabe Unida, e Agostinho Neto, presidente do MPLA.

Na sua estadia em África, o Grupo *Ad Hoc* aproveitou também a ocasião para, na República Unida da Tanzânia, visitar o Instituto de Moçambique, que era a sede administrativa e operacional da FRELIMO em Dar es Salam, e a Escola Secundária dirigida por esse movimento em Bagamoyo<sup>159</sup>.

Também recebeu uma petição do Partido Nacional Unificado de Angola e uma comunicação, de 25 de Maio, de Amílcar Cabral. Este último solicitou ao CD para que denunciasses e condenasses a realização da sessão da OTAN prevista para 3 de Junho de 1971 em Lisboa, pois representava uma manifestação de apoio político e uma prova da cumplicidade de alguns dos seus membros para com a guerra colonial portuguesa em África<sup>160</sup>.

Do relatório dos trabalhos do Grupo *Ad Hoc*, apresentado por Germán Nava-Carrillo (Venezuela) na 789ª reunião do CD a 7 de Abril de 1971, transpareceu que nessas reuniões, «Os representantes dos movimentos de libertação nacional reconhecidos pela OUA pediram à Organização das Nações Unidas para que os reconhecesse como os únicos representantes da população dos territórios sob dominação colonial e racista estrangeira, o que lhes permitiria participar nos trabalhos do Comité Especial e dos outros organismos das Nações Unidas e constituiria, por outro lado, um acto político importante com base no qual laços bilaterais poderiam ser estabelecidos com os Estados que ainda reconhecem actualmente os regimes coloniais e racistas.

---

<sup>159</sup> Cf. Organização das Nações Unidas – A/8423/Rev.1. *Rapport du Comité spécial chargé d'étudier...* Vol.I. p. 198

<sup>160</sup> Cf. *Idem*. p. 207



Enfim, os movimentos de libertação terão assim hipóteses acrescidas de obterem assistência de outros países»<sup>161</sup>.

A FRELIMO e o MPLA, em particular, argumentaram que «As zonas libertadas devem ser já identificadas enquanto Tais, e, embora continuem a lutar por uma libertação total, os movimentos de libertação e a população desses territórios devem ser reconhecidos como os únicos representantes dos seus respectivos territórios e povos. Os representantes foram da opinião que, a Organização das Nações Unidas tendo reconhecido a legitimidade da sua luta, devia agora reconhecer-lhes o seu estatuto. Eles também contestaram que se pudesse validamente reconhecer a legitimidade de regimes colonialistas e de regimes racistas minoritários da África Austral, que não eram mais do que porta-vozes de uma minoria de opressores. A maioria estava reduzida ao silêncio pela violência, mas a minoria, que tinha constantemente violado a Carta das Nações Unidas, não podia falar em nome daqueles que tinham verdadeiramente fé nos princípios das Nações Unidas»<sup>162</sup>.

Aproveitaram também a ocasião para renovar o convite, que já tinham efectuado anteriormente em diversos depoimentos, ao CD para visitar as áreas libertadas que afirmavam controlavam. Expressaram a opinião de que uma tal visita permitiria à ONU convencer-se da necessidade de reconhecer os movimentos de libertação como os únicos representantes das colónias, pois permitiria comprovar a fé e a confiança que as populações lhes devotavam. Mostraram apreço pelo facto de o CD ter reconhecido a legitimidade da sua luta e por ter pedido a todos os Estados para que lhes dessem assistência material<sup>163</sup>. Pediram ao Comité para que, na sequência do que vinha fazendo, chamasse a atenção das agências especializadas da ONU para a necessidade de fornecer urgentemente, por intermédio da OUA, assistência aos povos das colónias.

---

<sup>161</sup> «Les représentants des mouvements de libération nationale reconnus par l'OUA ont demandé à l'Organisation des Nations Unies de les reconnaître comme seuls représentants de la population des territoires sous domination coloniale et raciste étrangère, ce qui leur permettrait de participer aux travaux du Comité spécial et des autres organismes des Nations Unies et constituerait en outre, un acte politique important sur la base duquel des liens bilatéraux pourraient être établis avec les Etats qui reconnaissent encore actuellement les régimes coloniaux et racistes. Enfin les mouvements de libération auraient ainsi des chances accrues d'obtenir une assistance d'autres pays». Cf. *Idem*. p. 206

<sup>162</sup> «Les zones libérées devaient déjà être identifiées comme Telles, et, pendant qu'ils continuaient à lutter pour une libération totale, les mouvements de libération et la population de ces territoires devaient être reconnus comme seuls représentants de leurs territoires et de leurs peuples respectifs. Les représentants ont été d'avis que, l'Organisation des Nations Unies ayant reconnu la légitimité de leur lutte, se devait maintenant de reconnaître leur statut. Ils ont aussi contesté que l'on puisse valablement reconnaître la légitimité des régimes colonialistes et des régimes racistes minoritaires d'Afrique Australe qui n'étaient que les porte-paroles d'une minorité d'opresseurs. La majorité était réduite au silence par la violence, mais la minorité, qui avait constamment violé la Charte des Nations Unies, ne pouvait parler au nom de ceux qui avaient vraiment foi dans les principes des Nations Unies». Cf. *Ibidem*.

<sup>163</sup> Cf. *Idem*. p. 201

Nos contactos mantidos com a OUA participaram Diallo Telli, Secretário Geral Administrativo, Mohamed Ahmed Sahnoun, Subsecretário Geral, D. Quattara, Director do Departamento dos Negócios Políticos, Samuel Alemayehu, Chefe da Secção da Descolonização, e George Magombe, Secretário Executivo do Comité de Coordenação para a Libertação de África. Esses altos funcionários exprimiram a opinião de que a ONU só deveria reconhecer os movimentos de libertação sancionados pela OUA. Defenderam essa posição argumentando que alguns movimentos de libertação eram meros fantoches, financiados pelas potências coloniais com o objectivo de desorganizar a luta de libertação, enquanto que outros não tinham qualquer representatividade. Instaram o CD a esclarecer que o facto de ter concedido audiências a um determinado movimento não significava o seu reconhecimento pela ONU.

Expuseram os critérios utilizados pela OUA para reconhecer os movimentos de libertação. Indicaram assim que «(...) a OUA reconhecia os movimentos de libertação unicamente com base na sua eficácia e no seu empenhamento. O reconhecimento não era nunca fundado em considerações ideológicas ou sobre a pertença tribal. Problemas sociológicos e de outro tipo explicam por vezes a existência de dois movimentos num só país; contudo, desde que não lutem entre si, a OUA reconhecia os dois»<sup>164</sup>. Mas, esse reconhecimento não era permanente, pois, segundo George Magombe, podia ser revogado a qualquer momento<sup>165</sup>.

Os representantes da OUA louvaram a iniciativa da UNESCO, que tinha enviado uma missão de peritos para estudar a forma de ajudar os refugiados e os movimentos de libertação, da qual tinha resultado o lançamento de um programa de assistência no valor de 40 000 dólares. Neste sentido, solicitaram ao CD para que continuasse a insistir junto das agências especializadas para ajudarem os povos submetidos à dominação colonial. Esses representantes consideraram que essa assistência deveria ser canalizada, para uma maior eficácia, por intermédio da OUA. No entanto, declararam que não viam nenhum inconveniente que a ajuda fosse fornecida de forma directa, no quadro da cooperação bilateral entre os países e os movimentos de libertação. Defenderam ainda que não deveria ser feita nenhuma distinção entre assistência humanitária e outros tipos de

---

<sup>164</sup> «(...) l'OUA reconnaissait les mouvements de libération uniquement sur la base de leur efficacité et de leur engagement. La reconnaissance n'était jamais fondée sur des considérations idéologiques ou sur l'appartenance tribale. Des problèmes sociologiques et autres expliquaient parfois l'existence de deux mouvements dans un seul pays; cependant tant qu'ils ne se battent pas entre eux, l'OUA les reconnaissait tous les deux». Cf. *Idem*. p. 214

<sup>165</sup> Cf. *Idem*. p. 216

ajuda, pois era aos movimentos de libertação que cabia a decisão de saber qual a percentagem a ser consagrada a fins humanitários<sup>166</sup>.

Nas observações efectuadas pelo Grupo *Ad Hoc* a este conjunto de considerações foi reconhecido que «Os testemunhos dos representantes dos movimentos de libertação nacional dos territórios coloniais da África Austral colocaram em evidência uma vez mais a situação paradoxal de vários milhões de pessoas residentes nesses territórios mantidos sob o jugo colonial por regimes que não lhes davam a menor esperança de emancipação pacífica»<sup>167</sup>. O Grupo lamentou o facto de somente um pequeno número de agências especializadas se ter dedicado a ajudar os movimentos de libertação dos territórios coloniais e pediu a órgãos como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) para que alargassem a sua contribuição. Considerou que a elaboração de programas de assistência deveria ser coordenada com a OUA, «(...) que estava numa posição privilegiada para determinar as necessidades dos povos dependentes, recomendar as medidas a adoptar pelas organizações interessadas e coordenar a sua acção. Os programas de ajuda das instituições interessadas não darão os resultados previstos se não forem implementados por iniciativa da OUA e com a sua estreita colaboração. O papel que a OUA desempenha actualmente e que ela será chamada a desempenhar, avaliando sistematicamente e de forma contínua para as instituições e os organismos de assistência as necessidades dos movimentos de libertação nacional e os programas de ajuda, reveste-se de uma importância particular»<sup>168</sup>.

As observações do Grupo *Ad Hoc* também mencionaram que a ONU deveria se associar à OUA na intensificação da difusão de informações sobre a descolonização, através do reforço das actividades dos centros de informação das NU que se localizavam nas proximidades das regiões onde os conflitos militares tinham lugar.

---

<sup>166</sup> Cf. *Idem.* p. 214

<sup>167</sup> «Les témoignages des représentants des mouvements de libération nationale des territoires coloniaux d'Afrique Australe ont mis en évidence une fois de plus la situation paradoxale de plusieurs millions de personnes résident dans ces territoires maintenues sous le joug colonial par des régimes qui ne leur donnent pas le moindre espoir d'émancipation pacifique». Cf. *Idem.* p. 187

<sup>168</sup> «(...) qui est dans une position privilégié pour déterminer les besoins des peuples dépendants, recommander les mesures à prendre aux organisations intéressées, et coordonner leur action. Les programmes d'aide des institutions intéressées ne donneraient pas les résultats escomptés s'ils n'étaient pas mis en oeuvre sur l'initiative de l'OUA et avec son étroite collaboration. Le rôle que l'OUA joue actuellement et qu'elle sera appelée à jouer en évaluant systématiquement et de manière suivie à l'intention des institutions et des organismes d'assistance les besoins des mouvements de libération nationale et les programmes d'aide, revêt une importance toute particulière». Cf. *Idem.* p. 190-191

Quando à possibilidade de o CD se deslocar aos territórios controlados pelos movimentos de libertação das colónias portuguesas, o Grupo exprimiu a opinião de que «Dado o papel construtivo desempenhado pelas precedentes missões das Nações Unidas nos outros territórios coloniais, o Comité Especial deverá aceitar em princípio os convites que os representantes do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) lhe endereçaram e deslocar-se às zonas libertadas de Angola e de Moçambique»<sup>169</sup>.

Para além do envio do Grupo *Ad Hoc* a África, durante as reuniões do CD na sede da ONU foram ouvidos representantes do Projecto Moçambique, sediado no Canadá, membros do Movimento *Anti-Apartheid* no Reino Unido, uma delegação do Concílio Mundial da Paz e Boubakar Adjali.

Foram recebidas 19 petições escritas, das quais 5 provinham dos seguintes movimentos angolanos: MPLA, Ngwizani a Kongo, Partido Nto-Bako Angola e UNA. O PAIGC enviou 3 petições sobre a Guiné. As organizações internacionais, mais concretamente o Movimento *Anti-Apartheid* no Reino Unido, o Comité Soviético para a Paz, o Conselho Mundial da Paz, o Projecto Mozambique e a Igreja Presbiteriana Unida, enviaram 5 petições. Por fim, foram recebidas 6 petições de Domingos Arouca, François Houtart, Boubakar Adjali, Isaiah Swana e Borje J. Mattsson, apresentadas em nome individual.

O CD nesse ano esteve atento aos trabalhos da Federação Mundial da Juventude Democrática, que organizou, entre 22 e 24 de Abril, na República Democrática do Congo, uma conferência internacional de solidariedade com as colónias portuguesas, para a qual enviou uma mensagem especial. O Comité realizou também, entre 3 e 4 de Maio, três reuniões conjuntas com o Comité Especial sobre o *Apartheid* e com o Conselho das Nações Unidas para a Namíbia para discutir a interligação entre os problemas do sul da África e as medidas a adoptar para uma maior coordenação entre os seus trabalhos.

O CD manteve ainda contactos com os movimentos de libertação das colónias portuguesas na reunião especial do Comité Executivo da Organização de Solidariedade com os Povos da África e da Ásia, realizada em Damasco, na Síria, de 23 a 24 de Junho

---

<sup>169</sup> «Etant donné le rôle constructif joué par les précédentes missions des Nations Unies dans d'autres territoires coloniaux, le Comité spécial devrait accepter en principe les invitations que les représentants du Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) et du Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) lui ont adressées et se rendre dans les zones libérées de l'Angola et du Mozambique». Cf. *Idem*, p. 192

de 1971. Os observadores do Comité nessa reunião, que eram os representantes da República Árabe Síria e do Equador, ouviram mais uma vez o pedido para «(...) o reconhecimento dos movimentos de libertação desses países como autoridade soberana autêntica e (...) também que fosse reforçado o apoio material, diplomático e político que lhes era destinado»<sup>170</sup>. O PAIGC, o MPLA e a FRELIMO foram particularmente visados, elogiando-se as importantes vitórias que tinham alcançado na luta contra o colonialismo português, bem como as medidas encetadas no domínio da reconstrução económica e do desenvolvimento social das zonas libertadas.

Nas suas reuniões na sede da ONU, o Comité decidiu dar prioridade à análise dos assuntos abordados nas petições de Agostinho Neto e de Amílcar Cabral. Sobre a petição de Agostinho Neto foi adoptada a Resolução de 13 de Abril, acima referida, na qual foi sublinhado que o CD condenava o uso pelo governo português de substâncias químicas, nomeadamente herbicidas e desfoliantes, contra a população de Angola e dos outros territórios; solicitava a cessação da utilização desses meios; apoiava o pedido de assistência; e apelava ao Fundo Alimentar da Organização das Nações Unidas, à Organização Mundial da Saúde e a outras agências especializadas para que examinassem com urgência, em consulta com a OUA, o pedido de ajuda<sup>171</sup>.

Quanto à comunicação de Amílcar Cabral, ela obteve resposta na Resolução de 2 de Junho de 1971, na qual o CD considerou que a realização da reunião da OTAN em Lisboa iria representar um encorajamento, no plano político e moral, à continuação da política colonialista de Portugal. Por outro lado, a Resolução defendeu que a reunião representava uma nova manifestação da colaboração de certos Estados membros da OTAN para com Portugal. Assim, foi dito que o CD «*Deplora* esta manifestação de colaboração dos Estados membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte com Portugal e pede com insistência a esses Estados para cessarem imediatamente todos os actos que poderão encorajar Portugal a continuar a oprimir os povos dos territórios sob seu domínio»<sup>172</sup>.

Na sua 814<sup>a</sup> reunião, a 11 de Agosto, o CD aprovou o relatório do Grupo *Ad Hoc*, sancionando as suas observações, apesar das reservas apresentadas pela

---

<sup>170</sup> «(...) la reconnaissance des mouvements de libération de ces pays comme autorité souveraine authentique et (...) aussi que soit renforcé le soutien matériel, diplomatique et politique qui leur est destiné». Cf. *Idem*. p. 98

<sup>171</sup> Cf. *Idem*. p. 114

<sup>172</sup> «*Déplore* cette manifestation de la collaboration d'Etats membres de l'Organisation du traité de l'Atlantique nord avec le Portugal et demande instamment à ces Etats de cesser immédiatement tous actes qui pourraient encourager le Portugal à continuer d'opprimer les peuples des territoires sous sa domination». Cf. *Idem*. p. 115

delegação sueca, que considerou que o mandato do Grupo não lhe permitia fazer recomendações ou apresentar conclusões<sup>173</sup>. Na sequência da adopção do relatório, aprovou-se na 825ª reunião, a 9 de Setembro, uma Resolução sobre a situação da Rodésia do Sul, da Namíbia e das colónias portuguesas, na qual o Comité se declarou «*Conscient* da necessidade urgente de prestar toda a colaboração possível aos movimentos de libertação nacional dos territórios coloniais da África Austral na luta que eles levavam a cabo pela liberdade e independência, e, em particular, nos esforços que desenvolviam para valorizarem as zonas libertadas de alguns desses territórios»<sup>174</sup>.

A Resolução congratulou-se também com o facto de a Comissão Económica para a África ter aceite representantes dos movimentos de libertação de Angola, de Moçambique e da Guiné na qualidade de membros associados. Pediu a todos os Estados para que aumentassem, em consulta com a OUA, a assistência financeira e material aos povos desses territórios que lutavam pela conquista dos seus direitos inalienáveis. E, o que se revestiu de grande importância para essa fase, o CD no parágrafo 6 dessa Resolução «*Décide* pedir ao seu Grupo de Trabalho para estudar a possibilidade de associar mais estreitamente os representantes dos movimentos de libertação nacional desses territórios nos trabalhos do Comité Especial Encarregue de Estudar a Situação sobre a Aplicação da Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e aos Povos Coloniais, e fazer um relatório a esse respeito ao Comité Especial no início de 1972»<sup>175</sup>.

Esta Resolução foi adoptada por unanimidade. Ao contrário do que se verificou até então em que alguns países se opunham ou se abstinham em relação aos projectos de Resolução, a partir dessa data os textos passaram a reunir o consenso dos membros. A única excepção foi a Resolução de 22 de Junho de 1973, que contou com a abstenção da Venezuela. De resto, entre finais de 1971 e até à independência das colónias africanas portuguesas, as resoluções foram adoptadas por unanimidade. Esta nova situação é

---

<sup>173</sup> Cf. *Idem*. p. 218

<sup>174</sup> «*Conscient* de la nécessité urgente de prêter tout le concours possible aux mouvements de libération nationale des territoires coloniaux d'Afrique Australe dans la lutte qu'ils mènent pour la liberté et l'indépendance, et en particulier dans les efforts qu'ils déploient pour mettre en valeur les zones libérées de certains de ces territoires». Cf. *Idem*. p. 193

<sup>175</sup> «*Décide* de prier son Groupe de travail d'étudier la possibilité d'associer plus étroitement des représentants des mouvements de libération nationale de ces territoires aux travaux du Comité spécial chargé d'étudier la situation en ce qui concerne l'application de la Déclaration sur l'octroi de l'indépendance aux pays et aux peuples coloniaux, et de faire rapport à ce sujet, au Comité spécial au début de 1972». Cf. *Idem*. p. 194

explicada pela saída do CD dos EUA, do Reino Unido e da Austrália, que até então votavam contra ou se abstinham nas votações.

Na Resolução de 14 de Setembro, que se refere ao conjunto das colónias portuguesas, o CD mostrou-se satisfeito com os progressos alcançados pelos movimentos de libertação em Angola, Moçambique e Guiné, tanto na luta pela independência como nos projectos de reconstrução. Pediu a Portugal para que assegurasse a aplicação da Convenção de Genebra, de 12 de Agosto de 1949, sobre o tratamento de prisioneiros de guerra e a protecção de civis em momentos de conflito. Voltou a insistir na necessidade de as agências especializadas e de outros organismos da ONU, em associação com a OUA, prestarem assistência moral e material aos povos dos territórios sob dominação portuguesa que lutavam pela recuperação dos seus direitos inalienáveis. Por último, solicitou ao Presidente do CD para adoptar as medidas necessárias, em consulta com a OUA, para a realização de visitas às áreas libertadas<sup>176</sup>.

Do mesmo modo, na Resolução de 21 de Outubro sobre a aplicação da Declaração e de outras resoluções da ONU pelas agências especializadas e pelas instituições internacionais, o CD renovou os pedidos anteriormente efectuados e solicitou à AG para convidar as agências especializadas, em conjugação com a OUA, a examinar os procedimentos adequados à participação dos movimentos de libertação nas conferências, seminários e outras reuniões regionais que organizavam<sup>177</sup>.

No final desse ano, aquando da XXVI sessão da AG, os movimentos de libertação, em especial os das colónias portuguesas, viram parte dos seus pedidos serem atendidos. Embora ainda nesta fase não tivessem sido reconhecidos como os únicos e legítimos representantes das populações das colónias, a AG deu um importante passo nesse sentido ao adoptar a Resolução 2878 (XXVI), de 20 de Dezembro de 1971, na qual «*Faz sua* a proposta do Comité Especial de adoptar medidas, em consulta com a Organização de Unidade Africana, com vista a permitir a participação dos representantes dos movimentos de libertação nacional dos territórios coloniais da África Austral, segundo as necessidades e na qualidade que convinha, nas deliberações do Comité relativas aos seus territórios»<sup>178</sup>. Isto foi ao encontro do proposto na Resolução

---

<sup>176</sup> Cf. *Idem.* p. 115-118

<sup>177</sup> Cf. *Idem.* p. 158

<sup>178</sup> «*Fait sienne* la proposition du Comité spécial de prendre des mesures, en consultation avec l'Organisation de l'unité africaine, en vue de permettre à des représentants des mouvements de libération nationale dans les territoires coloniaux d'Afrique Australe de participer, selon les besoins et en la qualité qu'il conviendra, aux délibérations du Comité relatives à ces territoires». Cf. Organização das Nações Unidas – A/8723/Rev.1. *Rapport du Comité spécial chargé d'étudier...* Vol. I. p. 3

de 9 de Setembro acima indicada. Foi, desta forma, atribuído aos movimentos de libertação o estatuto de observador, o que lhes permitia intervir nos debates do CD, fazer propostas e opinar sobre os projectos de resolução.

Esse gesto da ONU revestiu-se de grande significado para a luta dos povos das colónias portuguesas. Os movimentos de libertação deixaram de ser considerados meramente como peticionários, que eram ouvidos pontualmente nas reuniões e que remetiam as suas petições escritas para Nova Iorque. Pelo contrário, tal como o CD convidava as potências coloniais, para o caso que aqui nos interessa, Portugal, a tomar parte nos seus trabalhos, também passou a estender esse convite aos movimentos de libertação. Entendemos assim que a atribuição desse estatuto significou que se reconhecia que os movimentos de libertação estavam no mesmo patamar que o Estado português, caso este participasse nas reuniões do CD.

Este, porém, não era o objectivo desejado pelos movimentos. Como tentamos demonstrar, pretendiam que o Comité os reconhecesse como sendo os únicos e legítimos representantes das populações e dos territórios das colónias portuguesas, ou seja, que se retirasse a Portugal a legitimidade para falar em nome dos territórios que controlava. Pretendiam que o CD desse mais um passo do que aquele que foi dado neste ano. Mas, mesmo a medida então adoptada, não abrangeu todos os movimentos de forma igual como veremos na fase seguinte. Efectivamente, somente alguns, os que tinham desencadeado a luta armada, beneficiaram do estatuto e dos créditos abertos pela AG para permitir a participação dos movimentos nas reuniões do CD na qualidade de observador.

Para isso contribuiu sem dúvida o papel de intermediário desempenhado pela OUA, que já foi referido em relação à fase anterior, mas que neste período consideramos que sofreu um aprofundamento com consequências significativas. A AG e o CD limitaram-se a sancionar as decisões da OUA, que, ao reconhecer uns movimentos em detrimento de outros, abriu caminho a que somente alguns estivessem representados no processo de independência, como mais à frente se verá.

A par desta selecção verificamos também que muitas organizações nacionalistas que até então tinham interagido com o CD, nomeadamente através de petições, deixaram de o fazer. Pelo contrário, as organizações civis internacionais, principalmente as que se localizavam na Europa e na América, mostraram-se particularmente activas.



## **2.4 Reconhecimento como Legítimos Representantes das Colónias: 1972-25 de Abril de 1974**

Em 1972, no início das suas actividades, o CD recebeu uma carta, datada de 8 de Março, enviada pelo representante permanente da China junto da ONU, Huang Hua. Nessa carta dizia-se que «Hong Kong e Macau são parte integrante do território chinês ocupado pelas autoridades britânicas e portuguesas. A resolução das questões de Hong Kong e de Macau releva integralmente do direito soberano da China e não entrava na categoria ordinária dos “territórios coloniais”. Em consequência, eles não devem ser inscritos na lista dos territórios coloniais aos quais se aplica a Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e aos Povos Coloniais. No que diz respeito às questões de Hong Kong e de Macau, o governo chinês sempre afirmou que elas deveriam ser solucionadas de forma apropriada quando as condições fossem propícias. A Organização das Nações Unidas não tem o direito de examinar essas questões. Pelas razões acima mencionadas, a delegação chinesa opõe-se à inscrição de Hong Kong e de Macau na lista dos territórios coloniais aos quais se aplica a Declaração e pede que a menção errónea de Hong Kong e de Macau na categoria daquilo que se chama “territórios coloniais” seja imediatamente eliminada dos documentos do Comité Especial e de todos os outros documentos da Organização das Nações Unidas»<sup>179</sup>.

No seguimento dessa carta, o CD, a 6 de Julho, examinou a questão, tendo adoptado um conjunto de medidas. Assim, decidiu recomendar à AG que excluísse Hong Kong e Macau e suas dependências da lista dos territórios aos quais a Declaração se aplicava. Foi estabelecido que o exame da situação desses territórios seria adiado até que a AG tomasse uma decisão a esse respeito. O CD decidiu igualmente dar instruções ao Secretariado para suspender a preparação de todos os documentos de trabalho sobre

---

<sup>179</sup> «Hong-kong et Macao sont partie intégrante du territoire chinois occupé par les autorités britanniques et portugaises. Le règlement des questions de Hong-kong et de Macao relève intégralement du droit souverain de la Chine et n'entre pas du tout dans la catégorie ordinaire des "territoires coloniaux". En conséquence, ils ne devraient pas être inscrits sur la liste des territoires coloniaux auxquels s'applique la Déclaration sur l'octroi de l'indépendance aux pays et aux peuples coloniaux. En ce qui concerne les questions de Hong-kong et de Macao, le Gouvernement chinois a toujours affirmé qu'elles devaient être réglées de façon appropriée lorsque les conditions seront mûres. L'Organisation des Nations Unies n'a pas le droit d'examiner ces questions. Pour les raisons susmentionnées, la délégation chinoise est opposée à l'inscription de Hong-kong et de Macao sur la liste des territoires coloniaux auxquels s'applique la Déclaration et demande que la mention erronée de Hong-kong et de Macao dans la catégorie de ce que l'on appelle les "territoires coloniaux" soit immédiatement éliminée des documents du Comité spécial et de tous les autres documents de l'Organisation des Nations Unies». Cf. *Idem*. p. 81

esses territórios<sup>180</sup>. Com efeito, verificamos que nos documentos elaborados neste ano para ajudarem o Comité nas suas actividades não constam informações, como nos anos anteriores, a respeito de Macau e suas dependências.

Apesar de ter suspenso o seu trabalho relativamente a Macau, foi neste ano de 1972 que o tão desejado reconhecimento dos movimentos de libertação como legítimos representantes das populações das colónias portuguesas ocorreu. Esse reconhecimento verificou-se na sequência do envio da missão especial de visita às chamadas zonas libertadas da Guiné. A decisão sobre o envio da missão foi adoptada a 14 de Março e, em reacção, António Patrício, representante português junto da ONU, remeteu, a 25 de Março, uma carta ao SG, na qual formulou um conjunto de observações. Assim, indicou que:

- Portugal sempre manifestou, desde a XVI sessão da AG, reservas a respeito da criação do CD e do carácter unilateral do seu mandato, que constituía uma nítida violação da Carta das NU;
- desde então não se tinham verificado novos acontecimentos que pudessem alterar essa posição, que estava em conformidade com a interpretação correntemente aceite do Artigo 73 da Carta;
- as actividades do CD, «(...) que se tornou numa tribuna demagógica e perdeu o sentido das suas responsabilidades devido às suas incitações constantes à ilegalidade e à violência, contribuíram em grande parte no decurso dos anos para reforçar a convicção do governo português que nada de útil poderia emanar desse órgão ou de qualquer contacto ou colaboração com ele»<sup>181</sup> ;
- a decisão de se deslocar às pretensas zonas libertadas das províncias ultramarinas portuguesas fazia parte do conjunto de iniciativas de pura propaganda, que só serviam para alimentar ilusões de alguns sectores políticos, pois Portugal negava que organizações terroristas controlavam qualquer parte do território português;
- a entrada no território de um Estado membro da ONU sem o consentimento do governo legalmente constituído e em resposta a um pseudo convite feito por grupos que não tinham nem índole nem autoridade só podia ser interpretada como uma iniciativa deliberadamente contrária a todas as regras do direito internacional;

---

<sup>180</sup> Cf. *Idem.* p. 28

<sup>181</sup> «(...) qui est devenu une tribune démagogique et a perdu le sens de ses responsabilités du fait de ses incitations constantes à l'illégalité et à la violence, ont pour une grande part contribué au cours des années à renforcer la conviction du Gouvernement portugais que rien d'utile ne saurait émaner de cet organe ou de tout contact ou collaboration avec lui». Cf. *Idem.* Vol. III. p. 337

- a realização dessa visita poderia ter consequências em relação às quais o governo português declarou solenemente que declinava todas as responsabilidades, pois «Os indivíduos que decidem e aceitam participar em actos ilegais devem carregar sozinhos a responsabilidade das consequências das suas acções»<sup>182</sup>.
- e chamou a atenção do SG para a gravidade da decisão do CD, apresentando os mais veementes protestos em relação à violação que propunha cometer em relação à soberania de Portugal, contrariando os princípios mais elementares que regem as relações entre as nações.

Não obstante este protesto e a ameaça velada sobre as consequências que os membros da missão poderiam sofrer, o CD enviou à Guiné uma missão presidida por Horácio Sevilla-Borja, representante do Equador, que foi acompanhado por Folke Löfgren e Kamel Belkhiria, respectivamente, representantes da Suécia e da Tunísia, e por dois funcionários do Secretariado, a saber: Cheikh Tidiane Gaye, secretário principal, e Yutaka Nagata, fotógrafo.

Visitaram as chamadas áreas libertadas da Guiné entre 2 e 8 de Abril de 1972. Os detalhes da visita foram apresentados no relatório da missão especial, onde foi indicado o percurso realizado diariamente<sup>183</sup>. Nele constam também as observações dos membros da missão, que se basearam nas informações recolhidas no decurso da permanência na Guiné<sup>184</sup>. Essas informações foram obtidas através da observação directa do funcionamento das instituições económico-sociais das zonas libertadas e de entrevistas com os habitantes, os responsáveis locais, os militantes e os dirigentes do PAIGC. As observações abarcaram diversas questões relacionadas com a vida nas zonas libertadas, designadamente o ensino, a situação sanitária, a justiça, a reconstrução da economia e a formação de uma assembleia nacional.

No essencial, as conclusões da missão especial de visita mencionaram que o exército português causava destruições de vidas humanas e de bens materiais, através do bombardeamento generalizado e indiscriminado de aldeias e do uso de napalm para a destruição de colheitas. Para a missão era igualmente inegável que a luta de libertação continuava a progredir e que Portugal deixou de exercer qualquer controlo administrativo efectivo sobre importantes regiões da Guiné. Considerou como evidente que a população das áreas libertadas apoiava sem reservas a política e as actividades do

---

<sup>182</sup> «Les individus qui décident et acceptent de participer à des actes illégaux doivent seuls porter la responsabilité des conséquences de leurs actes». Cf. *Idem*. Vol. III. p. 338

<sup>183</sup> Cf. *Idem*. p. 121-197

<sup>184</sup> Vide no anexo I algumas das fotografias tiradas pela missão especial durante a sua estadia na Guiné.

PAIGC, que exercia livremente um controlo administrativo de facto e protegia eficazmente os interesses dos habitantes<sup>185</sup>. A missão realçou ainda a criação de instituições administrativas, políticas e jurídicas, nomeadamente em regiões onde o aparelho administrativo colonial nunca tinha penetrado. Sublinhou também que o PAIGC lidava com os problemas existentes no território com ardor, devoção, realismo e abertura de espírito<sup>186</sup>. Em consequência, recomendou que fosse reconhecido como sendo o único e legítimo representante da população do território<sup>187</sup>.

Os dados resultantes dessa visita foram reforçados por depoimentos de individualidades diversas pertencentes à Amnistia Internacional, ao Conselho Mundial da Paz, ao Gabinete de Pesquisa da Universidade de Oxford, ao Comité Angolano nos Países Baixos, ao Movimento Anti-Apartheid no Reino Unido e à Organização de Solidariedade com os Povos da Ásia e da África. Foram também corroborados por representantes de diversos movimentos de libertação que estiveram presentes nas reuniões realizadas em África, designadamente em Conacry, onde o CD permaneceu de 10 a 13 Abril, em Lusaka, onde esteve de 17 a 21 de Abril, e em Addis Abeba, de 25 a 28 de Abril. Nessas reuniões foram ouvidos membros do PAIGC e Lucho Robles, médico cubano que acompanhou Amílcar Cabral. O Comité ouviu também representantes do MPLA, da FNLA, da FRELIMO e do COREMO<sup>188</sup>. Foram ainda ouvidas organizações solidárias com a causa dos povos das colónias portuguesas, designadamente representantes do Congresso Nacional Africano e do Movimento de Unidade, ambos da África do Sul. O CD aproveitou a sua estadia em África para visitar a sede do PAIGC em Conacry, bem como uma escola e um hospital administrados por esse movimento na República da Guiné.

Quanto à participação dos movimentos de libertação na qualidade de observadores, para esse ano, a documentação do CD é pouco clara. É simplesmente indicado que a AG, na Resolução 2795 (XXVI), de 10 de Dezembro de 1971, tinha aprovado a lista dos representantes proposta pela OUA, na qual constavam os nomes de Agostinho Neto (MPLA), Holden Roberto (FNLA), Amílcar Cabral (PAIGC) e

---

<sup>185</sup> Cf. Organização das Nações Unidas – A/8723/Rev.1. *Rapport du Comité spécial chargé d'étudier...* Vol. III. p. 116

<sup>186</sup> Cf. *Idem.* p. 119

<sup>187</sup> Cf. *Idem.* p. 117

<sup>188</sup> Vide o apêndice X, onde consta a listagem dos observadores presentes nas reuniões do CD sobre as colónias portuguesas entre 1972 e 1976.

Marcelino dos Santos (FRELIMO)<sup>189</sup>. Mas, os membros desses movimentos de libertação ouvidos no CD nesse ano foram apresentados como peticionários. Deste modo, não foi possível concluir com certeza se neste ano houve ou não observadores dos movimentos de libertação. Contudo, consideramos que os movimentos que constavam da lista e que se apresentaram perante o CD podem ser considerados como observadores.

O CD analisou 22 petições, sendo 3 originárias de Angola e enviadas pelo MPLA e pela FNLA; 2 de Moçambique, remetidas pela FRELIMO e pelo COREMO; e 3 da Guiné, endereçadas pelo PAIGC. Das restantes petições, 10 eram provenientes de organizações internacionais, designadamente do Comité Angolano nos Países Baixos, da Federação Mundial de Trabalhadores Científicos, da Confederação Internacional dos Sindicatos Livres, do Conselho Mundial da Paz, da Organização de Solidariedade com os Povos da Ásia e da África, da Amnistia Internacional e do Movimento Anti-Apartheid no Reino Unido. Duas petições provinham de particulares, nomeadamente de um grupo em nome do povo de Cabinda e de Sean Gervasi. Outras duas referiam-se ao conjunto das colónias, sendo remetidas pelo Movimento Unido da África do Sul e pelo Congresso Nacional Africano.

Nas reuniões assistiu-se à projecção de filmes do PAIGC, do MPLA e da FRELIMO. O CD também exibiu um filme intitulado “Seven days in Guinea (Bissau)”, que se reportava às actividades da missão especial enviada à Guiné. O PAIGC ofereceu ao Comité uma bandeira portuguesa danificada por balas, armas capturadas aos soldados portugueses e um baixo-relevo executado pelos combatentes, que se destinava a Sevilla-Borja, que chefiou a visita à Guiné<sup>190</sup>. O MPLA pôs à disposição do CD um documento sobre a utilização por parte de Portugal de produtos químicos na guerra em Angola. A FRELIMO entregou fotografias sobre vários aspectos da sua actividade, um livro contendo a história de Moçambique escrita por moçambicanos e uma cassette com cantigas de combate.

O Comité beneficiou ainda da experiência adquirida no contacto com o Conselho Mundial da Paz. Participou nas reuniões da sua Comissão sobre o Racismo,

---

<sup>189</sup> Cf. Organização das Nações Unidas – A/8723/Rev.1. *Rapport du Comité spécial chargé d’étudier...* Vol. I. p. 37

<sup>190</sup> Cf. Organização das Nações Unidas – A/AC.109/PV. 854, 1 May 1972. *Summary Record of the Eight Hundred and Fifty-Fourth Meeting, Held in Conakry, Republic of Guinea, on Thursday, 13 April, at 12 noon.* Nova Iorque: s.n., 1972. p. 15

que se realizou de 30 a 31 de Maio em Colónia, na República Federal da Alemanha, e do seu Comité Presidencial, que teve lugar em Santiago do Chile de 4 a 9 de Outubro.

A experiência vivida pela missão de visita esteve na origem do projecto de Resolução sobre a Guiné e Cabo Verde aprovado a 13 de Abril, na 854ª reunião<sup>191</sup>. Nessa Resolução, o Comité afirmou que estava consciente que vários países se preparavam para reconhecer o PAIGC como sendo o único poder efectivo na Guiné e em Cabo Verde. Também mostrou satisfação em relação aos progressos alcançados por aquele movimento na luta pela independência nacional e pela libertação da Guiné e Cabo Verde, tanto através das armas como pela implementação de programas de reconstrução nas áreas libertadas. Em conclusão, o CD «*Afirmou* que reconhece o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, movimento de libertação da Guiné (Bissau) e de Cabo Verde, como constituindo o representante único e autêntico do povo do território e pediu a todos os Estados, às instituições especializadas e aos outros organismos das Nações Unidas para tomarem esse facto em consideração quando tratassem de questões relativas à Guiné (Bissau) e a Cabo Verde»<sup>192</sup>.

Esse reconhecimento decorreu do facto de o CD ter considerado que a missão de visita tinha cumprido com êxito os seus objectivos, comprovando que o PAIGC controlava efectivamente as chamadas áreas libertadas. Por isso, indicou que era necessário que todos os Estados, as agências especializadas e os outros organismos das NU dessem todo o apoio moral e material necessário aos povos da Guiné e Cabo Verde, por intermédio do PAIGC, que era o seu movimento de libertação nacional. O CD decidiu transmitir o relatório da missão e as declarações dos membros do PAIGC ao CS, pedindo-lhe para adoptar as medidas necessárias, pois considerava que Portugal tinha recorrido ao uso da força no intuito de impedir que a visita fosse bem sucedida.

Algumas das afirmações presentes nessa Resolução sobre a Guiné e Cabo Verde foram retomadas no projecto aprovado na 862ª reunião, a 20 de Abril de 1972, para o conjunto das colónias portuguesas. Mais uma vez, foi dito que o CD «*Exprime a sua satisfação* perante os progressos alcançados pelos movimentos de libertação nacional em Angola, em Moçambique e na Guiné (Bissau) e Cabo Verde na luta que eles

---

<sup>191</sup> Cf. Organização das Nações Unidas – A/8723/Rev.1. *Rapport du Comité spécial chargé d'étudier...* Vol. III. p. 106

<sup>192</sup> «*Affirme* qu'il reconnaît le Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, mouvement de libération de la Guiné (Bissau) et du Cap-Vert, comme constituant le représentant unique et authentique du peuple du territoire et demande à tous les Etats, aux institutions spécialisées et aux autres organismes des Nations Unies de prendre ce fait en considération lorsqu'ils traitent de questions relatives à la Guinée (Bissau) et au Cap-Vert». Cf. *Idem*. p. 110

levavam a cabo para alcançarem a independência nacional e a liberdade e nos programas de reconstrução que empreenderam nas zonas libertadas»<sup>193</sup>. Voltou-se a insistir na necessidade de ajudar os povos desses territórios e os movimentos de libertação nacional por intermédio da OUA. O CD exprimiu o seu agradecimento ao MPLA e à FRELIMO pelos convites que lhe tinham endereçado para visitar os territórios que controlavam, tendo requerido ao seu Presidente para que continuasse a realizar consultas com a OUA e com esses movimentos para a realização das visitas. Por último, na resolução foi destacado que o Comité «*Convida* o Secretário Geral a utilizar ao máximo as informações fornecidas pelos movimentos de libertação nacional dos territórios coloniais aquando da elaboração da documentação pertinente para o Comité Especial Encarregue de Estudar a Situação sobre a Aplicação da Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e aos Povos Coloniais e, tendo em conta as disposições pertinentes da Resolução 2879 (XXVI) da Assembleia Geral, datada de 20 de Dezembro de 1971, a continuar a adoptar medidas eficazes e concretas, servindo-se de todos os meios de que dispõe, para assegurar a difusão geral e contínua dessas informações»<sup>194</sup>.

Deste modo, em 1972, somente o PAIGC foi reconhecido como o único e legítimo representante da população das colónias portuguesas, neste caso da Guiné e de Cabo Verde. O mesmo reconhecimento foi estendido aos movimentos de libertação das outras colónias no ano seguinte, quando o CD ouviu os depoimentos de membros de organizações não governamentais que apoiavam a luta nos territórios coloniais portugueses. Foi o caso do Comité para a Libertação de Moçambique, Angola e Guiné e do Comité de Chicago para a Libertação de Angola, Moçambique e Guiné. Nas reuniões do CD também compareceram os representantes dos movimentos de libertação, que ocuparam o lugar de observadores que lhes tinham sido destinados. Esses representantes pertenciam à FNLA, ao MPLA, à FRELIMO e ao PAIGC. Participaram nas reuniões

---

<sup>193</sup> «*Exprime sa satisfaction* devant les progrès accomplis par les mouvements de libération nationale en Angola, au Mozambique, et en Guinée (Bissau) et au Cap-Vert dans la lutte qu'ils mènent pour la réalisation de l'indépendance nationale et de la liberté et dans les programmes de reconstruction qu'ils ont entrepris dans les zones libérées». Cf. *Idem*. p. 113

<sup>194</sup> «*Invite* le Secrétaire général à utiliser au maximum les renseignements fournis par les mouvements de libération nationale des territoires coloniaux lors de l'établissement de la documentation pertinente pour le Comité spécial chargé d'étudier la situation en ce qui concerne l'application de la Déclaration sur l'octroi de l'indépendance aux pays et aux peuples coloniaux et, compte tenu des dispositions pertinentes de la résolution 2879 (XXVI) de l'Assemblée générale en date du 20 décembre 1971, à continuer de prendre des mesures efficaces et concrètes en usant de tous les moyens dont il dispose pour assurer la diffusion générale et suivie de ces renseignements». Cf. *Idem*. p. 114

em nome dos respectivos movimentos de libertação, mas apresentaram uma declaração conjunta, proferida por Manuel Jorge do MPLA<sup>195</sup>.

Foram recepcionadas nesse ano 9 petições, sendo que uma provinha da Guiné e foi remetida pela FLING-UNIFIE, enquanto que as restantes 8 eram originárias das seguintes organizações internacionais: Associação Panafricana de Estudantes e Frente Democrática da Universidade de Khartoum, Conferência de Todas as Igrejas de África, União Internacional dos Sindicatos dos Trabalhadores da Agricultura, das Florestas e das Plantações de Praga, Comité Angolano nos Países Baixos, Aliança Mundial das Igrejas Reformadas, Conselho Mundial da Paz, Federação Democrática Internacional das Mulheres e Confederação Internacional dos Sindicatos Livres.

O CD procedeu ainda à exibição de um filme sobre Moçambique que retratava a situação vivida nesse território. A FNLA disponibilizou ao Comité duas brochuras descrevendo o desenvolvimento da sua luta. O CD organizou a 23 de Maio a Semana de Solidariedade com os Povos Coloniais da África Austral e da Guiné e Cabo Verde que Lutavam pela Liberdade, Independência e Igualdade de Direitos<sup>196</sup>. Na sequência desse evento foi publicada, a 1 de Junho, uma declaração, dirigida a todos os governos, às organizações e aos particulares, nomeadamente às personalidades da vida pública e do mundo literário, bem como aos dirigentes do mundo do trabalho e da juventude, pedindo-lhes para que exprimissem solidariedade para com os povos coloniais na sua luta pela libertação.

O Comité analisou a situação das colónias portuguesas socorrendo-se de diversos documentos, designadamente das recomendações adoptadas pela Conferência Internacional de Peritos para o Apoio às Vítimas do Colonialismo e do *Apartheid* na África Austral, que foi realizada em Oslo de 9 a 14 de Abril, com o apoio da ONU e da OUA. Teve em atenção a declaração sobre os territórios dominados por Portugal adoptada na X Assembleia dos Chefes de Estados e de Governos da OUA, realizada em Maio de 1973. Serviu-se de dois telegramas enviados pelo PAIGC a 10 e 27 de Julho de

---

<sup>195</sup> Cf. Organização das Nações Unidas – A/9023/Rev.1. *Rapport du Comité spécial chargé d'étudier...* Vol. II. p. 119

<sup>196</sup> Esta Semana de Solidariedade foi organizada na sequência da Resolução 2911 (XXVII), de 2 de Novembro de 1972, da AG, que previa que a sua realização começasse na semana de 25 de Maio, para coincidir com a Jornada de Libertação da África. Foram convidados os presidentes do Conselho das Nações Unidas para a Namíbia e do Comité Especial sobre o *Apartheid* para tomarem a palavra. Contou também com a participação de membros de missões permanentes junto da ONU, de representantes de agências especializadas e de organizações não governamentais, bem como de presidentes de certos órgãos da ONU, como o CS e a Comissão dos Direitos do Homem. Estiveram ainda presentes o Presidente do Grupo Africano da ONU para o mês de Maio e o Secretário Executivo da OUA junto das NU. Cf. *Idem*. Vol. I. p. 40-42



1973, que, entre outros assuntos, referiam novas atrocidades cometidas pelo governo português contra a população da Guiné, através do uso de napalm e de bombas incendiárias<sup>197</sup>. Utilizou ainda as informações resultantes da sua participação no II Seminário de Correspondentes Nacionais do Bureau de Emprego e Educação dos Refugiados Africanos, realizado pela OUA em Addis Abeba entre 26 de Novembro e 1 de Dezembro.

Ao longo do ano deslocou-se à Europa para consultas com várias organizações, como o Conselho Mundial da Paz, a Organização de Solidariedade com os Povos da África e da Ásia e a Federação Mundial da Juventude Democrática. Essas organizações prepararam conferências sobre temas como a solidariedade com os movimentos de libertação, o racismo e a discriminação racial nas quais o CD participou. Visitou também as sedes de algumas dessas organizações, nomeadamente do Comité Angolano nos Países Baixos em Amsterdam.

Nesse ano de 1973, o Comité dedicou uma atenção especial a Amílcar Cabral, assassinado a 20 de Janeiro em Conacry. Realizou uma sessão de homenagem em sua memória, que teve lugar a 2 de Fevereiro. Nessa sessão foram ressaltadas as suas qualidades humanas, a sua dedicação pela causa da libertação da Guiné, de Cabo Verde e de todo o continente africano, bem como a certeza de que o seu falecimento não representaria o fim da luta pela independência desses povos<sup>198</sup>.

O CD adoptou, a 22 de Junho, uma extensa Resolução sobre o conjunto das colónias portuguesas. Nessa Resolução, exprimiu a sua satisfação pelos progressos alcançados pelos movimentos de libertação na luta armada e na elaboração de programas de reconstrução das zonas libertadas. Mostrou-se de igual modo particularmente satisfeito com os progressos do PAIGC, destacando a realização de eleições, a criação da Assembleia Nacional Popular e a iminência de alguns países reconhecerem esse movimento como o único poder efectivo na Guiné e Cabo Verde. De resto, a Resolução indicou que o CD «*Reafirma* que os movimentos de libertação nacional de Angola, da Guiné (Bissau) e Cabo Verde e de Moçambique são os representantes autênticos das verdadeiras aspirações dos povos desses territórios e, esperando o acesso desses territórios à independência, recomenda a todos os governos,

---

<sup>197</sup> Cf. *Idem.* p. 116

<sup>198</sup> Cf. Organização das Nações Unidas – A/AC.109/PV. 895, 5 February 1973. *Verbatim Record of the Eight Hundred and Ninety-Fifth Meeting, Held at Headquarters, New York, on Friday, 2 February 1973, at 11 a.m.* Nova Iorque: s.n., 1973

às instituições especializadas, aos outros organismos das Nações Unidas e aos órgãos da Organização das Nações Unidas interessados para velarem, quando tiverem de tratar das questões relativas a esses territórios, para que estes sejam representados pelos movimentos de libertação em questão de forma apropriada e em consulta com a Organização de Unidade Africana»<sup>199</sup>.

Como corolário desse reconhecimento foi solicitado ao governo português que tratasse os combatentes pela libertação capturados em combate de acordo com os princípios da Convenção de Genebra sobre o Tratamento de Prisioneiros de Guerra. O Comité Internacional da Cruz Vermelha foi convidado a comunicar aos movimentos de libertação, enquanto partes envolvidas no conflito, os relatórios sobre os campos de prisioneiros e a forma como Portugal tratava os detidos e a adoptar as disposições necessárias para assegurar a troca de prisioneiros de guerra<sup>200</sup>. Nessa mesma Resolução, o CD apelou a todos os governos, às agências especializadas, aos outros organismos da ONU e às organizações não governamentais para que prestassem toda a ajuda política, diplomática e material necessária às populações das zonas libertadas. Os Estados deveriam ainda impedir que Portugal concluísse, em nome de Angola, Moçambique, Guiné e Cabo Verde, qualquer tratado ou acordo bilateral sobre a venda para o exterior de produtos desses territórios. Voltou-se também a indicar que o Presidente do CD deveria tomar as medidas necessárias para o envio de novas missões de visita às zonas libertadas.

O Comité debruçou-se ainda nesse ano sobre a questão do massacre de aldeões em Moçambique<sup>201</sup>, tendo sido publicada pelo Presidente do CD, a 11 de Julho, uma declaração<sup>202</sup> sobre um relatório apresentado a esse respeito pelo reverendo

---

<sup>199</sup> «Réaffirme que les mouvements de libération nationale de l'Angola, de la Guinée (Bissau) et du Cap-Vert et du Mozambique sont les représentants authentiques des véritables aspirations des peuples de ces territoires et, en attendant l'accession de ces territoires à l'indépendance, recommande à tous les gouvernements, aux institutions spécialisées, aux autres organismes des Nations Unies et aux organes de l'Organisation des Nations Unies intéressés de veiller, lorsqu'ils auront à traiter de questions relatives à ces territoires, à ce que ceux-ci soient représentés par les mouvements de libération en question de manière appropriée et en consultation avec l'Organisation de l'unité africaine». Cf. Organização das Nações Unidas – A/9023/Rev.1. *Rapport du Comité spécial chargé d'étudier...* Vol. II. p. 124

<sup>200</sup> Cf. *Ibidem*.

<sup>201</sup> Este massacre de aldeões em Moçambique ficou também conhecido como “Massacre de Wiriamu”. Segundo os dados existentes, em Dezembro de 1972, uma companhia de Comandos e alguns elementos da Direcção Geral de Segurança destruíram algumas aldeias localizadas a sul do Distrito de Tete, uma das quais era conhecida por Wiriamu, matando cerca de quatrocentas pessoas. Cf. Organização das Nações Unidas – *Rapport de la Commission d'Enquête sur les Massacres Signalés au Mozambique*. Nova Iorque: s.n., 1974. p. 36

<sup>202</sup> Nessa declaração afirmou-se «Que les révélations du Rév. père Hastings sur le génocide systématique perpétré par les autorités coloniales portugaises au Mozambique provoquent l'horreur et l'indignation de la communauté internationale n'est que normal. Mais cela ne suffit pas car le sort de ceux qui sont obligés

Adrian Hastings, do Colégio de Ascensão de Birmingham. A declaração referia que se impunha a realização de uma acção concertada e determinada da comunidade internacional para colocar fim de uma vez por todas aos crimes das autoridades de Lisboa. Defendeu que o governo português deveria sentir a força da indignação e do horror da humanidade civilizada, sofrer um isolamento completo e ser tratado como um fora da lei internacional. Destacou que neste aspecto os aliados de Portugal teriam um importante papel a desempenhar, pois o país só conseguia continuar as suas guerras coloniais devido ao apoio que recebia da OTAN<sup>203</sup>.

O reverendo Adrian Hastings apresentou-se perante o Comité na 929ª reunião, a 20 de Julho, quando Marcelino dos Santos, vice presidente da FRELIMO, também fez uma declaração. O CD adoptou nessa mesma reunião um consenso sobre o assunto, afirmando que os testemunhos ouvidos comprovavam o total desprezo pela vida humana e pelos valores morais manifestado pelo governo português. Referiu também que confirmavam práticas por diversas vezes denunciadas nos documentos da ONU, pelo que os membros do Comité defendiam que «O governo português não tem o direito de recusar à comunidade internacional o acesso sem reserva a todos os factos relativos às atrocidades que comete nos territórios africanos sob sua dominação. Deve autorizar os órgãos competentes da Organização das Nações Unidas a fazerem no terreno um inquérito aprofundado e imparcial sobre essas atrocidades. Todas as pessoas representando as autoridades militares e civis portuguesas que estiveram envolvidas nessas atrocidades devem ser colocadas à disposição dos representantes da Organização das Nações Unidas para serem submetidas a um interrogatório sistemático. Para efectuar esse inquérito, os órgãos da Organização das Nações Unidas devem pedir a cooperação e a assistência dos movimentos de libertação nacional»<sup>204</sup>. Nesse consenso, os membros do CD mais uma vez pediram à comunidade internacional para que defendesse a causa

---

de subir la barbarie coloniale portugaise ne serait en rien amélioré si la communauté mondiale se contentait d'exprimer son horreur devant les massacres au Mozambique, semblables à celui de My Lai, d'autant plus que les peuples des territoires portugais savent parfaitement que les guerres coloniales portugaises abondent en incidents qui également et qui parfois même dépassent en horreur le massacre de My Lai». Cf. Organização das Nações Unidas – A/9023/Rev.1. *Rapport du Comité spécial chargé d'étudier...* Vol. II. p. 129

<sup>203</sup> Cf. *Ibidem*.

<sup>204</sup> «Le Gouvernement portugais n'a pas le droit de refuser à la communauté internationale l'accès sans réserve à tous les faits relatifs aux atrocités qu'il commet dans les territoires africains sous sa domination. Il doit autoriser les organes compétents de l'Organisation des Nations Unies à faire sur place une enquête approfondie et impartiale sur ces atrocités. Toutes les personnes représentant les autorités militaires et civiles portugaises qui ont été mêlées à ces atrocités doivent être mises à la disposition des représentants de l'Organisation des Nations Unies pour subir un interrogatoire systématique. Pour effectuer cette enquête, les organes de l'Organisation des Nations Unies doivent demander la coopération et l'assistance des mouvements de libération nationale». Cf. *Idem*. p. 126

do povo oprimido desses territórios e reforçasse a assistência internacional aos seus movimentos de libertação nacional.

A acta da reunião onde foi adoptada esse consenso e o próprio texto do consenso foram enviados ao observador permanente da Santa Sé junto da ONU, pedindo-lhe que os levasse ao conhecimento do Papa Paulo VI. Na 929ª e 930ª reuniões, respectivamente a 20 de Julho e a 2 de Agosto, Radha Krishna Ramphul, Presidente da Comissão dos Direitos do Homem, e Niall MacDermot, Secretário da Comissão Internacional de Juristas, proferiram declarações sobre o massacre. Foi igualmente decidido pedir ao Serviço de Informação para que difundisse com a maior amplitude possível todas as informações que o CD dispunha a respeito do massacre e preparasse uma publicação sobre o assunto. Essa decisão levou a que o Serviço de Informação preparasse e difundisse um suplemento especial da publicação intitulada *Objectif: Justice*<sup>205</sup>.

O reconhecimento dos movimentos de libertação como legítimos representantes das colónias foi confirmado em 1974 nas duas resoluções adoptadas pelo CD antes do 25 de Abril. Nesse ano, o Comité viu-se confrontado com a nova realidade vivida em Portugal, a Revolução do 25 de Abril, que pôs cobro a 48 anos de ditadura, o que se refletiu na sua análise. Para o que nos interessa nesta parte destaca-se a adopção, nos trabalhos realizados entre 26 de Fevereiro e 5 de Abril, de uma Resolução sobre o conjunto das colónias portuguesas e de uma outra referindo-se especificamente à situação de Cabo Verde.

Para a adopção dessas resoluções, o CD teve em atenção o depoimento de Peter Pringle, correspondente do *The Sunday Times*, do Reino Unido, sobre os massacres perpetrados em Moçambique, e as declarações dos representantes dos seguintes movimentos de libertação que participaram nas suas reuniões na qualidade de observadores: FNLA, MPLA, FRELIMO e PAIGC.

O CD voltou a organizar a Semana de Solidariedade com os Povos Coloniais da África Austral e de Cabo Verde que Lutavam pela Liberdade, Independência e Igualdade de Direitos e esteve envolvido em reuniões de organizações não governamentais, como as realizadas pelo Conselho Mundial da Paz e pela Organização de Solidariedade com os Povos da Ásia e da África. O Presidente do CD manteve conversações em Londres, a 30 de Maio, com o Movimento Anti-Apartheid no Reino Unido e no âmbito da organização, a 3 de Fevereiro, da Jornada de Solidariedade

---

<sup>205</sup> Cf. *Idem*. p. 121

com o Povo Angolano enviou um telegrama à Federação Mundial da Juventude Democrática, no qual exprimiu o seu apoio à luta dos povos das colónias portuguesas.

A Resolução de 15 de Março de 1974, adoptada na 960ª reunião do CD, não trouxe muitas novidades em relação à de 22 de Junho de 1973. Para além de mostrar satisfação com os programas concretos de assistência que alguns governos, os organismos da ONU e as organizações não governamentais estavam a implementar para ajudar os movimentos de libertação das colónias portuguesas, realçou os progressos que esses movimentos tinham alcançado, particularmente nas zonas libertadas de Angola e Moçambique<sup>206</sup>. O CD voltou a repetir que reconhecia os movimentos de libertação como sendo os legítimos representantes das populações das colónias, que exigia o tratamento dos guerrilheiros capturados como prisioneiros de guerra e que havia a necessidade de intensificar a ajuda às populações das zonas libertadas. Também requereu ao seu Presidente que prosseguisse as consultas com a OUA e com os movimentos de libertação para a criação de condições para o envio de novas missões especiais de visita às colónias portuguesas.

Quanto à Resolução sobre Cabo Verde, ela foi adoptada na 971ª reunião do CD, a 5 de Abril. Nela o Comité mostrou-se particularmente preocupado com a situação crítica vivida no território, onde a população era afectada pela fome, má nutrição e doenças resultantes de vários anos de seca. Também realçou o facto de grande parte da população ser obrigada a abandonar o território devido à pobreza e às dificuldades vividas. Condenou os actos de repressão cometidos pelas forças militares e policiais portuguesas contra a população e contra os nacionalistas, que eram deportados para campos de concentração, nomeadamente para o de Moçamedes, em Angola. A intensificação das medidas repressivas adoptadas pelo governo português também foi realçada, pelo que o CD reafirmou que a população desse território tinha o direito à autodeterminação e à independência, que a sua luta era legítima e que o PAIGC era o seu único e autêntico representante. Neste sentido, «*Pediu* a todos os Estados, bem como às instituições especializadas e aos outros organismos das Nações Unidas para darem toda a assistência moral e material necessária, por intermédio do seu movimento de libertação nacional, à população de Cabo Verde na sua luta pela liberdade e independência, e, em particular, secundarem os esforços desenvolvidos pelo PAIGC para proteger os interesses e salvaguardar os direitos dos Caboverdeanos forçados a

---

<sup>206</sup> Cf. Organização das Nações Unidas – A/9623/Rev.1. *Rapport du Comité spécial chargé d'étudier...* Vol. III. p. 57

emigrarem devido à situação reinante no Território»<sup>207</sup>. Decidiu igualmente chamar a atenção do CS para a grave situação vivida no arquipélago.

Neste período, ou seja, entre 1972 e 1974, começou-se a pôr em prática a decisão adoptada em 1971, em que se atribuiu aos movimentos de libertação o estatuto de observador nas reuniões do CD. Mas, como já referimos nem todos os movimentos beneficiaram desse estatuto. Somente a FNLA, o MPLA, a FRELIMO e o PAIGC, isto é, os movimentos que desencadearam a luta armada contra Portugal, foram aceites como observadores. Assim, verifica-se que, tal como a OUA tinha defendido, o facto de o CD ter concedido audiências e estudado as petições de todos os movimentos que entenderam apresentar-se perante ele, não significou que os considerava automaticamente como estando em pé de igualdade. Efectivamente, como refere José Alberto de Azeredo Lopes, na obra já citada no primeiro capítulo, «Quando, através de Resolução, a Assembleia se refere, em geral, aos Movimentos de Libertação Nacional, a admissibilidade à categoria não está condicionada por nenhum requisito particular. Mas, quando se trata de fazer participar o Movimento de Libertação Nacional no sistema institucional da organização, entramos num processo similar ao do *reconhecimento constitutivo*, porque a ele se atribuem efeitos de direito (ainda que mensuráveis na esfera do *direito da organização*)»<sup>208</sup>.

O mesmo se verificou em relação ao reconhecimento dos movimentos de libertação como legítimos representantes da população das colónias. Foi nesta fase que o CD atendeu ao pedido efectuado anteriormente pelos movimentos para que fossem reconhecidos como representantes das colónias. Esse reconhecimento implicou que primeiramente o Comité considerasse que exerciam um controlo efectivo sobre parte dos territórios coloniais. Para isso contribuíram grandemente as observações efectuadas pela missão de visita às áreas libertadas da Guiné em 1972. Em consequência, o PAIGC foi o primeiro movimento a ser reconhecido como legítimo representante da população das colónias portuguesas.

Isso explica que nesta fase tivesse havido entre o CD e o PAIGC uma relação que podemos considerar como sendo especial. Efectivamente, não obstante esse

---

<sup>207</sup> «*Prie tous les Etats ainsi que les institutions spécialisées et les autres organismes des Nations Unies d'apporter toute l'assistance morale et matérielle voulue, par l'intermédiaire de son mouvement de libération nationale, à la population du Cap-Vert dans sa lutte pour la liberté et l'indépendance, et en particulier de seconder les efforts déployés par le PAIGC pour protéger les intérêts et sauvegarder les droits des Cap-Verdiens forcés d'émigrer en raison de la situation régnant dans le Territoire*». Cf. *Idem*. p. 61

<sup>208</sup> LOPES, José Alberto de Azeredo – *Ob. Cit.* p. 127

relacionamento ter percorrido todas as fases anteriormente enunciadas, nota-se neste período uma intensificação, que atingiu o seu auge em 1972, com o envio da missão especial de visita às áreas libertadas, e em 1973, com a realização da reunião de homenagem a Amílcar Cabral e o reconhecimento pela ONU da declaração unilateral da independência da Guiné-Bissau. Esse relacionamento girou em torno da figura de Amílcar Cabral, a tal ponto que na sessão em sua homenagem o representante da Jugoslavia, Miljan Komatina, afirmou que «O ano de 1972 nas Nações Unidas, particularmente tendo em mente a vigésima sétima sessão da Assembleia Geral, pode justamente e sem exagero, ser designado como “O Ano de Amílcar Cabral” o ano carregando o nome de um dos grandes homens de África, um infatigável combatente e revolucionário contra o imperialismo e o colonialismo»<sup>209</sup>.

O PAIGC foi o único movimento que o CD reconheceu nominalmente como sendo representante das colónias portuguesas, neste caso da Guiné-Bissau e de Cabo Verde. Isso deveu-se sem dúvida ao facto de a Guiné ter sido o palco onde a guerra evoluiu mais favoravelmente para os movimentos de libertação. Esse reconhecimento desempenhou um importante papel na proclamação da independência da Guiné-Bissau a 24 de Setembro de 1973, que foi sancionada por 93 países através da Resolução 3061 (XXVIII), de 2 de Novembro, que «(...) confirmou a tendência dos Estados se servirem do acto de «reconhecimento» como forma de acelerar a execução devida do direito à autodeterminação; e confirmou que a passagem do estatuto de luta (através do Movimento de Libertação) a um estatuto estadual pressupõe um controlo efectivo, ainda que mínimo – ou às vezes contestado – de uma parcela do território reivindicado»<sup>210</sup>.

Ao estender o reconhecimento aos movimentos de libertação das restantes colónias, o CD não mencionou os seus nomes, indicando unicamente que os de Angola e de Moçambique eram os legítimos representantes da população. Mas, consideramos que podemos subentender que esse reconhecimento se estendia principalmente, senão unicamente, aos movimentos que tinham recorrido à via armada para colocarem termo à dominação portuguesa. Estes eram os únicos que estavam em condições de preencherem

---

<sup>209</sup> «The year 1972 at the United Nations, particularly having the twenty-seventh session of the General Assembly in view, can justly, and without exaggeration, be designated as “The Year of Amílcar Cabral”, the year bearing the name of one of the greatest men of Africa, an indefatigable fighter and revolutionary against imperialism and colonialism». Cf. Organização das Nações Unidas – A/AC.109/PV. 895, 5 February 1973. *Verbatim Record of the Eight Hundred and Ninety-Fifth Meeting...*p. 87

<sup>210</sup> LOPES, José Alberto de Azeredo – *Ob. Cit.* p. 130

o requisito prévio que consistia no controlo efectivo de parte dos territórios das colónias, as chamadas zonas libertadas.

Esse reconhecimento significou que os movimentos de libertação já não eram considerados como estando em pé de igualdade com o governo português, como se verificou em relação à atribuição do estatuto de observador. Efectivamente, significou que o CD tinha considerado que os movimentos de libertação eram os únicos com legitimidade para falarem em nome da população das colónias. Se essa legitimidade foi reconhecida aos movimentos, o governo português deixou de poder tratar qualquer questão que lhes dissesse respeito, como foi confirmado aquando da aprovação, através da Resolução 3181 (XXVIII), de 17 de Dezembro de 1973, das credenciais para a XXVIII sessão da AG. Nessa Resolução foi claramente indicado que as credencias se destinavam unicamente a Portugal, enquanto país delimitado pelas suas fronteiras europeias, não incluindo Angola, Moçambique e, muito menos, a Guiné-Bissau, que era um Estado independente<sup>211</sup>.

Consideramos que esse reconhecimento «(...) representou uma concessão da qualidade de sujeitos de direito internacional com capacidade jurídica limitada»<sup>212</sup>. Abriu novas possibilidades aos movimentos de libertação, permitindo-lhes, nomeadamente, participar nos trabalhos dos outros órgãos da ONU e de organismos internacionais. Era a esses movimentos que todos os organismos da ONU deveriam recorrer para solucionar qualquer questão relativa à Guiné-Bissau, a Angola e a Moçambique.

## **2.5 Ausência no Processo de Descolonização: 25 de Abril de 1974-1976**

Com o 25 de Abril de 1974 consideramos que teve início uma nova fase no relacionamento entre o CD e os movimentos de libertação das colónias portuguesas. Assim, em 1974, o relatório do CD fez a divisão entre a análise efectuada antes e depois dessa data. Dado o seu interesse pelas colónias portuguesas, seguiu de perto os acontecimentos ocorridos em Portugal, mantendo-se em contacto com os dirigentes dos movimentos de libertação, com o Comité de Coordenação para a Libertação da África da OUA e com o SG. Neste sentido, recebeu da FRELIMO o texto da declaração

---

<sup>211</sup> Cf. Organização das Nações Unidas - *Resolução 3181 (XXVIII), de 17 de Dezembro de 1973*. [Em linha]. 8-9. [Consult. 28 Abr. 2008]. Disponível em [www.un.org.com](http://www.un.org.com).

<sup>212</sup> MORAIS, Carlos Blanco de – *O Direito à Autodeterminação dos Povos: o estatuto jurídico do enclave de Cabinda*. Lisboa: Edições da Universidade Lusíada, 1998. p. 157



adoptada pelo seu Comité Executivo a 27 de Abril, onde era referido que os acontecimentos verificados em Portugal eram o resultado da guerra levada a cabo nas colónias, que o sucesso da luta em Moçambique foi um factor determinante para a situação que se estava a viver e que a questão fundamental da qual dependiam todas as outras era a independência dos territórios coloniais. O texto reclamava a independência total e completa para o povo moçambicano e alertava contra as forças reaccionárias que pretendiam gerar o desentendimento entre negros e brancos<sup>213</sup>.

Neste ano, após os acontecimentos do 25 de Abril, o CD não adoptou mais nenhuma Resolução a respeito das colónias portuguesas. Em vez disso, o Presidente do Comité, Salim Ahmed Salim, publicou, a 9 de Maio, em conjunto com Edwin Ogebe Ogbu, Presidente do Comité Especial do *Apartheid*, e Rashleigh E. Jackson, Presidente do Conselho das Nações Unidas para a Namíbia, uma declaração. Nesse texto, na mesma linha da declaração da FRELIMO, defenderam que os acontecimentos do 25 de Abril tinham resultado da determinação, da resistência e do sacrifício das populações das colónias e dos seus movimentos de libertação. Mas, consideraram que, até ao momento, as posições assumidas pelos porta-vozes da Junta Militar não estavam conformes com a posição da ONU sobre as questões da descolonização. Foram da opinião que «(...) a evolução da situação em Portugal dá ao novo regime a possibilidade de abandonar inteiramente a política infeliz dos seus predecessores. Deve não só reconhecer o direito legítimo dos povos de Angola, de Moçambique e das ilhas de Cabo Verde à autodeterminação e à independência, mas também adoptar imediatamente medidas concretas e decisivas com vista a assegurar o exercício efectivo desse direito»<sup>214</sup>.

Voltaram a renovar os apelos anteriormente efectuados e pediram às autoridades portuguesas para encetar negociações com os movimentos de libertação reconhecidos pela OUA, pois essa era a única via para estabelecer relações positivas entre Portugal e os povos que dominava. Defenderam que «(...) a comunidade internacional deve, não só continuar a apoiar os movimentos de libertação, mas também intensificar a sua acção de forma a fazer pressão, tanto quanto possível, sobre aqueles que desejavam fazer calar as

---

<sup>213</sup> Cf. Organização das Nações Unidas – A/9623/Rev.1. *Rapport du Comité spécial chargé d'étudier...* Vol. III. p. 5-7

<sup>214</sup> «(...) l'évolution de la situation au Portugal donne au nouveau régime la possibilité d'abandonner entièrement la politique malheureuse de ses prédécesseurs. Il doit non seulement reconnaître le droit légitime des peuples de l'Angola, du Mozambique et des îles du Cap-Vert à l'autodétermination et à l'indépendance, mais aussi prendre immédiatement des mesures concrètes et décisives en vue d'assurer l'exercice effectif de ce droit». Cf. *Idem*. p. 8

vozes positivas e racionais que se elevam a favor da liberdade e da independência em Angola, em Moçambique e nas ilhas de Cabo Verde e em favor da evacuação completa das forças de ocupação portuguesas da Guiné-Bissau»<sup>215</sup>. Concluíram afirmando que o objectivo dos três órgãos era alcançar a independência total e completa de Angola, de Moçambique e dos outros territórios da África Austral.

A 20 de Maio, o observador permanente da Guiné-Bissau junto da ONU, Júlio Semedo, enviou ao CD uma carta onde relatava a situação vivida em Cabo Verde. Nessa missiva indicou que tinham sido realizadas manifestações e reuniões na ilha de Santiago favoráveis à independência e ao PAIGC. Tinham também, ainda segundo a mesma carta, sido organizados cortejos até ao campo de concentração do Tarrafal para exigir a libertação dos prisioneiros políticos e o julgamento público do responsável pelo estabelecimento prisional. O representante guineense apresentou igualmente um relato sobre actos de repressão policial contra os manifestantes e sobre as tentativas reaccionárias para impedir palavras de ordem para a independência imediata e incondicional de Cabo Verde<sup>216</sup>. Do igual modo, a 22 de Maio, esse representante transmitiu ao CD informações sobre esse arquipélago.

A meio do ano o governo português reviu a sua posição relativamente ao mandato do Comité. Portugal não só reconheceu a legitimidade do CD, como passou a participar nos seus trabalhos na qualidade de potência colonial, como desde há muito lhe tinha sido solicitado. Essa cooperação com o CD consumou-se a 24 de Julho, quando o representante português na ONU, Veiga Simão, se reuniu com Salim Ahmed Salim, informando-o sobre os novos factos ocorridos nas colónias portuguesas. No mesmo dia, o representante português enviou uma carta ao Presidente do CD na qual anunciou que «Referindo-me ao nosso encontro desta manhã, tenho a honra de vos fazer saber que o governo português tem a intenção de cooperar com o Comité Especial. Nós consideramos que essa cooperação contribuirá para afirmar e reforçar as regras e os princípios enunciados na Carta das Nações Unidas»<sup>217</sup>. Na sua resposta datada de 1 de

---

<sup>215</sup> «(...) la communauté internationale doit, non seulement continuer à soutenir les mouvements de libération, mais encore intensifier son action de façon à faire pression, autant que possible, sur ceux qui voudraient faire taire les voix positives et rationnelles qui s'élèvent en faveur de la liberté et de l'indépendance en Angola, au Mozambique et dans les îles du Cap-Vert et en faveur de l'évacuation complète des forces d'occupation portugaises de Guinée-Bissau». Cf. *Idem.* p. 9

<sup>216</sup> Cf. *Idem.* p. 63-64

<sup>217</sup> «Me référant à notre entretien de ce matin, j'ai l'honneur de vous faire savoir que le Gouvernement portugais a l'intention de coopérer avec le Comité spécial. Nous considérons que cette coopération contribuera à affirmer et renforcer les règles et principes énoncés dans la Charte des Nations Unies». Cf. *Idem.* Vol. I. p. 10

Agosto, o Presidente do CD manifestou a sua satisfação pelo facto de o governo português ter decidido cooperar com o Comité e mostrou-se disposto a dialogar a qualquer momento com Portugal sobre questões de interesse mútuo.

Aquando da 1791ª sessão do CS, a 12 de Agosto, na qual se examinou o pedido de admissão da Guiné-Bissau na ONU, o Presidente do CD proferiu uma declaração que se revestiu de grande importância para esclarecer a posição assumida pelo Comité no processo de descolonização das colónias portuguesas. Nessa declaração, Salim exortou Portugal a adoptar, em consulta com o PAIGC, as medidas necessárias para criar as condições para as populações da Guiné-Bissau e de Cabo Verde acederem à independência. Defendeu que Portugal deveria manter conversações com os movimentos de libertação, que eram os representantes autênticos da população, com vista à transferência do poder. Considerando que não se deveria semear dúvidas entre a população quanto às verdadeiras intenções do novo governo português afirmou que «(...) a esse respeito a possibilidade de organizar um referendo, tão frequentemente evocada, era agora uma ideia praticamente abandonada. Ele pensava que não podia ser de outra forma, dado que era inconcebível perguntar a esses povos se desejavam ou não a liberdade, após mais de uma década de sofrimentos, de sacrifícios e de efusões de sangue visando precisamente obter essa liberdade»<sup>218</sup>. Expressou ainda o desejo de que proximamente o CS examinasse a admissão de Moçambique na ONU, sob a direcção da FRELIMO, e de Angola, através dos seus movimentos de libertação nacional. Do mesmo modo, mostrou a disponibilidade do CD para colaborar estreitamente com a Guiné-Bissau com vista à eliminação do seu território dos últimos vestígios do colonialismo sob todas as formas e manifestações.

Ainda no mês de Agosto, no dia 27, o Comité recebeu uma carta do representante permanente do Gabão na ONU, onde era referido que o seu país dava abrigo ao Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP)<sup>219</sup>, mas que, como se opunha à violência, nunca lhe tinha permitido a aquisição de armas, o que o impediu de conduzir a luta armada. Assim sendo, indicou que «O governo gabonês está surpreso por ouvir as autoridades de Lisboa falarem somente dos movimentos que

---

<sup>218</sup> «(...) à cet égard que la possibilité d'organiser un référendum, si souvent évoquée, était maintenant une idée pratiquement abandonnée; il estimait qu'il ne pouvait en être autrement, étant donné qu'il était inconcevable de demander à ces peuples s'ils désiraient ou non la liberté, après plus d'une décennie de souffrances, de sacrifices et d'effusions de sang visant précisément à obtenir cette liberté». Cf. Idem. Vol. III. p. 14

<sup>219</sup> Este movimento era inicialmente conhecido como Comité de Libertação de São Tomé e Príncipe. Foi fundado em 1960 e reconhecido em 1962 pela OUA como legítimo representante da população desse arquipélago. Em 1972 passou a ser designado como Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe.

combatiam pela Guiné-Bissau, Angola e Moçambique, esquecendo manifestamente o de São Tomé e Príncipe»<sup>220</sup>. Referiu que esse movimento era a única organização política do território, tendo demonstrado maturidade política e sendo representativa de São Tomé e Príncipe. Manifestou o seu apoio sem reservas ao MLSTP e referiu que caso seja necessário passar à acção violenta lhe daria apoio militar. Contudo, afirmou que «O governo gabonês acredita que o momento é para o diálogo: é por isso que convida com insistência as autoridades portuguesas a encetarem esse diálogo com os responsáveis de São Tomé e Príncipe que estavam todos unidos no seio do MLSTP»<sup>221</sup>.

Na 980ª reunião, a 3 de Setembro, o Presidente chamou a atenção para um telegrama enviado a 2 de Setembro por Samora Machel, Presidente da FRELIMO. Esse telegrama frisava que o povo de Moçambique, sob a direcção da FRELIMO, mantinha a sua firme decisão de alcançar a independência completa e que esse movimento era o único representante legítimo da população, da qual recebia o apoio total. Declarava que o movimento tinha também o apoio do exército português, pelo que Portugal deveria aceitar a inevitabilidade da transferência do poder para a FRELIMO, que continuava determinado em fazer de Moçambique um país independente e em promover a paz e o bem-estar económico, social e cultural da população. Mostrou-se disposto a respeitar os direitos do homem, nomeadamente os dos portugueses residentes no território, e exprimiu o desejo que «(...) a Organização das Nações Unidas e, em particular o Comité dos Vinte e Quatro, reafirmassem a convicção de que a paz e a justiça só poderiam reinar quando Moçambique fosse completamente independente e que, por essa razão, eles insistissem junto de Portugal para que aceite a transferência para a FRELIMO dos poderes que detinha ainda em Moçambique, sem ambiguidade, sem escapatória e sem manobras»<sup>222</sup>.

---

<sup>220</sup> «Le Gouvernement gabonais est donc surpris d'entendre les autorités de Lisbonne ne parler que des mouvements combattant pour la Guiné-Bissau, l'Angola et le Mozambique, oubliant manifestement celui de São-Tomé et Príncipe». Cf. Organização das Nações Unidas – A/AC.109/459, 27 Août 1974. *Lettre datée du 8 Août 1974, adressée au Secrétaire Général par le représentant permanent du Gabon auprès de l'Organisation des Nations Unies*. Nova Iorque: ONU, 1974, p. 2

<sup>221</sup> «Mais le Gouvernement gabonais veut croire que l'heure est au dialogue: c'est pourquoi il invite instamment les autorités portugaises à entamer ce dialogue avec les responsables de São-Tomé et Príncipe qui sont tous unis au sein du MLSTP». Cf. *Ibidem*

<sup>222</sup> «(...) l'Organisation des Nations Unies et, en particulier, le Comité des Vingt-Quatre réaffirmeront leur conviction que la paix et la justice ne pourront régner que lorsque le Mozambique sera complètement indépendant et que, pour cette raison, ils insisteront auprès du Portugal pour qu'il accepte le transfert au FRELIMO des pouvoirs qu'il détient encore au Mozambique, sans ambiguïté, sans échappatoire et sans manoeuvre». Cf. Organização das Nações Unidas – A/9623/Rev.1. *Rapport du Comité spécial chargé d'étudier...* Vol. III. p. 65

Entre finais de Agosto e inícios de Setembro, o CD realizou um exame suplementar da questão das colónias portuguesas. A 29 de Agosto, mandatou o seu Presidente a fazer uma declaração onde se definisse a sua posição a respeito da situação. Essa declaração foi efectuada a 5 de Setembro, aquando da 981ª reunião. Nela Salim defendeu que deveriam ser realizadas negociações com os movimentos de libertação, elaborando-se as modalidades concretas para a transferência o mais rapidamente possível de todos os poderes para a população, sob a direcção dos movimentos. Acrescentou ainda que, «Nesse contexto, o Comité Especial felicita-se pelo acordo alcançado em Argel entre a Guiné-Bissau e Portugal e exprime a esperança que todas as medidas necessárias serão adoptadas sem demora com vista à descolonização total de Cabo Verde. Do mesmo modo, o Comité Especial toma nota com satisfação da retoma das conversações entre Portugal e a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), que teve lugar hoje em Lusaca, e espera firmemente que essas conversações conduzam a um acordo definitivo que levará à independência completa de Moçambique»<sup>223</sup>.

Nessa declaração também se homenageou os movimentos de libertação, pois, nas palavras de Salim, a resistência, a devoção e o sacrifício dos quais tinham dado provas conduziram à situação em que se encontravam, prestes a alcançar a independência. O CD reafirmou mais uma vez a sua solidariedade para com os povos das colónias portuguesas e o seu apoio constante aos esforços que desenvolviam, sob a liderança dos seus movimentos de libertação, para alcançar a liberdade e a independência. Apelou a todos os governos, às agências especializadas e aos outros organismos da ONU para que continuassem a dar ajuda moral e material aos povos desses territórios, pois estavam numa etapa crítica da sua luta legítima pela liberdade e independência. Convidou também todos os governos a desenvolver esforços para acelerar o processo de descolonização das colónias portuguesas<sup>224</sup>.

No mesmo dia, a 5 de Setembro, a missão portuguesa na ONU, respondendo a uma carta do CD datada de 28 de Agosto sobre a questão do envio de missões de visita às colónias, referiu que «A esse respeito, dou-vos de novo a garantia que o governo português está disposto a cooperar estreitamente com o Comité Especial e tenho a

---

<sup>223</sup> «Dans ce contexte, le Comité spécial se félicite de l'accord intervenu à Alger entre la Guinée-Bissau et le Portugal et exprime l'espoir que toutes les mesures nécessaires seront prises sans délai en vue de la décolonisation totale du Cap-Vert. De même, le Comité spécial prend note avec satisfaction de la reprise des conversations entre le Portugal et le Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), qui a eu lieu aujourd'hui à Lusaka, et il espère fermement que ces conversations aboutiront à un accord définitif qui mènera à l'indépendance complète du Mozambique». Cf. *Idem*. p. 17

<sup>224</sup> Cf. *Ibidem*.

afirmar que a Missão Permanente de Portugal está igualmente preparada para prosseguir o exame dessa questão numa data que poderá ser combinada de comum acordo»<sup>225</sup>.

A 28 de Novembro, numa outra carta remetida ao CD, o governo português voltou a confirmar a sua disponibilidade para aceitar o envio de uma nova missão de visita às suas colónias, pois considerava que isso ajudaria a constatar no terreno a sinceridade e a honestidade com a qual estava a ser levado a cabo o processo de descolonização<sup>226</sup>. No final do ano, Almeida Santos, Ministro da Coordenação Interterritorial, ao se deslocar à ONU para assistir às sessões da AG, aproveitou a ocasião para realizar contactos com o Comité de Descolonização.

Em 1975, o CD voltou a examinar a questão das colónias portuguesas. Logo na abertura das suas sessões, o SG assinalou que no ano anterior se tinha assistido a transformações sem precedentes na situação das colónias portuguesas. Considerou que fora encerrado um triste capítulo e que um novo tinha sido aberto. Afirmou também que as NU estavam desejosas de acolherem no seu seio os novos países independentes, à semelhança do que já tinha acontecido com a Guiné-Bissau. Por seu lado, o Presidente do CD realçou os acordos que tinham sido firmados com os movimentos de libertação para a independência de Angola, Moçambique, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Indicou que a derrota do colonialismo português em África tinha alterado o equilíbrio na África Austral a favor das forças da justiça e da liberdade e que os povos oprimidos do Zimbabwe e da Namíbia tinham visto aumentadas as suas hipóteses de vitória. Aproveitou a oportunidade para incentivar o CD a aceitar, o mais rapidamente possível, o convite efectuado pelo PAIGC e pelo governo português, para o envio de uma missão de visita a Cabo Verde<sup>227</sup>.

Assim, nesse ano foi realizada a segunda missão de visita às colónias portuguesas, neste caso a Cabo Verde. Essa visita ocorreu na sequência da carta remetida a 29 de Outubro de 1974 pelo PAIGC ao CD, na qual se afirmava que a sua realização contribuiria para acelerar o processo de descolonização do território. O governo português também se mostrou favorável à realização dessa visita, pelo que o CD nomeou Haissam Kelani, da República Árabe da Síria, Noumou Diakite, do Mali,

---

<sup>225</sup> «A cet égard, je vous donne de nouveau l'assurance que le Gouvernement portugais est disposé à coopérer étroitement avec le Comité spécial et je tiens à affirmer que la Mission permanente du Portugal est également prête à poursuivre l'examen de cette question à une date qui pourrait être convenue d'un commun accord». Cf. *Idem*. Vol. I. p. 118

<sup>226</sup> Cf. Organização das Nações Unidas – *A/10023/Rev.1. Rapport du Comité spécial chargé d'étudier...* Vol. II. p. 3

<sup>227</sup> Cf. *Idem*. Vol. I. p. 13

Stanislav Suja, da Checoslováquia, e Vincent D. Lasse, de Trinidad-Tobago, para se deslocarem a Cabo Verde. A missão permaneceu no arquipélago entre 25 de Fevereiro e 2 de Março. Antes e depois da visita fez paragens em Lisboa para realizar consultas com o governo português.

Das observações efectuadas, apresentou ao CD um conjunto de conclusões e recomendações. Assim, a missão de visita concluiu que:

- o povo de Cabo Verde estava determinado a aceder à independência sob a liderança do PAIGC;
- esse partido era o seu único e autêntico representante, pelo que o apoiava incondicionalmente;
- a população estava preparada para se tornar independente e para estabelecer uma união com a Guiné-Bissau;
- a independência ocorreria em circunstâncias económicas, sociais e culturais particularmente difíceis;
- havia uma necessidade urgente de expandir a assistência no campo da saúde pública e dos cuidados médicos;
- as condições de vida eram difíceis, caracterizando-se pela pobreza;
- o colonialismo tinha gerado uma situação deplorável em termos educacionais e culturais;
- o desenvolvimento do território só seria alcançado através de ajudas em larga escala;
- essa ajuda seria uma continuação do processo de independência;
- Portugal, devido às suas próprias dificuldades internas, não estava em condições de ajudar Cabo Verde economicamente;
- e, embora a situação não fosse catastrófica, estavam reunidas as condições para um possível desastre<sup>228</sup>.

Em face disso, a missão de visita recomendou que o CD se mantivesse a par de todas as medidas adoptadas com vista à independência do território a 5 de Julho de 1975; que Portugal, dadas as suas responsabilidades históricas, fornecesse assistência no domínio da educação; que a comunidade internacional concentrasse os seus esforços na construção de escolas e de outras instalações; que o governo português solucionasse a situação dos milhares de caboverdeanos que trabalhavam no seu país; que se desse

---

<sup>228</sup> Cf. Organização das Nações Unidas - A/AC.109/L. 1002, 17 de April de 1975. *Report of the United Nations Visiting Mission to Cape Verde*. S.l.: s.n., 1975. p. 22-25

prioridade ao fornecimento de alimentos, ajuda financeira e assistência técnica; que se providenciasse ajuda para o desenvolvimento das indústrias locais; e que se lançasse um apelo internacional de emergência para auxiliar a população<sup>229</sup>.

Para além do envio da missão de visita, o CD analisou a situação das colónias portuguesas nas suas reuniões na sede da ONU em Nova Iorque e nas que foram realizadas em Lisboa, entre 12 e 19 de Junho, em resposta a um convite do governo português datado de 24 de Janeiro. Nas reuniões na sede, somente o PAIGC se serviu do estatuto de observador. Mas, em Lisboa, para além desse partido, a FNLA, o MPLA, a UNITA e o MLSTP também participaram na qualidade de observadores. O CD contou ainda nessas reuniões com a participação do Presidente do Comité Especial contra o *Apartheid*, do Secretário Executivo do Comité de Coordenação para a Libertação de África da OUA e de representantes de agências especializadas, de outros organismos da ONU, da Organização de Solidariedade com os Povos da África e da Ásia, do Fundo de Defesa Aérea Internacional para o Sul da África e do Movimento Internacional para a Unidade Fraternal entre as Raças e os Povos, sendo que este último fez uma declaração na qualidade de peticionário.

As reuniões em Lisboa decorreram no Hotel Altis<sup>230</sup> e segundo Almeida Santos, que foi um dos participantes, «Representaram já mais a consagração do processo do que a determinação dele. Situar-se-iam mais na perspectiva da cooperação com os novos Estados do que na da sua autonomização»<sup>231</sup>. Na sessão de abertura, o Primeiro Ministro, Vasco Gonçalves, fez uma declaração. No encerramento, o Presidente da República, Francisco Costa Gomes, também fez um discurso. A 17 de Junho, Costa Gomes recebeu os participantes aquando de uma recepção oficial em honra do Comité realizada no Palácio de Belém.

Mais uma vez, em 1975, foi organizada a Semana de Solidariedade com os Povos Coloniais da África Austral que Lutavam pela Liberdade, Independência e Igualdade de Direitos, no decurso da qual foi inaugurada, a 10 de Maio, uma exposição fotográfica, que incluía imagens da visita a Cabo Verde. O CD participou ainda nas seguintes actividades da OUA: XXIV sessão do Comité de Coordenação para a Libertação de África, organizada em Dar es Salam, de 8 a 13 de Janeiro; IX sessão extraordinária do Conselho de Ministros, realizada na mesma cidade, de 7 a 10 de Abril;

---

<sup>229</sup> Cf. *Idem.* p. 25-26

<sup>230</sup> Vide no anexo II algumas das fotografias tiradas durante as reuniões do CD em Lisboa.

<sup>231</sup> Cf. SANTOS, António de Almeida – *Quase Memórias: Do Colonialismo e da Descolonização*. Vol. II. Lisboa: Casa das Letras, 2006. p. 319



XXV sessão ordinária de Conselho de Ministros, em Kampala, no Uganda, entre 18 e 25 de Julho; e XII Assembleia de Chefes de Estado e de Governo, que também teve lugar em Kampala de 28 de Julho a 1 de Agosto. Esteve igualmente presente em diversos encontros realizados pela Organização de Solidariedade com os Povos da África e da Ásia, dos quais destacamos unicamente a Conferência Internacional de Apoio aos Povos das Antigas Colónias Portuguesas, realizada em Moçambique de 27 a 28 de Novembro. Fez-se igualmente representar, por intermédio do Comité Especial sobre o *Apartheid*, na reunião do *bureau* do Comité Presidencial do Conselho Mundial da Paz, realizada em Bissau de 8 a 11 de Setembro.

Aquando da reunião no Quénia dos chefes dos três principais movimentos de libertação de Angola, o Presidente do Comité enviou-lhes, a 13 de Junho, telegramas, onde exprimiu a esperança de que os esforços para assegurar a manutenção e a consolidação da unidade e da solidariedade fossem bem sucedidos. O CD participou ainda nas cerimónias de independência das colónias portuguesas realizadas nesse ano. Assim, o Presidente Salim Ahmed Salim esteve presente nas cerimónias realizadas a 25 de Junho e a 5 de Julho para assinalar, respectivamente, a independência da República Popular de Moçambique e da República de Cabo Verde. Do mesmo modo, a 12 de Julho, o Vice Presidente A. Duncan Campbell, representante da Austrália, compareceu em nome do CD na cerimónia de independência da República Democrática de São Tomé e Príncipe.

Nas reuniões em Lisboa foi adoptado a 14 de Junho um consenso sobre Cabo Verde, por intermédio do qual o CD sancionou as conclusões e recomendações que figuravam no relatório da missão de visita. No essencial, o consenso referia-se à assistência económica, técnica e financeira necessária a esse território. Nele o CD apelou a todos os governos, às agências especializadas e aos outros organismos da ONU para que fornecessem toda a assistência, com carácter de urgência, à população caboverdeana. Mostrou-se satisfeito com as iniciativas adoptadas nesse campo pelo SG e pelo governo português<sup>232</sup>. Para além desse consenso, o representante do ACNUR e do Congo fizeram declarações a respeito da necessidade urgente de se conceder ajuda internacional a Cabo Verde.

No mesmo dia, no consenso adoptado sobre o conjunto das colónias, o CD se regozijou pela independência de Moçambique, de Cabo Verde, de São Tomé e Príncipe

---

<sup>232</sup> Cf. Organização das Nações Unidas – A/10023/Rev.1. *Rapport du Comité spécial chargé d'étudier...* Vol. II. p. 7

e de Angola. Mas, mostrou a sua preocupação em relação à situação vivida em Angola, endereçando «(...) um apelo premente e urgente aos três movimentos de libertação nacional do território, a Frente Nacional para a Libertação de Angola (FNLA), o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), para que trabalhassem activamente para o acesso à unidade e à independência nacionais e à sua consolidação, bem como à manutenção da solidariedade nacional, com vista à realização das aspirações do povo angolano na paz, na justiça e na harmonia»<sup>233</sup>.

Mostrou-se também consciente dos esforços que os movimentos de libertação nacional estavam a fazer para assegurar a direcção e a orientação necessárias com vista à liberdade e à independência. Felicitou-os pelos progressos alcançados nesse domínio e pediu aos governos, às agências especializadas e às outras instituições associadas à ONU para que intensificassem os esforços para implementar, com urgência, os programas concretos de assistência aos povos das colónias portuguesas que lhes permitissem consolidar a independência nacional e reconstruir os seus países. Manifestou ainda a esperança de que fossem tomadas as medidas necessárias para permitir que Timor e suas dependências alcançassem os objectivos enunciados na Carta das NU e na Declaração.

No final dos trabalhos em Lisboa foi adoptada, a 18 de Junho, uma Resolução, na qual o CD manifestou o seu reconhecimento ao governo português pela realização das reuniões<sup>234</sup>. Do mesmo modo, a 13 de Agosto foi aprovada uma Resolução, onde se mostrava apreço pela cooperação dada por Portugal à realização de missões de visita.

Após a adopção desses dois consensos, o CD manteve-se ainda ao corrente da situação em Angola e em Timor. Para este último, teve em atenção o apelo endereçado a 26 de Agosto pelo SG a todas as partes envolvidas para que cessassem as hostilidades, respeitassem a vida humana e iniciassem negociações para um acordo pacífico.

Em 1976, com a independência das colónias africanas, o CD só se debruçou sobre a situação de Timor, que continuou a ser motivo de preocupação, pois tinha sido invadido pela Indonésia a 7 de Dezembro de 1975. O Presidente do Comité publicou

---

<sup>233</sup> «(...) un appel pressant et urgent aux trois mouvements de libération nationale du territoire, le Frente Nacional para a Libertação de Angola (FNLA), le Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) et l'União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), pour qu'ils travaillent activement à l'accession à l'unité et à l'indépendance nationales et à leur consolidation, ainsi qu'au maintien de la solidarité nationale, en vue de la réalisation des aspirations du peuple angolais dans la paix, la justice et l'harmonie». Cf. *Idem.* p. 8

<sup>234</sup> Cf. *Idem.* Vol. I. p. 82

duas declarações sobre o assunto, datadas de 28 de Maio e de 14 de Junho de 1976, e o SG apresentou, a 2 de Dezembro de 1975, uma nota transmitindo um documento intitulado “A posição da Indonésia sobre Timor”.

Foram dedicadas duas reuniões, as 1052<sup>a</sup> e 1053<sup>a</sup>, a 8 e 9 de Setembro, ao exame da questão, tendo sido recebida uma comunicação, datada de 2 de Setembro de 1976. Nessa comunicação, José Ramos Horta, da Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (FRETILIN), pedia uma audiência, o que foi aceite. Assim, a questão de Timor ficou em aberto, sendo que continuou a fazer parte da lista dos territórios aos quais a Declaração se aplicava.

Nessas reuniões participaram os representantes de Portugal, da Guiné-Bissau e de Moçambique. As antigas colónias passaram assim a participar nas reuniões do CD e, inclusive, a servirem de palco para os seus trabalhos como aconteceu nesse ano aquando da deslocação a África do Grupo *Ad Hoc*, criado a 1 de Abril. Um dos países escolhidos para as reuniões foi Moçambique, onde permaneceu de 29 de Abril a 1 de Maio para estudar as questões da Rodésia do Sul, da Namíbia e da África do Sul<sup>235</sup>.

Contrariamente ao que seria de esperar, esta fase representou um período de pouca actividade do CD em relação às colónias portuguesas. Não teve participação nas negociações, ao contrário do disposto no Programa de Acção para a Aplicação Integral da Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais, onde se estabelecia que deveria auxiliar a AG a participar nos processos de descolonização. Contudo, José Medeiros Ferreira realça o seu papel, indicando que o processo de descolonização português não pode ser compreendido sem se ter em atenção a pressão internacional que então se exerceu sobre Portugal, protagonizada, entre outros, pelo CD aquando da declaração proferida pelo seu Presidente em Maio de 1974. Por outro lado, esse mesmo autor, citando António Spínola, sublinha que o CD e a ONU não tiveram um papel mais interventivo devido à oposição da Comissão Coordenadora do Movimento das Forças Armadas e do general Costa Gomes ao programa de Veiga Simão, que defendia o envolvimento das NU na descolonização, por considerarem que isso seria desprestigiante para o país<sup>236</sup>.

---

<sup>235</sup> Cf. Organização das Nações Unidas – A/31/23/Rev.1. *Rapport du Comité spécial chargé d'étudier...* Vol. II. p. 59-63

<sup>236</sup> Cf. FERREIRA, José Medeiros – «A Descolonização: seu Processo e Consequências» In *História de Portugal: Portugal em Transe (1974-1985)*. MATTOSO, José (Dir.). Vol. VIII. Lisboa: Editorial Estampa, 1994. p. 59

O CD foi assim um mero espectador, tendo a descolonização resultado da interacção directa entre o governo português e os movimentos de libertação. Contudo, foi ele quem preparou o caminho para a descolonização, pois somente os movimentos que tinha reconhecido foram considerados como tendo legitimidade para representar a população. Deste modo, constata-se que, nesta fase, a UNITA e o MLSTP foram admitidos como observadores, o que alargou o número dos interlocutores no processo de descolonização.

O CD, nas suas resoluções, tomou expressamente partido a favor do PAIGC e da FRELIMO, que considerou que deveriam ser os representantes da Guiné-Bissau, de Cabo Verde e de Moçambique, descartando assim a participação dos restantes movimentos. Ainda quanto ao PAIGC, ao aceitar que representava tanto a Guiné-Bissau como Cabo Verde, sancionou a teoria “uma luta, um partido, dois países”<sup>237</sup>, que mais tarde viria a ser desmentida pelos acontecimentos<sup>238</sup>.

Em relação a Angola não se pronunciou, a nosso ver deliberadamente, sobre qual ou quais os movimentos que deveriam ser ouvidos por Portugal. Do mesmo modo, ignorou as várias petições que ao longo do tempo lhe tinham sido remetidas a respeito do enclave de Cabina.

O CD apresentou-se unido em torno dos dois consensos adoptados nesta fase, demonstrando a sua unanimidade quanto à independência das colónias portuguesas. De resto, neste período permaneceram traços das fases anteriores. Assim, manifestou a sua solidariedade para com os povos das colónias portuguesas, felicitou os movimentos de libertação pelos progressos alcançados e pediu que lhes fosse dada a assistência necessária. Após a independência, a questão da assistência aos novos Estados passou a ser o centro das suas preocupações, tendo efectuado diversos apelos a esse respeito.

---

<sup>237</sup> Cf. PEREIRA, Aristides – *Uma luta, um partido, dois países: Guiné-Bissau – Cabo Verde*. Lisboa: Notícias, 2002

<sup>238</sup> Segundo José Medeiros Ferreira «É essa, sem dúvida, uma das decisões mais discutíveis do processo de descolonização, dado que a unidade pretendida pelo PAIGC entre a Guiné e Cabo Verde acabou por não se verificar». Mais adiante indica que «Enquanto que a descolonização da Guiné era obviamente inevitável em 1974, já a independência concedida ao arquipélago de Cabo Verde foi um acto voluntário do poder em Portugal e tem, pois, uma intervenção mais vasta, radicando nas causas da descolonização, que não se resumem às necessidades dos militares e à pressão das Forças Armadas para o efeito». Cf. FERREIRA, José Medeiros – *Ob. Cit.* p. 62

### **3. O Comité de Descolonização e os Movimentos de Libertação das Colónias Portuguesas: um meio de consciencialização e propaganda**

Quando se apresentavam perante o CD, quer nas audições quer através de mensagens escritas, os peticionários afirmavam que procuravam dar voz aos habitantes das colónias portuguesas, pois «A esmagadora maioria deles é iletrada e os poucos que eram letrados viram todos os seus esforços transformarem-se em pó devido à censura da sua correspondência e à humilhante experiência de viverem sob o regime autocrático das colónias de Salazar<sup>239</sup>. Por outro lado, pretendiam que o CD funcionasse como um instrumento de consciencialização e propaganda da luta dos movimentos de libertação.

Os peticionários fizeram no CD um ataque cerrado ao colonialismo português, através do qual procuraram demonstrar que Portugal era responsável pelo atraso das colónias. Essa denúncia do colonialismo português foi efectuada pelos movimentos de libertação, pelas organizações civis das colónias e de outros países, pelos indivíduos que se dirigiram ao Comité em nome pessoal e pelos opositores ao Estado Novo. Estes actores procuraram ilustrar essas denúncias com exemplos concretos, nomeadamente através de depoimentos de pessoas que tinham sofrido abusos da parte da administração portuguesa; de relatos de estrangeiros, sobretudo jornalistas e cineastas, que se tinham deslocado às chamadas áreas libertadas; da exibição de filmes; e da apresentação de fotografias.

As denúncias abrangiam diversas áreas nas quais a actuação portuguesa tinha sido deficiente. Os peticionários destacaram a falta de liberdades fundamentais da população africana, as fragilidades do sistema político, administrativo e judiciário instalado nas colónias, o fraco desenvolvimento económico, o trabalho forçado, as barreiras sociais, o êxodo dos africanos para os países vizinhos, os projectos de assimilação cultural, a debilidade do sistema de ensino e o pouco investimento no sistema sanitário, nas infraestruturas e nas telecomunicações. Estas denúncias tinham como corolário a comparação do colonialismo praticado por Portugal com o das restantes potências com o intuito de demonstrar o seu fracasso, na medida em que os peticionários defendiam que «Após mais de quatro séculos e meio de administração

---

<sup>239</sup>«The over-whelming majority of them are illiterate and the very few of them who are literate have found all their efforts came to dust because of the censorship of their correspondence and the humiliating experience of living under the autocratic regime of Salazar's colonies». Cf. Organização das Nações Unidas - A/AC.109/PET. 233, de 28 de Abril de 1964. *Duas Petições de Alberto Nank, sobre Angola*. Nova Iorque: s.n., 1964. p. 2

colonial portuguesa, o povo (...) tinha o nível de vida mais baixo de África, enquanto que outras potências coloniais tinham desenvolvido as suas colónias de forma notável depois de terem ali permanecido 40 ou 80 anos»<sup>240</sup>.

Os peticionários, porém, não se limitaram a evidenciar a falta de desenvolvimento das colónias. Efectivamente, os depoimentos e as mensagens escritas contemplavam diversas outras questões. Peticionários, como Fred Wilde, na sua comunicação de 28 de Abril de 1964, exigiram a autodeterminação e a independência das colónias, questionando «Porque é que as N.U. não podem parar com isso [o domínio português] de uma vez por todas e tirar os portugueses para fora de Angola e de Moçambique e dar a essa população a sua liberdade após 500 anos sob domínio português»<sup>241</sup>.

Outros ainda apontavam uma data limite para a independência das colónias. É assim que, também a 28 de Abril de 1964, o Grupo Angolano na URSS enviou de Baku, Azerbaijão, uma petição na qual se afirmava que «Nós pedimos o respeito pela autodeterminação e independência de Angola em 1965»<sup>242</sup>. Os pedidos remetidos ao CD incluíam também apelos para a libertação de prisioneiros, para que a opinião pública internacional pressionasse o governo português a pôr termo aos actos de violência, para que se evitasse a extradição de desertores portugueses por parte de Espanha, para se impor um embargo de armas a Portugal, para que se ajudasse as populações vítimas de destruições causadas por bombardeamentos...

Os peticionários procuraram também dar a conhecer ao CD as actividades que desenvolviam. Organizações internacionais, como o Comité Angolano nos Países Baixos<sup>243</sup>, segundo o qual «O objectivo do nosso comité é apoiar os movimentos de

---

<sup>240</sup> «Après plus de quatre siècles et demi d'administration coloniale portugaise, le peuple (...) avait le niveau de vi le plus bas d'Afrique, alors que d'autres puissances coloniales avaient développé leurs colonies de façon remarquable après y être resté 40 ans ou 80 ans». Cf. Organização das Nações Unidas - A/5238. *Rapport du Comité spécial chargé...* p. 138

<sup>241</sup> «Why can't the U.N. stop this once and for all and get the Portuguese out of Angola and Mozambique and give these people their freedom after 500 years under Portuguese rule». Cf. Organização das Nações Unidas - A/AC.109/PET. 238, de 28 de Abril de 1964. *Petição de Fred Wilde, sobre Angola*. Nova Iorque: s.n., 1964. p. 1

<sup>242</sup> «We demand respect for self-determination and independance of Angola in 1964». Cf. Organização das Nações Unidas - A/AC.109/PET. 241, de 28 de Abril de 1964. *Petição do Grupo Angolano URSS, sobre Angola*. Nova Iorque: s.n., 1964. p. 1

<sup>243</sup> O Comité Angolano nos Países Baixos foi fundado em 1961 com o objectivo de informar a população holandesa sobre a situação nas colónias portuguesas e apoiar os movimentos de libertação. De entre as actividades que desenvolveu destacam-se a realização de estudos sobre o fornecimento de material de guerra pela OTAN a Portugal e o boicote à venda de café angolano na Holanda. Cf. Organização das Nações Unidas - A/AC.109/PET. 1195, de 10 de Março de 1972. *Petição de Sietse Bosgra, representante*

libertação e fazer campanha contra o apoio ocidental a Portugal»<sup>244</sup>, a Igreja Unida de Cristo<sup>245</sup>, o Comité Polaco de Solidariedade com os Povos da Ásia e da África<sup>246</sup> e a FPLN, enviaram ao CD cópias de resoluções e de memorandos que tinham aprovado sobre o colonialismo português. Também remeteram estudos sobre temas económicos e militares, como o intitulado “Portugal e NATO”, enviado pelo Comité Angolano nos Países Baixos em 1970<sup>247</sup>.

Procuraram ainda colmatar algumas lacunas na actuação do Comité. Com efeito, como, apesar dos vários pedidos efectuados pelos movimentos de libertação, só foi enviada antes de 1974 uma missão de visita à Guiné, diversas individualidades procuraram documentar o CD com informações sobre as outras colónias. Para Moçambique, temos o caso de Anders Johansson, correspondente do jornal Dagens Nyheter, que enviou ao CD um relatório escrito da sua visita, em Fevereiro de 1969, aos territórios controlados pela FRELIMO em Cabo Delgado<sup>248</sup>. Sobre Angola temos o exemplo do relato efectuado por Börje J. Mattsson, jornalista finlandês, que visitou as áreas controladas pelo MPLA entre Novembro e Dezembro de 1970<sup>249</sup>.

Ainda que o denominador comum fosse a condenação do colonialismo português, consideramos que, embora de forma simplista e incompleta, podemos agrupar em categorias, de acordo com os seus autores, o conteúdo das audições e das petições remetidas ao CD. Assim, os movimentos de libertação procuraram explicar ao

---

*do Comité Angolano nos Países Baixos, sobre os territórios sob administração portuguesa*. Nova Iorque: s.n., 1972. p. 1

<sup>244</sup> «The aims of our committee are to support the liberation movements and to campaign against Western support to Portugal». Cf. *Ibidem*.

<sup>245</sup> A Igreja Unida de Cristo fazia parte de um conjunto de associações protestantes que apoiavam os movimentos de libertação das colónias portuguesas. Adoptou várias resoluções nas quais defendia a imposição de um embargo de armas a Portugal e a cessação do apoio que a Gulf Oil Company dava ao governo português. Cf. Organização das Nações Unidas - A/AC.109/PET. 1142, de 22 de Junho de 1970 – *Petição de Tim Smith, assistente dos Assuntos Africanos do Conselho para a Acção Social Cristã da Igreja Unida de Cristo sobre os territórios sob administração portuguesa*. Nova Iorque: s.n., 1970

<sup>246</sup> O Comité Polaco de Solidariedade com os Povos da Ásia e da África esteve envolvido nas comemorações da Jornada de Solidariedade com a Guiné-Bissau realizada a 4 de Agosto de 1969 na Polónia, tendo publicado uma declaração e promovido encontros e reuniões. Cf. Organização das Nações Unidas - A/AC.109/PET. 1124, de 29 de Dezembro de 1969 – *Petição de Mwiryng Grela, Secretário Geral do Comité Polaco de Solidariedade com os Povos da Ásia e da África, sobre o conjunto dos territórios portugueses*. Nova Iorque: s.n., 1969. p. 1-2

<sup>247</sup> Cf. Organização das Nações Unidas - A/AC.109/PET. 1130, de 9 de Junho de 1970. *Petição de S. Bosgra, representante do Comité Angolano dos Países Baixos, sobre o conjunto dos territórios sob administração portuguesa*. Nova Iorque: s.n., 1970, p. 1

<sup>248</sup> Cf. Organização das Nações Unidas - A/AC.109/PET. 1081, de 15 de Maio de 1969 – *Petição de Anders Johansson, Correspondente Estrangeiro de Dagens Nyheter, sobre Moçambique*. Nova Iorque: s.n., 1969. p. 1-6

<sup>249</sup> Cf. Organização das Nações Unidas - A/AC.109/PET. 1189/Add.1, de 25 de Outubro de 1971. *Petição de Börje J. Mattsson, sobre Angola*. Nova Iorque: s.n., 1971. p. 1-11

Comité qual o seu campo de actuação, os meios empregues para alcançar a autodeterminação e a independência das colónias e os progressos da luta. As organizações civis e internacionais exprimiram o seu apoio aos movimentos de libertação e difundiram as actividades que realizavam para os ajudar. As pessoas que se dirigiram a título individual ao CD expuseram as suas vivências sob o colonialismo português e manifestaram repúdio pela violência perpetrada por Portugal sobre as populações africanas. Por fim, os opositores ao Estado Novo expressaram a sua condenação à recusa portuguesa em atender às aspirações das populações africanas e manifestaram solidariedade em relação aos movimentos de libertação, indicando que a luta para o derrube do regime português se interligava com a da autodeterminação e independência das colónias.

Mas, note-se que, apesar dos objectivos comuns que animavam os diversos peticionários, os depoimentos e as petições apresentados ao Comité deixaram transparecer posições diferentes e, em alguns casos, fracturantes. Assim, apesar de todos estarem reunidos em torno do objectivo comum que era o de alcançar a autodeterminação e a independência das colónias, perfilaram-se duas posições quanto à forma de o alcançar: uma defendia o recurso à via armada para a eliminação do colonialismo português, enquanto que a outra era partidária da via política e da realização de negociações diplomáticas. Do mesmo modo, foram apresentados projectos que não eram subscritos por todos os peticionários. Foi o caso dos projectos de separação de Cabinda em relação a Angola e da reconstituição do antigo Reino do Congo. Verificaram-se igualmente rivalidades entre os diversos movimentos e dissensões internas, designadamente em Angola, o que esteve na origem de diversas exposições ao CD reivindicando a unidade entre os movimentos de libertação.

### **3.1 Via Armada**

Logo no início das suas actividades, em 1962, o CD foi confrontado com declarações do representante da UDENAMO, Uria Simango, segundo as quais esse movimento «(...) afirma de novo a sua intenção de resolver por meios pacíficos o conflito que opunha os habitantes africanos de Moçambique ao regime colonial português. Contudo, estava determinado a recorrer a todos os meios, incluindo a acção



directa, para satisfazer as aspirações legítimas da população, e o governo português suportará a plena responsabilidade de todo o conflito. A UDENAMO não se considerará satisfeita enquanto o governo português não reconhecer formalmente e solenemente o direito do povo moçambicano à autodeterminação e à independência. Além disso, deverão ser realizadas negociações entre todas as forças nacionalistas de Moçambique, agrupadas no seio de uma união, e o governo português. Estudar-se-ão então as medidas concretas que conduzirão à independência, incluindo as garantias relativas à autodeterminação»<sup>250</sup>.

Em 1965, a FRELIMO dirigiu-se ao CD, como já foi salientado no capítulo anterior, para explicar as razões que a tinham levado a optar pela via armada. Assim, lembrou que, em 1963, perante a IV Comissão da AG, tinha proposto a abertura de negociações com o governo português. A esse respeito afirmou que «Na época, muitos tinham sido aqueles que acreditavam que seria possível negociar a independência»<sup>251</sup>. Contudo, «Apesar do desejo persistente dos dirigentes da Frente de Libertação para evitar o sacrifício de vidas humanas, as manobras do governo português tinham-nos levado a concluir que único meio eficaz era o da acção armada»<sup>252</sup>. Como corolário, «A 25 de Setembro de 1964, sob a liderança da FRELIMO, o povo de Moçambique tinha proclamado a insurreição geral armada contra o colonialismo português, a fim de conquistar a sua independência total e incondicional»<sup>253</sup>.

Outros movimentos de libertação, como o PAIGC, também mencionaram que, inicialmente, tinham pretendido encetar negociações com Portugal, mas que o resultado

---

<sup>250</sup> «(...) affirmait à nouveau son intention de résoudre par des moyens pacifiques le conflit qui oppose les habitants africains du Mozambique au régime colonial portugais. Néanmoins, il était déterminé à recourir à tous les moyens, y compris l'action directe, pour satisfaire les aspirations légitimes de la population, et le Gouvernement portugais porterait la pleine responsabilité de tout conflit. L'UDENAMO ne s'estimerait pas satisfaite tant que le Gouvernement portugais n'aurait pas reconnu formellement et solennellement le droit du peuple mozambiquais à l'autodétermination et à l'indépendance. En outre, des négociations devaient avoir lieu entre toutes les forces nationalistes du Mozambique, groupés au sein d'une union, et le Gouvernement portugais; on y étudierait les mesures concrètes qui conduiraient à l'indépendance, y compris les garanties relatives à l'autodétermination». Cf. Organização das Nações Unidas - A/5238. *Rapport du Comité spécial chargé...*p. 139-140

<sup>251</sup> «A l'époque, nombreux avaient été ceux qui croyaient qu'il serait possible de négocier l'indépendance». Cf. Organização das Nações Unidas - A/6000/Rev. 1. *Rapport du Comité spécial chargé...*p. 175

<sup>252</sup> «Malgré le désir persistant des dirigeants du Front de libération d'éviter le sacrifice de vies humaines, les manoeuvres du Gouvernement portugais les avaient amenés à conclure que le seul moyen efficace était l'action armée». Cf. *Ibidem*.

<sup>253</sup> «Le 25 septembre 1964, sous la conduite du FRELIMO, le peuple du Mozambique avait proclamé l'insurrection générale armée contre le colonialisme portugais, afin de conquérir son indépendance totale et inconditionnelle». Cf. *Idem*. p. 177

tinha sido a prisão dos seus dirigentes<sup>254</sup>. Amílcar Cabral informou o CD que, tendo tentado resolver a questão de forma pacífica, rapidamente chegara à conclusão que se deveria responder com armas à violência portuguesa. Afirmou ainda que «Essa foi uma decisão difícil, pois muitos membros do partido preferiam soluções pacíficas e a acção directa só foi considerada após 500 membros do partido terem sido presos ou torturados»<sup>255</sup>.

O recurso às armas era, deste modo, apresentado como uma imposição portuguesa a povos que desejavam ser livres. Seria o resultado do desrespeito pelo princípio da autodeterminação, pois, de acordo com Holden Roberto, «Para Salazar, a autodeterminação significa o acordo e o consentimento obrigatórios da população a uma certa organização administrativa. Ora, limitar a escolha de uma população a consentir ou a dar a sua aprovação num sentido determinado significa condicionar-lhe e recusar-lhe assim à *priori* a livre escolha entre as diversas possibilidades que interessavam essencialmente ao seu futuro»<sup>256</sup>.

Os partidários da via armada tentaram assim demonstrar ao CD que o recurso às armas foi adoptado unicamente após terem sido esgotadas as tentativas de negociação e como resposta à repressão portuguesa. Em consequência, segundo a UPA, representada por Adão José Domingos Kapilango, em 1965, «A guerra que o povo de Angola levava a cabo era uma guerra justa, pois era uma guerra de libertação nacional»<sup>257</sup>. Mas, os movimentos de libertação afirmavam que essa guerra não visava directamente o povo português. Pelo contrário, tinha exclusivamente como alvo o governo português.

Inclusive para os territórios onde não tinha sido desencadeada a luta armada essa via foi equacionada como sendo a única solução possível. Para testemunhar esse facto, temos o depoimento proferido em 1966 por Thomas Medeiros, do CLSTP, segundo o

---

<sup>254</sup> Cf. *Idem.* p. 173

<sup>255</sup> «Ç'avait été là une décision difficile, car nombre de membres du parti préféraient les solutions pacifiques et l'action directe n'avait été envisagée qu'après que 500 membres du parti eurent été emprisonnés et torturés». Cf. *Idem.* p. 182

<sup>256</sup> «Pour Salazar, l'autodétermination signifie l'agrément et le consentement obligatoires de la population à une certaine organisation administrative. Or, limiter le choix d'une population à consentir ou à donner son agrément dans un sens guidé, revient à la déterminer et à lui refuser ainsi à priori le libre choix entre les diverses possibilités qui intéressent essentiellement son avenir». Cf. Organização das Nações Unidas - A/6700/Rev.1. *Rapport du Comité spécial chargé...*p. 71

<sup>257</sup> «La guerre que menait le peuple angolais était une guerre juste parce que c'était une guerre de libération nationale». Cf. Organização das Nações Unidas - A/6000/Rev. 1. *Rapport du Comité spécial chargé...*p. 171

qual «A luta armada se impõe como a única solução ao conflito colonial em São Tomé e Príncipe»<sup>258</sup>.

Essa via, para além de ser defendida pelos movimentos de libertação, foi apoiada pela oposição portuguesa, representada pela FPLN. Esta organização considerava que era impossível encontrar uma solução negociada com o Governo português e mostrou-se solidária com a luta pela independência das colónias<sup>259</sup>. A solução militar recolhia ainda o apoio de diversas organizações internacionais, como a Igreja Unida de Cristo, que na sua petição remetida ao CD a 20 de Maio de 1969, indicou que: «Numa Resolução, ironicamente adoptada no mesmo dia em que Eduardo Mondlane, o presidente da revolucionária Frente de Libertação de Moçambique, foi assassinado em Dar es Salam, Tanzânia, o Conselho de Acção Social Cristã da Igreja Unida de Cristo recordou o seu apoio às “legítimas reivindicações dos movimentos de libertação em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau”. Isto é uma declaração bastante única e franca nos círculos da Igreja, defendendo como faz a legitimidade da revolução violenta para sacudir o controlo colonial e caminhar em direcção à autodeterminação e à independência»<sup>260</sup>.

A via armada foi, deste modo, abertamente assumida por alguns movimentos de libertação, a tal ponto que Amílcar Cabral, em 1972, respondendo a uma questão do representante da Checoslováquia, Jaroslav Kozak, sobre quais as principais necessidades do PAIGC, disse que «(...) o seu Partido precisa de abastecimentos, incluindo as mais modernas armas, para estar à altura do desafio»<sup>261</sup>. Acrescentou que «Ele não era ingénuo a ponto de esperar essa assistência das Nações Unidas. Contudo, alguns membros poderiam providenciar isso, por sua iniciativa, e não precisavam do

---

<sup>258</sup> «La lutte armée s'imposait comme la seule solution au conflit colonial à São Tomé e Príncipe». Cf. Organização das Nações Unidas - A/6300/Rev. 1. *Rapport du Comité spécial chargé...* p. 374

<sup>259</sup> Cf. Organização das Nações Unidas - A/AC.109/PET. 239, de 28 de Abril de 1964. *Petição de Pedro Soares, representante da Frente Patriótica de Libertação Nacional (FPLN), sobre Angola*. Nova Iorque: s.n., 1964. p. 1-11

<sup>260</sup> «In a resolution, ironically passed on the very day on which Eduardo Mondlane, the president of the revolutionary Mozambique Liberation Front, was assassinated in Dar Es Salam, Tanzania, the Council of Christian Social Action of the United Church of Christ has recorded its support for the “legitimate claims of the liberation movements in Angola, Mozambique and Guinea Bissau”. This is a rather unique and frank declaration in Church circles, stating as it does the legitimacy of violent revolution to shake off colonial control and move towards self-determination and independence». Cf. Organização das Nações Unidas - A/AC.109/PET. 1083, de 20 de Maio de 1969. *Petição de Tim Smith, Ajudante de Campo para os Assuntos Africanos do Conselho para a Acção Cristã e Social, pertencente à Igreja Unida de Cristo, sobre os territórios sob administração portuguesa*. Nova Iorque: s.n., 1969. p. 3

<sup>261</sup> «(...) his Party needs supplies, including the most modern weapons, in order to meet the challenge». Cf. Organização das Nações Unidas - A/AC.109/SR. 850, 20 April 1972. *Summary Record of the Eight Hundred and Fiftieth Meeting, Held in Conakry, Republic of Guinea, on Tuesday, 11 April, at 4,35 p.n.* Nova Iorque: s.n., 1972. p. 6-7

aval do Conselho de Segurança para o fazerem»<sup>262</sup>. Especificou ainda que o «(...) PAIGC necessita de aviões, helicópteros e lanchas a motor para serem usados contra o armamento alemão, francês, britânico e americano. Portugal tinha de transportar inclusive o arroz para alimentar as suas tropas. Se o PAIGC tivesse barcos à sua disposição, estaria em condições de impedi-lo de fazer isso. Finalmente, também necessitava de armas anti-aéreas mais leves e eficazes, de veículos de transporte e de mais abastecimentos para poder intensificar os seus ataques»<sup>263</sup>. De igual modo, Paulo Jorge, representante do MPLA, entregou aos membros do CD uma lista com a indicação das armas que o seu movimento precisava<sup>264</sup>.

Mas, apesar do recurso às armas, os movimentos de libertação afirmavam-se dispostos a encetarem negociações a qualquer momento. Assim, em 1963, Carlos Gonçalves Cambando, em nome da FNLA, apelou ao governo português para que se realizassem negociações para a resolução do problema angolano, tendo em atenção as aspirações à autodeterminação e à independência da população<sup>265</sup>. No ano seguinte, o mesmo peticionário, em representação do GRAE, afirmou que «Embora os exemplos da história e, em particular o da Argélia, encorajem os angolanos na sua luta pela liberdade, eles estavam preparados para aceitar uma solução pacífica, se ela respeitar o seu direito à autodeterminação, enunciado na Carta das Nações Unidas»<sup>266</sup>. Do mesmo modo, o MPLA, em 1969, respondendo a uma questão de Raymond Raelina, representante de Madagáscar, sobre a possibilidade de uma solução pacífica, disse que «(...) ainda existe a esperança de uma solução pacífica, mas só se a oposição portuguesa alcançar o poder. Quanto à questão se o MPLA desejava uma solução pacífica ela não se coloca de momento. Se Portugal concordar em aplicar as resoluções das Nações

---

<sup>262</sup> «He was not naive enough to expect such assistance from the United Nations. However, some United Nations Members could provide it on their own, and they did not need to go through the Security Council in order to do so». Cf. *Ibidem*

<sup>263</sup> «(...) PAIGC would need aircraft, helicopters and motor launches to use against the German, French, British and American armaments. The Portuguese had to transport even the rice to feed their troops; if PAIGC had ships at its disposal, it would be able to prevent them from doing this. Finally, it would also need more effective and lighter anti-aircraft guns, transport vehicles and more supplies in order to intensify its attacks». Cf. *Idem*. p. 8

<sup>264</sup> Cf. Organização das Nações Unidas – A/AC.109/PV. 856, 5 May 1972. *Summary Record of the Eight Hundred and Fifty-Sixth Meeting, Held at Lusaka, Republic of Zambia, on Monday, 17 April 1972, at 4.10 p.m.* Nova Iorque: s.n., 1972. p. 8

<sup>265</sup> Cf. Organização das Nações Unidas - A/5446/Rev. 1. *Rapport du Comité spécial chargé...*p. 20

<sup>266</sup> «Bien que les exemples de l'histoire et, en particulier, celui de l'Algérie, encourageassent les Angolais dans leur lutte pour la liberté, ils étaient prêts à accepter une solution pacifique, si elle respectait leur droit à la libre détermination, énoncé dans la Charte des Nations Unies». Cf. Organização das Nações Unidas - A/5800/Rev. 1. *Rapport du Comité spécial chargé...*p. 167

Unidas, o MPLA certamente não se oporá a uma solução pacífica encontrada através de negociações»<sup>267</sup>.

Mas, apesar dessa disponibilidade para negociar, ao que tudo indica, não parece ter havido da parte dos movimentos a convicção de que o diálogo seria possível. Quem o disse foi Amílcar Cabral, segundo o qual «(...) se Portugal concordar em dialogar, o seu Partido iria consultá-lo para procurar encontrar uma solução política, sem, contudo, abandonar a luta militar, pois era óbvio que Portugal desejava reter os seus Territórios Africanos a todo o custo, sabendo que, se um deles obter a independência, os outros iriam brevemente seguir-lhe o exemplo»<sup>268</sup>. Efectivamente, estavam convencidos que as negociações só seriam possíveis se houvesse uma mudança real em Portugal, diferente da verificada aquando da substituição de António Salazar por Marcelo Caetano em 1968, em que a natureza do regime português se manteve inalterada<sup>269</sup>.

Do exposto pode-se concluir que os defensores da via armada para se alcançar a autodeterminação e a independência consideravam que a sua acção era o resultado da persistência da recusa portuguesa em aceder aos seus pedidos. Como afirmou a UDENAMO, o ónus da guerra pertencia ao governo português. Procuraram também insistentemente mostrar que só tinham tomado essa atitude porque as suas tentativas de negociações tinham fracassado, restando apenas a via militar.

Assumindo essa via como sendo a única possível, os movimentos que estavam envolvidos nos conflitos militares procuraram manter o CD informado sobre a evolução da guerra no terreno. Assim, anualmente faziam um ponto de situação sobre as vitórias militares que tinham alcançado, denunciavam a repressão portuguesa e expunham os diversos programas de reconstrução que tinham implementado nas áreas que afirmavam controlar. A título de exemplo, temos o depoimento de Holden Roberto que em 1967 informou ao CD que «Desde 1966, as operações militares dos combatentes do Exército

---

<sup>267</sup> «(...) there still was a hope for a peaceful settlement but only if the Portuguese opposition should come to power. Hence the question of whether the MPLA hoped for a peaceful settlement did not arise for the moment. If Portugal agreed to apply United Nations resolutions, the MPLA would definitely not be opposed to a peaceful solution found through negotiation». Cf. Organização das Nações Unidas – A/AC.109/SR. 679, 31 July 1969. *Summary Record of the Six Hundred and Seventy-Ninth Meeting, Held at Lusaka, Zambia, on Tuesday, 13 May 1969, at 10.10 a.m.* Nova Iorque: s.n., 1969. p. 37

<sup>268</sup> «(...) if Portugal agreed to a dialogue, his Party would consult it in order to try to find a political solution, without, however, abandoning the military struggle since it was obvious that Portugal wished to retain its African Territories at all costs, knowing that, if one of them gained independence, the others would soon follow suit». Cf. Organização das Nações Unidas – A/AC.109/SR. 850, 20 April 1972. *Summary Record of the...* p. 6

<sup>269</sup> Cf. Organização das Nações Unidas – A/AC.109/SR. 679, 31 July 1969. *Summary Record of the...* p. 36

de Libertação Nacional de Angola custaram ao inimigo: 523 soldados mortos, 37 carros blindados destruídos, 2 helicópteros abatidos, 1 avião abatido, 44 camiões destruídos, uma importante quantidade de armas recuperadas e 2 soldados portugueses capturados. Do ponto de vista económico, as plantações e as colheitas dos colonos portugueses, que eram uma das principais fontes de financiamento da guerra colonial, continuavam a sofrer o ataque dos combatentes angolanos e são confiscadas para serem restituídas à população»<sup>270</sup>.

A via belicista contava com o apoio de alguns membros do CD, como já foi referido no capítulo anterior. Para além do já mencionado exemplo da Polónia, acrescentamos o do Iraque, cujo representante, Adnan Raouf, defendeu que os métodos violentos eram a única alternativa para lutar contra os poderes coloniais que ignoravam a Declaração Universal dos Direitos do Homem, a Carta da ONU e os princípios da lei internacional<sup>271</sup>.

O próprio CD, confrontado com uma situação de facto, o início da guerra, mais não fez do que sancionar essa via a partir de 1965 nas resoluções adoptadas, através das quais reconheceu a legitimidade da luta empreendida pelos movimentos de libertação. Os desenvolvimentos verificados a partir de então no relacionamento entre o CD e os movimentos de libertação (atribuição do estatuto de observador, reconhecimento como legítimos representantes das colónias...) decorreram do facto de terem desencadeado a luta armada e de se considerar que tinha ficado provado que controlavam parte dos territórios das colónias.

Para a aceitação dessa via por parte do CD terá também contribuído o autismo português em relação aos diversos pedidos de negociação que lhe foram endereçados tanto pelos movimentos de libertação como pelo próprio Comité. Esse autismo teve graves consequências, tendo conduzido ao alastramento da guerra em três frentes. Por outro lado, a historiografia tem também procurado realçar o papel que desempenhou após a independência das colónias portuguesas no deflagrar dos conflitos internos.

---

<sup>270</sup> «Depuis 1966, les opérations militaires que mènent les combattants de l'Armée de libération nationale de l'Angola ont coûté à l'ennemi : 523 soldats tués, 37 chars détruits, 2 hélicoptères abattus, 1 avion abattu, 44 camions détruits, une importante quantité d'armes récupérées et 2 soldats portugais capturés. Au point de vue économique, les plantations et les récoltes des colons portugais, une des principales sources de revenus de la guerre coloniale, continuent à subir l'assaut des combattants angolais et sont confisquées pour être restituées au peuple». Cf. Organização das Nações Unidas - A/6700/Rev.I. *Rapport du Comité spécial chargé...*p. 71

<sup>271</sup>Cf. Organização das Nações Unidas – A/AC.109/SR. 627, 15 October 1968. *Summary Record of the Six Hundred and Twenty-Seventh Meeting Held on Friday, 16 August 1968, at 11 a.m.* Nova Iorque: s.n., 1968. p. 7

Assim, João Paulo Borges Coelho considera que «(...) a guerra colonial foi mais do que um mero conflito de ocupação datado dentro das balizas cronológicas que normalmente lhe são atribuídas, induzindo, pelo contrário, sobretudo na fase final após 1968, uma militarização da sociedade que nos dá razões para afirmar que por detrás desse conflito se escondia já o germe de um conflito civil. Que, tal como se diz que nos conflitos pós-coloniais, subsistiam ainda elementos dos conflitos coloniais passados, também, inversamente, se pode dizer que no conflito colonial existiam já elementos importantes das guerras civis que se seguiriam»<sup>272</sup>.

### 3.2 Via Político-Diplomática

Apesar da existência da guerra e do predomínio indiscutível da via armada como meio para se alcançar a autodeterminação e a independência, perante o CD também se apresentaram movimentos que defendiam meios políticos. Esses movimentos eram originários de Angola. Alguns deles chegaram inclusive a tomar a iniciativa de propor negociações a Portugal. Dirigiram-se ao CD sobretudo através de petições, nas quais solicitavam apoios para a causa que defendiam.

Deste modo, em 1964, Lukoki Lunzinga, fundador do Partido Nto-Bako Angola<sup>273</sup>, enviou uma petição, a 28 de Abril, ao CD, na qual defendeu a criação de um governo provisório para o Congo Angola. Propôs a convocação de uma mesa redonda entre o governo português e os líderes do Congo Angola. Essa mesa redonda, de acordo com um telegrama enviado anteriormente, a 5 de Novembro de 1963, seria organizada pelo Comité Central do Nto-Bako Angola. Na sequência desse encontro seria então criado o tal governo provisório, que teria como principal função «(...) continuar a velar pela prosperidade do Congo Angola para evitar que o país vá à falência»<sup>274</sup>. Esse governo seria responsável pela preparação da independência do Congo Angola, que deveria ser concretizada ainda durante a década de 60. Caso essas reivindicações não

---

<sup>272</sup> Cf. COELHO, João Paulo Borges - «Da violência colonial ordenada à ordem pós-colonial violenta: Sobre um legado das guerras coloniais nas ex-colónias portuguesas» In *Lusotopie*. 2003. p. 177

<sup>273</sup> Este partido surgiu em 1960. Era uma ramificação angolana do partido congolês ABAKO, criado em 1950 e constituído por Bakongos. O seu objectivo era alcançar a independência do Reino do Congo. Cf. BRINKMAN, Inge - «War and Identity in Angola: Two cases-studies» In *Lusotopie*. 2003. p. 204

<sup>274</sup> «(...) keep watch over the wealth of Congo Angola in order to prevent the country from going bankrupt». Cf. Organização das Nações Unidas - A/AC.109/PET. 234, de 28 de Abril de 1964. *Dois Petições de Lukoki Lunzinga, do Nto-Bako Angola, sobre Angola*. Nova Iorque: s.n., 1964. p. 1

fossem aceites, avisou que «Qualquer temporização do governo português em relação aos nossos pedidos só poderá enfraquecer as futuras relações entre Portugal e o Congo Angola»<sup>275</sup>. E, na sequência desse aviso, questionou o seguinte: «Será que o governo português se lembra do erro cometido pela Bélgica na conferência de mesa redonda ao rejeitar as propostas moderadas avançadas pela Abako?»<sup>276</sup>.

Numa outra petição datada do mesmo dia, mas enviada por François Lele, militante do mesmo partido, a designação Congo Angola não foi utilizada, mas os objectivos permaneceram os mesmos. Assim, propôs que Portugal reconhecesse o direito do povo angolano à autodeterminação e à independência, que proclamasse uma amnistia geral, que evacuasse as suas tropas do território, que indicasse uma data para a independência e que aceitasse a realização de uma mesa redonda, sob os auspícios da ONU ou da OUA, para se discutir as etapas e a duração do período transitório para a independência<sup>277</sup>. O peticionário lamentou o facto de Portugal não mostrar interesse pela campanha de não-violência que o seu partido empreendeu com a esperança de encontrar uma forma de Angola se tornar independente. Neste sentido, lançou apelos «(...) ao governo português para rever a sua política, particularmente em relação à independência de Angola, para garantir boas relações e salvaguardar os interesses dos habitantes indígenas desses territórios, tanto antes como após a independência, que será alcançada incondicionalmente e inevitavelmente, qualquer que seja o preço»<sup>278</sup>.

À medida que a guerra progredia, em 1966, o Nto-Bako Angola mostrou-se revoltado com as torturas infligidas pelo Governo português à população angolana. Voltou a reiterar os apelos efectuados nos anos anteriores, acrescentando a ideia segundo a qual a transferência do poder deveria ser realizada «(...) com um tempo razoável, para que a economia pudesse recuperar e o sério atraso no campo social,

---

<sup>275</sup> «Any temporizing by the Portuguese Government with regard to our demands can only impair future relations between Portugal and Congo Angola». Cf. *Idem*. p. 2

<sup>276</sup> «Does the Portuguese Government remember the mistake which Belgium made at the round-table conference in rejecting the moderate proposals put forward by Abako?». Cf. *Ibidem*.

<sup>277</sup> Cf. Organização das Nações Unidas - A/AC.109/PET. 235, de 28 de Abril de 1964. *Petição de François Lele, representante de Nto-Bako Angola, sobre Angola*. Nova Iorque: s.n., 1964. p. 2

<sup>278</sup> «(...) to the Portuguese Government to revise its policy, particularly with regard to Angola's accession to independence, in order to guarantee good relations and to safeguard the interests of the indigenous inhabitants of those territories both before and after independence, which will unconditionally and inevitably be attained, no matter what the cost». Cf. Organização das Nações Unidas - A/AC.109/PET. 416/Add. 1, de 14 de Setembro de 1965. *Petição de François Lele, presidente geral, e outros membros do Nto-Bako Angola, sobre Angola*. Nova Iorque: s.n., 1965. p. 2



sanitário, agrícola e educacional seja ultrapassado»<sup>279</sup>. Nesse mesmo ano, a União das Mulheres Angolanas<sup>280</sup>, fundada em conjugação com o Nto-Bako Angola, também defendeu a realização de conversações, numa mesa redonda e num país neutro<sup>281</sup>.

Contudo, o ano de 1967 viria a marcar uma viragem na actuação do Nto-Bako Angola. Tendo em atenção que «Salazar continua a bater-se contra nacionalistas pacifistas, tiros de armas são ouvidos em Angola, centenas de civis tombam no campo de batalha...horrorizados...a guerra continua sem fim à vista»<sup>282</sup>, François Lele e François Kuta afirmaram que «(...) o nosso partido, NTO-BAKO ANGOLA, tomou a solene decisão de abandonar a não-violência. A partir de agora, estamos determinados a encorajar os nossos vários jovens combatentes a pegarem em armas contra o inimigo, Portugal»<sup>283</sup>.

Mas, ao que tudo indica, essas palavras foram escritas num momento de desilusão, pois mais tarde, em 1970, reencontramos o partido a defender de novo a via das negociações. Assim, numa petição de 9 de Julho, Lukoki Lunzinga mencionou que «Temos a honra de levar ao vosso conhecimento que fiéis à nossa política de não-violência e ao nosso desejo frequentemente expresso de travar um diálogo directo com o governo português quanto ao futuro político do nosso país, nós, para esse efeito e de acordo com as autoridades portuguesas, enviamos para Angola um dos nossos líderes, na pessoa de M. Angelino Alberto. O objectivo da missão que lhe atribuímos era o de pregar a não-violência entre as nossas populações, trabalhar de mãos dadas com o governo português e construir, em conjunto com a metrópole, a Angola uma vez

---

<sup>279</sup> «(...) within a reasonable time, so that the economy may be allowed to recover and serious backwardness in the social, health, agricultural and educational fields may be overcome». Cf. Organização das Nações Unidas - A/AC.109/PET. 471, de 29 de Junho de 1966. *Petição de François Lele, Presidente, e dois outros membros do Partido Nto-Bako Angola, sobre Angola*. Nova Iorque: s.n., 1966. p. 3

<sup>280</sup> Foi fundada a 13 de Março de 1966 em Léopoldville, na República Democrática do Congo. O seu objectivo era lutar contra o colonialismo português, o neocolonialismo e o imperialismo em Angola. Cf. Organização das Nações Unidas - A/AC.109/PET. 472, de 29 de Junho de 1966. *Petição de Anne Mfidi, Presidente Geral, e outros dois membros da União das Mulheres Angolanas (UFA), sobre Angola*. Nova Iorque: s.n., 1966. p. 1

<sup>281</sup> Cf. *Idem*. p. 3

<sup>282</sup> «Salazar continues to do battle against peaceful nationalists, gunfire is heard throughout Angola, thousands of citizens fall in the battlefield...horrifying...the war continues with no end in sight». Cf. Organização das Nações Unidas - A/AC.109/PET. 644, de 25 de Maio de 1967. *Petição de François Lele, Presidente, e François Kuta, Secretário Geral do Partido Nto-Bako Angola, sobre Angola*. Nova Iorque: s.n., 1967. p. 2

<sup>283</sup> «(...) our party, NTO-BAKO ANGOLA, has made the grave decision to abandon non-violence. From now on, we are determined to encourage our many young fighters to take up arms against the enemy, Portugal». Cf. *Ibidem*.

independente e livre»<sup>284</sup>. Nessa petição foi também manifestada a vontade de colaborar com Portugal após a independência.

Para além do Nto-Bako Angola, outros movimentos também se apresentaram como defensores da via política. No ano de 1964, Isidore Kiala e Pierre Tecka, em nome do MDIA<sup>285</sup> e referindo-se às suas actividades, mencionaram que «Partindo do princípio da não violência utilizado pela nossa organização, resulta que, apesar das controvérsias da política de retrocesso que a nossa acção foi frequentemente objecto, o Movimento de Defesa dos Interesses de Angola não cessou de se distinguir na cena por auxiliar na obra de libertação do nosso país «Angola»»<sup>286</sup>. Para esse movimento, a adopção desse princípio implicava o compromisso de resistir «(...) às ambições do mundo totalitário, recusando a mentira e a violência de onde quer que venham, pois não desejava ver a destruição da obra realizada por Portugal no nosso solo e porque desejava salvaguardar o património económico e industrial de Angola»<sup>287</sup>.

Em 1966, a UPRONA, afirmando que era um partido que tinha sido criado pelos refugiados angolanos que desde 1961 afluíam à República Democrática do Congo, também se apresentou como sendo partidária da via política. Indicou que o objectivo que presidiu à sua criação era «(...) procurar o sintoma e o diagnóstico desta luta; procurar saber se esta guerra – que é descrita como uma tragédia da incompreensão – é ou não necessária: procurar uma cura para esta doença»<sup>288</sup>. Considerou que a solução

---

<sup>284</sup> «Nous avons l'honneur de porter à votre connaissance que fidèles à notre politique de la non-violence et à notre désir souvent exprimé de nouer le dialogue direct avec le Gouvernement portugais quant à l'avenir politique de notre pays, nous avons à cet effet et en accord avec les autorités portugaises dépêché en Angola un de nos leaders, en la personne de M. Angéline Alberto. Le but de la mission que nous avons assignés à ce dernier était de prêcher la non-violence parmi nos populations, de travailler la main dans la main avec le Gouvernement portugais et de bâtir ensemble avec la métropole l'Angola une fois indépendante et libre». Cf. Organização das Nações Unidas - A/AC.109/PET. 1144, de 9 de Julho de 1970. Petição de M. Lukoki Lunzinga, em nome do Partido Angolano Nto-Bako, sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1970. p. 2

<sup>285</sup> Surgiu de uma cisão no seio do Comité Director da UPA protagonizada em finais de 1960 e inícios de 1961 por Jean-Pierre Mbala. Era um partido moderado e defendia a aproximação ao governo português. Cf. PÉLISSIER, René – *Le Naufrage des Caravelles: études sur la fin de l'empire portugais (1961-1975)*. Orgeval: Editions Péliissier, 1979. p. 135

<sup>286</sup> «Partant du principe de la non-violence utilisé par notre Organisation, il résulte que malgré les controverses de la politique de régression dont notre action a souvent été l'objet, le Mouvement de Défense des Intérêts de l'Angola n'a pas manqué de se distinguer dans la scène pour prêter mains fortes à cette oeuvre de la libération de notre pays «Angola»». Cf. Organização das Nações Unidas - A/AC.109/PET. 237, de 28 de Abril de 1964. Petição Isidore Kiala e Pierre Tecka, em nome do Movimento de Defesa dos Interesses de Angola (MDIA), sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1964. p. 2

<sup>287</sup> «(...) aux ambitions du monde totalitaire en refusant le mensonge et la violence d'où qu'ils viennent car, il ne désire pas voir la destruction de l'oeuvre réalisée par le Portugal sur notre sol et ce, parce qu'il veut sauvegarder le patrimoine économique et industriel de l'Angola». Cf. *Ibidem*.

<sup>288</sup> «(...) seeks the symptom and the diagnosis of this fighting; it tries to find out whether or not this fighting – which is describes as a tragedy of incomprehension – is necessary: it seeks a very effective cure

por via negocial era possível, indicando que existiram antigas potências coloniais que tinham outorgado a independência às suas colónias, sem que estas tivessem tido necessidade de recorrer às armas. Pediu a Portugal que enviasse representantes para que as negociações tivessem início e propôs a Inglaterra para palco das conversações.

Na mesma linha do MDIA, a UPRONA não renegava o passado do colonialismo português. Pelo contrário, dirigindo-se ao Primeiro Ministro português numa carta cuja cópia foi remetida ao CD, afirmou que «Convinha não esquecer o sofrimento e o suor dos nossos pais e dos vossos antepassados em Angola. Todos penaram, todos suaram, todos contribuíram para a criação de um clima de amor»<sup>289</sup>. Utilizou a metáfora do pai e do filho para defender que: «(...) é também necessário que o pai tenha piedade dos seus filhos se queremos chegar a um entendimento. Na realidade, a força não pode dar bons resultados, e é necessário que a amizade reine entre as duas partes. No final, o pai deve deixar partir os filhos e os filhos devem viver com o pai sem procurar a vingança»<sup>290</sup>.

De acordo com esse movimento, a independência por via negocial era a melhor forma de assegurar aos portugueses residentes em Angola a continuação das suas actividades. Defendeu que a manutenção da guerra conduziria à perda de credibilidade de Portugal e que os seus cidadãos perderiam os bens que detinham em Angola. Requereu a Portugal para que não encarasse o pedido de negociações como um acto de fraqueza e «Que siga o exemplo dos outros países colonizadores, a França, a Bélgica, a Inglaterra, que deram a independência às suas colónias através da coexistência pacífica e cujos colonos, após terem ali vivido, residem ainda ali e prosseguem as suas actividades de uma outra forma»<sup>291</sup>.

Emmanuel Tulengala, membro do CNA, que foi criado, segundo disse, a 8 de Maio de 1967, por movimentos de libertação angolanos não-violentos, defendeu numa audição perante o Comité que era necessário encontrar uma solução negociada, num

---

for this disease». Cf. Organização das Nações Unidas - A/AC.109/PET. 447/Add. 1, de 29 de Junho de 1966. *Petição de Carlos Pinto Nunes Vunzi, Presidente, e de David Nuanza, Secretário Geral, da União Progressiva Nacional de Angola (UPRONA), sobre Angola*. Nova Iorque: s.n., 1966. p. 2

<sup>289</sup> «Il convient de ne pas oublier la souffrance et la sueur de nos pères et de vos ancêtres en Angola. Tous ont peiné, tous ont sué, tous ont contribué à la création d'un climat d'amour». Cf. Organização das Nações Unidas - A/AC.109/PET. 447, de 12 de Abril de 1966. *Petição de Carlos Pinto Nunes Vunzi, presidente da União Progressiva Nacional de Angola (UPRONA), sobre Angola*. Nova Iorque: s.n., 1966. p. 4

<sup>290</sup> «(...) il faut aussi que le père ait pitié de ses enfants si l'on veut arriver à s'entendre. En vérité, la force ne peut pas donner de bons résultats, et il faut que l'amitié règne entre les deux parties; à la fin, le père doit laisser partir les fils et le fils doit vivre avec le père sans chercher à se venger». Cf. *Ibidem*.

<sup>291</sup> «Qu'il suive l'exemple des autres pays colonisateurs, la France, la Belgique, l'Angleterre, qui ont accordé l'indépendance à leurs colonies à travers la coexistence pacifique, et dont les colons, après y avoir habité, y résident encore et y poursuivent leurs activités d'une autre façon». Cf. *Idem*. p. 5

espírito de conciliação, com as autoridades portuguesas. Informou o CD que «(...) este Cartel foi organizado a pedido expresso do povo de Angola, que estava desanimado pelos resultados negativos dos seus sete anos de luta pela independência»<sup>292</sup>. Considerou que embora fosse legítimo que existissem dúvidas sobre a boa fé de Portugal era necessário ensaiar novos e melhores métodos para o convencer a negociar a paz e a liberdade e a respeitar os direitos humanos nos territórios que administrava. Revoltando-se contra afirmações que tinham sido feitas a respeito da sua organização por representantes de outros grupos, defendeu que a independência não deveria conduzir à ruptura dos laços seculares que uniam os colonizadores e os colonizados. Pelo contrário, esses laços deveriam ser cimentados através da cooperação amigável e fraternal.

Para reforçar a sua posição indicou um conjunto de movimentos que defenderiam os mesmos pontos de vista que o CNA. Assim, referiu que «Os partidos políticos e as organizações apolíticas de Angola que compreendem a Nto-Bako (Origem do Povo do Kongo Angola), o MDIA (Movimento para a Defesa dos Interesses de Angola), o NGWIZAKO (Associação dos Conguenses de Expressão Portuguesa), o RCCKP (Assembleia dos Chefes Tradicionais do Congo Português), o CBOA (Comité dos Bons Ofícios Angolanos), a UGTA (União Geral dos Trabalhadores Angolanos), a UREA (União Revolucionária dos Estudantes Angolanos) e a UGEA (União Geral dos Estudantes Angolanos) pensavam que Angola deveria aceder à independência através de meios pacíficos»<sup>293</sup>.

Em 1968, na petição A/AC.109/PET. 914/Add. 2, de 22 de Julho, da UPRONA, essa listagem foi completada, com a indicação de que «Os seguintes são partidos não-

---

<sup>292</sup> «(...) this Cartel has been organized at the express request of the people of Angola, who are discouraged by the negative results of their seven-year struggle for independence». Cf. Organização das Nações Unidas - A/AC.109/PET. 993, de 13 de Junho de 1968. *Petição de J. J. Zimeni, Presidente Geral, e G. Kiala, Secretário Geral, do Cartel dos Nacionalistas Angolanos (CNA), sobre Angola*. Nova Iorque: s.n., 1968. p. 1

<sup>293</sup> «Les partis politiques et les organisations apolitiques de l'Angola qui comprennent la Nto-Bako (Origem do Povo do Kongo Angola), le MDIA (Mouvement pour la défense des intérêts de l'Angola), la NGWIZAKO (Association des Congolais d'expression portugaise), la RCCKP (Rassemblement des chefs coutumiers du Congo portugais), le CBOA (Comité des bons offices), l'UGTA (Union générale des travailleurs angolais), l'UREA (Union révolutionnaire des étudiants angolais) et l'UGEA (Union générale des étudiants angolais) estiment que l'Angola doit accéder à l'indépendance par des moyens pacifiques». Cf. Organização das Nações Unidas - A/6700/Rev.1. *Rapport du Comité spécial chargé...*p. 94

violentos que, na Assembleia Geral das Nações Unidas, se disse que eram em número de sete: MDIA, NTOBAKO, EPIKP, PNA, UPRONA, NTOBAKO2, UFA»<sup>294</sup>.

Note-se que o CBOA foi omitido na petição da UPRONA. Realmente, não é claro se esse movimento era partidário da não-violência, pois em 1968 fez uma afirmação, segundo a qual «A força deverá ser usada exclusivamente na luta de libertação e não nas relações entre os diferentes movimentos de libertação»<sup>295</sup>. Afirmou ainda que «A vitória pertence aos que souberem quando usar a força e quando usar a diplomacia, quando ser intransigente em substância e quando transigir na forma»<sup>296</sup>. Essa organização apresentava-se a si própria como tendo o objectivo de poupar a vida dos angolanos, pois a população não podia suportar os custos de uma guerra total. Quanto ao seu projecto, disse que estava disposta a negociar com o governo português dentro de prazos razoáveis para encontrar soluções de compromisso que possibilitassem a preparação da transmissão do poder<sup>297</sup>.

A via negocial continuou a ser defendida em 1972 numa petição datada de 17 de Março, endereçada ao CD em nome do povo de Cabinda e assinada, entre outros, pelo chefe Estêvão Ngoma, que queria «(...) realizar, de uma vez por todas, por meios pacíficos, as aspirações contidas nos tratados de 1883, 1884 e 1885»<sup>298</sup>. Mostrou-se favorável a «(...) relações baseadas na harmonia fraternal com todos os que viviam no território. Com isso queremos dizer todos os portugueses que estavam a trabalhar neste território, todos os estrangeiros que vivem e trabalham para o bem maior do nosso país, para com os quais estamos e estaremos sempre gratos»<sup>299</sup>.

---

<sup>294</sup> «The following are the non-violent parties which, in the United Nations General Assembly, are said to number seven: MDIA, NTOBAKO, EPIKP, PNA, UPRONA, NTOBAKO 2, UFA». Cf. Organização das Nações Unidas - A/AC.109/PET. 914/Add. 2, de 22 de Julho de 1968. *Petição de Carlos Pinto Nunes Vunzi, Presidente Geral, e Fernando Kisangi, Assistente do Secretário Geral, da União Progressista Nacional de Angola (UPRONA), sobre Angola*. Nova Iorque: s.n., 1968. p. 2

<sup>295</sup> «Force should be used exclusively in the liberation struggle and not in relations between the different liberation movements». Cf. Organização das Nações Unidas - A/AC.109/PET. 1002, de 22 de Julho de 1968. *Petição de Emmanuel Norman Lamvu, Presidente do Comité dos Bons Ofícios Angolanos (CBOA), sobre Angola*. Nova Iorque: s.n., 1968. p. 3-4

<sup>296</sup> «Victory belongs to those who know when to use force and when to use diplomacy, when to be intransigent on substance and when to compromise on form». Cf. *Idem*. p. 4

<sup>297</sup> Cf. *Idem*. p. 1-5

<sup>298</sup> «(...) realize, once and for all, by peaceful means, the aspirations embodied in the treaties of 1883, 1884 and 1885». Cf. Organização das Nações Unidas - A/AC.109/PET. 1204, de 17 de Março de 1972. *Petição em nome do povo de Cabinda, sobre os territórios sob administração portuguesa*. Nova Iorque: s.n., 1972. p. 2. Refere-se a vários tratados que estabeleceram o Protectorado de Cabinda, nomeadamente o Tratado de Simulambuco, de 1 de Fevereiro de 1885.

<sup>299</sup> «(...) relations based on fraternal harmony with all those who live in our territory. By that we mean all the Portuguese who are working in this territory, all the foreigners who live in and work for the greater good of our country, to whom we are and shall be very grateful». Cf. *Idem*. p. 5

Do mesmo modo, as pessoas que se dirigiram ao CD a título particular também se mostraram partidários da não-violência. Foi o caso de Isaiah Swana, em cuja petição, datada de 19 de Julho de 1971 e remetida da Zâmbia, foi referido que Portugal não tinha a intenção de abandonar as colónias e que estava a praticar massacres. Após mencionar que os seus familiares tinham sido mortos por soldados portugueses, indicou que «Estou preparado para enfrentar as minhas acções futuras embora ainda seja jovem. O que quero é que Angola seja livre. Mas, eu não quero lutar contra o imperialismo através de acções militares, mas sim através de acções políticas»<sup>300</sup>.

Tal como os defensores da via armada relatavam as suas conquistas militares, os que propunham soluções negociadas também procuraram informar o CD das suas tentativas de contacto com o Governo português. Já foi referido a iniciativa do Nto-Bako Angola que enviou Angelino Alberto, um dos seus fundadores, a Angola para pregar a não violência. Outros exemplos podem ainda ser acrescentados. Assim, o Ngwizani a Kongo<sup>301</sup>, enviou ao CD uma petição, cujo teor é o seguinte: «Cerca de oito meses se passaram desde que o Comité do NGWIZAKO e os conselheiros do Rei do Kongo vos escreveram. O nosso silêncio deve-se a conversações que temos realizado com o embaixador português em Kinshasa num esforço para obter a verdade sincera»<sup>302</sup>.

---

<sup>300</sup> «I am prepared to face my future actions though I'm young, but what I want is Angola to be free but I dont want to fight the Imperialism through military actions but through Political action». Cf. Organização das Nações Unidas - A/AC.109/PET. 1187, de 19 de Julho de 1971. *Petição de Isaiah Swana, sobre Angola*. Nova Iorque: s.n., 1971. p. 2

<sup>301</sup> Foi fundado em 1960 por um grupo de Bakongos que defendiam a reconstituição do Reino do Kongo. Tinha as suas origens no conflito pela sucessão do Rei do Congo D. Pedro VII, falecido em 1955. Para a sucessão surgiram dois candidatos, sendo que um era protestante e foi proposto pelo grupo de Matadi, enquanto que o outro era católico e tinha a aprovação do governo português e do clã Kivuzi. Os partidários do primeiro candidato formaram a União das Populações do Norte de Angola, que viria mais tarde a se transformar na UPA. Os apoiantes do segundo fundaram o Ngwizani a Kongo. Cf. BRINKMAN, Inge – *Ob. Cit.* p. 201

<sup>302</sup> Procuramos junto da Direcção de Serviços de Biblioteca, Documentação e Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros esclarecer essa questão para ver que tipo de contactos tinham sido encetados entre o Ngwizako e a embaixada portuguesa em Kinshasa. Não foi possível confirmar os factos relatados, mas encontramos um documento, sem data e sem autor, que se encontrava numa pasta datada de 1966/1967, no qual se refere que «Partido regionalista, adversário declarado da UPA, interessado quase exclusivamente na independência do “Congo chamado português” e no predomínio do grupo étnico dos muxicongos, Ngwizako é moderado nos seus métodos, aparentando desejo de se entender com o Governo Português. O partido, nunca muito forte, enfraqueceu-se ultimamente em resultado das dissidências internas. Parece que os “velhos” ainda continuam dispostos a entender-se com o Governo Português. A facção dos “novos” tem-se mantido distante, mais ligados às autoridades de Leopoldville e ao partido ABAKO. Apesar de todas as flutuações dos “velhos”, parece que seria vantajoso para a política portuguesa não perder contactos com eles, pois constituem o grupo menos perigoso entre todos os partidos africanos de Angola». Por outro lado, na mesma pasta existe um documento enviado de Kinshasa a 29 de Agosto de 1966 para o Ministro dos Negócios Estrangeiros, onde se indica que os dirigentes do partido «(...) vêm frequentemente à Embaixada procurar conhecer a resposta às várias cartas que têm dirigido a Suas Excelências o Presidente da República e o Presidente do Conselho». Cf. Direcção de Serviços de Biblioteca, Documentação e Arquivo Histórico-Diplomático do

Contudo, temos muita pena em dizer que o embaixador se comportou incorrectamente em relação a nós»<sup>303</sup>. Juntamente com essa petição foram enviadas cópias de documentos de identificação que os seus membros tinham requerido para facilitar a deslocação a Lisboa para negociações. Contudo, à data do envio da petição, 8 de Dezembro de 1966, foi indicado que esses documentos permaneciam sem efeito.

Do mesmo modo, a UPRONA mencionou que, como as suas tentativas junto do Governo português não tinham surtido efeito, decidira, em 1967, escrever directamente ao Governador Geral de Angola. Na cópia da carta enviada ao CD lê-se que: «Nós, refugiados desde 1961, escrevemo-vos actualmente esta carta como petição e para vos revelar o sofrimento dos nossos males. Se, como já dissemos, sois o nosso pai, não nos podeis negar protecção, enquanto estivermos a viver em terra estrangeira, deste sofrimento, desta carnificina. A população está a diminuir constantemente e ainda assim não temos qualquer orientação vossa. Nós apelamos à benevolência e ao diagnóstico desta doença. Se sois o pai, nós deveremos chegar a um entendimento pacífico. Os refugiados angolanos em sofrimento pedem-vos para questionar todos os Cristãos em Deus de Angola e Portugal se esta carnificina constante é justa. Nós imploramos a vossa ajuda para um entendimento entre o Governador Geral e a UPRONA para se obter uma decisão justa»<sup>304</sup>.

Em 1968 mencionou que continuava a envidar esforços no sentido da abertura de negociações, enviando petições ao Primeiro Ministro português, ao Secretário Geral de Angola, à Câmara Municipal de Lisboa, ao Conselho de Segurança, ao Washington Department, ao representante do governo português nas Nações Unidas, ao

---

Ministério dos Negócios Estrangeiros - *Organizações Nacionalistas Ngwizani a Kongo – NGWIZAKO*. Proc. 940,1 (7) D. PAA 505. Vol. VII. p. 18-19, 38

<sup>303</sup> «About eight months have elapsed since the Comité of NGWIZAKO and the counsellors of the Kingdom of the Kongo wrote to you; our silence is due to the conversations which we have been holding with the Portuguese Ambassador in Kinshasa in an effort to get at the unvarnished truth. However, we are very sorry to say that the Ambassador has behaved badly towards us». Cf. Organização das Nações Unidas - A/AC.109/PET. 568, de 8 de Dezembro de 1966. *Petição do Ngwizani a Kongo (NGWIZAKO), sobre Angola*. Nova Iorque: s.n., 1966. p. 1

<sup>304</sup> «We, refugees since 1961, write you this letter today as a petition and to reveal to you the suffering of our malady. If, as we have said, you are our father, you cannot deny us protection, while we are living in a foreign land, from this suffering, this bloodshed; the population is decreasing constantly and still we have no guidance from you: we appeal from sympathy and for a diagnosis of this malady; if you are a father, we should be able to come to a peaceful understanding. The suffering Angolan refugees ask you to advise all God's Christians in Angola and Portugal whether this action of a constant bloodshed is just. We beg you for your help in an understanding between the Governor-General and UPRONA to obtain a just decision». Cf. Organização das Nações Unidas - A/AC.109/PET. 642, de 25 de Maio de 1967. *Petição de Carlos Pinto Nunes Vunzi, Presidente Geral da União Progressiva Nacional de Angola (UPRONA), sobre Angola*. Nova Iorque: s.n., 1967. p. 2

Papa Paulo VI e ao British Council of Churches<sup>305</sup>. Nesses documentos continuou a defender uma posição moderada em relação a Portugal, considerando que «A UPRONA estava no centro da construção da caridade fraternal entre o angolano e o capitalista, pois em várias situações da vida o angolano e o português podem ambos ser extremamente úteis. Existem muitas coisas que são assuntos da responsabilidade de angolanos e muitas outras que são da responsabilidade dos portugueses»<sup>306</sup>. Assim sendo, assegurava que a população branca não seria expulsa de Angola após a independência.

Essas posições reforçam as considerações efectuadas no capítulo anterior. Com efeito, consideramos que dentro do conjunto dos movimentos de libertação ou movimentos nacionalistas podemos encontrar as seguintes subcategorias: os que defendiam a via armada como forma de se alcançar a autodeterminação e a independência; e os que eram partidários da via negocial.

No CD, embora existissem membros que também eram favoráveis a soluções políticas, verificamos que, na prática, a possibilidade de se conseguir a autodeterminação e a independência das colónias portuguesas sem recurso às armas não foi recebida com o mesmo entusiasmo que a opção pela solução militar. Consideramos que isso se deve a quatro ordens de razões. Em primeiro lugar, o Comité foi confrontado com uma situação de facto, que foi o desencadear da luta armada por diversos movimentos de libertação, que no caso de Angola era inclusive anterior ao início das suas actividades. Face a isso não teve outra alternativa senão sancionar a guerra e apoiar esses movimentos.

Por outro lado, consideramos que a defesa da via negocial não foi veiculada no CD com a mesma insistência que o recurso às armas. Efectivamente, os defensores da realização de negociações políticas com o governo português dirigiram-se ao Comité quase exclusivamente através de petições escritas. A única excepção foi o CNA, que em 1967 conseguiu expor de viva voz ao CD os seus pontos de vista. Isso terá tido certamente uma grande importância, pois os movimentos que defendiam a via armada

---

<sup>305</sup> Cf. Organização das Nações Unidas - A/AC.109/PET. 914/Add. 1, de 28 de Maio de 1968. *Petição de Carlos Pinto Nunes Vunzi, Presidente Geral, e Fernando Kisangi, Delegado do Secretário Geral, da União Progressista Nacional de Angola (UPRONA), sobre Angola*. Nova Iorque: s.n., 1968. p. 3

<sup>306</sup> «UPRONA is at the centre of the building of fraternal charity between the Angolan and the capitalist, for in many life situations the Angolan and the Portuguese can both be extremely helpful; there are many things which are matters of Angolan responsibility and many which are matters of Portuguese responsibility». Cf. *Idem*. p. 3



foram uma presença constante nas reuniões do Comité dedicadas à análise da questão das colónias portuguesas.

Em terceiro lugar, como foi visível, houve uma certa hesitação entre os defensores da via política. Efectivamente, enquanto que os partidários da via militar foram constantes ao longo do tempo, defendendo que as armas eram a única solução viável e que as negociações só seriam possíveis se Portugal respeitasse as condições impostas, os defensores de negociações políticas foram mais hesitantes. Como se verificou com o Nto-Bako Angola e com o CBOA houve momentos em que transigiram e se mostraram favoráveis à via das armas.

Em último lugar, como será referido mais à frente, esses movimentos apresentaram-se perante o CD bastante fragilizados. Embora os defensores da luta armada também tivessem problemas internos, nota-se que os partidários da via negocial se mostraram particularmente afectados por dissensões internas e sucumbiram a ataques de outros movimentos de libertação, como é indicado em relação ao CBOA, cujos dirigentes terão sido presos pelo GRAE em 1966<sup>307</sup>.

Esses movimentos não conseguiram fazer valer as suas posições junto do CD e do governo português apesar do seu carácter moderado e da nítida simpatia em relação a Portugal. Mas, apesar disso, tiveram o mérito de avançar algumas propostas para a autodeterminação e a independência de Angola. São de realçar os projectos para a criação de um governo provisório; para o estabelecimento de um período de transição para a transferência do poder; para a promoção do desenvolvimento económico e social da colónia; para a salvaguarda dos interesses dos portugueses residentes em Angola; e para a manutenção dos laços com Portugal após a independência.

### **3.3 Projectos Opostos**

Os movimentos de libertação utilizaram igualmente do CD para veicularem as suas diferentes propostas quanto aos futuros Estados que resultariam da descolonização portuguesa. Assim, surgiram duas propostas em relação a Angola. A primeira defendia

---

<sup>307</sup> Cf. Organização das Nações Unidas - A/AC.109/PET. 688/ Add.1, de 27 de Dezembro de 1967. *Duas petições de Emmanuel Norman Lamvu, Presidente do Comité dos Bons Ofícios Angolanos (CBOA)*. Nova Iorque: s.n., 1967. p. 3

que, ao aceder à independência, o território de Cabinda não deveria fazer parte do Estado angolano, enquanto que a segunda era partidária da reconstituição do Reino do Congo.

Deste modo, em 1966, António Eduardo Sozinho Zau e Luís Franque da FLEC enviaram um memorando ao CD, onde defenderam que «Se o Povo Cabindense tem a coragem de apresentar a cada momento o seu caso à Organização das Nações Unidas, é porque ele constata a má fé de Portugal que pela sua astúcia violou as cláusulas do Tratado concluído com os Chefes Tradicionais de Cabinda»<sup>308</sup>. Afirmaram ainda que «(...) o povo cabindense se aflige com o silêncio que continua a guardar a Organização das Nações Unidas (principalmente o Comité Especial dos 24) sobre o problema claro do Protectorado de Cabinda concluído com Portugal a 1 de Fevereiro de 1885 em Simulambuco (Cabinda), sem que realmente a questão do Território de Cabinda seja debatida uma única vez pelo Comité Especial dos 24 como os restantes territórios sob administração portuguesa»<sup>309</sup>. Assim sendo, solicitaram à ONU que promovesse a realização de um encontro oficial com o Governo português para se chegar a uma solução satisfatória para os habitantes do território.

A situação de Cabinda foi ainda abordada pelo Governo Provisório dos Fiotes Revolucionários no Exílio. A argumentação desse movimento tinha algumas semelhanças com a da FLEC, pois considerou que o enclave de Cabinda tinha sido anexado a Angola sem o consentimento da população. No essencial afirmou, na petição A/AC.109/PET. 641, de 25 de Maio de 1967, que «O povo Fiot do enclave de Cabinda acredita que a sua devoção aos direitos humanos universais e aos princípios da soberania nacional deve ser solenemente proclamada, porque as Nações Unidas foram criadas como depositárias dos problemas humanos. Nós desejamos, em particular, que, como o nosso querido país é um Protectorado, seja liberto de acordo com leis, direitos e princípios aceites, que lhe permitam aceder à completa, imediata e incondicional

---

<sup>308</sup> «Si le Peuple Cabindais a le courage d'entretenir chaque fois son cas à l'Organisation des Nations Unies, ce qu'il a constaté la mauvaise foi du Portugal qui par son astuce a violé les clauses du Traité conclu avec les Chefs Traditionnels du Cabinda». Cf. Organização das Nações Unidas - A/AC.109/PET. 567, de 8 de Dezembro de 1966. *Petição de Luís Franque, Presidente, e António Eduardo Sozinho Zau, Secretário, da Frente para a Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC), sobre Angola*. Nova Iorque: s.n., 1966. p. 2

<sup>309</sup> «(...) le Peuple Cabindais s'afflige du silence que continue à garder l'Organisation des Nations Unies (principalement le Comité Spécial des 24) sur le problème clair du PROTECTORAT DU CABINDA conclu avec le Portugal le 1<sup>er</sup> février 1885 à Simulambuco (Cabinda) sans que réellement l'affaire du Territoire du Cabinda soit débattue même une seule fois par le Comité spécial des 24 comme le cas du reste des territoires sous administration portugaise». Cf. *Ibidem*.

independência de acordo com as regras da Carta das Nações Unidas»<sup>310</sup>. Manifestou a esperança que a ONU tomasse iniciativas no sentido de se discutir a transferência do poder para a população cabindense. Em concreto, solicitou ao CD o «Reconhecimento do enclave de Cabinda como uma nação e autodeterminação para o enclave de Cabinda com vista ao seu acesso à completa, imediata e incondicional independência, de acordo com os direitos dos protectorados adoptados pelas Nações Unidas»<sup>311</sup>.

Mas, as reivindicações não se ficaram por aqui. Efectivamente, o Comité Revolucionário de Cabinda (CRC) asseverou ao CD, em 1967, que o povo de Cabinda mantinha a sua firme determinação de aceder à independência total, imediata e incondicional. Mostrou-se disposto a iniciar conversações com o governo português para o estabelecimento das modalidades da transferência do poder desde que elas fossem realizadas sob o patrocínio da OUA. Em relação a Angola afirmou que «Tendo em atenção a disposição geográfica de Cabinda, posição que ninguém ignora, posição que não tem nenhuma fronteira comum com Angola, o povo cabindense deplora a ingerência dos angolanos na política interna de Cabinda»<sup>312</sup>. Era da opinião que «Os angolanos desejavam fazer de Cabinda um património ao escarnecerem das suas aspirações, quer através dos ignóbeis massacres perpetrados quer infringindo ao povo cabindense as mesmas sevícias desumanas que sofriam dos portugueses»<sup>313</sup>.

A independência de Cabinda foi também defendida numa petição que continha um memorando datado de 1972, elaborado em nome do povo desse território e remetido a Marcelo Caetano e ao CD. Esse memorando assumia como ponto de partida que Cabinda tinha sido anexada unilateralmente por Portugal, que explorava as suas

---

<sup>310</sup> «The Fiot people of the entire enclave of Cabinda believe that their devotion to universal human rights and to the principles of national sovereignty should be solemnly proclaimed, because the United Nations was created as the trustee of human problems; we desire, in particular, that, since our dear country is a Protectorate, it should be liberated according to the accepted laws, rights and principles that will enable this country to accede to complete, immediate and unconditional independence in accordance with the rules of the United Nations Charter». Cf. Organização das Nações Unidas - A/AC.109/PET. 641, de 25 de Maio de 1967. *Petição de Pedro Simba Macosso, Primeiro Ministro do Governo Provisório dos Fiotes Revolucionários no Exílio (GPRFE), sobre Angola*. Nova Iorque: s.n., 1967. p. 1-2

<sup>311</sup> «Recognition of the enclave of Cabinda as a nation; Self-determination for the enclave of Cabinda with the view of his accession to complete, immediate and unconditional independence in accordance with the rights of protectorates adopted by the United Nations». Cf. *Idem*. p. 5

<sup>312</sup> «Compte tenu de la position géographique de Cabinda, position que nulle personne ignore, position n'ayant aucune frontière commune avec l'Angola, le peuple cabindais déplore l'ingérence des Angolais dans la politique intérieure de Cabinda». Cf. Organização das Nações Unidas - A/AC.109/PET. 643, de 25 de Maio de 1967. *Petição de Henrique Tiago N'Zita, Secretário Geral, e Henri Charles Tembo, Secretário Adjunto do Comité Revolucionário de Cabinda (CRC), sobre Angola*. Nova Iorque: s.n., 1967. p. 4

<sup>313</sup> «Les Angolais veulent faire de Cabinda un patrimoine en bafouant ses aspirations soit par des ignobles massacres perpétrés soit en infligeant au peuple cabindais les mêmes sévices inhumaines que ceux qu'il endure des Portugais». Cf. *Ibidem*.

riquezas. Para além da miséria da população isso tinha acarretado, segundo os mesmos autores, outras consequências, pois «Nesta etapa do movimento africano de independência, a anexação do nosso país à administração de Angola tornou Cabinda num palco para certas facções políticas angolanas que desejavam que Cabinda fosse um monopólio dos expansionistas angolanos na eventualidade de a guerra com o Governo de Portugal se tornar numa realidade»<sup>314</sup>. Os autores do memorando insurgiram-se contra esse facto, afirmando que «(...) nós Cabindenses não queremos que populações pacíficas sejam usadas como escudos na denominada guerra de libertação nacional de Angola, que já impôs um pesado encargo entre os Cabindenses: o massacre da população de cidades e aldeias inteiras, a pilhagem sistemática, a violação de jovens raparigas e o pagamento de um tributo para encher os cofres de Holden Roberto e Agostinho Neto»<sup>315</sup>. Por isso, pediram que se retirasse a tutela angolana e se permitisse a Cabinda tratar directamente com o governo português das questões que lhe diziam respeito.

Por outro lado, indicaram que a população desse território desejava resolver a questão por meios pacíficos e que «(...) em ordem a evitar qualquer controvérsia no futuro próximo, o povo de Cabinda deseja indicar a vós [Marcelo Caetano] e ao vosso governo qual é o seu entendimento sobre a autonomia futura através da autodeterminação dos nossos povos (se eles aceitarem essas propostas voluntariamente através de um referendo popular) e o seu entendimento sobre a forma como as propostas devem efectivamente ser implementadas, sem qualquer imposição da parte do vosso Governo e dos vossos administradores em África»<sup>316</sup>. Essas ideias foram reforçadas considerando-se que «Em sentido geral, o povo de Cabinda aceita a autonomia interna defendida pelo Primeiro Ministro de Portugal, mas acima de tudo querem ser Cabindenses por direito próprio e não Angolanos ou Portugueses. A sua aceitação será

---

<sup>314</sup> «At this stage of the African independence movement the annexation of our country to the administration of Angola has made Cabinda a springboard for certain Angolan political factions which want Cabinda to be a monopoly of Angolan expansionists in the event that war with the Government of Portugal should become a reality». Cf. Organização das Nações Unidas - A/AC.109/PET. 1204, de 17 de Março de 1972. *Petição em nome do povo de Cabinda, sobre os territórios sob administração portuguesa*. Nova Iorque: s.n., 1972. p. 2-3

<sup>315</sup> «(...) we Cabindans do not want the peaceful people to be used as sandbags in the so-called war of Angolan national liberation, which has already taken a heavy toll among the Cabindans: the massacre of the population of entire towns and villages, systematic plunder, the rape of young girls and payment of tribute to fill the coffers of Holden Roberto and Agostinho Neto». Cf. *Ibidem*.

<sup>316</sup> «(...) in order to avoid any controversy in the near future, the people of Cabinda wish to indicate to you and your Government what would be their understanding of the future autonomy through self-determination of our peoples if they accepted these proposals voluntarily through a popular referendum, and their understanding of the way in which the proposals should actually be implemented, without any imposition on the part of your Government and your administrators in Africa». Cf. *Idem*. p. 3

expressa e efectivada num “referendo” popular, que irá reflectir a vontade unânime do povo de Cabinda»<sup>317</sup>.

Esta posição foi contrariada no CD pelos movimentos de libertação angolanos que não aceitavam a ideia da separação de Cabinda em relação a Angola. Com efeito, Holden Roberto, ao ser ouvido no CD em 1967 referiu que: «Tem-se geralmente tendência a separar Cabinda de Angola, mas existe uma Resolução adoptada pela ONU em 1963<sup>318</sup> que inclui Cabinda em Angola»<sup>319</sup>. Do mesmo modo, num telegrama de apoio ao GRAE, enviado ao CD a 9 de Agosto de 1967, confirmou-se esse entendimento, sendo indicado que: «[A] população angolana [do] Katanga [e a] multidão por detrás do GRAE, através [do] seu partido de vanguarda, a UPA (...) chama, contudo, [a] séria atenção [do] Comité contra [a] expressão Angola e Cabinda. Cabinda sendo parte integrante [de] Angola, [nós] vos responsabilizamos [pelas] graves consequências futuras em caso [de] tentativa [de] secessão»<sup>320</sup>.

Outro dos movimentos que se mostrou contrário às reivindicações dos que desejavam a separação de Cabinda foi o MPLA. Ainda em 1967, Lúcio Lara, membro desse movimento, argumentou o seguinte: «O MPLA respeita o carácter específico da história dos Reinos de Ngoyo, de Kakongo e do Domínio de Mayombe antes da Conferência de Berlim (1885), que, com a arbitrariedade utilizada para outras regiões, integrou esses territórios nos outros que constituem a Angola actual. O MPLA pensa que os países africanos, uma vez a África completamente liberta, saberão corrigir os males provocados pelo traçado arbitrário de 1885, e isso no quadro da realização da unidade africana. A esse respeito, o MPLA subscreve inteiramente os princípios defendidos pela Organização das Nações Unidas e pela Organização de Unidade Africana (OUA) a propósito das fronteiras actuais. O MPLA considera que no momento

---

<sup>317</sup> «In a general sense, the people of Cabinda accept the internal autonomy advocated by the Prime Minister of Portugal, but above all they want to be Cabindan in their own right and not Angolan or Portuguese. Their acceptance will be expressed and given effect in a popular “referendum”, which will reflect the unanimous will of the people of Cabinda». Cf. *Ibidem*.

<sup>318</sup> Consideramos que Holden Roberto deve estar a se referir à Resolução 1542 (XV), de 15 de Dezembro de 1960, onde consta a lista dos territórios não autónomos, na qual efectivamente o enclave de Cabinda é incluindo em Angola. Para 1963, o que existe é a lista dos territórios aos quais a Declaração se aplicava, que foi aprovada pelo CD, como foi indicado no Capítulo II, e na qual Cabinda também é considerada como parte integrante de Angola.

<sup>319</sup> «On a généralement tendance à séparer le Cabinda de l’Angola, mais il y a une résolution adoptée par l’ONU en 1963 qui inclut le Cabinda dans l’Angola». Cf. Organização das Nações Unidas - A/6700/Rev.1. *Rapport du Comité spécial chargé* ...p. 74

<sup>320</sup> «Population angolaise Katanga masses derrière GRAE à travers sont parti d’avantgarde UPA souhaitent plein succès conférence. Attire néanmoins sérieuse attention Comité contre expression Angola et Cabinda. Cabinda étant partie intégrante Angola rejetons sur vous graves conséquences avenir en cas tentative sécession». Cf. Organização das Nações Unidas - A/AC.109/PET. 675, de 9 de Agosto de 1967. *Petição de Andre Kitabia, sobre Angola*. Nova Iorque: s.n., 1967. p. 1

actual, a região de Cabinda faz parte de Angola e que ela sofre como o resto do país da opressão colonial portuguesa. É por isso que o MPLA combate com armas nas mãos em Cabinda, como em Nambuangongo, como em Moxico, como em toda a Angola. É por isso que o MPLA se bate por uma verdadeira unidade nacional contra o regionalismo e contra o tribalismo»<sup>321</sup>.

Outra das propostas apresentadas visava a restauração do antigo Reino do Congo<sup>322</sup>. Assim, em 1967, A. Medina, representante do Ngwizani a Kongo (NGWIZAKO), considerou que Angola era uma construção artificial, criada independentemente da vontade da população pelo colonialismo português, cujas autoridades estavam «(...) distorcendo e falsificando a história do Kongo e dando falsos e erróneos relatos da história de Angola»<sup>323</sup>. Defendeu que o território angolano fazia parte do Reino do Congo, descoberto por Diogo Cão em 1482, e cujo território tinha sido retalhado entre Portugal, Bélgica e França. O Ngwizani a Kongo recorreu assim à argumentação histórica para mostrar o artificialismo da existência de Angola. Com efeito, questionou: «Como na actualidade ouvimos falar mais de Angola (Portugal) do que do Kongo, será que deve inferir-se que Diogo Cão descobriu o Zaire de Angola e não do Kongo? Será que depois ele descobriu o reino de Angola e não o do Kongo? Consequentemente, será que Diogo Cão descobriu Angola em vez do Kongo? Será que o vasto reino que ele descobriu era Angola e não o Kongo? Na Conferência de Berlim, foram os territórios do Estado Independente de Angola que foram divididos em

---

<sup>321</sup> «Le MPLA respecte le caractère spécifique de l'histoire des Royaumes de Ngoyo, Kakongo e du Domaine de Mayombe avant la Conférence de Berlin (1885) qui, avec l'arbitraire utilisé pour d'autres régions, intégra ces territoires aux autres qui constituèrent l'Angola actuel. Le MPLA estime que les pays africains, une fois l'Afrique entièrement libérée, sauront corriger les maux provoqués par le tracé arbitraire de 1885, et cela dans le cadre de la réalisation de l'unité africaine. A ce sujet, le MPLA souscrit entièrement aux principes que défendent l'Organisation des Nations Unies et l'Organisation de l'unité africaine (OUA) à propos des frontières actuelles. Le MPLA considère donc qu'au moment actuel, la région de Cabinda fait partie de l'Angola et qu'elle souffre comme le reste du pays de l'oppression coloniale portugaise. C'est pourquoi le MPLA combat les armes à la main à Cabinda, comme à Nambuangongo, comme au Moxico, comme partout en Angola. C'est pourquoi le MPLA se bat pour une véritable unité nationale contre le régionalisme et contre le tribalisme». Cf. Organização das Nações Unidas - A/6700/Rev.1. *Rapport du Comité spécial chargé ...* p. 77

<sup>322</sup> O Reino do Congo resultou da migração, em finais do século XV, de populações da região do Vungu ao norte do Rio Zaire para o Mbanza Congo. Estendia-se para norte até ao rio Ogoué (Gabão), para sul até ao rio Cuanza e para o interior até ao rio Cuango, onde se situava o Mbanza Congo. Era chefiado por um rei, que se apoiava em vários chefes e em diferentes grupos de linhagem distribuídos pelo território. Em 1482 Diogo Cão entrou em contacto com este reino. No século XVI adoptou o aparelho administrativo português e a religião cristã com o objectivo de estruturar um poder centralizado, hereditário e territorializado. Cf. RIBEIRO, Avelino Alves – *Cabinda: direito à independência? O etno-nacionalismo e o princípio da autodeterminação em questão*. Porto: Dissertação de Mestrado, 1995. p. 37-59

<sup>323</sup> «(...) distorting and falsifying the history of the Kongo and giving a false and erroneous account of the history of Angola». Cf. Organização das Nações Unidas - A/AC.109/PET. 425, de 29 de Outubro de 1965. *Petição do Ngwizani a Kongo (NGWIZACO), sobre Angola*. Nova Iorque: s.n., 1965. p. 2

três e não os do Kongo? Será que a amizade Portugal – Kongo, que tem sido mantida ao longo de séculos até à presente data, foi selada pelo rei de Angola (Portugal) e não pelo rei do Kongo? E, por conseguinte, deve-se inferir que o rei de Portugal – e por conseguinte de Angola, uma vez que esta é uma extensão de Portugal – assinou um pacto de amizade com o rei de Portugal»<sup>324</sup>.

Por isso, Medina afirmou que os herdeiros do Reino do Congo pediam que o seu território lhes fosse restituído, tendo para tanto entronizado, a 9 de Setembro de 1962, um novo rei, D. Pedro VIII<sup>325</sup>. Referiu que tinham procurado, sem sucesso, por diversas vezes encetar negociações com Portugal<sup>326</sup>. Assim, a 21 de Setembro de 1965, enviaram ao governo português um memorando, do qual remeteram uma cópia ao CD. Nesse documento condenavam a campanha orquestrada por Portugal para o regresso dos refugiados angolanos que se encontravam nos territórios vizinhos, pois, segundo afirmaram, essa campanha contava com o apoio de aventureiros e de líderes políticos que defendiam a independência de Angola. Disseram que gostariam que «(...) Portugal e o Kongo considerassem o problema da monarquia do Kongo com grande objectividade e realismo para que possam encontrar o mais rapidamente possível as mais adequadas e apropriadas soluções para levar a presente crise no reino do Kongo a um fim»<sup>327</sup>. Manifestaram ainda interesse em colaborar com Portugal, mas especificaram que «(...) a nossa intenção é ficar com os portugueses como técnicos e não como estão erradamente informados... numa comunidade, porque nenhum país, tanto na Europa como no mundo, pertence a duas nacionalidades»<sup>328</sup>.

---

<sup>324</sup> «Since nowadays we hear more of Angola (Portugal) than of the Kongo, is it to be inferred that Diogo Cão discovered the Zaire of Angola, and not of the Kongo? Did he afterwards discover the kingdom of Angola, and not of the Kongo? Consequently, did Diogo Cão discover Angola instead of the Kongo? Was the vast kingdom he discovered Angola, and not the Kongo? At the Conference of Berlin, was it the territories of the independent State of Angola that were divided in three, and not those of the Kongo? Was Portuguese-Kongolese friendship, which has been maintained over the centuries until the present day, sealed by the king of Angola (Portugal) and not by the king of Kongo? And is it therefore, to be inferred that the king of Portugal – and therefore of Angola, since Angola is an extension of Portugal – signed a pact of friendship with the king of Portugal?». Cf. *Idem*. p. 3

<sup>325</sup> Nesta época o Rei do Congo não era mais do que um simples chefe indígena, pois a realeza tinha sido abolida pela República Portuguesa em 1911. Cf. PÉLISSIER, René – *La Colonie du Minotaure: nationalismes et revoltes en Angola (1926-1961)*. Orgeval: Editions Péliissier, 1978. p. 264

<sup>326</sup> Cf. Organização das Nações Unidas - A/6700/Rev.1. *Rapport du Comité spécial chargé...* p. 93

<sup>327</sup> «(...) Portugal and the Kongo to consider the problem of the Kongo monarchy with greater objectivity and realism so that they may find as quickly as possible the most adequate and appropriate solution to bring the present crisis in the kingdom of the Kongo to an end». Cf. Organização das Nações Unidas - A/AC.109/PET. 425, de 29 de Outubro de 1965. *Petição do Ngwizani a Kongo (NGWIZACO), sobre Angola*. Nova Iorque: s.n., 1965. p. 4

<sup>328</sup> «(...) our intention is to remain with the Portuguese as technicians and not as you are wrongly informed...in a community, because no country, either of Europe or of the world, belongs two

A Frente Patriótica para a Independência do Kongo dito Português (FPIKP) também defendia pressupostos semelhantes. Efectivamente, o seu Secretário Geral, Edouard Makumbi, e outros membros que enviaram uma petição ao CD em 1966, partilhavam a ideia de que a designação “Angola” só foi adoptada após a chegada dos portugueses a África, pois até então «É o reino do Kongo que existia e ainda existe, pois o seu trono sobreviveu até hoje. Em 1962, Dom Pedro VIII, rei do Kongo, ascendeu ao trono com a própria assistência de Portugal»<sup>329</sup>. Consideravam que a existência do Reino do Congo tinha tido reconhecimento internacional, pelo que a questão deveria ser resolvida com base na legalidade. Solicitaram à ONU que designasse um grupo de pessoas para os acompanhar a Lisboa para a abertura de negociações com Portugal. Caso Portugal recusasse essas negociações afirmaram-se dispostos a levar a questão «(...) perante a barra da justiça internacional, baseando a nossa posição na jurisdição territorial do nosso país, tal como reconhecido pela Conferência Internacional de Berlim a 14 de Fevereiro de 1885, pela Convenção de Bruxelas de 25 de Maio de 1891, pelo Protocolo de Lisboa de 8 de Abril de 1892, pela Declaração de Bruxelas de 24 de Março de 1894, pela Conferência Internacional de St. Germain-en-Laye em 1919 e pelas relações diplomáticas com o Vaticano e Espanha»<sup>330</sup>.

Não obstante os restantes movimentos não se terem pronunciado sobre este projecto, como se verificou em relação ao da separação de Cabinda em relação a Angola, ele não teve acolhimento. Ambos os projectos, o da separação de Cabinda e o da restauração do Reino do Congo, baseavam-se em argumentação histórica. Socorriam-se dos acordos firmados aquando da chegada de Diogo Cão e na Conferência de Berlim para justificarem as suas reivindicações. Assim, no caso de Cabinda insistia-se no tratado de Simulambuco, assinado a 1 de Fevereiro de 1885, para se argumentar que a

---

nationalities». Cf. Organização das Nações Unidas - A/AC.109/PET. 915, de 17 de Abril de 1968. *Petição do Ngwizani a Kongo (NGWIZACO), sobre Angola*. Nova Iorque: s.n., 1968. p. 2

<sup>329</sup> «It is the kingdom of Kongo that existed and still exists, for its throne has survived until today; in 1962, Dom Pedro VIII, king of the Kongo, ascended that throne with the assistance of Portugal itself». Cf. Organização das Nações Unidas - A/AC.109/PET. 429, de 31 de Janeiro de 1966. *Petição de Edouard Makumbi, Secretário Geral, e outros dois membros da Frente Patriótica para a Independência do Kongo dito Português (FPIKP), sobre Angola*. Nova Iorque: s.n., 1966. p. 2

<sup>330</sup> «(...) before the bar of international justice, basing our position in our country's territorial jurisdiction as reconized by the international conference at Berlin on 14 February 1885, by the Brussels Convention of 25 May 1891, by the Lisbon Protocol of 8 April 1892, by the Brussels Declaration of 24 March 1894, by the international conference at St. Germain-en-Laye in 1919, and by diplomatic relations with Vatican and Spain». Cf. *Ibidem*.



natureza da soberania portuguesa sobre esse território era diferente da que existia em relação a Angola<sup>331</sup>.

Quanto ao Reino do Kongo, verifica-se que, efectivamente, «A história foi uma fonte de inspiração fundamental para o nacionalismo do Kongo. O Reino do Kongo é especialmente usado para descrever um glorioso passado do Kongo. O conhecimento da história do Kongo é também apresentado como central para a compreensão do Cristianismo: o Kongo era comparado aos israelitas, defende-se que Jesus pode ter sido Mukongo e que Jerusalém era na realidade nada mais do que o Mbanza Kongo. No discurso pan-Kongo, a herança cultural do povo do Kongo recebe muita atenção. É defendida a importância de dominar a língua Kikongo e as pessoas demonstravam os seus conhecimentos de provérbios»<sup>332</sup>.

Ambos os projectos foram recebidos pelo CD, mas não foram alvo de nenhuma consideração, devido, segundo parece, às razões avançadas por Holden Roberto e pelo MPLA. Com efeito, por um lado, na Resolução 1542 (XV), de 15 de Dezembro de 1960, e, por outro, na lista dos territórios aos quais a Declaração se aplicava, onde foram enumerados os territórios portugueses não autónomos, referia-se a Cabinda como fazendo parte de Angola. O CD não ponderou assim as possíveis divisões que poderiam existir entre os territórios. Delineou como objectivo, seguindo o estabelecido na Declaração, a autodeterminação e a independência dos territórios, no respeito pelas fronteiras existentes.

Do mesmo modo, Portugal, enquanto potência administradora das colónias, após o 25 de Abril também não considerou os pedidos relativamente à independência de Cabinda. Como refere Pezarat Correia, e como foi indicado pelo governo português no seu memorando de 3 de Agosto de 1974 resultante da visita do SG da ONU, Kurt

---

<sup>331</sup> A este respeito, refira-se que «(...) os vários textos constitucionais portugueses, designadamente a Carta Constitucional de 1822, a Constituição de 1933 e a Constituição de 1951, consideram Cabinda como parte integrante do território nacional separadamente do de Angola e que aquele território passou, ao nível da orgânica da colónia/província ultramarina de Angola, por várias situações, constituindo, à data da independência de Angola, o distrito de Cabinda dependente do Governo-Geral de Angola». Cf. LEITE, Joana Helena Maria Farjado Pacheco Pereira – *O Caso de Cabinda e a Unidade Política de Angola: uma leitura étnica e económica*. Lisboa: Dissertação de Mestrado, 1997

<sup>332</sup> «History was a fundamental source of inspiration for Kongo nationalism. Kongo kingdom especially is used to describe a glorious Kongo past. Knowledge of Kongo history is also presented as central to an understanding of Christianity: Kongo are compared to Israelites, it is held that Jesus might have been a Mukongo and that Jerusalem was in fact nothing else than Mbanza Kongo. In pan-Kongo discourse, the cultural heritage of the Kongo people receives much attention. The importance of mastering the Kikongo language is stressed and people display their knowledge of proverbs». Cf. BRINKMAN, Inge – *Ob. Cit.* p. 195-221

Waldheim, a Lisboa, «Na observância das posições da ONU e da OUA sobre o respeito pela integridade territorial no acesso das colónias à independência, Portugal nunca aceitou equacionar a questão de Cabinda fora do contexto angolano»<sup>333</sup>. Quanto à proposta de reunificação do Reino do Congo, ela estava certamente desfasada dos acontecimentos, pois os territórios que anteriormente o constituíam se tinham transformado noutras realidades, nomeadamente devido à criação de novos Estados, como a República Democrática do Congo.

### 3.4 Rivalidades e Dissenções Internas

As rivalidades e dissensões internas que perpassaram perante o CD referiam-se quase exclusivamente aos movimentos de libertação angolanos. Com efeito, a proliferação de movimentos de libertação em Angola gerou diversos atritos. Os movimentos que se apresentaram ao Comité tentaram demonstrar que o faziam em nome da população angolana. Exemplificativo dessa situação é esta declaração, efectuada em 1963, segundo a qual «A FNLA, que agrupava todas as forças combatentes da nação e que dirigia a luta pela libertação de Angola, incarnava as verdadeiras aspirações das massas angolanas e estava determinada a lutar heroicamente para triunfar sobre o colonialismo português»<sup>334</sup>. Mas, esse movimento não era o único a fazer essa reivindicação. Com efeito, num depoimento em 1967, Agostinho Neto «Quando questionado se existiam em Angola outras organizações combatentes para além do MPLA, e em caso afirmativo, quais eram as relações entre o MPLA e essas outras organizações, o peticionário disse que o MPLA é a principal organização nacionalista angolana e a única que combate efectivamente sobre o território nacional»<sup>335</sup>.

---

<sup>333</sup> Cf. CORREIA, Pezarat - «Portugal na Hora da Descolonização» In *Portugal Contemporâneo (1974-1992)*. REIS, António (Dir.). Vol. VI. Lisboa: Publicações Alfa, 1990. p. 153

<sup>334</sup> «Le FNLA, qui groupait toutes les forces combattantes de la nation et qui dirigeait la lutte pour la libération de l'Angola, incarnait les aspirations véritables des masses angolaises et était déterminé à lutter héroïquement pour triompher du colonialisme portugais». Cf. Organização das Nações Unidas - A/5446/Rev. 1. *Rapport du Comité spécial chargé...*p. 20

<sup>335</sup> «Comme on lui demande s'il y a en Angola des organisations combattants autres que le MPLA, et dans l'affirmative, quels sont les rapports qui existent entre le MPLA et ces autres organisations, le pétitionnaire dit que le MPLA est la principale organisation nationaliste angolaise et la seule qui combatte effectivement sur le territoire national». Cf. Organização das Nações Unidas - A/6700/Rev.1. *Rapport du Comité spécial chargé...*p. 90

Do mesmo modo, Aníbal de Melo, membro do mesmo partido, anteriormente, em 1965, tinha procurado tirar partido do facto de «(...) que o MPLA era a única organização que foi formada no interior de Angola»<sup>336</sup>. Mas, David Samwimbila, em 1969, reclamou o mesmo estatuto para o seu movimento, alegando que a UNITA «É a única organização angolana que se constituiu e se desenvolveu no próprio país e a única organização política que, ao dar às pessoas consciência dos seus direitos, obrigou Portugal a modificar a sua política e a fazer justiça às suas reivindicações, temendo que se declarasse uma revolta massiva. É igualmente o único partido cuja sede e os seus dirigentes se encontravam no próprio país»<sup>337</sup>.

Porém, essa reivindicação era negada por outros peticionários. Procurando esclarecer a situação vivida em Angola, Börje J. Mattsson, ao relatar ao CD a sua estadia nas áreas libertadas do MPLA em 1971, indicou que «As nossas visitas às províncias orientais também ajudaram a clarificar um outro aspecto importante. Alega-se que existem três movimentos de libertação activos em Angola: para além do MPLA, a denominada FNLA e a UNITA alegam que detêm o controlo sobre largas extensões do país. Foi possível para nós verificar a exactidão dessas alegações, em particular, do último. A UNITA afirma que está activa precisamente nas regiões que visitámos. As nossas observações sobre isso provam claramente que a sua propaganda não se baseia em factos. Não tem actividade organizada nas áreas orientais de Angola ou em nenhum outro lado no país. A informação recebida sobre o Norte de Angola torna evidente que a FNLA, financiada pela CIA, também não estava activa em Angola. Todas as conversas sobre a desintegração da luta angolana pela libertação são falsas. Esse não é o problema em Angola. É um problema que diz respeito aos países estrangeiros, nos quais a extensa propaganda da FNLA e da UNITA conseguiu criar alguma incerteza sobre a situação real em Angola»<sup>338</sup>.

---

<sup>336</sup> «(...) que le MPLA était la seule organisation qui se fût formée à l'intérieur de l'Angola». Cf. Organização das Nações Unidas - A/6000/Rev. 1. *Rapport du Comité spécial chargé...*p. 172

<sup>337</sup> «C'est la seule organisation angolaise qui se soit constituée et développée dans le pays même et la seule organisation politique qui, en donnant aux gens conscience de leurs droits, ait contraint le Portugal à modifier sa politique et à faire droit à leurs revendications de crainte qu'une révolte massive ne se déclare. C'est également le seul parti dont le siège et les dirigeants se trouvent dans le pays même». Cf. Organização das Nações Unidas – A/AC.109/SR. 683, 2 Juillet 1969. *Compte Rendu Analytique de la Six Cent Quatre-Vingt-Troisième Seance, Tenue à Lusaka, Zambie, le Jeudi 15 Mai 1969, à 10h10*. Nova Iorque: s.n., 1969. p. 25

<sup>338</sup> «Our visit in the Eastern provinces also helped to clarify another important aspect. It is claimed that there are three active liberation movements in Angola: besides the MPLA, the so-called FNLA and the UNITA claim to hold large parts of the country. It was possible for us to verify the accuracy of the claims of the latter in particular. The UNITA does maintain that it is active precisely in the regions we visited.

Como informaram o CD, os diversos movimentos não se limitaram às declarações verbais. Segundo o MPLA, «(...) as prisões congolezas e as do auto-intitulado “Governo no Exílio” do Senhor Holden Roberto, no território congolês, continham centenas de prisioneiros angolanos, valorosos soldados do MPLA, incluindo o Comandante João Gonzalves Benedito, um dos heróis da primeira resistência, e cinco jovens representantes da Organização das Mulheres Angolanas (OMA). De acordo com relatos recentes, o Comandante Benedito está quase cego em resultado da falta de tratamento. Existe um grave temor pela vida desses filhos de Angola, entre os quais se encontram os melhores que o país alguma vez teve»<sup>339</sup>. Acrescentou ainda que «O MPLA não era movido por nenhuma considerações demagógicas quando denuncia esses factos. Relembra que outros bravos soldados, como João Zombo Necongo e José Pascoal, foram horripelmente assassinados por homens de Holden Roberto»<sup>340</sup>.

As críticas foram assim dirigidas principalmente contra o GRAE. Com efeito, o CD recebeu várias petições que faziam acusações directas a esse movimento. A UNA, formada em Junho de 1963 em Elizabethville, na República Democrática do Congo, levou a cabo no Comité uma verdadeira campanha contra Holden Roberto, a UPA e o GRAE. Assim, numa petição de 1965, afirmou que «Holden Roberto não é angolano e, como o seu amigo o Dr. Salazar, nunca pôs os pés em Angola. Ele nasceu em Thysville, no Congo, onde sempre viveu. A UPA iniciou a sua actividade como organização tribal dos Bakongos de Léopoldville com o desígnio de se identificar com os Bakongos de Angola que possuíam uma organização tribal conhecida sob o nome de

---

Our observations about it clearly prove that its propaganda is not based on facts. It has no organized activity in the Eastern areas of Angola nor elsewhere in the country. The information received about the North of Angola also makes it very evident that the FNLA, financed by the CIA, is not active either in Angola. All talk about the disintegration of the Angolese struggle for liberation is untruthful. That is not the problem in Angola, it is a problem concerning countries abroad, in which the extensive propaganda of the FNLA and the UNITA has managed to create some uncertainty about the real situation in Angola». Cf. Organização das Nações Unidas – *A/AC.109/PET. 1189/Add.1, de 25 de Outubro de 1971. Petição de Börje J. Mattsson, sobre Angola*. Nova Iorque: s.n., 1971. p. 3-4

<sup>339</sup> «(...) the Congolese prisons and those of the self-styled “Government in exile” of Mr. Holden Roberto, on Congolese territory, contained hundreds of Angolan prisoners, valiant soldiers of the MPLA, including Commander Joao Gonzalves Benedito, one of the heroes of the early resistance, and five young girls in charge of the Organization of Angolan Women (OMA). According to recent reports, Commander Benedito was now almost blind as a result of ill-treatment. There were grave fears for the life of those sons of Angola, among the best of those which the country had ever had». Cf. Organização das Nações Unidas – *A/AC.109/SR. 679, 31 July 1969. Summary Record of the...* p. 32-33

<sup>340</sup> «The MPLA was not moved by any demagogic considerations when it denounced those facts. He recalled that other brave soldiers such as Joao Zombo Necongo and Jose Pascoal had been hideously assassinated by Mr. Holden Roberto’s men». Cf. *Ibidem*

PDA e presidida por Nkusika»<sup>341</sup>. Foi categórica ao afirmar que «(...) a UPA não era um partido político para todos os angolanos que tinham o bem do país nos seus corações, mas sim uma associação de tios e de familiares do povo Bakongo, que era um grupo de indivíduos ávidos de poder e de dinheiro (...)»<sup>342</sup>. Holden Roberto foi descrito como sendo um indivíduo que combatia pessoas da sua própria tribo e que ordenava assassinatos. A UNA considerou ainda que era isso que explicava que «(...) a posição de Salazar em Angola se tornou mais sólida e mais forte, enquanto que diariamente enfraquecia cada vez mais a solidariedade política entre os africanos descontentes e chorosos dos seus mortos»<sup>343</sup>.

O quadro traçado pela UNA foi assim particularmente duro em relação a Holden Roberto, que foi também apresentado como «(...) um inimigo ainda mais mortal que o próprio Salazar», alertando-se o CD para o facto de que «Ajudar esse homem é como criar entre vós uma jovem cobra que, quando crescer, não terá outra ideia senão morder a vossa família para a matar e a destruir»<sup>344</sup>. Ele foi acusado pela UNA de ter atacado, em 1963 perto de Nambuanguo, guerrilheiros do MPLA, provocando a morte a 11 pessoas. Os peticionários da UNA também relataram que ele tinha realizado manobras, em conjugação com Cyrille Adoula, para expulsar o MPLA do Congo e conseguir que somente a UPA fosse reconhecida como movimento de libertação de Angola. Assim, defenderam que Holden Roberto sabotou as tentativas de unificação dos movimentos de libertação, pois pensava «(...) obter a libertação de Angola enquanto tribo, para de seguida formar com o Congo do seu cunhado Adoula uma nação que oprimirá as outras tribos que constituem a maioria da população de Angola»<sup>345</sup>.

---

<sup>341</sup> «Holden Roberto n'est pas un Angolais et comme son ami le Dr. Salazar, il n'a jamais mis les pieds en Angola. Il est né à Thysville, au Congo, où il vit toujours. L'UPA a fait ses débuts comme organisation tribale des Bakongos de Léopoldville dans le dessein de s'identifier aux Bakongos de l'Angola qui possédaient une organisation tribale connue sous le nom de PDA et présidée par Nkusika». Cf. Organização das Nações Unidas - A/AC.109/PET. 401, de 7 de Julho de 1965. *Petição de Kassongo Paul e John Victor, representantes da União Nacional Angolana (UNA), sobre Angola*. Nova Iorque: s.n., 1965. p. 4

<sup>342</sup> «(...) l'UPA n'était pas un parti politique pour tous Angolais qui avait le bien du pays à coeur, mais une association d'oncles et de parents du peuple bakongo qui était un groupe d'individus avides de puissance et d'argent (...)». Cf. *Idem*. p. 4-5

<sup>343</sup> «(...) la position de Salazar en Angola est devenue plus solide et plus forte, cependant qui s'affaiblissait toujours plus la solidarité politique entre les Africains mécontents et pleurent leurs morts». Cf. *Ibidem*.

<sup>344</sup> «(...) un ennemi encore plus mortel que Salazar lui-même» e «Aider cet homme, c'est comme élever chez vous un jeune cobra qui, lorsqu'il aura grandi, n'aura autre idée que de mordre votre famille pour la tuer et l'anéantir». Cf. *Idem*. p. 6

<sup>345</sup> «(...) obtenir la libération de l'Angola en tant que tribu, pour ensuite former avec le Congo du beau-frère Adoula une nation qui opprimerait les autres tribus qui constituent la majorité de la population d'Angola». Cf. *Idem*. p. 8

O CBOA também se queixou de que «(...) desde 15 de Julho de 1966 o nosso Comité tem sido alvo de raptos e prisões arbitrárias da parte de Holden Roberto, Presidente do Governo Revolucionário de Angola no Exílio (GRAE)»<sup>346</sup>. A respeito da actuação do movimento de Holden Roberto salientou ainda que: «Os líderes do GRAE fazem o que querem aos seus opositores nos territórios onde os angolanos procuraram refúgio. A existência da polícia de terrorismo, prisões arbitrárias e aprisionamentos na base de Kinkuzu e nas instalações do GRAE, tudo no território da República do Congo (Kinshasa), impede os nacionalistas de outros movimentos de efectuarem qualquer acção. É verdade que existe entre os líderes do GRAE um reino de polícia de terror em relação a outros movimentos nacionalistas, que se manifesta através dessas odiosas acções»<sup>347</sup>. Por isso, lançou um apelo ao CD para garantir a segurança dos seus membros que queriam participar nas reuniões que iriam ser realizadas em 1967 na República Democrática do Congo.

Para além da existência de organizações que tinham posições manifestamente contrárias, como acabamos de referir, chegaram também ao CD indícios de dissensões internas que minavam alguns movimentos de libertação. Foi o caso do Partido Nto-Bako Angola, sendo que, na petição A/AC.109/PET.424, de 29 de Outubro de 1965, Francisco Thomaz alertou para o facto de François Lele se ter dirigido em nome desse movimento ao Comité. Nessa petição foi indicado que, como tinha mudado de nacionalidade, François Lele tinha sido expulso do partido e pediu-se ao CD para «(...) não conceder audições a alguns demagogos que se apresentavam sob o título de Nto-Bako sem serem autorizados pelo Senhor Francisco [Thomaz], o nosso Presidente»<sup>348</sup>.

Mas, verifica-se que, numa outra petição, datada de 29 de Junho de 1966, foi dito que François Lele era o verdadeiro presidente do movimento. Em 1967, foi inclusive

---

<sup>346</sup> «(...) since 15 July 1966 our Committee has been the target of kidnappings and arbitrary arrests by Roberto Holden, President of the Revolutionary Government in Exile of Angola (GRAE)». Cf. Organização das Nações Unidas - A/AC.109/PET. 688/ Add.1, de 27 de Dezembro de 1967. *Duas petições de Emmanuel Norman Lamvu, Presidente do Comité dos Bons Ofícios Angolanos (CBOA)*. Nova Iorque: s.n., 1967. p. 3

<sup>347</sup> «The leaders of GRAE do what they will to their opponents in the territories where Angolans have taken refuge; the existence of police terrorism, arbitrary arrest and imprisonment in the base at Kinkuzu and in the premises of GRAE, all of them in the territory of the Republic of the Congo (Kinshasa), prevents the nationalists in other movements from taking any action. It is thus true that a police reign of terror exists among the leaders of GRAE towards other nationalist movements, which manifests itself by such odious actions towards them». Cf. *Idem*. p. 7

<sup>348</sup> «(...) not to grant a hearing to some demagogues who are going about under the title of the Nto-Bako without being authorized by Mr. Francisco [Thomaz], our Chairman». Cf. Organização das Nações Unidas - A/AC.109/PET. 424, de 29 de Outubro de 1965. *Petição de Francisco Thomaz e outros, em nome do Nto-Bako Angola, sobre Angola*. Nova Iorque: s.n., 1965. p. 2

ouvido no CD na condição de presidente do Nto-Bako, tendo afirmado que «(...) tinha a alertar a opinião pública contra um certo número de ex-membros do Partido Nto-Bako Angola, que procuravam abusar, fazendo acreditar na existência de dissensões internas no interior desse partido. Tratam-se de cúmplices do colonialismo a soldo dos portugueses, que se serviam desses traidores para semear a confusão no espírito do povo angolano e impedi-lo de se libertar do jugo que pesava sobre ele desde o século XV»<sup>349</sup>.

O Ngwizani a Kongo também se mostrou fracturado<sup>350</sup>. Em 1968, numa carta enviada a Américo Tomás e a António de Oliveira Salazar, cuja cópia foi remetida ao CD, esse movimento protestou contra a notícia segundo a qual o Governo português pretendia receber o grupo de Manuel Baptista Dimba. Afirmou que este era membro do Partido Português Africano e não militante do Ngwizani a Kongo. Dimba foi apresentado como sendo um traidor e, introduzindo-se uma nota religiosa, o Ngwizani a Kongo afirmou ao Comité que «(...) se o apoiar, estará também a apoiar os Protestantes porque é intenção do grupo e do governo do Senhor Manuel Baptista Dimba tentar liquidar todos os Católicos»<sup>351</sup>.

Ao denunciarem esses factos, os movimentos de libertação aconselhavam que «Aqueles que desejavam ajudar o povo angolano a libertar-se da dominação colonial deveriam desconfiar desses falsos amigos e só apoiar as organizações verdadeiramente revolucionárias, tais como o Conselho do Povo Angolano, agrupamento de várias organizações angolanas cuja principal é a União Nacional Angolana (UNA)»<sup>352</sup>.

---

<sup>349</sup> «(...) tient à mettre en garde l'opinion publique contre un certain nombre d'ex-membres du parti Nto-Bako Angola qui cherchent à l'abuser en faisant croire à des dissensions internes au sein de ce parti. Il s'agit de suppôts du colonialisme à la solde des Portugais, qui se servent de ces traîtres pour semer la confusion dans l'esprit du peuple angolais et l'empêcher de se libérer du joug qui pèse sur lui depuis le XV<sup>e</sup> siècle». Cf. Organização das Nações Unidas - A/6700/Rev.1. *Rapport du Comité spécial chargé...* p. 92

<sup>350</sup> O Ngwizani a Kongo estava dividido em várias facções. Existia a facção dos “velhos”, que se mantinha fiel à ideia da eleição de um rei do Congo, e a dos “novos”, que era acusada de ter ligações com a UPA. Existia ainda a ala católica e a ala protestante. Cf. Direcção de Serviços de Biblioteca, Documentação e Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros - *Organizações Nacionalistas Ngwizani a Kongo – NGWIZAKO*. Proc. 940,1 (7) D. PAA 505. Vol. VII. p. 9, 48

<sup>351</sup> «(...) as you support him, you should also support the Protestants because it is the intention of Mr. Manuel Baptista Dimba's group and their government to try to wipe out all the Catholics». Cf. Organização das Nações Unidas - A/AC.109/PET. 915, de 17 de Abril de 1968. *Petição de Ngwizani a Kongo (NGWIZACO), sobre Angola*. Nova Iorque: s.n., 1968. p. 2

<sup>352</sup> «Ceux qui voulaient aider le peuple angolais à se libérer de la domination coloniale devaient donc se méfier de ces faux amis et n'appuyer que les organisations véritablement révolutionnaires, telles que le Conseil de peuple angolais, groupement de plusieurs organisations angolaises dont la principale était l'União Nacional Angolana (UNA)». Cf. Organização das Nações Unidas - A/6000/Rev. 1. *Rapport du Comité spécial chargé...* p. 172-173

Ou seja, tentavam capitalizar para si os apoios concedidos aos movimentos de libertação angolanos.

Chegaram igualmente ao CD notícias de tentativas de desestabilizar a luta pela autodeterminação e independência. Marcos Kassanga, representante do CPA, referiu ao Comité, em 1965, que o governo português tinha minado algumas organizações, colocando nas suas direcções pessoas a seu soldo. Deu o exemplo, sem referir o nome, de um dirigente angolano que nos anos anteriores se tinha apresentado perante o CD para denunciar os objectivos imperialistas das potências coloniais, mas que entretanto se tinha deixado corromper. Relatou ainda que «Durante a insurreição armada de 1961, a Associação dos Estudantes Sul Africanos na Europa tinha feito chegar, por intermédio da sua secção da Bélgica, ajuda financeira a alguns agrupamentos reaccionários angolanos, para os encorajar a fazer fracassar o movimento de libertação»<sup>353</sup>.

Segundo alguns peticionários, essas rivalidades e dissensões internas conduziram a tentativas de unificação dos movimentos de libertação, das quais se procurou informar o Comité<sup>354</sup>. Assim, ainda de acordo com Marcos Kassanga, o seu movimento, o CPA, tinha na sua génese a ideia de unificação de todas as organizações políticas e apolíticas angolanas, de todos os angolanos, de todos os chefes tradicionais e de todos os representantes de outros quadrantes da sociedade angolana. Por isso, informou que «(...) se realizou em Léopoldville, a 4 de Abril de 1965, uma grande Assembleia soberana e plenária do povo angolano, na qual tinham participado mais de 250 delegados, representando as diferentes regiões de Angola e todos os sectores da população. Os participantes nessa assembleia decidiram formar a primeira organização unificada da Angola combatente, o Conselho do Povo Angolano (CPA)»<sup>355</sup>.

---

<sup>353</sup> «Pendant l'insurrection armée de 1961, l'Association des étudiants sud-africains en Europe avait fait parvenir, par l'entremise de sa section de Belgique, une aide financière à certains groupements réactionnaires angolais, pour les encourager à faire échouer le mouvement de libération». Cf. *Ibidem*.

<sup>354</sup> A OUA também desenvolveu iniciativas no sentido de unir os movimentos de libertação de Angola. Assim, em 1963 foi criada uma missão de bons ofícios, composta por representantes da Argélia, da República da Guiné, da Nigéria, do Senegal, do Congo e do Uganda, para avaliar os movimentos e decidir quais estavam em condições de beneficiar dos apoios da OUA. Esse apoio seria condicionado à criação de uma frente comum. Cf. SOUSA, Julião Soares - «MPLA : da fundação ao reconhecimento por parte da OUA (1960-1968)» In *Latitudes*. Nº 28. Dezembro de 2006. p. 15

<sup>355</sup> «(...) s'était tenue à Leopoldville, le 4 avril 1965, une grande Assemblée souveraine et plénière du peuple angolais, à laquelle avaient participé plus de 250 délégués, représentant les différentes régions d'Angola et tous les secteurs de la population. Les participants à cette assemblée avaient décidé de former la première organisation unifiée de l'Angola combattant, le Conseil du peuple angolais (CPA)». Cf. Organização das Nações Unidas - A/6000/Rev. 1. *Rapport du Comité spécial chargé...*p. 173



Kassanga explicou também que dessa reunião resultou um manifesto, no qual se afirmava que os quatro anos de luta pela libertação de Angola se tinham traduzido em miséria, desespero, sofrimento e falta de organização sistemática e de união entre as diversas organizações. O CPA interpretava essa falta de união como sendo o resultado de «Os dirigentes dessas organizações procurarem satisfazer as suas ambições pessoais em detrimento da causa angolana, [pelo que] todas as tentativas de aproximação tinham falhado»<sup>356</sup>.

A nova organização então criada contava, ainda segundo o depoimento de Marcos Kassanga, com o apoio do Comité de Unidade Nacional Angolana, da UNA, da União Geral dos Trabalhadores Angolanos, do Movimento Nacional da Juventude Angolana e da União das Mulheres Angolanas. Tinha como objectivos principais desembaraçar o movimento de libertação angolano de todos os elementos que eram contrários à realização das aspirações da população, entregar a liderança a pessoas preocupadas com o futuro, reorganizar a luta de libertação para obrigar o governo português a reconhecer o direito à autodeterminação e à independência de Angola e construir uma nação próspera e pacífica.

Concluiu a sua exposição referindo que «Desde que foi criado, o CPA modificou completamente o clima da luta angolana. Todos aqueles que hesitavam sobre o caminho a seguir sabiam que existia agora uma organização capaz de libertar Angola da dominação escravagista portuguesa. (...) Nós podemos dizer que o CPA é actualmente o Governo da República Angolana em armas, pois agrupava no seu seio as organizações angolanas mais representativas. É assim que o CUNA é muito popular no norte do país e que a UNA agrupava todas as massas camponesas do centro e do sul. Para além das organizações membros do CPA, não existia nenhuma organização verdadeiramente representativa no plano nacional, pois todas as outras organizações eram constituídas numa base regional, tribal ou racial. Qualquer outra fórmula, que não a unidade em torno do CPA, equivalerá a uma sabotagem da luta angolana»<sup>357</sup>. Por isso, pediu ao CD

---

<sup>356</sup> «Les dirigeants de ces organisations cherchaient à satisfaire leurs ambitions personnelles au détriment de la cause angolaise, et toutes les tentatives de rapprochement avaient échoué». Cf. *Ibidem*.

<sup>357</sup> «Dès qu'il avait été créé, le CPA avait complètement modifié le climat de la lutte angolaise. Tous ceux qui hésitaient sur le chemin à suivre savaient qu'il existait maintenant une organisation capable de libérer l'Angola de la domination esclavagiste portugaise. (...) On pouvait donc dire que le CPA était actuellement le Gouvernement de la République angolaise en armes, car il groupait en son sein les organisations angolaises les plus représentatives. C'était ainsi que le CUNA était très populaire dans le nord du pays et que l'UNA groupait toutes les masses paysannes du centre et du sud. En dehors des organisations membres du CPA, il n'existait aucune organisation véritablement représentative sur le plan national, car toutes les autres organisations étaient constituées sur une base régionale, tribale ou raciale.

«(...) para fazer com que os países membros e, nomeadamente, os países afro-asiáticos, ouvissem a voz do CPA, que era a da Angola mártir, a fim de que fizessem todo o possível para desencorajar toda a iniciativa que servisse os interesses do colonialismo português e que concedessem ao CPA o seu apoio incondicional»<sup>358</sup>.

Outro defensor da unidade entre os diversos movimentos de libertação foi o CBOA. Este movimento apresentou-se como tendo sido criado em 1965 com o principal objectivo de fomentar a união, que era a arma mais poderosa para se alcançar a vitória e evitar a fragmentação de Angola. Não se considerava como um partido político, mas sim como uma organização que estava fora das querelas políticas e que tinha recebido o apoio da maioria dos movimentos, excepto do de Holden Roberto. Indicou que tinha criado uma comissão para sondar a opinião da população angolana e segundo o seu presidente, Emmanuel Norman Lamvu, estava «(...) resolvido a unificar esses movimentos tendo em vista os resultados já obtidos por numerosos movimentos, incluindo o MPLA, e não iria afrouxar os seus esforços até cumprir a tarefa à qual se propôs»<sup>359</sup>.

Lamvu mencionou que, ao contrário do que diversos movimentos alegavam, o CBOA era da opinião de que «Nenhuma pessoa pode afirmar ser o líder da revolução angolana. Nenhuma pessoa pode arrogar para si o direito de ser o único porta-voz do heróico povo angolano»<sup>360</sup>. Defendeu que a população angolana reconhecia a necessidade de serem adoptadas três medidas: a realização de contactos entre todos os movimentos de libertação; a organização de uma mesa redonda na qual todos deveriam participar; e a convocação de um congresso para a criação de uma frente de luta comum. Manifestou-se favorável à ideia de que os desejos da população deveriam estar acima das disputas pessoais e partidárias. Quando esses desejos fossem alcançados, o CBOA

---

Toute autre formule que l'unité autour du CPA équivaudrait donc à un sabotage de la lutte angolaise». Cf. *Idem.* p. 173-174

<sup>358</sup> «(...) de faire en sorte que les pays membres, et notamment les pays afro-asiatiques, entendent la voix du CPA, qui était celle de l'Angola martyr, afin que ces pays fassent tout leur possible pour décourager toute entreprise servant les intérêts du colonialisme portugais et qu'ils apportent au CPA leur appui inconditionnel». Cf. *Idem.* p. 174

<sup>359</sup> «(...) is resolved to unify those movements in view of the results already obtained by a number of movements, including M.P.L.A., and it will not slacken its efforts until it has accomplished the task it has set itself». Cf. Organização das Nações Unidas - A/AC.109/PET. 688/Add.1, de 27 de Dezembro de 1967. *Duas petições de Emmanuel Norman Lamvu, Presidente do Comité dos Bons Ofícios Angolanos (CBOA)*. Nova Iorque: s.n., 1967. p. 4

<sup>360</sup> «No single person can claim to be the leader of the Angolan revolution. No single person can arrogate to himself the right to be the sole spokesman of the heroic Angolan people». Cf. Organização das Nações Unidas - A/AC.109/PET. 1002, de 22 de Julho de 1968. *Petição de Emmanuel Norman Lamvu, Presidente do Comité dos Bons Ofícios Angolanos (CBOA), sobre Angola*. Nova Iorque: s.n., 1968. p. 3

seria desmantelado e os seus membros passariam a integrar a frente unida. Concluiu que «Somente uma política de acção unificada irá preparar o caminho para a primeira etapa na construção da nova Angola: independência. Aqueles militantes desunidos e irresponsáveis que pensam que conseguem obter a independência das forças colonialistas ao mesmo tempo que estavam a lutar contra os seus próprios irmãos estavam a cometer um grande erro nessa abordagem à libertação nacional»<sup>361</sup>.

Comungando da mesma ideia da necessidade de se promover a união entre os movimentos de libertação angolanos, a União Nacional dos Trabalhadores Angolanas (UNTA) considerou que a divisão só beneficiava o governo português, pois «A unidade de acção é a condição do sucesso»<sup>362</sup>. Essa organização procurou deixar claro junto do CD que deplorava as querelas políticas que dividiam os partidos angolanos. Indicou que não tinha cessado de promover encontros entre os dirigentes de grupos políticos e sindicais, incentivando-os à união. Contudo, referiu que não tinha conseguido alcançar uma frente unida devido ao espírito de guerrilha que animava alguns dos grupos. Chamou a atenção para o facto de que «A divisão dos nacionalistas angolanos é fomentada pelos capitalistas estrangeiros. Os imperialistas americanos, britânicos e alemães, que se ligaram àqueles que desejavam suplantam os colonialistas portugueses em África, como Israel, serviam-se de um punhado de angolanos no exílio para organizarem raptos e assassinatos, dos quais os patriotas angolanos eram vítimas»<sup>363</sup>. Por isso, considerou que o povo angolano exigia a unidade de acção de todos os movimentos de libertação nacional.

A Confederação Geral dos Trabalhadores Angolanos (CGTA) foi outra das organizações que defendia a união dos diversos movimentos, tendo reclamado do CD a adopção de «(...) todos os passos necessários para induzir os partidos políticos angolanos a formarem imediatamente o GOVERNO DE UNIÃO NACIONAL, pois a não ser que isso seja feito, a luta contra a opressão e a reacção portuguesa poderá

---

<sup>361</sup> «Only a policy of unified action will prepare the way for the first stage in the building of the new Angola: independence. Those disunited and irresponsible militants who think they can seize independence from the colonialist forces while at the same time they are fighting against their own brothers are making a great mistake in this approach to national liberation». Cf. *Idem*. p. 4

<sup>362</sup> «L'unité d'action est la condition de la réussite». Cf. Organização das Nações Unidas - A/6700/Rev.1. *Rapport du Comité spécial chargé...* p. 97

<sup>363</sup> «La division des nationalistes angolais est entretenue par les capitalistes étrangers. Les impérialistes américains, britanniques et allemands, qui ont partie liée avec ceux qui veulent supplanter les colonialistes portugais en Afrique, comme Israël, se servent d'une poignée d'Angolais en exil pour organiser des enlèvements et des assassinats dont les patriotes combattants angolais sont les victimes. Le peuple angolais demande l'union de tous les mouvements de libération nationale et l'unité d'action». Cf. *Ibidem*.

continuar longamente no futuro»<sup>364</sup>. Para a criação desse governo de unidade nacional propôs que o CD designasse uma comissão para entrar em contacto com todos os partidos políticos angolanos.

Alguns movimentos mais pequenos e organizações civis também eram favoráveis à união. Era o caso do PPA, do CSLA e do Nto-Bako Angola, que propuseram a realização de uma mesa redonda ou de um congresso entre todos os representantes dos partidos angolanos, com vista à realização da unidade<sup>365</sup>.

O MPLA, em 1967, também realçou a necessidade de uma frente unida em Angola. Lúcio Lara assegurou que, desde a sua criação, o MPLA sempre esteve disposto a reunir-se com os outros movimentos, alertando que «Era desejável que aqueles que nada fazem no sentido dessa frente comum compreendam que, à medida que os anos passam, as dificuldades se acumulam e que as divisões internas constituem um verdadeiro crime na situação actual. O problema de Angola só se pode resolver pela própria dinâmica da luta. Era necessário dissipar a confusão que as pequenas dissensões próprias dos africanos poderão criar no espírito dos que fazem a opinião mundial»<sup>366</sup>.

Mas, em 1969, o discurso foi outro. Respondendo a uma questão do representante do Madagáscar, Raymond Raoelina, sobre quais as tentativas que estavam a ser desenvolvidas para se criar uma frente de libertação comum com os outros grupos, Carlos Rocha afirmou que essa questão era irrelevante, pois o MPLA era o único movimento a controlar as frentes de combate, não existindo qualquer outra organização no interior do país<sup>367</sup>. Na sua réplica, Raoelina «(...) disse que gostaria de agradecer o peticionário, embora considerasse a sua resposta de certa forma insatisfatória. Com efeito, em Kinshasa, o Comité viu um filme e pôde notar a validade dos esforços efectuados por outros movimentos. Claramente, o MPLA tinha alcançado resultados positivos, mas o Comité não estava em condições de ir ao terreno e decidir por si

---

<sup>364</sup> «(...) all steps needed to induce the Angolan political parties to form a NATIONAL UNION GOVERNMENT forthwith, for unless this is done, the struggle against Portuguese oppression and reaction might well continue long into the future». Cf. Organização das Nações Unidas - A/AC.109/PET. 1090, de 2 de Junho de 1969. *Petição de Joseph Ngangudila, Secretário Geral da Confederação Geral dos Trabalhadores de Angola (CGTA), sobre Angola*. Nova Iorque: s.n., 1969. p. 2

<sup>365</sup> Cf. Organização das Nações Unidas - A/6700/Rev.1. *Rapport du Comité spécial chargé...*p. 92

<sup>366</sup> «Il serait souhaitable que ceux qui ne font rien dans le sens de ce front commun comprennent qu'à mesure que les années passent, les difficultés s'accumulent et que les divisions internes constituent un véritable crime dans la situation actuelle. Le problème de l'Angola ne peut se résoudre que par la dynamique même de la lutte. Il faut dissiper la confusion que de petites dissensions propres aux Africains peuvent créer dans l'esprit de ceux qui font l'opinion mondiale». Cf. Organização das Nações Unidas - A/6700/Rev.1. *Rapport du Comité spécial chargé...*p. 85

<sup>367</sup> Cf. Organização das Nações Unidas - A/AC.109/SR. 679, 31 July 1969. *Summary Record of the...*p. 37

próprio qual a proporção dos resultados era atribuível a cada um dos partidos»<sup>368</sup>. Em 1972, o MPLA continuou ainda a defender que não havia nenhum outro movimento que controlava partes do território angolano<sup>369</sup>.

Quanto às outras colónias, na Guiné, não obstante o predomínio do PAIGC, encontramos também petições da FLING e de Alberto Bakoko Nank. Mas, apesar de não existir uma frente unida não se encontram nas petições e nas alocações efectuadas perante o CD sinais de rivalidades e dissensões internas. O mesmo se verificou em relação a Moçambique, embora tivessem havido apelos à unidade, lançados pela UDENAMO em 1966. Esse movimento, mencionando que, em 1963 e 1964, tinham falhado as tentativas de união com a FRELIMO, defendeu que «(...) sem unidade, seria impossível organizar uma luta armada com vista a libertar Moçambique»<sup>370</sup>. Do mesmo modo, em 1969, o COREMO indicou que, apesar de cooperar com a FRELIMO, as duas organizações não formavam uma frente unida. Remeteu a solução da questão para o período posterior à independência, quando a população seria chamada a pronunciar-se a esse respeito<sup>371</sup>.

As grandes tensões estavam assim concentradas em Angola, como de resto se viria a confirmar com os acontecimentos que se seguiram à independência. As rivalidades e dissensões internas que os movimentos de libertação deixaram transparecer nos seus testemunhos e nas suas petições perante o CD centravam-se essencialmente em dois elementos: no tribalismo e no facto de não serem verdadeiros angolanos. Veja-se o caso de Holden Roberto e do GRAE, que foram particularmente visados. Com efeito, eram acusados de defenderem somente os interesses dos Bakongos e de não serem originários de Angola. Assim, para além de se oporem ao colonialismo português, os diversos movimentos nacionalistas angolanos também se envolveram em lutas entre si pelo poder. Isto confirma a ideia anteriormente expressa segundo a qual a

---

<sup>368</sup> «said that he wished to thank the petitioner although he had found his reply somewhat unsatisfactory. Indeed, at Kinshasa the Committee had been shown a film and had been able to note the validity of the efforts made by other movements. Clearly, the MPLA had achieved positive results, but the Committee was not in a position to go into the field and decide for itself what proportion of the results were attributable to any given party». Cf. *Ibidem*.

<sup>369</sup> Cf. Organização das Nações Unidas – A/AC.109/SR. 857, 19 Juin 1972. *Compte Rendu Analytique de la Huit Cent Cinquante-Septieme Seance, Ténue à Lusaka, République de Zambie, le Mardi, 18 Avril 1972, à 11 heures*. Nova Iorque: s.n., 1972. p. 4

<sup>370</sup> «(...) sans unité, il serait impossible d'organiser une lutte armée en vue de libérer le Mozambique». Cf. Organização das Nações Unidas - A/6300/Rev. 1. *Rapport du Comité spécial chargé...*p. 368

<sup>371</sup> Cf. Organização das Nações Unidas – A/AC.109/SR. 683, 2 Juillet 1969. *Compte Rendu Analytique de la...* p. 7-8

guerra colonial, nomeadamente em Angola, já continha em si as sementes das guerras civis que se seguiriam à independência.

As tensões ilustram igualmente a existência de uma grande profusão de movimentos de libertação em Angola. Segundo Inge Brinkman, «Em 1967, um total de 58 movimentos políticos e 28 associações sócio - económicas tinham sido fundadas por angolanos. Muitos deles estavam activos em Leopoldville/Kinshasa e muitos foram criados por angolanos do Norte. Claro que o MPLA e a FNLA, e mais tarde a UNITA, eram as maiores organizações, que conseguiram obter muito apoio internacional e a UPA/FNLA tentou alcançar o monopólio político entre os angolanos na capital do Zaire. Contudo, sempre existiram pessoas que se juntavam a outros grupos políticos ou se mantinham sem filiação»<sup>372</sup>.

O CD, apesar de não se ter imiscuído nas lutas internas desses diversos movimentos, teve um papel bastante relevante. Tendo consciência da proliferação dos movimentos de libertação angolanos, ao atribuir o estatuto de observador e ao considerar que somente o MPLA, a FNLA e a UNITA eram os legítimos representantes da população, seguindo as indicações recebidas da OUA, favoreceu uns em detrimento de outros. E, não obstante, os pedidos efectuados por países membros como o Mali «(...) em favor da unidade dos movimentos de libertação, [pois] era ruinoso ter de realizar a luta em duas frentes, ter de combater ao mesmo tempo a frente unida dos colonialistas e dos seus aliados imperialistas e a divisão dos irmãos africanos»<sup>373</sup>, somente no final, em 1975, como já foi referido no capítulo anterior, o Comité lançou um apelo à união dos movimentos de libertação angolanos.

---

<sup>372</sup> «In 1967 a total of 58 political movements and 26 socio-economic associations had been founded by Angolans. Many of these were active in Léopoldville/Kinshasa and many were started by Angolans from the North. Of course, MPLA and FNLA, and later Unita, were the largest organisations, that managed to garner much international support and UPA/FNLA did attempt to achieve a political monopoly amongst Angolans in the Zairian capital. There were always people, however, who joined other political groups or remained unattached». Cf. BRINKMAN, Inge – *Ob. Cit.* p. 205

<sup>373</sup> «(...) en faveur de l'unité des mouvements de libération. Il est ruineux d'avoir à mener la lutte sur deux fronts, d'avoir à combattre en même temps le front uni des colonialistes et de leurs alliés impérialistes et la division des frères africains». Cf.- Organização das Nações Unidas – *A/AC.109/SR. 684, 19 Juin 1969. Compte Rendu Analytique de la Six Cent Quatre-Vingt-Quatrième Seance, Tenue à Lusaka, Zambie, le Mardi 15 Mai 1969, à 15h40.* Nova Iorque: s.n., 1969. p. 3

## CONCLUSÃO

Na introdução referimos que o principal objectivo desta dissertação é traçar o quadro geral do relacionamento entre o CD e os movimentos de libertação das colónias portuguesas entre 1961 e 1976. Consideramos que esse objectivo foi alcançado ao longo dos três capítulos apresentados.

No primeiro capítulo, ao indicarmos as principais características do Comité, procuramos realçar o facto de a sua criação, na sequência da adopção da Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais, ter resultado do desejo das NU de acelerar o processo de descolonização.

O mandato que lhe foi atribuído inicialmente foi delineado em termos vagos, mas consideramos que se verificaram algumas alterações com o passar do tempo, o que nos permitiu estabelecer uma periodização. Assim, até 1970 assistiu-se, simultaneamente, a uma delimitação e a um alargamento do seu mandato. A delimitação resultou das novas funções que lhe foram atribuídas pela AG, como a elaboração da lista dos territórios aos quais a Declaração se aplicava. O alargamento do seu mandato consistiu na atribuição da faculdade de informar o CS sobre os factos que ameaçavam a paz e a segurança internacionais e da concentração nesse órgão da análise das questões relacionadas com os territórios não autónomos. A partir de 1970 notou-se uma mutação no mandato do CD, que se traduziu no estreitamento dos laços com os territórios não autónomos e na insistência na difusão de informações sobre a descolonização a nível internacional.

Também no que se refere à sua composição consideramos que é possível delimitar algumas fases. A primeira abarcou os anos de 1963-1968, em que o CD pôde contar com a presença de todos os seus membros. A partir de então e até 1972, a Austrália, os EUA e o Reino Unido abandonaram o Comité. Devido ao critério de substituição utilizado, que privilegiava países da mesma região geográfica, esses membros não foram substituídos, o que conduziu ao esvaziamento do CD. No último período, que se estendeu até 1976, essa situação foi em parte compensada pelo regresso da Austrália, mas o CD não voltou a recuperar completamente o seu vigor.

Quanto aos seus órgãos, verificamos que foram sendo criados à medida das necessidades, sendo que alguns resultaram de alterações verificadas no próprio mandato do CD, enquanto que outros do desejo de dar uma atenção especial a determinadas

situações. Esses órgãos, até 1973, aumentaram em número, mas a partir de então, com a diminuição do volume do trabalho do CD, foram sendo extintos.

Por último, no que se refere aos seus métodos de trabalho, procurámos demonstrar que se caracterizavam pela simplicidade e maleabilidade, embora nem sempre fossem claros e tivessem sido alvo de contestação por parte de diversos membros. Mas, tiveram o mérito de, nomeadamente, permitir que os movimentos de libertação exprimissem os seus pontos de vista perante o CD.

Como, até ao 25 de Abril de 1974, Portugal sempre se recusou a reconhecer o seu mandato, o Comité concentrou a sua atenção nos movimentos de libertação. Com efeito, verificamos que eles foram uma presença constante nas reuniões do CD. O relacionamento estabelecido entre o Comité e esses movimentos percorreu, em nosso entender, cinco fases distintas. A primeira foi marcada nitidamente pela timidez do CD, que se limitou a reafirmar os princípios enunciados na Declaração.

Num segundo momento, reconheceu a legitimidade da luta que os movimentos tinham empreendido para libertarem as colónias do domínio português. Esse reconhecimento traduziu-se num endurecimento em relação ao colonialismo português. Nesta fase verificamos ainda, entre outras características, o surgimento da OUA como intermediário entre a ONU e os movimentos de libertação, o aparecimento de sinais de descontentamento em relação à actuação do CD e a proliferação de petições de organizações internacionais que apoiavam a luta nas colónias portuguesas.

Na terceira fase, o CD mostrou-se cauteloso, não tendo satisfeito, na totalidade, as reivindicações dos movimentos de libertação das colónias portuguesas. Com efeito, atribuiu-lhes o estatuto de observador, quando na realidade o que solicitaram era o reconhecimento como legítimos representantes das populações das colónias. Consideramos que o estatuto de observador concedia aos movimentos a possibilidade de participar nos trabalhos do CD em pé de igualdade com Portugal. Mas, o Comité só atribuiu esse estatuto aos movimentos reconhecidos pela OUA, o que contribuiu para que muitos fossem excluídos e se privilegiasse somente alguns dos que estavam empenhados na luta armada.

Foi em 1972, na sequência da missão especial de visita à Guiné, que o CD atendeu aos pedidos dos movimentos para que fossem reconhecidos como legítimos representantes das colónias portuguesas. Esse reconhecimento resultou da constatação de que controlavam parte dos territórios coloniais e retirou a Portugal a legitimidade para representar as colónias, transferindo-a para os movimentos de libertação. Mas, o



reconhecimento não abarcou todos os movimentos, pois somente os que o CD considerou que controlavam áreas libertadas foram beneficiados.

Após a Revolução do 25 de Abril de 1974, a actuação do Comité no processo de descolonização das colónias portuguesas consistiu na realização de pressões sobre o governo português para que reconhecesse o direito à autodeterminação e à independência, no afastamento da possibilidade de se realizar referendos ou consultas populares e no acompanhamento das negociações realizadas, sem participação directa.

Ao longo dessas cinco fases que pontuaram o relacionamento entre o Comité e os movimentos de libertação das colónias portuguesas, estes últimos mantiveram um contacto estreito com esse órgão através da realização de depoimentos e do envio de petições. Como foi indicado na introdução, sob a designação de movimentos de libertação incluímos os movimentos que recorreram à luta armada e os que defendiam meios políticos para a obtenção da independência. Mas, o CD interagiu ainda com organizações civis originárias das colónias, com organizações internacionais que apoiavam a luta pela autodeterminação e independência dos povos das colónias portuguesas, com entidades singulares e com grupos de oposição portuguesa.

O tema dominante das comunicações e das petições foi a guerra colonial. Contudo, optámos por realçar nesta dissertação as diferentes propostas apresentadas perante o CD sobre a forma como se poderia alcançar a autodeterminação e a independência. O Comité foi confrontado com uma via que defendia os métodos bélicos para libertar as colónias da dominação portuguesa e outra que insistia na realização de negociações políticas.

A posição bélica, como já foi referido, foi sancionada pelo CD, sendo que, tanto a atribuição do estatuto de observador como o reconhecimento como legítimos representantes da população das colónias e de interlocutores no processo de descolonização, decorreu do facto de os movimentos terem encetado a luta armada e de se considerar que controlavam parte dos territórios.

Os defensores da via político-diplomática, em nosso entender, não obtiveram o mesmo sucesso porque o CD foi confrontado com uma situação de facto, o início da luta armada, e teve de reagir sancionando-a; veicularam as suas posições maioritariamente, através de petições, pelo que não tiveram grande difusão; mostraram alguma hesitação, tendo em alguns momentos defendido a via militar; e apresentaram-se bastante fragilizados e minados por problemas internos.

Para além das propostas para solucionar o problema do colonialismo português, os movimentos de libertação levaram ao CD projectos diferentes relativamente ao futuro das colónias, mais concretamente de Angola. Com efeito, o CD recebeu petições de defensores da independência de Cabinda (questão que ainda hoje está por resolver) e da restauração do antigo Reino do Congo. Porém, não foram objecto de consideração, pois o Comité tinha definido que as colónias deveriam aceder à autodeterminação e à independência no quadro das fronteiras existentes, sendo que as questões que pudessem existir a respeito da partilha de territórios seriam resolvidas após a independência.

Por último, consideramos que tinha interesse referir as rivalidades e dissenções internas que os movimentos de libertação evidenciaram perante o CD. Se na Guiné-Bissau e em Moçambique a situação que transpareceu perante o Comité era mais ou menos linear, em Angola verificamos uma explosão de movimentos de libertação, de entre os quais o CD acabou por reconhecer apenas a FNLA, o MPLA e, mais tarde, a UNITA.

Para além de traçar o quadro geral da evolução do relacionamento entre o Comité e os movimentos de libertação das colónias portuguesas, foi referido na introdução que o propósito desta dissertação é também testar quatro hipóteses. Assim, quanto à primeira hipótese, que consiste em indagar se o Comité, embora não tendo conseguido alcançar o seu objectivo principal em relação às colónias portuguesas, que era o de convencer Portugal a aceitar e a aplicar o princípio da autodeterminação e da independência, não teria contribuído, pelas medidas tomadas, de forma palpável para a luta de libertação, consideramos que ela obteve resposta ao longo da descrição por nós efectuada no segundo capítulo.

Efectivamente, tentamos demonstrar o papel positivo desempenhado pelo Comité. Inicialmente foi moderado, tendo depois endurecido a sua posição. Num terceiro momento só parcialmente correspondeu às expectativas dos movimentos de libertação, atribuindo a alguns deles o estatuto de observador. Depois, ao reconhecer como representantes das colónias aqueles que considerava que controlavam parte dos territórios, elegeu-os como os únicos interlocutores, desautorizando o governo português.

Consideramos que, não obstante o CD não ter conseguido que Portugal renunciasse à sua política colonial até à Revolução de 25 de Abril, esse conjunto de decisões favoráveis aos movimentos de libertação foi uma das vertentes, bastante relevante, da acção desenvolvida contra o colonialismo português. Assim, a par do

reconhecimento do estatuto político dos movimentos de libertação, destacam-se os pedidos de ajuda endereçados às agências especializadas e às organizações internacionais para que apoiassem a população das colónias, a preocupação com a formação de quadros para assegurar a gestão após a independência, a concessão aos movimentos de uma tribuna onde pudessem denunciar o colonialismo português, as visitas às suas sedes e instalações em África, que teve como corolário o envio da missão de visita à Guiné em 1972, a insistência na difusão de informações a nível internacional para alertar a opinião pública sobre os acontecimentos verificados nas colónias portuguesas...

Muitos outros exemplos poderiam ainda ser apresentados para realçar a tese segundo a qual efectivamente o Comité desempenhou um papel relevante, não obstante as críticas que por diversas vezes lhe foram endereçadas de que deveria ter uma acção mais prática e não se limitar à adopção de resoluções. Assim, em relação às colónias portuguesas, consideramos que não podemos limitar a nossa análise ao facto de uma parte das decisões adoptadas não terem sido aplicadas devido à ausência de cooperação da potência colonial. Efectivamente, isso corresponderia a uma visão demasiado estreita, uma vez que a dimensão simbólica das acções empreendidas pelo CD se revestiu de grande importância.

O segundo capítulo serviu igualmente para testar a segunda hipótese. Como foi dito, Maurice Barbier mede a eficácia do CD com base no posicionamento dos Estados membros e das potências coloniais. Ou seja, considera que a atitude favorável dos membros e a colaboração das potências coloniais, na sua qualidade de administradores dos territórios, eram a chave do sucesso. Ora, para o caso português, a maioria afro-asiática do Comité condenava o colonialismo português e viabilizou todas as resoluções submetidas a votação. Por outro lado, sabemos que Portugal, até 1974, não reconheceu a legitimidade do CD e, portanto, não se mostrou disponível para cooperar.

A nossa hipótese consistia em questionar se, na ausência de um desses elementos, não podemos avaliar essa eficácia através do recurso a um terceiro factor, que são os movimentos de libertação. Efectivamente, como esperamos ter demonstrado, pensamos que podemos considerar que os movimentos de libertação das colónias portuguesas foram interlocutores válidos do CD. Desde logo, eram praticamente a única fonte de informação sobre os acontecimentos verificados no interior das colónias. Depois, a partir de 1971 o próprio Comité alterou o estatuto desses movimentos, abrindo caminho para que se apresentassem como os únicos representantes das colónias,

o que, em nosso entender, desvalorizou a necessidade da cooperação portuguesa. Consideramos que houve uma desvalorização porque as questões relacionadas com as colónias passaram a ser abordadas com os movimentos de libertação. Por outro lado, como se verificou no caso da Guiné-Bissau em 1973, o CD não precisava que Portugal atribuísse a independência às suas colónias, pois a ONU estava disposta a reconhecer as declarações unilaterais de independência.

A terceira hipótese foi testada ao longo dos dois primeiros capítulos. Com efeito, procurou-se demonstrar que a década de 70 representou uma viragem na actuação do Comité. Enquanto que Barbier defende que o Programa de Acção para a Aplicação Integral da Declaração, elaborado aquando do décimo aniversário da Resolução 1514 (XV), de 14 de Dezembro, foi uma oportunidade perdida e que o Comité estava numa encruzilhada, nós entendemos que a década de 70 trouxe uma nova dinâmica.

No que toca às colónias portuguesas, como já foi indicado, a partir de 1971 foram adoptadas as medidas mais importantes, que se traduziram no estreitamento dos laços com os movimentos de libertação. Por outro lado, destaca-se a importância atribuída à difusão de informações sobre o colonialismo a nível internacional, o que talvez demonstre uma tentativa de desenvolver acções mais práticas. Deste modo, não subscrevemos a tese de Barbier. Pelo contrário, consideramos que o CD experimentou um revigoramento.

Por último, a quarta hipótese, a saber a receptividade do Comité à argumentação dos movimentos de libertação, foi equacionada no segundo e no terceiro capítulos. Procurou-se demonstrar que a perspectiva dos movimentos de libertação influenciou os trabalhos do CD. Esse facto foi por diversas vezes referido nas resoluções, onde se mencionou que se teve em atenção os pontos de vista expressos pelos movimentos de libertação. Por outro lado, referimos circunstâncias em que o CD tomou decisões em consequência de pedidos efectuados directamente pelos movimentos.

De igual modo, embora na dissertação não se tenha focado esse facto com a devida insistência, verificamos que nas alocuções efectuadas pelos países membros eram retomadas muitas das considerações apresentadas pelos movimentos de libertação nas audições. Mas, o grau de receptividade do Comité não foi total. Com efeito, nem todos os movimentos de libertação conseguiram fazer passar as suas mensagens. Somente os mais persistentes, nomeadamente os que estavam envolvidos na luta armada, conseguiram influenciar numa maior dimensão o CD.

Testadas essas hipóteses de estudo falta mencionar que elas não esgotam o tema. Efectivamente, há ainda um vasto leque de material, designadamente fontes primárias, por explorar. Como foi referido na introdução existem ainda muitas outras formas de abordar a actuação do CD em relação à questão colonial portuguesa. Assim, por exemplo, a posição do governo português em relação ao CD merece um aprofundamento, explorando-se a documentação da Direcção de Serviços de Biblioteca, Documentação e Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Por outro lado, assume grande importância analisar os debates verificados no seio do CD, para se equacionar os apoios concedidos à causa portuguesa.

Consideramos que o estudo deverá ainda ser alargado a outros órgãos da ONU. Sabendo-se que muitas das decisões adoptadas no CD foram retomadas pela IV Comissão e pela AG, a análise comparativa do trabalho realizado pelos diversos órgãos da ONU em matéria de descolonização representaria um ganho para a historiografia. Com efeito, seria interessante acompanhar a trajectória seguida pelos debates e pelas decisões adoptadas no CD e compará-los com os da IV Comissão e da AG. De igual modo, como uma das competências do CD era informar o CS sobre os acontecimentos verificados nas colónias, importa igualmente estudar qual o uso dado às informações prestadas pelo Comité a esse órgão. Por último, embora sem tentar esgotar os objectos de estudo que poderão resultar da análise da actividade do CD, realce-se os diversos apelos endereçados às agências especializadas, para os quais convinha que se estudasse as acções práticas nas quais se traduziram.

## **FONTES & BIBLIOGRAFIA**

## **Lista de Arquivos e Bibliotecas**

United Nations Archives Record Management Section

Direcção de Serviços de Biblioteca, Documentação e Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros

Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra

Biblioteca Municipal Central – Palácio Galveias

Biblioteca Nacional de Portugal

United Nations Dag Hammarskjöld Library

Centro Regional de Informação das Nações Unidas, Genebra

### **1. Fontes de Arquivo**

#### **Direcção de Serviços de Biblioteca, Documentação e Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros**

Fundo Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar

Maços 036, 040, 041 b, 041 d, 041 g, 041 h, 042, 044, 045, 046 b, 046 c, 046 d, 046 f, 046 g, 046 h, 046 i, 046 j, 047, 048 b, 048 d, 049 a, 049 b, 049 c, 049 d, 050, 051, 052, 053, 054, 055, 056, 057, 058, 059, 060, 061, 062

Fundo Organismos Políticos Internacionais (POI) do Ministério dos Negócios Estrangeiros

Maços 72, 73, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 174, 175, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 285, 287, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 367, 368, 444, 445, 446, 447, 448, 449, 457, 459, 529, 536, 538, 539, 540, 585, 586, 587, 588, 589, 590, 593, 597, 599, 612, 653, 654, 655, 656, 699, 700, 702, 703, 704, 740, 742, 747

Fundo Missão Permanente de Portugal junto das Nações Unidas (1980) do Ministério dos Negócios Estrangeiros

Maços 4, 5, 13, 14, 15, 25, 66, 69, 70, 71, 72, 73

Fundo Política Ásia América (PAA) do Ministério dos Negócios Estrangeiros

Maços 6, 177, 449, 505

### **2. Fontes Primárias Impressas**

#### **Relatórios Anuais do Comité de Descolonização**

Organização das Nações Unidas - A/5238. *Rapport du Comité spécial chargé d'étudier la situation en ce qui concerne l'application de la Déclaration sur l'octroi de l'indépendance aux pays et aux peuples coloniaux (Pour la période du 20 février au 19 septembre 1962)*. Canadá: s.n., 1963

Organização das Nações Unidas - A/5446/Rev. 1. *Rapport du Comité spécial chargé d'étudier la situation en ce qui concerne l'application de la Déclaration sur l'octroi de l'indépendance aux pays et aux peuples coloniaux.* 1963. Canadá: s.n., 1964

Organização das Nações Unidas - A/5800/Rev. 1. *Rapport du Comité spécial chargé d'étudier la situation en ce qui concerne l'application de la Déclaration sur l'octroi de l'indépendance aux pays et aux peuples coloniaux.* 1964. Canadá: s.n., 1965

Organização das Nações Unidas - A/6000/Rev. 1. *Rapport du Comité spécial chargé d'étudier la situation en ce qui concerne l'application de la Déclaration sur l'octroi de l'indépendance aux pays et aux peuples coloniaux.* 1965. USA: s.n., 1966

Organização das Nações Unidas - A/6300/Rev. 1. *Rapport du Comité spécial chargé d'étudier la situation en ce qui concerne l'application de la Déclaration sur l'octroi de l'indépendance aux pays et aux peuples coloniaux.* 1966. USA : s.n., 1967

Organização das Nações Unidas - A/6700/Rev.1. *Rapport du Comité spécial chargé d'étudier la situation en ce qui concerne l'application de la Déclaration sur l'octroi de l'indépendance aux pays et aux peuples coloniaux.* 1967. Canada: s.n., 1968

Organização das Nações Unidas - A/7200/Rev.1. *Rapport du Comité spécial chargé d'étudier la situation en ce qui concerne l'application de la Déclaration sur l'octroi de l'indépendance aux pays et aux peuples coloniaux.* 1968. s.n. : s.n. : 1969

Organização das Nações Unidas - A/7623/Rev.1. *Rapport du Comité spécial chargé d'étudier la situation en ce qui concerne l'application de la Déclaration sur l'octroi de l'indépendance aux pays et aux peuples coloniaux.* Vol. I-IV. Nova Iorque: s.n. : 1974

Organização das Nações Unidas – A/8023/Rev.1. *Rapport du Comité spécial chargé d'étudier la situation en ce qui concerne l'application de la Déclaration sur l'octroi de l'indépendance aux pays et aux peuples coloniaux.* Vol. I-IV. Nova Iorque: s.n., 1973

Organização das Nações Unidas – A/8423/Rev.1. *Rapport du Comité spécial chargé d'étudier la situation en ce qui concerne l'application de la Déclaration sur l'octroi de l'indépendance aux pays et aux peuples coloniaux.* Vol. I-IV. Nova Iorque: s.n., 1974

Organização das Nações Unidas – A/8723/Rev.1. *Rapport du Comité spécial chargé d'étudier la situation en ce qui concerne l'application de la Déclaration sur l'octroi de l'indépendance aux pays et aux peuples coloniaux.* Vol. I-V. Nova Iorque: s.n., 1975

Organização das Nações Unidas – A/9023/Rev.1. *Rapport du Comité spécial chargé d'étudier la situation en ce qui concerne l'application de la Déclaration sur l'octroi de l'indépendance aux pays et aux peuples coloniaux.* Vol. I-V. Nova Iorque: s.n., 1975

Organização das Nações Unidas – A/9623/Rev.1. *Rapport du Comité spécial chargé d'étudier la situation en ce qui concerne l'application de la Déclaration sur l'octroi de l'indépendance aux pays et aux peuples coloniaux.* Vol. I-VI. Nova Iorque: s.n., 1976



Organização das Nações Unidas – A/10023/Rev.1. *Rapport du Comité spécial chargé d'étudier la situation en ce qui concerne l'application de la Déclaration sur l'octroi de l'indépendance aux pays et aux peuples coloniaux*. Vol. I-VII. Nova Iorque: s.n., 1977

Organização das Nações Unidas – A/31/23/Rev.1. *Rapport du Comité spécial chargé d'étudier la situation en ce qui concerne l'application de la Déclaration sur l'octroi de l'indépendance aux pays et aux peuples coloniaux*. Vol. I-IV. Nova Iorque: s.n., 1977

### **Actas das Reuniões do Comité de Descolonização**

Organização das Nações Unidas – A/AC.109/SR. 607. *Compte Rendu Analytique de la Six Cent Septieme Seance, Tenue le Vendredi, 7 Juin 1968, à 15h30*. Nova Iorque: s.n., 1968

Organização das Nações Unidas – A/AC.109/SR. 609. *Compte Rendu Analytique de la Six Cent Neuvieme Seance, Tenue le Jeudi, 13 Juin 1968, à 15h35*. Nova Iorque: s.n., 1968

Organização das Nações Unidas – A/AC.109/SR. 612. *Compte Rendu Analytique de la Six Cent Douzieme Seance, Tenue le Lundi, 24 Juin 1968, à 15h25*. Nova Iorque: s.n., 1968

Organização das Nações Unidas – A/AC.109/SR. 613. *Compte Rendu Analytique de la Six Cent Treizieme Seance, Tenue le Mardi, 25 Juin 1968, à 15h35*. Nova Iorque: s.n., 1968

Organização das Nações Unidas – A/AC.109/SR. 614. *Compte Rendu Analytique de la Six Cent Quatorzieme Seance, Tenue le Mercredi, 26 Juin 1968, à 15h30*. Nova Iorque: s.n., 1968

Organização das Nações Unidas – A/AC.109/SR. 627, 15 October 1968. *Summary Record of the Six Hundred and Twenty-Seventh Meeting, Held on Friday, 16 August 1968, at 11 a.m.* Nova Iorque: s.n., 1968

Organização das Nações Unidas – A/AC.109/SR. 634. *Summary Record of the Six Hundred and Thirty-Fourth Meeting, Held on Tuesday, 17 September 1968, at 3.40 p.m.* Nova Iorque: s.n., 1968

Organização das Nações Unidas – A/AC.109/SR. 635, 20 Septembre 1968. *Compte Rendu Analytique Provisoire de la Six Cent Trente-Cinquieme Seance, Tenue au Siège, à New York, le Mercredi, 28 Septembre 1968, à 16h55*. Nova Iorque: s.n., 1968

Organização das Nações Unidas – A/AC.109/SR. 636. *Summary Record of the Six Hundred and Thirty-Xith Meeting, Held on Thursday, 19 September 1968, at 11.55 a.m.* Nova Iorque: s.n., 1968

Organização das Nações Unidas – A/AC.109/SR. 637. *Summary Record of the Six Hundred and Thirty-Seventh Meeting, Held on Monday, 23 September 1968, at 11.50 a.m.* Nova Iorque: s.n., 1968

Organização das Nações Unidas – A/AC.109/SR. 679, 31 July 1969. *Summary Record of the Six Hundred and Seventy-Ninth Meeting, Held at Lusaka, Zambia, on Tuesday, 13 May 1969, at 10.10 a.m.* Nova Iorque: s.n., 1969

Organização das Nações Unidas – A/AC.109/SR. 683, 2 Juillet 1969. *Compte Rendu Analytique de la Six Cent Quatre-Vingt-Troisieme Seance, Tenue à Lusaka, Zambie, le Jeudi, 15 Mai 1969, à 10h10.* Nova Iorque: s.n., 1969

Organização das Nações Unidas – A/AC.109/SR. 684, 19 Juin 1969. *Compte Rendu Analytique de la Six Cent Quatre-Vingt-Quatrieme Seance, Tenue à Lusaka, Zambie, le Mardi, 15 Mai 1969, à 15h40.* Nova Iorque: s.n., 1969

Organização das Nações Unidas – A/AC.109/PV. 700, 19 June 1969. *Verbatim Record of the Seven Hundredth Meeting, Held at Headquarters, New York, on Thursday, 19 June 1969, at 10.30 a.m.* Nova Iorque: s.n., 1969

Organização das Nações Unidas – A/AC.109/PV. 701, 24 June 1969. *Verbatim Record of the Seven Hundredth and First Meeting, Held at Headquarters, New York, on Tuesday, 24 June 1969, at 10.30 a.m.* Nova Iorque: s.n., 1969

Organização das Nações Unidas – A/AC.109/PV. 744, 2 Juin 1970. *Compte Rendu Stenographique de la Sept Cent Quarante-Quatrieme Seance, Tenue au Siège, à New York, le Jeudi, 2 Juin 1970, à 14h30 .* Nova Iorque: s.n., 1970

Organização das Nações Unidas – A/AC.109/PV. 755, 11 August 1970. *Verbatim Record of the Seven Hundred and Fifty-Fifth Meeting, Held in Headquarters, New York, on Tuesday, 11 August 1970, at 10.30 a.m.* Nova Iorque: s.n., 1970

Organização das Nações Unidas – A/AC.109/PV. 766, 1 October 1970. *Record of the Seven Hundred and Sixty-Six Meeting, Held in Headquarters, New York, on Monday, 28 September 1970, at 3 p.m.* Nova Iorque: s.n., 1970.

Organização das Nações Unidas – A/AC.109/PV. 785, 29 March 1971. *Verbatim Record of the Seven Hundred and Eighty-Fifth Meeting, Held at Headquarters, New York, on Monday, 29 March 1971, at 3 p.m.* Nova Iorque: s.n., 1971

Organização das Nações Unidas – A/AC.109/PV. 796, 5 May 1971. *Verbatim Record of the Seven Hundred and Ninety-Sixth Meeting, Held at Headquarters, New York, on Wednesday, 5 May 1971, at 10.30 a.m.* Nova Iorque: s.n., 1971

Organização das Nações Unidas – A/AC.109/PV. 797, 2 Juin 1971. *Compte Ténue Stenographique de la Sept Cent Quatre-Vingt-Dix-Septieme Seance, Ténue au Siège, à New York, le Mercredi, 2 Juin 1971, à 15 heures .* Nova Iorque: s.n., 1971

Organização das Nações Unidas – A/AC.109/PV. 806, 1 Julliet 1971. *Compte Rendu Stenographique de la Huit Cent Sixieme Seance, Tenue au Siège, à New York, le Jeudi, 1<sup>er</sup> Juillet 1971, à 15 heures.* Nova Iorque: s.n., 1972

Organização das Nações Unidas – A/AC.109/PV. 824, 9 September 1971. *Verbatim Record of the Eight Hundred and Twenty-Fourth Meeting, Held at Headquarters, New York, on Wednesday, 8 September 1971, at 3 p.m.* Nova Iorque: s.n., 1971

Organização das Nações Unidas – A/AC.109/PV. 843, 22 March 1972. *Verbatim Record of the Eight Hundred and Forty-Third Meeting, Held at Headquarters, New York, on Tuesday, 21 March 1972, at 3 p.m.* Nova Iorque: s.n., 1972

Organização das Nações Unidas – A/AC.109/PV. 845, 28 March 1972. *Verbatim Record of the Eight Hundred and Forty-Fifth Meeting, Held at Headquarters, New York, on Tuesday, 28 March 1972, at 10,30 a.m.* Nova Iorque: s.n., 1972

Organização das Nações Unidas – A/AC.109/SR. 848, 28 April 1972. *Verbatim Record of the Eight Hundred and Forty-Eighth Meeting, Held at Conakry, Republic of Guinea, on Monday, 10 April 1972, at 4 p.m.* Nova Iorque: s.n., 1972

Organização das Nações Unidas – A/AC.109/SR. 850, 20 April 1972. *Summary Record of the Eight Hundred and Fiftieth Meeting, Held in Conakry, Republic of Guinea, on Tuesday, 11 April, at 4,35 p.m.* Nova Iorque: s.n., 1972

Organização das Nações Unidas – A/AC.109/SR. 851, 28 April 1972. *Summary Record of the Eight Hundred and Fifty-First Meeting, Held in Conakry, Republic of Guinea, on Tuesday, 11 April 1972, at 9,45 p.m.* Nova Iorque: s.n., 1972

Organização das Nações Unidas – A/AC.109/PV. 854, 1 May 1972. *Summary Record of the Eight Hundred and Fifty-Fourth Meeting, Held in Conakry, Republic of Guinea, on Thursday, 13 April, at 12 noon.* Nova Iorque: s.n., 1972

Organização das Nações Unidas – A/AC.109/PV. 856, 5 May 1972. *Summary Record of the Eight Hundred and Fifty-Sixth Meeting, Held at Lusaka, Republic of Zambia, on Monday, 17 April 1972, at 4,10 p.m.* Nova Iorque: s.n., 1972

Organização das Nações Unidas – A/AC.109/SR. 856/Corr. 1, 22 June 1972. *Summary Record of the Eight Hundred and Fifty-Sixth Meeting, Held at Lusaka, Republic of Zambia, on Monday, 17 April 1972, at 4,10 p.m.* Nova Iorque: s.n., 1972

Organização das Nações Unidas – A/AC.109/SR. 857, 19 Juin 1972. *Compte Rendu Analytique de la Huit Cent Cinquante-Septieme Seance, Ténue à Lusaka, République de Zambie, le Mardi, 18 Avril 1972, à 11 heures.* Nova Iorque: s.n., 1972

Organização das Nações Unidas – A/AC.109/SR. 858, 16 May 1972. *Summary Record of the Eight Hundred and Fifty-Eighth Meeting, Held at Lusaka, Republic of Zambia, on Tuesday, 18 April 1972, at 3,40 p.m.* Nova Iorque: s.n., 1972

Organização das Nações Unidas – A/AC.109/PV. 859, 12 May 1972. *Summary Record of the Eight Hundred and Fifty-Ninth Meeting, Held in Lusaka, Republic of Zambia, on Wednesday, 19 April, at 11.45 a.m.* Nova Iorque: s.n., 1972

Organização das Nações Unidas – A/AC.109/PV. 871. *Verbatim Record of the Eight Hundred and Seventy-First Meeting, Held at Headquarters, New York, on Tuesday, 16 May 1972, at 3.00 p.m.* Nova Iorque: s.n., 1972

Organização das Nações Unidas – A/AC.109/PV. 895, 5 February 1973. *Verbatim Record of the Eight Hundred and Ninety-Fifth Meeting, Held at Headquarters, New York, on Friday, 2 February 1973, at 11 a.m.* Nova Iorque: s.n., 1973

Organização das Nações Unidas – A/AC.109/PV. 902, 26 Février 1973. *Compte Rendu in Extenso de la Neuf Cent Deuxieme Seance, Ténue au Siège, à New York, le Vendredi 23 Février 1973, à 15 heures.* Nova Iorque: s.n., 1973

Organização das Nações Unidas – A/AC.109/PV. 915, 20 June 1973. *Verbatim Record of the Nine Hundred and Fifteenth Meeting, Held at Headquarters, New York, on Wednesday, 13 June 1973, at 3 p.m.* Nova Iorque: s.n., 1973

Organização das Nações Unidas – A/AC.109/PV. 917, 20 June 1973. *Verbatim Record of the Nine Hundred and Seventeenth Meeting, Held at Headquarters, New York, on Monday, 18 June 1973, at 3 p.m.* Nova Iorque: s.n., 1973

Organização das Nações Unidas – A/AC.109/PV. 919, 20 June de 1973. *Verbatim Record of the Nine Hundred and Nineteenth Meeting, Held at Headquarters, New York, on Tuesday, 19 June 1973, at 3 p.m.* Nova Iorque: s.n., 1973

Organização das Nações Unidas – A/AC.109/PV. 920, 21 June 1973. *Verbatim Record of the Nine Hundred and Twentieth Meeting, Held at Headquarters, New York, on Thursday, 21 June 1973, at 3 p.m.* Nova Iorque: s.n., 1973

Organização das Nações Unidas – A/AC.109/PV. 953, 5 March 1974. *Verbatim Record of the Nine Hundred and Fifty-Third Meeting, Held at Headquarters, New York, on Tuesday, 5 March 1974, at 10.30 a.m.* Nova Iorque: s.n., 1974

Organização das Nações Unidas – A/AC.109/PV. 954, 7 March 1974. *Verbatim Record of the Nine Hundred and Fifty-Fourth Meeting, Held at Headquarters, New York, on Thursday, 7 March 1974, at 10.30 a.m.* Nova Iorque: s.n., 1974

Organização das Nações Unidas – A/AC.109/PV. 966, 29 Mars 1971. *Compte Rendu in Extenso de la Neuf Cent Soixante-Sixieme Seance, Ténue au Siège, à New York, le Vendredi, 29 Mars 1974, à 10h30 .* Nova Iorque: s.n., 1974

Organização das Nações Unidas – A/AC.109/PV. 989, 5 December 1974. *Verbatim Record of the Nine Hundred and Eighty-Ninth Meeting, Held at Headquarters, New York, on Tuesday, 3 December 1974, at 5,30 p.m.* Nova Iorque: s.n., 1974

Organização das Nações Unidas – A/AC.109/PV. 995, 25 Mars 1975. *Compte Rendu In Extenso de la Neuf Cent Quatre-Vingt-Quinzième Seance, Ténue au Siège, à New York, le Mardi, 25 Mars 1975, à 10h30 .* Nova Iorque: s.n., 1975

## Outros Documentos da ONU

Organização das Nações Unidas – *Charter of the United Nations and Statute of the International Court of Justice*. Nova Iorque: Department of Public Information, 2001

Organização das Nações Unidas – *Universal Declaration of Human Rights*. Nova Iorque: Department of Public Information, 1998

Organização das Nações Unidas – *Yearbook of the United Nations: Special Edition UN Fiftieth Anniversary 1945-1995*. Haia: Martinus Nijhoff Publishers, 1995

Organização das Nações Unidas – *Yearbook of the United Nations: 1961-1976*. Nova Iorque: Office of Public Information, 1962-1977

Organização das Nações Unidas – A/8023/Rev.1/Add.2. *Programe spécial d'activités à l'occasion du dixième anniversaire de la Déclaration sur l'octroi de l'indépendance aux pays et aux peuples coloniaux: rapport du Comité spécial chargé d'étudier la situation en ce qui concerne l'application de la Déclaration sur l'octroi de l'indépendance aux pays et aux peuples coloniaux*. Nova Iorque: s.n., 1976

Organização das Nações Unidas - A/AC.109/L.1002, 17 April de 1975. *Report of the United Nations visiting mission to Cape Verde*. S.l.: s.n., 1975

Organização das Nações Unidas – *Rapport de la Commission d'Enquête sur les Massacres Signalés au Mozambique*. Nova Iorque: s.n., 1974

Organização das Nações Unidas – A/9953, 17 December 1974. *Letter dated 2 December 1974 from the Permanent Representative of Portugal to the United Nations addressed to the Secretary-General*. S.l.: s.n., 1974

Organização das Nações Unidas – A/AC.109/459, 27 Août 1974. *Lettre datee du 8 Août 1974, adressee au Secretaire General par le representant permanent du Gabon aupres de l'Organisation des Nations Unies*. Nova Iorque: s.n., 1974

Organização das Nações Unidas – A/AC.109/427, 11 July 1973. *Cable dated 10 July 1973 from the acting Secretary-General of the Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde addressed to the Chairman of the Special committee*. Nova Iorque: s.n., 1973

Organização das Nações Unidas – A/AC.109/PV. 420. *Seance commemorative speciale en l'honneur de l'ancien Secretaire General du Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde*. Nova Iorque: s.n., 1973

Organização das Nações Unidas – A/8877, 30 November 1972. *Letter dated 28 November 1972 from the permanent representative of Japan to the United Nations adressed to the Secretary-General*. S.l.: s.n., 1972

Organização das Nações Unidas – A/AC.151/SR. 3, 29 June 1971. *Summary record of the first part (open) of the third meeting held at headquarters, New York, on Tuesday, 4 May 1971, at 3:50 p.m.* S.l.: s.n., 1971

Organização das Nações Unidas – A/AC.151/SR. 2, 7 May 1971. *Summary record of the second meeting held at headquarters, New York, on Tuesday, 4 May 1971, at 11:10 a.m.* S.l.: s.n., 1971

Organização das Nações Unidas – A/AC.151/SR. 1, 23 June 1971. *Summary record of the first meeting held at headquarters, New York, on Monday, 3 May 1971, at 3:20 p.m.* S.l.: s.n., 1971

Organização das Nações Unidas - A/AC.109/168, 13 June 1966. *Note verbale dated 7 June 1966 from the charge d'affaires A.I. of Portugal to the United Nations addressed to the Secretary-General of the United Nations.* S.l.: s.n., 1966

Organização das Nações Unidas – A/AC.109/143, 21 September 1965. *Note verbale dated 7 September from the permanent mission of Portugal to the United Nations addressed to the Secretariat of the United Nations.* S.l.: s.n., 1965

Organização das Nações Unidas – A/AC.109/87, 25 June 1964. *Letter dated 19 June 1964 from the Chairman of the Special Committee addressed to the chargé d'affaires A.I. of the Permanent Mission of Portugal.* S.l.: s.n.: 1964

Organização das Nações Unidas – A/AC.109/36, 19 Abril 1963. *Carta de fecha 20 de marzo de 1963, enviada por el Presidente del Comité Especial al Representante Permanente de Portugal.* S.l.: s.n.: 1963

### **3. Bibliografia**

ALEXANDRE, Valentim – *Salazar e os "ventos da história": A Resistência à Descolonização (1945-1967). Projecto de Investigação.* Lisboa: Texto Policopiado, 2006

AMARAL, Diogo Freitas do – *A Tentativa Falhada de um Acordo Portugal – EUA sobre o futuro do Ultramar Português (1963).* Coimbra: Coimbra Editora, 1994

ANTUNES, José Freire – *Kennedy e Salazar: o leão e a raposa.* Lisboa: Difusão Cultural, 1991

BARBIER, Maurice – *Le Comité de Décolonisation des Nations Unies.* Paris: Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 1974

BELLER, Denis Charles – *The Portuguese Territories Issue in the United Nations: an analysis of the debates.* Los Angeles: UMI, 1970

BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti - *História da Expansão Portuguesa.* Vol. IV-V. Lisboa: Circulo de Leitores, 1997

BRINKMAN, Inge - «War and Identity in Angola: Two cases-studies» In *Lusotopie.* 2003. p. 195-221

CAETANO, Marcelo - *Portugal e a internacionalização dos problemas africanos: história duma batalha: da liberdade dos Mares às Nações Unidas*. Lisboa: Bertrand, 1971

COELHO, João Paulo Borges - «Da violência colonial ordenada à ordem pós-colonial violenta: Sobre um legado das guerras coloniais nas ex-colónias portuguesas» In *Lusotopie*. 2003. p. 175-193

CORREIA, Pezarat - «Portugal na Hora da Descolonização» In *Portugal Contemporâneo (1974-1992)*. REIS, António (Dir.). Vol. VI. Lisboa: Publicações Alfa, 1990. p. 117-170

DROZ, Bernard – *Histoire de la Décolonisation au XX<sup>ème</sup> Siècle*. Paris: Édition Seuil, 2006

*Dicionário de História de Portugal*. BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena (Coord.). Vol. I-IX. Lisboa: Livraria Figueirinhas, 1999

FERREIRA, José Medeiros – *Cinco Regimes na Política Internacional*. Lisboa: Editorial Presença, 2006

FERREIRA, José Medeiros – *O Comportamento Político dos Militares: Forças Armadas e Regimes Políticos em Portugal no Século XX*. Lisboa: Editorial Estampa, 1996

FERREIRA, José Medeiros – «A Descolonização: seu Processo e Consequências» In *História de Portugal: Portugal em Transe (1974-1985)*. MATTOSO, José (Dir.). Vol. VIII. Lisboa: Editorial Estampa, 1994. p. 53-101

HOLLAND, R. F. – *European Decolonization 1918-1981: An Introductory Survey*. London: Macmillan Press Ltd, 1985

LEITE, Joana Helena Maria Farjado Pacheco Pereira – *O Caso de Cabinda e a Unidade Política de Angola: uma leitura étnica e económica*. Lisboa: Dissertação de Mestrado, 1997

LOPES, José Alberto de Azeredo – *Entre Solidão e Intervencionismo: Direito de Autodeterminação dos Povos e Reações de Estados Terceiros*. Porto: Gabinete de Estudos Internacionais, 2003

MAGALHÃES, José Calvet - «Portugal e as Nações Unidas, a questão colonial 1955-1974» In *Cadernos do Lumiar*. Lisboa: IEEI, 1996

MARTINS, Fernando Manuel Santos – *Política Externa e Política de Defesa em Portugal do Final da Monarquia ao Marcelismo*. Évora: Edições Colibri; CIDEHUS-UE, 2001

MARTINS, Fernando Manuel Santos – *Portugal e a Organização das Nações Unidas: Uma história da política externa e ultramarina portuguesa no pós-guerra (Agosto de 1941-Setembro de 1968)*. Lisboa: Dissertação de Mestrado, 1995

MORAIS, Carlos Blanco de – *O Direito à Autodeterminação dos Povos: o estatuto jurídico do enclave de Cabinda*. Lisboa: Edições da Universidade Lusíada, 1998

NOGUEIRA, Alberto Marciano Gorjão Franco – *Um Político Confessa-se (Diário: 1960-1968)*. Porto: Livraria Editora Civilização, 1987

NOGUEIRA, Alberto Marciano Gorjão Franco – *Diálogos Interditos: Política Externa Portuguesa e a Guerra de África*. Lisboa: Editorial Intervenção, 1979

NOGUEIRA, Alberto Marciano Gorjão Franco - *Como é que a perda do Ultramar é compensada pelas boas graças da ONU*. Lisboa: s.n., 1969

NOGUEIRA, Alberto Marciano Gorjão Franco – *Política Externa Portuguesa*: Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1967

NOGUEIRA, Alberto Marciano Gorjão Franco – *An Old Debate*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1966

NOGUEIRA, Alberto Marciano Gorjão Franco – «Africa and Portugal Position as a Western Nation» In *Portugal Information Bulletin*. Nº 4. Vol. IV. Londres: Portuguese Embassy, [1966]

NOGUEIRA, Alberto Marciano Gorjão Franco – *The United Nations and Portugal : a study of anti-colonialism*. London: Tandem Books, 1964

ROSAS, Fernando (Coord.) - *Nova História de Portugal. Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*. SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (Dir.). Vol. XII. Lisboa: Editorial Presença, 1992

OLIVEIRA, Pedro Aires – *Os Despojos da Aliança. A Grã-Bretanha e a Questão Colonial Portuguesa, 1945-1975*. Lisboa: Tinta-da-China, 2007

PÉLISSIER, René – *Le Naufrage des Caravelles: etudes sur la fin de l'empire portugais (1961-1975)*. Orgeval: Editions Péliissier, 1979

PÉLISSIER, René – *La Colonie du Minotaure: nationalismes et revoltes en Angola (1926-1961)*. Orgeval: Editions Péliissier, 1978

PEREIRA, Aristides – *Uma luta, um partido, dois países: Guiné-Bissau – Cabo Verde*. Lisboa: Notícias, 2002

RIBEIRO, Avelino Alves – *Cabinda: direito à independência? O etno-nacionalismo e o princípio da autodeterminação em questão*. Porto: Dissertação de Mestrado, 1995

RODRIGUES, Luís Nuno - *Salazar e Kennedy: a crise de uma aliança*. Lisboa: Editorial Notícias, 2002

RODRIGUES, Luís Nuno - «A “Solidão” na Política Externa Portuguesa no Início da Década de 60: O Caso dos Estados Unidos» In *Diplomacia e Guerra: Política externa e Política de Defesa em Portugal do Final da Monarquia ao Marcelismo*. MARTINS,



Fernando (Ed.). Évora: Edições Colibri; Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora, 2000. p. 189-224

RODRIGUES, Luís Nuno – *Os Estados Unidos e a Questão Colonial Portuguesa na ONU (1961-1963)*. [Em linha]. 61-100. [Consult. 18 de Ag. de 2007]. Disponível em [http://www.ipri.pt/eventos/pdf/FLAD05\\_LNR.pdf](http://www.ipri.pt/eventos/pdf/FLAD05_LNR.pdf)

ROSAS, Fernando; OLIVEIRA, Pedro Aires (Coord.) - *A Transição Falhada: O Marcelismo e o Fim do Estado Novo (1968-1974)*. Lisboa: Editorial Notícias, 2004

SALAZAR, António de Oliveira – *Discursos e Notas Políticas: 1959-1966*. Vol. VI. Coimbra: Coimbra Editora, 1967

SANTOS, António de Almeida – *Quase Memórias: Do Colonialismo e da Descolonização*. Vol. I-II. Lisboa: Casa das Letras, 2006

SCHNEIDMAN, Witney W. – *Confronto em África: Washington e a Queda do Império Colonial*. Lisboa: Tribuna da História, 2005

SILVA, António E. Duarte – *A Independência da Guiné-Bissau e a Descolonização Portuguesa*. Porto: Edições Afrontamento, 1997

SILVA, António E. Duarte - «O litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974)» In *Análise Social*. Vol. XXX (130). 1995 (1º). p. 5-50

SILVA, Isabel Alarcão - «A Admissão de Portugal na ONU» In *História*. Ano XV. Nº 165 (Junho). p. 12-41

SOUSA, Julião Soares - «MPLA : da fundação ao reconhecimento por parte da OUA (1960-1968)» In *Latitudes*. Nº 28. Dezembro de 2006. p. 11-16

TELO, António – «As guerras de África e a mudança nos apoios internacionais de Portugal» In *Revista de História das Ideias*. Vol. 16. 1994. p. 347-369

#### **4. Páginas Web**

[www.un.org.com](http://www.un.org.com)

[www.unric.org](http://www.unric.org)

[www.ushistory.org/declaration/document/index.htm](http://www.ushistory.org/declaration/document/index.htm)

[www.bn.pt](http://www.bn.pt)

[www.uc.pt/bguc](http://www.uc.pt/bguc)

[www.sdum.uminho.pt](http://www.sdum.uminho.pt)

## ELEMENTOS BIOGRÁFICOS\*

**Alberto Bakoko Nank** - filho de Bakoko, chefe supremo dos Marjakoo [Manjacos?]. Saiu da Guiné em 1930, tendo regressado temporariamente em 1947. Em 1964 apresentou-se como sendo o representante dos movimentos de libertação da Guiné em Londres.

**Anders Johansson** - jornalista escandinavo do jornal Dagens Nyheter. Entre 1962 e 1965 foi membro do South Africa Committees in Jönköping and Gothenburg e entre 1965 e 1966 foi secretário do Swedish South Africa Committee. Em Fevereiro de 1969 deslocou-se às áreas libertadas de Moçambique controladas pela FRELIMO.

**André Kitabia** – refugiado angolano no Katanga, na República Democrática do Congo.

**António Mpululu** – refugiado angolano em Moerbeke, na República Democrática do Congo.

**Borje J. Mattsson** - jornalista finlandês que se deslocou a vários países africanos no início da década de 70 em trabalho para a Finnish Broadcasting Company. A convite do MPLA visitou as áreas libertadas de Angola, tendo realizado um filme e tirado fotografias. Elaborou também um relatório dessa viagem a pedido da União Nacional de Estudantes Filandeses.

**Boubakar Adjali** – visitou Moçambique e Angola nos meses de Maio e Junho de 1970, na companhia da FRELIMO e do MPLA.

**Domingos Arouca** – natural de Inhambane, Moçambique. Em 1965 foi eleito presidente do Centro Associativo dos Negros de Moçambique. Foi preso pela Polícia Internacionais de Defesa do Estado (PIDE), que o acusou de colaboração com a FRELIMO e de praticar subversão psicológica no sul de Moçambique. Foi condenado em Julho de 1967 a dois anos de prisão e no ano seguinte foi transferido para o forte de Peniche em Portugal. Em 1970 ainda continuava preso em Portugal.

**F. Ian Gilchrist** - médico canadiano que trabalhou para o Serviço de Assistência aos Refugiados Angolanos (SARA) do GRAE. Passou a infância em Angola, onde o pai tinha trabalhado. Regressou a Angola em 1961, mas foi expulso pelas autoridades portuguesas, pelo que se dirigiu para o Congo, onde se colocou à disposição do SARA.

**François Houtart** - professor da Universidade Católica de Lovaina. Visitou Angola e Moçambique entre Dezembro de 1970 e Janeiro de 1971. Manteve contactos com membros do MPLA e da FRELIMO na Zâmbia e na Tanzânia.

**Fred Wilde** – cidadão americano, residente na Califórnia.

**George M. Houser** – cidadão canadiano, que se dirigiu ao CD em nome de F. Ian Gilchrist.

---

\* As informações presentes nestas notas foram recolhidas nos depoimentos e nas petições apresentadas ao CD.

**Gerard Chaliand** – jornalista britânico e perito em estudos sobre conflitos armados. Visitou as áreas libertadas da Guiné e escreveu livros sobre a luta de libertação do PAIGC.

**Herbert Albrecht** – participante do VIII Programa Interno das NU, intitulado “Educação numa Sociedade em Desenvolvimento”, que se realizou em Genebra, na Suíça, em 1970, no contexto do International Educational Yera.

**Isaiah Swana** – refugiado angolano em Kabompo, na Zâmbia, cujos familiares faleceram na guerra em Angola.

**Isidro Romero** – jornalista italiano, que visitou as áreas libertadas da Guiné.

**Joyce Lussu** – cineasta francês, que visitou as áreas libertadas da Guiné.

**José Malheiro Egreja Borges Ervedosa** – oficial das forças armadas portuguesas que esteve colocado no Comando da II Região Aérea em Angola entre 21 de Abril de 1961 e 10 de Fevereiro de 1963. Foi expulso do exército português e esteve detido na prisão do Aljube. Emigrou clandestinamente de Portugal e aderiu à Frente Patriótica de Libertação Nacional.

**Justin Vieyra** – cineasta italiano, que visitou as áreas libertadas da Guiné entre 5 e 8 de Julho de 1965.

**Lufuino M. Muliata** – representante de refugiados angolanos residentes na Zâmbia.

**Manuel Costa** – refugiado angolano em Lukala, na República Democrática do Congo.

**Ndonga Fernandes** – refugiado angolano em Thysville, na República Democrática do Congo.

**Noe Pedro** – refugiado angolano em Moerbeke, na República Democrática do Congo.

**Peter Pringle** - correspondente do jornal *The Sunday Times*, do Reino Unido. Participou nas investigações efectuadas por esse jornal sobre o massacre de aldeões em Moçambique, tendo para esse efeito se deslocado a essa colónia.

**Piero Nelli** – jornalista italiano, que visitou as áreas libertadas da Guiné. Em 1966, juntamente com Eugénio Bentivoglio, filmou *Labanta Negro*, documentário realizado no norte da Guiné, que retrata um combate entre o PAIGC e tropas portuguesas.

**S. K. Njolomba** – representante de refugiados angolanos residentes na Zâmbia.

**Sean Gervasi** – membro do Gabinete de Pesquisa da Universidade de Oxford.

**Tuwumo Emmanuel** - refugiado angolano em Moerbeke, na República Democrática do Congo.

## **APÊNDICES**

## **I - COMPOSIÇÃO DO COMITÉ DE DESCOLONIZAÇÃO: 1962-1976\***

### **1962**

Austrália  
Camboja  
Estados Unidos da América  
Etiópia  
Índia  
Itália  
Jugoslávia  
Madagáscar  
Mali  
Polónia  
Reino Unido  
Síria  
Tanganica  
Tunísia  
União das Repúblicas Socialistas Soviéticas  
Uruguai  
Venezuela

### **1963**

Austrália  
Bulgária  
Camboja  
Chile  
Costa do Marfim  
Dinamarca  
Estados Unidos da América  
Etiópia  
Índia  
Irão  
Iraque  
Itália  
Jugoslávia  
Madagáscar  
Mali  
Polónia  
Reino Unido  
Serra Leoa  
Síria  
Tanganica  
Tunísia  
União das Repúblicas Socialistas Soviéticas  
Uruguai

---

\* Cf. Organização das Nações Unidas - *Rapport du Comité spécial chargé d'étudier la situation en ce qui concerne l'application de la Déclaration sur l'octroi de l'indépendance aux pays et aux peuples coloniaux*. Nova Iorque: s.n., 1962-1976

Venezuela

## **1964**

Austrália

Bulgária

Camboja

Chile

Costa do Marfim

Dinamarca

Estados Unidos da América

Etiópia

Índia

Irão

Iraque

Itália

Jugoslávia

Madagáscar

Mali

Polónia

Reino Unido

Republica Unida da Tanzânia

Serra Leoa

Síria

Tunísia

União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Uruguai

Venezuela

## **1965**

Austrália

Bulgária

Camboja

Chile

Costa do Marfim

Dinamarca

Estados Unidos da América

Etiópia

Índia

Irão

Iraque

Itália

Jugoslávia

Madagáscar

Mali

Polónia

Reino Unido

Republica Unida da Tanzânia

Serra Leoa

Síria  
Tunísia  
União das Repúblicas Socialistas Soviéticas  
Uruguai  
Venezuela

## **1966**

Afeganistão  
Austrália  
Bulgária  
Chile  
Costa do Marfim  
Dinamarca  
Estados Unidos da América  
Etiópia  
Índia  
Irão  
Iraque  
Itália  
Jugoslávia  
Madagáscar  
Mali  
Polónia  
Reino Unido  
República Unida da Tanzânia  
Serra Leoa  
Síria  
Tunísia  
União das Repúblicas Socialistas Soviéticas  
Uruguai  
Venezuela

## **1967**

Afeganistão  
Austrália  
Bulgária  
Chile  
Costa do Marfim  
Estados Unidos da América  
Etiópia  
Finlândia  
Índia  
Irão  
Iraque  
Itália  
Jugoslávia  
Madagáscar  
Mali

Polónia  
Reino Unido  
República Unida da Tanzânia  
Serra Leoa  
Síria  
Tunísia  
União das Repúblicas Socialistas Soviéticas  
Uruguai  
Venezuela

## **1968**

Afeganistão  
Austrália  
Bulgária  
Costa do Marfim  
Equador  
Estados Unidos da América  
Etiópia  
Finlândia  
Honduras  
Índia  
Irão  
Iraque  
Itália  
Jugoslávia  
Madagáscar  
Mali  
Polónia  
Reino Unido  
República Unida da Tanzânia  
Serra Leoa  
Síria  
Tunísia  
União das Repúblicas Socialistas Soviéticas  
Venezuela

## **1969**

Afeganistão  
Bulgária  
Costa do Marfim  
Equador  
Estados Unidos da América  
Etiópia  
Honduras  
Índia  
Irão  
Iraque  
Itália



Jugoslávia  
Madagáscar  
Mali  
Noruega  
Polónia  
Reino Unido  
República Unida da Tanzânia  
Serra Leoa  
Síria  
Tunísia  
União das Repúblicas Socialistas Soviéticas  
Venezuela

## **1970**

Afeganistão  
Bulgária  
Costa de Marfim  
Equador  
Estados Unidos da América  
Etiópia  
Honduras  
Índia  
Irão  
Iraque  
Itália  
Jugoslávia  
Madagáscar  
Mali  
Noruega  
Polónia  
Reino Unido  
República Unida da Tanzânia  
Serra Leoa  
Síria  
Tunísia  
União das Repúblicas Socialistas Soviéticas  
Venezuela

## **1971**

Afeganistão  
Bulgária  
Costa do Marfim  
Equador  
Etiópia  
Fidji  
Índia  
Irão  
Iraque

Jugoslávia  
Madagáscar  
Mali  
Polónia  
República Árabe Síria  
República Unida da Tanzânia  
Serra Leoa  
Suécia  
Trinidad-Tobago  
Tunísia  
União das Repúblicas Socialistas Soviéticas  
Venezuela

## **1972**

Afeganistão  
Bulgária  
Checoslováquia  
China  
Costa do Marfim  
Equador  
Etiópia  
Fidji  
Índia  
Indonésia  
Irão  
Iraque  
Jugoslávia  
Mali  
República Árabe Síria  
República Unida da Tanzânia  
Serra Leoa  
Suécia  
Trinidad-Tobago  
Tunísia  
União das Repúblicas Socialistas Soviéticas  
Venezuela

## **1973**

Afeganistão  
Austrália  
Bulgária  
Checoslováquia  
Chile  
China  
Congo  
Costa do Marfim  
Etiópia  
Fidji

Índia  
Indonésia  
Irão  
Iraque  
Jugoslávia  
Mali  
República Árabe Síria  
República Unida da Tanzânia  
Serra Leoa  
Suécia  
Trinidad-Tobago  
Tunísia  
União das Repúblicas Socialistas Soviéticas  
Venezuela

## **1974**

Afeganistão  
Austrália  
Bulgária  
Checoslováquia  
Chile  
China  
Congo  
Costa do Marfim  
Dinamarca  
Etiópia  
Fidji  
Índia  
Indonésia  
Irão  
Iraque  
Jugoslávia  
Mali  
República Árabe Síria  
República Unida da Tanzânia  
Serra Leoa  
Trinidad-Tobago  
Tunísia  
União das Repúblicas Socialistas Soviéticas  
Venezuela

## **1975**

Afeganistão  
Austrália  
Bulgária  
Checoslováquia  
Chile  
China

Congo  
Costa do Marfim  
Cuba  
Dinamarca  
Etiópia  
Fidji  
Índia  
Indonésia  
Irão  
Iraque  
Jugoslávia  
Mali  
República Árabe Síria  
República Unida da Tanzânia  
Serra Leoa  
Trinidad-Tobago  
Tunísia  
União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## **1976**

Afeganistão  
Austrália  
Bulgária  
Checoslováquia  
Chile  
China  
Congo  
Costa do Marfim  
Cuba  
Etiópia  
Fidji  
Índia  
Indonésia  
Irão  
Iraque  
Jugoslávia  
Mali  
Noruega  
República Árabe Síria  
República Unida da Tanzânia  
Serra Leoa  
Trinidad-Tobago  
Tunísia  
União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## **II - PRESIDENTES DO COMITÉ DE DESCOLONIZAÇÃO: 1962-1976\***

C.S. Jha (Índia) - 1962

Sori Coulibaly (Mali) – 1963-1965

Gershon Collier (Serra Leoa) – 1966

Jonh W. S. Malecela (República Unida da Tanzânia) – 1967

Mahmoud Mestiri (Tunísia) – 1968-1969

Davidson S-H.W. Nicol (Serra Leoa) – 1970

Germán Nava Carrillo (Venezuela) - 1971

Salim Ahmed Salim (República Unida da Tanzânia) – 1972-1976

---

\* Cf. Organização das Nações Unidas - *Rapport du Comité spécial chargé d'étudier la situation en ce qui concerne l'application de la Déclaration sur l'octroi de l'indépendance aux pays et aux peuples coloniaux*. Nova Iorque: s.n., 1962-1976

### **III - TERRITÓRIOS EXAMINADOS PELO COMITÉ DE DESCOLONIZAÇÃO: 1962-1976\***

#### **1962**

Rodésia do Norte, Niassalândia, Basutolândia, Bechuanalândia, Suazilândia, Zanzibar, Moçambique, Angola e Quênia.

#### **1963**

Aden, Basutolândia, Bechuanalândia, Suazilândia, Guiana Britânica, Fernando Pó, Rio Muni e Sara Espanhol, Fidji, Gambia, Gibraltar, Quênia, Rodésia do Norte, Niassalândia, Zanzibar, Malta, Rodésia do Sul, Sudoeste Africano e colónias portuguesas.

#### **1964**

Rodésia do Sul, Aden, Sudoeste Africano, colónias portuguesas, Malta, Fidji, Rodésia do Norte, Niasslândia, Basutolândia, Bechuanalândia, Suazilândia, Guiana Britânica, Gambia, Gibraltar, Fernando Pó, Ifni, Rio Muni e Sara Espanhol.

#### **1965**

Rodésia do Sul, Aden, colónias portuguesas, Sudoeste Africano, Basutolândia, Bechuanalândia, Suazilândia, Ilhas Cook e Guiana Britânica.

#### **1966**

Sudoeste Africano, Aden, Rodésia do Sul, Fidji, colónias portuguesas, Basutolândia, Bechuanalândia, Suazilândia, Somalilândia Francesa, Ifni e Sara Espanhol, Oman, Guiné Equatorial, Gibraltar, Maurícias, Seicheles, Santa Helena, Ilhas Gilbert e Ellice, Pitcairn, Ilhas Salomão, Niue, Ilhas Tokelau, Novas Hébridas, Samoa Americana, Guam, Territórios sob Tutela das Ilhas do Pacífico, Territórios sob Tutela de Nauru, Papua e Nova Guiné, Ilhas Cocos (Keeling), Ilhas Virgens Americanas, Ilhas Virgens Britânicas, Antigua, Barbados, Dominica, Granada, Montserrat, St. Kitts-Nevis-Anguilla, Santa Luzia, São Vicente, Bermudas, Bahamas, Ilhas Turcas, Caicos e Caimão e Ilhas Falkland (Malvinas).

#### **1967**

Aden, Somalilândia Francesa, Ifni, Sara Espanhol, colónias portuguesas, Rodésia do Sul, Sudoeste Africano, Gibraltar, Fidji, Guiné Equatorial, Suazilândia, Oman, Maurícias, Seicheles, Santa Helena, Ilhas Gilbert e Ellice, Pitcairn, Ilhas Salomão, Novas Hébridas, Samoa Americana, Guam, Niue, Ilhas Tokelau, Territórios sob Tutela das Ilhas do Pacífico, Territórios sob Tutela de Nauru, Papua e Território Sob Tutela da Nova Guiné, Ilhas Cocos (Keeling), Ilhas Virgens Americanas, Ilhas Virgens Britânicas, Antigua, Dominica, Granada, St. Kitts-Nevis-Anguilla,

---

\* Cf. Organização das Nações Unidas – *Yearbook of the United Nations: 1962-1976*. Nova Iorque: Office of Public Information, 1963-1977.

Santa Luzia, São Vicente, Bermudas, Bahamas, Montserrat, Ilhas Turcas e Caicos, Ilhas Caimão e Ilhas Falkland (Malvinas).

## **1968**

Rodésia do Sul, Namíbia, colónias portuguesas, Guiné Equatorial, Suazilândia, Maurícias, Seicheles, Santa Helena, Ifni e Sara Espanhol, Gibraltar, Somalilândia Francesa, Fidji, Oman, Ilhas Gilbert e Ellice, Pitcairn, Ilhas Salomão, Niue, Ilhas Tokelau, Novas Hébridas, Guam, Samoa Americana, Territórios sob Tutela das Ilhas do Pacífico, Papua e Território Sob Tutela da Nova Guiné, Ilhas Cocos (Keeling), Antigua, Dominica, Granada, St. Kitts-Nevis-Anguilla, Santa Luzia, São Vicente, Ilhas Virgens Americanas, Bermudas, Bahamas, Ilhas Turcas e Caicos, Ilhas Caimão, Montserrat, Ilhas Falkland (Malvinas) e Honduras Britânicas.

## **1969**

Rodésia do Sul, Namíbia, colónias portuguesas, Seicheles, Santa Helena, Ifni e Sara Espanhol, Gibraltar, Somalilândia Francesa, Fidji, Oman, Ilhas Gilbert e Ellice, Pitcairn, Ilhas Salomão, Niue, Ilhas Tokelau, Novas Hébridas, Guam, América Samoa, Territórios sob Tutela das Ilhas do Pacífico, Papua e Territórios sob Tutela da Nova Guiné, Ilhas Cocos (Keeling), Brunei, Hong Kong, Antigua, Dominica, Granada, St. Kitts-Nevis-Anguilla, Santa Luzia, São Vicente, Ilhas Virgens Americanas, Bermudas, Bahamas, Ilhas Turcas e Caicos, Ilhas Caimão, Montserrat, Ilhas Virgens Britânicas, Ilhas Falkland (Malvinas) e Honduras Britânicas.

## **1970**

Rodésia do Sul, Namíbia, colónias portuguesas, Sara Espanhol, Somalilândia Francesa, Honduras Britânicas, Hong Kong, Gibraltar, Ilhas Falkland (Malvinas), Fidji, Oman, Seicheles, Santa Helena, Ilhas Gilbert e Ellice, Pitcairn, Ilhas Salomão, Samoa Americana, Guam, Niue, Ilhas Tokelau, Novas Hébridas, Territórios sob Tutela das Ilhas do Pacífico, Papua e Territórios sob Tutela da Nova Guiné, Ilhas Cocos (Keeling), Brunei, Bermudas, Montserrat, Bahamas, Ilhas Virgens Britânicas, Ilhas Virgens Americanas, Ilhas Caimão, Ilhas Turcas e Caicos, Antigua, Dominica, Granada, St. Kitts-Nevis-Anguilla, Santa Luzia e São Vicente.

## **1971**

Rodésia do Sul, Namíbia, colónias portuguesas, Sara Espanhol, Território Francês de Afares e Issas (antiga Somalilândia Francesa), Honduras Britânicas, Hong Kong, Gibraltar, Ilhas Falkland (Malvinas), Oman, Seicheles, Santa Helena, Ilhas Gilbert e Ellice, Pitcairn, Ilhas Salomão, Samoa Americana, Guam, Niue, Ilhas Tokelau, Novas Hébridas, Territórios sob Tutela das Ilhas do Pacífico, Papua e Territórios sob Tutela da Nova Guiné, Ilhas Cocos (Keeling), Bunei, Bermudas, Montserrat, Bahamas, Ilhas Virgens Britânicas, Ilhas Virgens Americanas, Ilhas Caimão, Ilhas Turcas e Caicos, Antigua, Dominica, Granada, St. Kitts-Nevis-Anguilla, Santa Luzia e São Vicente.

## **1972**

Rodésia do Sul, Namíbia, colónias portuguesas, Seicheles, Santa Helena, Sara Espanhol, Gibraltar, Território Francês de Afars e Issas (antiga Somalilândia Francesa), Novas Hébridas, Niue e Ilhas Tokelau, Ilhas Gilbert e Ellice, Pitcairn, Ilhas Salomão, Samoa Americana, Guam, Territórios sob Tutela das Ilhas do Pacífico, Ilhas Cocos (Keeling), Papua Nova Guiné, Brunei, Bahamas, Bermudas, Ilhas Virgens Britânicas, Ilhas Caimão, Montserrat, Ilhas Turcas e Caicos, Ilhas Virgens Americanas, Antigua, Dominica, Granada, St. Kitts-Nevis-Anguilla, Santa Luzia, São Vicente, Ilhas Falkland (Malvinas) e Honduras Britânicas.

## **1973**

Rodésia do Sul, Namíbia, colónias portuguesas, Seicheles, Santa Helena, Arquipélago das Comores, Sara Espanhol, Gibraltar, Território Francês de Afars e Issas (antiga Somalilândia Francesa), Ilhas Gilbert e Ellice, Pitcairn, Ilhas Salomão, Niue e Ilhas Tokelau, Novas Hébridas, Samoa Americana, Guam, Ilhas Cocos (Keeling), Papua Nova Guiné, Territórios sob Tutela das Ilhas do Pacífico, Brunei, Bahamas, Bermudas, Ilhas Virgens Britânicas, Ilhas Caimão, Montserrat, Ilhas Turcas e Caicos, Ilhas Virgens Americanas, Antigua, Dominica, Granada, St. Kitts-Nevis-Anguilla, Santa Luzia, São Vicente, Ilhas Falkland (Malvinas) e Belize.

## **1974**

Rodésia do Sul, Namíbia, colónias portuguesas, Seicheles, Santa Helena, Arquipélago das Comores, Sara Espanhol, Gibraltar, Somalilândia Francesa, Novas Hébridas, Ilhas Tokelau, Samoa Americana, Guam, Territórios sob Tutela das Ilhas do Pacífico, Brunei, Ilhas Cocos (Keeling), Papua Nova Guiné, Ilhas Gilbert e Ellice, Pitcairn, Ilhas Salomão, Niue, Bermudas, Ilhas Virgens Americanas, Ilhas Virgens Britânicas, Ilhas Caimão, Montserrat, Ilhas Turcas e Caicos, Ilhas Falkland (Malvinas), Belize, Antigua, Dominica, St. Kitts-Nevis-Anguilla, Santa Luzia e São Vicente.

## **1975**

Samoa Americana, Antigua, Belize, Bermudas, Ilhas Virgens Britânicas, Brunei, Ilhas Caimão, Ilhas Cocos (Keeling), Arquipélago das Comores, Dominica, Ilhas Falkland (Malvinas), Somalilândia Francesa, Gibraltar, Ilhas Gilbert e Ellice, Guam, Montserrat, Namíbia, Novas Hébridas, Papua Nova Guiné, Pitcairn, Santa Helena, St. Kitts-Nevis-Anguilla, Santa Luzia, São Vicente, Seicheles, Ilhas Salomão, Rodésia do Sul, Sara Espanhol, Ilhas Tokelau, Territórios sob Tutela das Ilhas do Pacífico, Ilhas Turcas e Caicos, Ilhas Virgens Americanas e colónias portuguesas.

## **1976**

Samoa Americana, Antigua, Belize, Bermudas, Ilhas Virgens Britânicas, Brunei, Ilhas Caimão, Ilhas Cocos (Keeling), Dominica, Ilhas Falkland (Malvinas), Somalilândia Francesa, Gibraltar, Ilhas Gilbert e Ellice, Guam, Montserrat, Namíbia, Novas Hébridas, Pitcairn, Santa Helena, St. Kitts-Nevis-Anguilla, Santa Luzia,



São Vicente, Seicheles, Ilhas Salomão, Rodésia do Sul, Sara Espanhol, Timor, Ilhas Tokelau, Territórios sob Tutela das Ilhas do Pacífico, Ilhas Turcas e Caicos, Tuvalu e Ilhas Virgens Americanas.

#### **IV - REUNIÕES DO COMITÉ DE DESCOLONIZAÇÃO SOBRE AS COLÓNIAS PORTUGUESAS: 1962-1976\***

##### **1962**

6 a 8 de Junho\*

25, 27 e 31 de Julho

2 a 10 de Agosto

17 e 18 de Setembro

##### **1963**

6 de Março a 4 de Abril

##### **1964**

9 de Junho a 3 de Julho

28 de Setembro

2 de Outubro

16 de Novembro

##### **1965**

28 de Maio a 16 de Junho

##### **1966**

25 de Maio a 22 de Junho

##### **1967**

30 de Maio a 20 de Junho

##### **1968**

7 de Junho a 2 de Julho

16 de Agosto

---

\* Cf. Organização das Nações Unidas - *Rapport du Comité spécial chargé d'étudier la situation en ce qui concerne l'application de la Déclaration sur l'octroi de l'indépendance aux pays et aux peuples coloniaux*. Nova Iorque: s.n., 1962-1976

\* Eventualmente a questão das colónias portuguesas poderá ter sido abordada em outras reuniões do CD, como aquando da discussão das actividades dos interesses estrangeiros, económicos e de outro tipo, que impediam a aplicação da Declaração e a independência.

13 a 23 de Setembro

## **1969**

6 a 23 de Maio

5 de Junho a 1 de Julho

## **1970**

14 de Maio a 24 de Junho

24 a 30 de Julho

11 a 18 de Agosto

## **1971**

4 de Março a 14 de Setembro

## **1972**

14 a 28 de Março

10 a 26 de Abril

16 de Maio a 1 de Agosto

## **1973**

2 de Fevereiro a 2 de Agosto

## **1974**

26 de Fevereiro a 5 de Abril

29 de Agosto a 5 de Setembro

## **1975**

10 de Fevereiro a 25 de Março

12 a 17 de Junho

## **1976**

8 e 9 de Setembro

## **V - RESOLUÇÕES DO COMITÉ DE DESCOLONIZAÇÃO SOBRE AS COLÓNIAS PORTUGUESAS: 1962-1975\***

Resolução de 10 de Agosto de 1962 – Afirma que o povo de Moçambique tem o direito inalienável à autodeterminação e à independência e apoia as suas reivindicações.

Resolução de 18 de Setembro de 1962 – Defende o direito do povo angolano à autodeterminação e à independência.

Resolução de 4 de Abril de 1963 - Apela ao Conselho de Segurança para adoptar sanções contra Portugal pelo não cumprimento das resoluções da ONU.

Resolução de 3 de Julho de 1964 - Condena o não cumprimento da Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais, chama a atenção do Conselho de Segurança para o agravamento da situação nas colónias portuguesas, pede ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados e às agências especializadas para ajudarem os refugiados e convida o Subcomité I a estudar as actividades dos interesses económicos estrangeiros que eram um obstáculo à aplicação da Declaração.

Resolução de 10 de Junho de 1965 – Solicita às agências especializadas para suspenderem as ajudas a Portugal e para apoiar as populações africanas das colónias portuguesas.

Resolução de 18 de Junho de 1965 – Chama a atenção da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança para a situação explosiva vivida nas colónias portuguesas, na África do Sul e na Rodésia do Sul, apela para aplicação das medidas previstas na Carta das Nações Unidas e solicita ao Secretariado e a todos os países membros da ONU para alertar a opinião pública internacional sobre a situação das colónias portuguesas.

Resolução de 22 de Junho de 1966 – Pede aos países membros da ONU para não fornecerem material de guerra ou qualquer outro tipo de assistência que permitisse a Portugal manter a sua política colonial.

Resolução de 22 de Junho de 1966 – Solicita ao Conselho de Segurança para aplicar a Portugal as medidas previstas no Capítulo VII da Carta das Nações Unidas.

Resolução de 15 de Setembro de 1966 – Determina que o Comité de Descolonização deveria analisar anualmente a forma como se desenrolou a cooperação com as agências especializadas e condena o facto de o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento e o Fundo Monetário Internacional terem concedido empréstimos a Portugal.

---

\* Cf. Organização das Nações Unidas – *Yearbook of the United Nations: 1962-1976*. Nova Iorque: Office of Public Information, 1963-1977.

Cf. Organização das Nações Unidas - *Rapport du Comité spécial chargé d'étudier la situation en ce qui concerne l'application de la Déclaration sur l'octroi de l'indépendance aux pays et aux peuples coloniaux*. Nova Iorque: s.n., 1962-1976.

Resolução de 20 de Junho de 1967 – Deplora a atitude intransigente do governo português, que se recusava a aplicar a Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais.

Resolução de 20 de Junho de 1967 – Recomenda de novo ao Conselho de Segurança para tornar obrigatório contra Portugal as medidas estabelecidas no Artigo VII da Carta da ONU, condena as actividades financeiras estrangeiras e os outros interesses económicos existentes nas colónias portuguesas e solicita aos Estados membros para cessarem toda a ajuda a Portugal e auxiliarem os povos dos seus territórios coloniais.

Resolução de 26 de Junho de 1968 - Condena Portugal pela utilização das suas colónias para comercializar com a Rodésia do Sul e para ameaçar a integridade territorial e a soberania de Estados vizinhos. Também pede ao Secretario Geral para desenvolver e ampliar o programa de formação para a população africana das colónias portuguesas.

Resolução de 23 de Setembro de 1968 – Condena Portugal pelo emprego de napalm, fósforo branco, desfoliantes e gases tóxicos na Guiné. Pede ao relator para fazer um estudo e apresentar um relatório sobre o emprego de armas de destruição maciça e sobre todos os outros aspectos da guerra nas colónias portuguesas, sobretudo na Guiné.

Resolução de 24 de Junho de 1969 – Volta a condenar a atitude de Portugal e a intensificação das actividades dos interesses económicos nas suas colónias.

Resolução de 2 de Outubro de 1969 – Mostra consciência da necessidade de as agências especializadas e das instituições internacionais ajudarem os movimentos de libertação.

Resolução de 18 de Agosto de 1970 – Pede a Portugal para cessar todas as actividades repressivas e militares e proclamar uma amnistia política incondicional nas suas colónias.

Resolução de 27 de Agosto de 1970 – Refere a necessidade de se apoiar, por todos os meios, os movimentos de libertação e de se cortar toda a colaboração com Portugal.

Resolução de 13 de Abril de 1971 - Repudia o uso em Angola e nas outras colónias de substâncias químicas, como herbicidas e desfoliantes.

Resolução de 2 de Junho de 1971 – Condena a realização da reunião do Conselho de Ministros da OTAN em Lisboa, considerando que era uma manifestação de colaboração para com a política colonial portuguesa.

Resolução de 9 de Setembro de 1971 - Reafirma a legitimidade do direito dos povos da Rodésia do Sul, da Namíbia e das colónias portuguesas a lutarem pela liberdade e independência e condena a crescente colaboração entre os governos coloniais desses territórios que visavam a perpetuação do colonialismo e da opressão no sul da África.

Resolução de 14 de Setembro de 1971 - Condena a guerra colonial e os interesses económicos estrangeiros nas colónias portuguesas que impediam a aplicação da Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais.

Resolução de 21 de Outubro de 1971 - Reitera o apelo urgente às agências especializadas e às outras organizações da ONU para trabalharem com os movimentos de libertação em programas concretos de assistência aos povos da Rodésia do Sul, da Namíbia e das colónias portuguesas, incluindo, em particular, as populações das “áreas libertadas”.

Resolução de 13 de Abril de 1972 – Reconhece o PAIGC como o único e autêntico representante da Guiné e de Cabo Verde.

Resolução de 20 de Abril de 1972 – Condena a intensificação da guerra colonial levada a cabo pelo governo português contra as populações africanas das suas colónias, incluindo em particular o bombardeamento indiscriminado de civis, a destruição total de aldeias e propriedades e o uso de substâncias químicas.

Resolução de 23 de Agosto de 1972 – Pede a implementação de programas concretos de assistência para os povos da Guiné, Cabo Verde, Angola, Moçambique, Rodésia do Sul e Namíbia, incluindo, em particular, as populações das “áreas libertadas”.

Resolução de 22 de Junho de 1973 - Afirma que os movimentos de libertação nacional de Angola, Guiné e Cabo Verde e Moçambique eram os autênticos representantes dos povos desses territórios.

Resolução de 28 de Agosto de 1973 - Solicita às organizações da ONU para que retirassem toda a assistência financeira, económica, técnica e de outro tipo a Portugal, à África do Sul e à Rodésia do Sul, enquanto não renunciassem às suas políticas raciais e coloniais e para que evitassem todas as acções que pudessem implicar o reconhecimento da legitimidade do domínio desses regimes sobre as suas colónias.

Resolução de 15 de Março de 1974 - Condena a persistente recusa do governo português em cumprir as resoluções da ONU e, em particular, a intensificação da repressão armada contra os povos dos territórios que dominava, incluindo o massacre brutal de aldeãos, a destruição em massa de aldeias e propriedades e o uso implacável de napalm e substâncias químicas.

Resolução de 5 de Abril de 1974 - Reafirma o direito inalienável do povo de Cabo Verde à autodeterminação e à independência e a legitimidade da sua luta sob a liderança do PAIGC.

Resolução de 13 de Novembro de 1974 – Felicita a renúncia por parte do governo português da política colonialista dos seus predecessores, a inequívoca aceitação das suas obrigações segundo a Carta das Nações Unidas e do direito dos povos à autodeterminação e independência, bem como a disponibilidade para cooperar com o Comité de Descolonização.

Resolução de 18 de Junho de 1975 – Manifesta o reconhecimento ao governo português pela realização das reuniões do Comité de Descolonização em Lisboa.

Resolução de 13 de Agosto de 1975 - Exprime apreço pela cooperação dada às Nações Unidas pela Austrália, Nova Zelândia, Portugal, Espanha e Reino Unido em relação às missões de visita.

Resolução de 21 de Agosto de 1975 – Mostra satisfação pelas medidas adoptadas por algumas agências especializadas e instituições internacionais para ajudarem os povos que anteriormente estavam sob administração portuguesa.

## **VI - VOTAÇÕES DAS RESOLUÇÕES DO COMITÉ DE DESCOLONIZAÇÃO SOBRE AS COLÓNIAS PORTUGUESAS: 1962-1975\***

Resolução de 10 de Agosto de 1962 - 12 votos favoráveis, 4 contra (Austrália, EUA, Itália e Reino Unido) e 1 abstenção (Uruguai)

Resolução de 18 de Setembro de 1962 - 13 votos favoráveis, 3 contra (Austrália, EUA e Reino Unido) e 1 abstenção (Itália)

Resolução de 4 de Abril de 1963 - 19 votos favoráveis, 0 contra e 5 abstenções (Austrália, Dinamarca, EUA, Itália e Reino Unido)

Resolução de 3 de Julho de 1964 - 20 votos favoráveis, 0 contra e 4 abstenções (Austrália, EUA, Itália e Reino Unido)

Resolução de 10 de Junho de 1965 - 18 votos favoráveis, 2 contra (EUA e Reino Unido) e 3 abstenções (Austrália, Dinamarca e Itália)

Resolução de 18 de Junho de 1965 - 15 votos favoráveis, 0 contra e 0 abstenções

Resolução de 22 de Junho de 1966 - 18 votos favoráveis, 1 contra (EUA) e 3 abstenções (Austrália, Dinamarca e Itália)

Resolução de 22 de Junho de 1966 - 16 votos favoráveis, 2 contra (Austrália e EUA) e 1 abstenção (Dinamarca)

Resolução de 15 de Setembro de 1966 – 16 votos favoráveis, 0 contra e 7 abstenções (Austrália, Dinamarca, EUA, Reino Unido, Uruguai e Venezuela\*)

Resolução de 20 de Junho de 1967 – 17 votos favoráveis, 2 contra (Austrália e EUA) e 2 abstenções (Finlândia e Itália)

Resolução de 20 de Junho de 1967 – 17 votos favoráveis, 2 contra (Austrália e EUA) e 2 abstenções (Finlândia e Itália)

Resolução de 26 de Junho de 1968 - 18 votos favoráveis, 3 contra (Austrália, EUA e Reino Unido) e 2 abstenções (Finlândia e Itália)

Resolução de 23 de Setembro de 1968 - 19 votos favoráveis, 0 contra e 4 abstenções (Austrália, EUA, Itália e Reino Unido)

Resolução de 24 de Junho de 1969 - 16 votos favoráveis, 2 contra (EUA e Reino Unido) e 3 abstenções (Costa do Marfim, Itália e Noruega)

---

\* Cf. Organização das Nações Unidas – *Yearbook of the United Nations: 1962-1976*. Nova Iorque: Office of Public Information, 1963-1977.

Cf. Organização das Nações Unidas - *Rapport du Comité spécial chargé d'étudier la situation en ce qui concerne l'application de la Déclaration sur l'octroi de l'indépendance aux pays et aux peuples coloniaux*. Nova Iorque: s.n., 1962-1976

\* Não foi possível identificar o outro país que se absteve. O relatório do CD não contém informações a esse respeito.



Resolução de 2 de Outubro de 1969 – 13 votos favoráveis, 0 contra e 5 abstenções (Costa do Marfim, EUA, Itália, Noruega e Reino Unido)

Resolução de 18 de Agosto de 1970 - 14 votos favoráveis, 2 contra (EUA e Reino Unido) e 2 abstenções (Itália e Noruega)

Resolução de 27 de Agosto de 1970 - 17 votos favoráveis, 2 contra (Reino Unido e EUA) e 2 abstenções (Itália e Noruega)

Resolução de 13 de Abril de 1971 - 19 votos favoráveis, 0 contra e 1 abstenção (Suécia)

Resolução de 2 de Junho de 1971 – 16 votos favoráveis, 0 contra e 3 abstenções (Costa do Marfim, Fidji e Madagáscar)

Resolução de 9 de Setembro de 1971 - 17 votos favoráveis, 0 contra e 1 abstenção (Suécia)

Resolução de 14 de Setembro de 1971 - Aprovada por unanimidade

Resolução de 21 de Outubro de 1971 – Aprovada por unanimidade

Resolução de 13 de Abril de 1972 - Aprovada por unanimidade

Resolução de 20 de Abril de 1972 – Aprovada por unanimidade

Resolução de 23 de Agosto de 1972 - Aprovada por unanimidade

Resolução de 22 de Junho de 1973 - 21 votos favoráveis, 0 contra e 1 abstenção (Venezuela)

Resolução de 28 de Agosto de 1973 – Aprovada por unanimidade

Resolução de 15 de Março de 1974 – Aprovada por unanimidade

Resolução de 5 de Abril de 1974 - Aprovada por unanimidade

Resolução de 13 de Novembro de 1974 – Aprovada por unanimidade

Resolução de 18 de Junho de 1975 - Aprovada por unanimidade

Resolução de 13 de Agosto de 1975 – Aprovada por unanimidade

Resolução de 21 de Agosto de 1975 – Aprovada por unanimidade

## **VII - CONSENSOS ADOPTADOS PELO COMITÉ DE DESCOLONIZAÇÃO SOBRE AS COLÓNIAS PORTUGUESAS: 1962-1976\***

Consenso de 1 de Junho de 1967 - Apela às agências especializadas e às instituições internacionais para ajudarem no processo de descolonização das colónias portuguesas.

Consenso de 20 de Julho de 1973 - Manifesta repugnância em relação aos relatos das atrocidades cometidas por Portugal contra as populações das suas colónias, em particular sobre o massacre de aldeões em Moçambique.

Consenso de 14 de Junho de 1975 - Aprova o relatório da missão especial de visita a Cabo Verde e sanciona as suas conclusões e recomendações.

Consenso de 14 de Junho de 1975 - Exprime satisfação pelo facto de Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Angola terem alcançado a independência.

---

\* Cf. Organização das Nações Unidas - *Rapport du Comité spécial chargé d'étudier la situation en ce qui concerne l'application de la Déclaration sur l'octroi de l'indépendance aux pays et aux peuples coloniaux*. Nova Iorque: s.n., 1962-1976

## **VIII - PETICIONÁRIOS OUVIDOS PELO COMITÉ DE DESCOLONIZAÇÃO SOBRE AS COLÓNIAS PORTUGUESAS: 1962-1976\***

### **1962**

D. M. Kunnumbara - União Nacional Africana de Moçambique (MANU)

Eduardo Mondlane

Frene Ginwalla\*

G. S. Zandemela - União Nacional Africana de Moçambique (MANU)

J. Baltazar - União Nacional Africana de Moçambique Independente (UNAMI)

S. M. Makaba - União Nacional Africana de Moçambique (MANU)

Uria Simango - União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO)

### **1963**

Carlos Gonçalves Cambando – Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA)

### **1964**

Alberto Bakoko Nank

Carlos Gonçalves Cambando – Governo Revolucionário Angolano no Exílio (GRAE)

F. Ian Gilchrist

### **1965**

Adão José Domingos Kapilango - União das Populações de Angola (UPA)

Amílcar Cabral - Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC)

Aníbal de Melo - Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)

Eduardo Mondlane – Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO)

Lazaro Kavandame – Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO)

Lufuino M. Muliata

---

\* Cf. Organização das Nações Unidas - *Rapport du Comité spécial chargé d'étudier la situation en ce qui concerne l'application de la Déclaration sur l'octroi de l'indépendance aux pays et aux peuples coloniaux*. Nova Iorque: s.n., 1962-1976.

\* Embora não seja apresentado como uma peticionária dos territórios portugueses considero que deve ser incluída nesta listagem, pois no seu depoimento referiu-se aos territórios da África meridional e às colónias portuguesas. Por outro lado, não há qualquer referência à sua nacionalidade e às suas actividades.

Marcos Kassanga - Conselho do Povo Angolano (CPA)

Mateus Muthemba – Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO)

S. K. Njolomba

Uria Simango - Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO)

Zarica J. Sakupwanya - Comité Revolucionário de Moçambique (COREMO)

## **1966**

Amílcar Cabral – Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC)

Daniel Júlio Chipenda – Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)

Eduardo Mondlane – Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO)

Isídio Romero

Johnny Eduardo – Governo Revolucionário de Angola no Exílio (GRAE)

José Malheiro Egreja Borges Ervedosa - Frente Patriótica de Libertação Nacional (FPLN)

Joyce Lussu

Justin Vieyra

Luís d’Almeida – Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)

Manuel Alegre - Frente Patriótica de Libertação Nacional (FPLN)

Marcelino dos Santos – Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO)

Mário de Andrade - Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP)

Mário Moutinho de Pádua - Frente Patriótica de Libertação Nacional (FPLN)

Narciso Mbule - União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO)

Piero Nelli

Thomas Medeiros - Comité de Libertação de São Tomé e Príncipe (CLSTP)

## **1967**

A. Medina – Ngwizani a Kongo

A. P. Matondo - Partido Progressista Angolano (PPA)

Benjamin Pinto-Bull – Frente para a Luta pela Independência Nacional da Guiné dita Portuguesa (FLING)

Domingos Silva - Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)

Eduardo Mondlane - Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO)

Emile Ndongala Mbidi - União Nacional dos Trabalhadores Angolanos (UNTA)

Emmanuel Tulengala - Cartel dos Nacionalistas Angolanos (CNA)

François Lele - Partido Democrata Nto-Bako Angola

Gracia Kiala – Confederação dos Sindicatos Livres Angolanos (CSLA)

Holden Roberto - Governo Revolucionário Angolano no Exílio (GRAE)

Jacob Jacques Zimeni – Cartel dos Nacionalistas Angolanos (CNA)

Lourenço Mutaca – Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO)

Lúcio Lara - Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)

Luís Azevedo Júnior – Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)

Mariano Matsinhe – Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO)

P. Barreiro Lulendo - Liga Geral dos Trabalhadores Angolanos (LGTA)

P. J. Gumane – Comité Revolucionário de Moçambique (COREMO)

Simão Ladeira-Lumona – Confederação Geral dos Trabalhadores de Angola (CGTA)

Smart Chata – União para a Independência Total de Angola (UNITA)

## **1968**

Benjamin Pinto-Bull – Frente para a Luta pela Independência Nacional da Guiné dita Portuguesa (FLING)

Francisco Lubota – Governo Revolucionário Angolano no Exílio (GRAE)

## **1969**

Antoine Kiaku - Partido Democrata Nto-Bako Angola

Carlos Rocha - Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)

David Samwimbila - União para a Independência Total de Angola (UNITA)

Emmanuel Tulengana - Cartel dos Nacionalistas Angolanos (CNA)

François Kuta - Partido Democrata Nto-Bako Angola

G. Kiala - Cartel dos Nacionalistas Angolanos (CNA)

Holden Roberto – Governo Revolucionário Angolano no Exílio (GRAE)

Joaquim Chissano - Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO)

Marcelino dos Santos - Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO)

Paul J. Gumane – Comité Revolucionário de Moçambique (COREMO)

Uria T. Simango - Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO)

## **1970**

Absolum T. Bahule - Comité Revolucionário de Moçambique (COREMO)

Fanuel Mahluza - Comité Revolucionário de Moçambique (COREMO)

Henrique Carreira - Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)

Joseph Turpin - Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC)

Marcelino dos Santos - Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO)

## **1971**

Abdul S. Minty - Movimento Anti-*Apartheid* no Reino Unido

Agostinho Neto - Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)

Alberto Baltra - Conselho Mundial da Paz

Boubaker Adjali

Carlton Goodlett - Conselho Mundial da Paz

Grielme Chipipa - União para a Independência Total de Angola (UNITA)

Isabelle Blume - Conselho Mundial da Paz

Jack Seaton - Projecto Moçambique do Canadá

Joaquim Chissano - Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO)

Khishna Menon - Conselho Mundial da Paz

Miniban J. Ntundumula - Comité Revolucionário de Moçambique (COREMO)

Pascal Luvualu - Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)

Paulo J. Gumane - Comité Revolucionário de Moçambique (COREMO)

Richard Willims - Projecto Moçambique do Canadá

Romesh Chandra - Conselho Mundial da Paz

Sérgio Vieira - Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO)

## **1972**

Abdul S. Minty, - Movimento Anti-*Apartheid* no Reino Unido

Alfred Nzo - Congresso Nacional Africano da África do Sul (ANC)

Amílcar Cabral - Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC)

Carlos Alberto Teixeira de Barros - Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC)

Carlos Reis - Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC)

Corça Djalo - Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC)

Emilson S. Randriamihasinoro - Conselho Mundial da Paz

Gleb Staroutchenko - Conselho Mundial da Paz

Gordon Schaffer - Conselho Mundial da Paz

Lucho Robles - Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC)

Marcelino dos Santos - Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO)

Martin Ennals - Amnistia Internacional

Mursi Saad Eldin - Organização de Solidariedade com os Povos Afro-Asiáticos

Pascal Luvualu – Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)

Paul Touba - Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA)

Paulo Gumane - Comité Revolucionário de Moçambique (COREMO)

Paulo Jorge - Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)

Sean Gervasi - Gabinete de Pesquisa da Universidade de Oxford

Sietse Bosgra - Comité Angolano nos Países Baixos

Sotero Fortes - Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC)

Tcherno Ndjai - Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC)

W. M. Tsotsi - Movimento de Unidade da África do Sul (UMSA)

### **1973**

Eileen Hanson - Comité de Chicago para a Libertação de Angola, Moçambique e Guiné

Lord Guifford - Comité para a Libertação de Moçambique, Angola e Guiné

Niall MacDermot - Comissão Internacional de Juristas

### **1974**

Peter Pringle

### **1975**

Eileen Schaeffler - Movimento Internacional para a Unidade Fraternal entre as Raças e os Povos

### **1976**

Ramos Horta - Frente Revolucionária de Timor Leste Independente (FRETILIN)



## **IX - PETIÇÕES ESCRITAS RECEBIDAS PELO COMITÉ DE DESCOLONIZAÇÃO SOBRE AS COLÓNIAS PORTUGUESAS: 1962-1973**

**1963**

A/AC.109/PET. 53 - Petição de Sócrates Mendonça de Oliveira Daskalos, Presidente da Frente de Unidade Angolana (FUA), sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1963

A/AC.109/PET. 54 - Petição de João Francisco Quintão, Vice Presidente do Movimento para a Libertação do Enclave de Cabinda (MLEC), sobre Cabinda. Nova Iorque: s.n., 1963

A/AC.109/PET. 55 - Petição do Partido Democrático de Angola (PDA), sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1963

A/AC.109/PET. 56 - Petição da Federação da Frente de Libertação Nacional, Mostaganem, sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1963

A/AC.109/PET. 57 - Petição da Federação da Frente de Libertação Nacional, Oran, sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1963

A/AC.109/PET. 58/Add. 1 - Seis petições do Ngwizani a Kongo (NGWIZAKO), sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1963

A/AC.109/PET. 59 - Petição de J. B. C. Chagong'a, Presidente União Nacional Africana de Moçambique Independente (UNAMI), sobre Moçambique. Nova Iorque: s.n., 1963

A/AC.109/PET. 60 - Petição de Leo Mila, da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), sobre Moçambique. Nova Iorque: s.n., 1963

A/AC.109/PET. 61 - Petição de oficiais moçambicanos desertores do exército português, sobre Moçambique. Nova Iorque: s.n., 1963

A/AC.109/PET. 75 - Petição de Carlos Gonçalves, da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1963

A/AC.109/PET. 122 - Petição de Agostinho Neto, Presidente do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1963

A/AC.109/PET. 123 - Petição de Helena Silveira e de outros caboverdeanos, sobre Cabo Verde. Nova Iorque: s.n., 1963

A/AC.109/PET. 124 - Petição de Benjamin Pinto-Bull, da União dos Naturais da Guiné Portuguesa, sobre a Guiné. Nova Iorque: s.n., 1963

A/AC.109/PET. 125 - Petição de Edouard Makoumbi, Secretário Geral da Aliança dos Jovens Angolanos para a Liberdade (AJEUNAL), sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1963

A/AC.109/PET. 126 - Petição de F. Ian Gilchrist, sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1963

A/AC.109/PET. 147/Add. 1 - Duas petições de chefes do Partido Democrata Nto-Bako Angola, sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1963

A/AC.109/PET. 148 - Petição de H. C. Hastings, sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1963

A/AC.109/PET. 149 - Petição de F. Maiembe e E. Tshimpi, Presidente e Secretário Geral do Movimento Nacional Angolano, sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1963

A/AC.109/PET. 164 - Petição da Ngwizani a Kongo (NGWIZAKO), Secção de Songololo, sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1963

A/AC.109/PET. 165 - Petição da Ngwizani a Kongo (NGWIZAKO), Secção de Songa-Lumueno-Kimpese, sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1963

A/AC.109/PET. 166 - Duas petições de Luís Ranque Franque, Presidente, e de Simon Luemba, Secretário Geral, da Frente para a Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC), sobre Cabinda. Nova Iorque: s.n., 1963

A/AC.109/PET. 167 - Petição de Jorge Valentim, Presidente Geral da União Nacional dos Estudantes Angolanos (UNEA), sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1963

## **1964**

A/AC.109/PET. 232, de 28 de Abril de 1964 - Petição de Luemba Simon e Luís Ranque Franque, representantes da Frente para a Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC), sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1964

A/AC.109/PET. 233, de 28 de Abril de 1964 - Duas petições de Alberto Bakoko Nank, sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1964

A/AC.109/PET. 233/Add. 1, de 20 de Maio de 1964 - Petição de Alberto Bakoko Nank, sobre a Guiné. Nova Iorque: s.n., 1964

A/AC.109/PET. 234, de 28 de Abril de 1964 - Duas petições de Lukoki Lunzinga, do Partido Democrata Nto-Bako Angola, sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1964

A/AC.109/PET. 234/Add. 1, de 18 de Novembro de 1964 - Petição de Lukoki Lunzinga, fundador do Partido Democrata Nto-Bako Angola, sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1964

A/AC.109/PET. 235, de 28 de Abril de 1964 - Petição de François Lele, Presidente do Partido Democrata Nto-Bako Angola, sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1964

A/AC.109/PET. 235/Add. 1, de 18 de Novembro de 1964 - Petição de François Lele, Presidente do Partido Democrático Nto-Bako Angola, sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1964

A/AC.109/PET. 236, de 28 de Abril de 1964 - Petição da União Nacional dos Estudantes Angolanos (UNEA), sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1964

A/AC.109/PET. 237, de 28 de Abril de 1964 - Petição Isidore Kiala e Pierre Tecka, em nome do Movimento de Defesa dos Interesses de Angola (MDIA), sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1964

A/AC.109/PET. 237/Add. 1 - Petição de Jean Pierre Bala, Presidente, Pierre Tecka, Secretário Geral, e P. O. Michel Lusueki, Secretário Geral Adjunto, do Movimento de Defesa dos Interesses de Angola (MDIA), sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1964

A/AC.109/PET. 238, de 28 de Abril de 1964 - Petição de Fred Wilde, sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1964

A/AC.109/PET. 239, de 28 de Abril de 1964 - Petição de Pedro Soares, representante da Frente Patriótica de Libertação Nacional (FPLN), sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1964

A/AC.109/PET. 240, de 28 de Abril de 1964 - Petição de Nicolas Vieira, Presidente do Governo Revolucionário Angolano no Exílio (GRAE), sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1964

A/AC.109/PET. 240/Add. 1 - Petição de Carlos Gonçalves Cambando, do Governo Revolucionário Angolano no Exílio (GRAE), sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1964

A/AC.109/PET. 240/Add. 2, de 18 de Novembro de 1964 - Petição de Holden Roberto, Presidente do Governo Revolucionário Angolano no Exílio (GRAE), sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1964

A/AC.109/PET. 241, de 28 de Abril de 1964 - Petição do Grupo Angolano da URSS, sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1964

A/AC.109/PET. 242, de 28 de Abril de 1964 - Petição de um Grupo de Estudantes de Angola e de outros Países, sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1964

A/AC.109/PET. 257, de 8 de Maio de 1964 - Quatro petições do Congresso Nacional Africano de Moçambique (MANC), sobre Moçambique. Nova Iorque: s.n., 1964

A/AC.109/PET. 258, de 8 de Maio de 1964 - Petição de David J. M. Mabunda, em nome da União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO), sobre Moçambique. Nova Iorque: s.n., 1964

A/AC.109/PET. 258/Add. 1, de 22 de Junho de 1964 - Petição de Calvino Mahlayeye, em nome da União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO), sobre Moçambique. Nova Iorque: s.n., 1964

A/AC.109/PET. 262, de 8 de Maio de 1964 - Petição de Augusto Figueroa, Secretário Internacional da Universidade Central da Venezuela e da Federação dos Centros Universitários, sobre Angola e Guiné. Nova Iorque: s.n., 1964

A/AC.109/PET. 267, de 8 de Maio de 1964 - Petição do General Mohamed Nabih Amin, Presidente da União das Organizações Africanas de Antigos Combatentes, Cairo, sobre o conjunto das colónias portuguesas. Nova Iorque: s.n., 1964

A/AC.109/PET. 268, de 20 de Maio de 1964 - Petição de George M. Houser, em nome de M. F. Ian Gilchrist, sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1964

A/AC.109/PET. 269 - Petição de Agostinho Neto, Presidente do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1964

A/AC.109/PET. 273, de 27 de Maio de 1964 - Petição de José Baltazar da Costa Chagong'a, Presidente da União Nacional Africana de Moçambique Independente (UNAMI), sobre Moçambique. Nova Iorque: s.n., 1964

A/AC.109/PET. 274 - Petição de Amílcar Cabral, Secretário Geral do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), sobre a Guiné. Nova Iorque: s.n., 1964

A/AC.109/PET. 277, de 12 de Junho de 1964 - Petição de G. M. Chilambe, em nome da União Nacional Africana de Moçambique (MANU), sobre Moçambique. Nova Iorque: s.n., 1964

A/AC.109/PET. 282 - Petição de Artur Manuel da Costa, sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1964

A/AC.109/PET. 283 - Petição da Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC), sobre Cabinda. Nova Iorque: s.n., 1964

A/AC.109/PET. 284 - Petição de Alphonse Kita, Secretário Geral, José Manuel, Director Político, e Henrique Pierre, Presidente, do Comité de Unidade Nacional Angolana (CUNA), sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1964

A/AC.109/PET. 292, de 3 de Novembro de 1964 - Petição de José Malheiro Egreja Borges Ervedosa, sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1964

## **1965**

A/AC.109/PET. 337 - Petição de Luís Ranque Franque, Presidente da Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC), sobre Cabinda. Nova Iorque: s.n., 1965

A/AC.109/PET. 356 - Petição de F. de Mello e Castro, Presidente do Movimento de Libertação das Ilhas de Cabo Verde (MLICV), sobre Cabo Verde. Nova Iorque: s.n., 1965

A/AC.109/PET. 364 - Petição de Mathew S. Kambezo e D. L. Maibeki, do Congresso Nacional Africano de Moçambique (MANC), sobre Moçambique. Nova Iorque: s.n., 1965

A/AC.109/PET. 365 - Petição de Miguel Trovoada, do Comité de Libertação de São Tomé e Príncipe (CLSTP), sobre São Tomé e Príncipe. Nova Iorque: s.n., 1965

A/AC.109/PET. 376 - Petição de Carlos Gonçalves Cambando, do Governo Revolucionário Angolano no Exílio (GRAE), sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1965

A/AC.109/PET. 392 - Petição de Zarica J. Sakupwanya, Secretário do Comité Preparatório do Congresso Constitucional do Comité Revolucionário de Moçambique (COREMO), sobre Moçambique. Nova Iorque: s.n., 1965

A/AC.109/PET. 396, de 21 de Junho de 1965 - Petição de Eduardo Mondlane, Presidente da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), sobre Moçambique. Nova Iorque: s.n., 1965

A/AC.109/PET. 397 - Petição de S. K. Njocomba, D. K. Mapulanga, S. G. Chata e W. G. Ndumba, em nome dos refugiados angolanos na Zâmbia, sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1965

A/AC.109/PET. 398 - Petição de Adão José Domingos Kapilango, representante principal da União das Populações de Angola (UPA), sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1965

A/AC.109/PET. 399 - Petição de Anibal de Melo, do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1965

A/AC.109/PET. 401, de 7 de Julho de 1965 - Petição de Kassongo Paul e John Victor, representantes da União Nacional Angolana (UNA), sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1965

A/AC.109/PET. 411 - Petição de Amilcar Cabral, Secretário Geral do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), sobre Guiné. Nova Iorque: s.n., 1965

A/AC.109/PET. 416, de 23 de Agosto de 1965 - Petição de Lukoki Lunzinga, Muanza Fernandes e Tschingani Mingiedi, em nome do Partido Democrata Nto-Bako Angola, sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1965

A/AC.109/PET. 416/Add. 1, de 14 de Setembro de 1965 - Petição de François Lele, Presidente Geral, e de outros membros do Partido Democrata Nto-Bako Angola, sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1965

A/AC.109/PET. 416/Add. 2, de 29 de Outubro de 1965 - Petição de Lukoki Lunzinga, Muanza Fernandes e Tschingani Mingiedi, em nome do Partido Democrata Nto-Bako Angola, sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1965

A/AC.109/PET. 421 - Petição de Marcos Kassanga, membro da Comissão Nacional Executiva do Conselho dos Povos Angolanos (CPA), sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1965

A/AC.109/PET. 424, de 29 de Outubro de 1965 - Petição de Francisco Thomaz e outros, em nome do Partido Democrata Nto-Bako Angola, sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1965

A/AC.109/PET. 425, de 29 de Outubro de 1965 - Petição do Ngwizani a Kongo (NGWIZANI), sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1965

## **1966**

A/AC.109/PET. 427, de 31 de Janeiro de 1966 - Petição de Nzoibengene, do Gabiente de Informação do Movimento de Defesa dos Interesses de Angola (MDIA), sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1966

A/AC.109/PET. 428, de 31 de Janeiro de 1966 - Petição de Lukoki Lunzinga e de outros dois membros do Partido Democrata Nto-Bako Angola, sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1966

A/AC.109/PET. 428/Add. 1, de 6 de Dezembro de 1966 - Petição de M. Lukoki Lunzinga, Porta-voz do Partido Democrata Nto-Bako Angola, sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1966

A/AC.109/PET. 429, de 31 de Janeiro de 1966 - Petição de Edouard Makumbi, Secretário Geral, e outros dois membros da Frente Patriótica para a Independência do Kongo dito Português (FPIKP), sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1966

A/AC.109/PET. 430 - Petição de José Paulo Chiringueno, Presidente do Partido Nacional Africano (PNA), sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1966

A/AC.109/PET. 447, de 12 de Abril de 1966 - Petição de Carlos Pinto Nunes Vunzi, Presidente da União Progressiva Nacional de Angola (UPRONA), sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1966

A/AC.109/PET. 447/Add. 1, de 29 de Junho de 1966 - Petição de Carlos Pinto Nunes Vunzi, Presidente, e de David Nuanza, Secretário Geral, da União Progressiva Nacional de Angola (UPRONA), sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1966

A/AC.109/PET. 459 - Petição de Uria T. Simango, Vice Presidente da Frente para a Libertação de Moçambique (FRELIMO), sobre Moçambique. Nova Iorque: s.n., 1966

A/AC.109/PET. 460, de 6 de Junho de 1966 - Petição de Daniel Júlio Chipenda, representante do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1966

A/AC.109/PET. 460/Add.1, de 3 de Agosto de 1966 - Petição de M. Luís d'Almeida, representante na Argélia do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1966

A/AC.109/PET. 471, de 29 de Junho de 1966 - Petição de François Lele, Presidente, e de dois outros membros do Partido Democrata Nto-Bako Angola, sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1966

A/AC.109/PET. 472, de 29 de Junho de 1966 - Petição de Anne Mfidi, Presidente Geral, e de outros dois membros da União das Mulheres Angolanas (UFA), sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1966

A/AC.109/PET. 481 - Petição de Narciso Mbule, Secretário dos Negócios Estrangeiros da União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO), sobre Moçambique. Nova Iorque: s.n., 1966

A/AC.109/PET. 509, de 8 de Agosto de 1966 - Petição de José Malheiro Egreja Borges Ervedosa, sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1966

A/AC.109/PET. 510, de 8 de Agosto de 1966 - Petição de Mário de Andrade, da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP), sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1966

A/AC.109/PET. 511, de 3 de Agosto de 1966 - Petição de Dulce Almada Duarte, do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), sobre a Guiné. Nova Iorque: s.n., 1966

A/AC.109/PET. 511/Add. 1, de 3 de Agosto de 1966 - Petição de Abílio Duarte, do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), sobre a Guiné. Nova Iorque: s.n., 1966

A/AC.109/PET. 512, de 8 de Agosto de 1966 - Petição de Virgílio Sousa Carvalho, do Comité de Libertação de São Tomé e Príncipe (CLSTP), sobre São Tomé e Príncipe. Nova Iorque: s.n., 1966

A/AC.109/PET. 513, de 3 de Agosto de 1966 - Petição de Mário Moutinho de Pádua, em nome da Frente Patriótica de Libertação Nacional (FPLN), sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1966

A/AC.109/PET. 513/Add. 1, de 3 de Agosto de 1966 - Petição de Manuel Sertório, da Junta Revolucionária Portuguesa da Frente Patriótica de Libertação Nacional (FPLN), sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1966

A/AC.109/PET. 514, de 3 de Agosto de 1966 - Petição de Johnny Eduardo, representante do Governo Revolucionário de Angola no Exílio (GRAE), sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1966

A/AC.109/PET. 516, de 3 de Agosto de 1966 - Petição de Gerard Chaliand, sobre a Guiné. Nova Iorque: s.n., 1966

A/AC.109/PET. 549, de 8 de Dezembro de 1966 - Petição de J. D'Assunção, em nome da União dos Portugueses Anti-Colonialistas em Marrocos, sobre o conjunto das colónias portuguesas. Nova Iorque: s.n., 1966

A/AC.109/PET. 550, de 8 de Dezembro de 1966 - Petição de R. M. Mjumbe, Secretário Geral da União Nacional Africana de Moçambique (MANU), sobre Moçambique. Nova Iorque: s.n., 1966

A/AC.109/PET. 567, de 8 de Dezembro de 1966 - Petição de Luís Ranque Franque, Presidente, e António Eduardo Sozinho Zau, Secretário, da Frente para a Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC), sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1966

A/AC.109/PET. 568, de 8 de Dezembro de 1966 - Petição do Ngwizani a Kongo (NGWIZAKO), sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1966

## **1967**

A/AC.109/PET. 576, de 27 de Fevereiro de 1967 - Petição de Marcos Kassanga, Ministro dos Negócios Estrangeiros do Governo do Conselho do Povo Angolano no Exílio (GCPA), sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1967

A/AC.109/PET. 581, de 24 de Março de 1967 - Petição de João Chisseva, da Secção Americana da União Nacional dos Estudantes Angolanos (UNEA), sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1967

A/AC.109/PET. 641, de 25 de Maio de 1967 - Petição de Pedro Simba Macosso, Primeiro Ministro do Governo Provisório dos Fiotes Revolucionários no Exílio (GPRFE), sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1967

A/AC.109/PET. 642, de 25 de Maio de 1967 - Petição de Carlos Pinto Nunes Vunzi, Presidente Geral da União Progressiva Nacional de Angola (UPRONA), sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1967

A/AC.109/PET. 642/Add. 1, de 9 de Agosto de 1967 - Petição de Carlos Pinto Nunes Vunzi, Presidente Geral da União Progressiva Nacional de Angola (UPRONA), sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1967

A/AC.109/PET. 643, de 25 de Maio de 1967 - Petição de Henrique Tiago N'Zita, Secretário Geral, e Henri Charles Tembo, Secretário Adjunto, do Comité Revolucionário de Cabinda (CRC), sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1967

A/AC.109/PET. 644, de 25 de Maio de 1967 - Petição de François Lele, Presidente, e François Kuta, Secretário Geral, do Partido Democrata Nto-Bako Angola, sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1967

A/AC.109/PET. 644/Add. 1 - Petição de François Lele, Presidente, e François Kuta, Secretário Geral, do Partido Democrata Nto-Bako Angola, sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1967

A/AC.109/PET. 650 - Petição de Domingos da Silva, Vice Presidente do Movimento para a Libertação de Moçambique (MPLA), sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1967

A/AC.109/PET. 650/Add. 1 - Petição de Luiz Azevedo Junior, membro do Comité Director do Movimento para a Libertação de Moçambique (MPLA), sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1967

A/AC.109/PET. 650/Add. 2, de 17 de Agosto de 1967 - Petição de Alfred Kgokong, Director de Publicidade e Informação do Congresso Nacional Africano da África do Sul



(ANC), em nome de Agostinho Neto, Presidente do Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA), sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1967

A/AC.109/PET. 651 - Petição de A. P. Matondo, Presidente do Partido Progressista Angolano (PPA), sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1967

A/AC.109/PET. 652/Add. 1, de 27 Dezembro de 1967 - Petição da União Nacional dos Trabalhadores Angolanos (UNTA), sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1967

A/AC.109/PET. 653 - Petição de Simão Ladeira-Lumona, Presidente Nacional da Confederação Geral dos Trabalhadores de Angola (CGTA), sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1967

A/AC.109/PET. 654 - Petição de P. Barreiro Lulendo, Secretário Geral Interino da Liga Geral dos Trabalhadores de Angola (LGTA), sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1967

A/AC.109/PET. 655 - Petição de A. Medina, Secretário e Inspector Geral do Ngwizani à Kongo (NGWIZACO), sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1967

A/AC.109/PET. 656 - Petição de Holden Roberto, Presidente do Governo Revolucionário Angolano no Exílio (GRAE), sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1967

A/AC.109/PET. 657, de 2 de Agosto de 1967 - Petição de António Mpululu, sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1967

A/AC.109/PET. 658, de 2 de Agosto de 1967 - Petição de Noe Pedro, sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1967

A/AC.109/PET. 659, de 2 de Agosto de 1967 - Petição de Tuwumo Emmanuel, sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1967

A/AC.109/PET. 660, de 2 de Agosto de 1967 - Petição de Manuel Costa, sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1967

A/AC.109/PET. 661, de 2 de Agosto de 1967 - Petição de Amílcar Cabral, Secretário Geral do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), sobre a Guiné. Nova Iorque: s.n., 1967

A/AC.109/PET. 662, de 24 de Julho de 1967 - Petição de Benjamin Pinto-Bull, Presidente da Frente de Luta para a Independência Nacional da Guiné dita Portuguesa (FLING), sobre a Guiné. Nova Iorque: s.n., 1967

A/AC.109/PET. 663 - Petição de Emmanuel Tulengana, Secretário Nacional, e Garcia Dongala, Vice Presidente, do Cartel dos Nacionalistas Angolanos (CNA), sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1967

A/AC.109/PET. 664 - Petição de Garcia Kiala, Presidente da Central Nacional Angolana, Confederação dos Sindicatos Livres Angolanos (CSLA), sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1967

A/AC.109/PET. 665, de 9 de Agosto de 1967 - Petição de Pedro Raoul Malaquitas, Presidente da União das Populações de Angola (UPA), sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1967

A/AC.109/PET. 666, de 9 de Agosto de 1967 - Petição de Ndonga Fernandes, em nome dos refugiados angolanos, sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1967

A/AC.109/PET. 667, de 9 de Agosto de 1967 - Petição de Luís Ranque Franque, Presidente, e Henriques Nzita, responsável pelos Negócios Estrangeiros, da Frente para a Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC), sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1967

A/AC.109/PET. 668, de 9 de Agosto de 1967 - Petição da Secção de Mokala do Partido Democrático Angolano (PDA), sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1967

A/AC.109/PET. 669, de 9 de Agosto de 1967 - Petição de Pedro Nocolas, Presidente dos Refugiados Angolanos da Secção Ozone, Kinshasa, sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1967

A/AC.109/PET. 670, de 9 de Agosto de 1967 - Petição de Mayanda, Presidente dos Notáveis Angolanos das Secções de Kinshasa do Partido Democrático Angolano (PDA) e da União das Populações de Angola (UPA), sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1967

A/AC.109/PET. 671, de 9 de Agosto de 1967 - Petição da Secção Dendale do Partido Democrático Angolano (PDA), sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1967

A/AC.109/PET. 672, de 9 de Agosto de 1967 - Petição de Therese Kisevesa, do Movimento Feminino Democrático de Angola (MFDA), sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1967

A/AC.109/PET. 673, de 9 de Agosto de 1967 - Petição do povo angolano de Lemba Riffart e Ndjili Brasserie, sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1967

A/AC.109/PET. 674, de 18 de Agosto de 1967 - Petição da União dos Escuteiros e Guias de Angola, sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1967

A/AC.109/PET. 675, de 9 de Agosto de 1967 - Petição de Andre Kitabia, sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1967

A/AC.109/PET. 676, de 9 de Abril de 1967 - Petição de Suzana Belina, Presidente da Associação das Mulheres Angolanas, sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1967

A/AC.109/PET. 677, de 9 de Abril de 1967 - Petição dos alunos da escola primária dos refugiados angolanos e de outros grupos, sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1967

A/AC.109/PET. 678, de 9 de Agosto de 1967 - Petição do Movimento das Mulheres Trabalhadoras de Angola, sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1967

A/AC.109/PET. 679, de 17 de Agosto de 1967 - Petição de Smart Chata, Presidente da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1967

A/AC.109/PET. 682, de 17 de Agosto de 1967 - Petição do Comité Executivo do Comité de Libertação de São Tomé e Príncipe (CLSTP), sobre São Tomé e Príncipe e suas dependências. Nova Iorque: s.n., 1967

A/AC.109/PET. 683, de 17 de Agosto de 1967 - Petição de Jean Kiaka, Presidente do Comité de Baromba, Secção do Partido Democrático de Angola (PDA), Kinshasa, sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1967

A/AC.109/PET. 684, de 17 de Agosto de 1967 - Petição do Presidente da União Nacional dos Estudantes Angolanos (UNEA), sobre o conjunto das colónias portuguesas. Nova Iorque: s.n., 1967

A/AC.109/PET. 685, de 17 de Agosto de 1967 - Petição do Secretário Geral do Movimento dos Jovens Operários Angolanos (MJOA), sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1967

A/AC.109/PET. 686 - Petição de P. J. Gumane, Presidente do Comité Revolucionário de Moçambique (COREMO), sobre Moçambique. Nova Iorque: s.n., 1967

A/AC.109/PET. 688, de 17 de Agosto de 1967 - Petição de Emmanuel Norman Lamvu, Presidente do Comité dos Bons Ofícios Angolanos (CBOA), sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1967

A/AC.109/PET. 688/Add.1, de 27 de Dezembro de 1967 - Duas petições de Emmanuel Norman Lamvu, Presidente do Comité dos Bons Ofícios Angolanos (CBOA), sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1967

A/AC.109/PET. 690, de 24 de Julho de 1967 - Petição de Marcelino dos Santos, Secretário dos Negócios Estrangeiros da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), sobre Moçambique. Nova Iorque: s.n., 1967

A/AC.109/PET. 695, de 2 de Agosto de 1967 - Petição de Jyoti Shankar Singh, Secretário Geral da Assembleia Mundial da Juventude (WAY), sobre Aden, Sudoeste Africano, Rodésia do Sul e o conjunto das colónias portuguesas. Nova Iorque: s.n., 1967

## **1968**

A/AC.109/PET. 913 - Petição de Alberto Bakoko Nank, sobre a Guiné. Nova Iorque: s.n., 1968

A/AC.109/PET. 913/Add. 1, de 22 de Julho de 1968 - Petição de Alberto Bakoko Nank, sobre a Guiné. Nova Iorque: s.n., 1968

A/AC.109/PET. 913/Add. 2, de 25 de Setembro de 1968 - Petição de Alberto Bakoko Nank, sobre a Guiné. Nova Iorque: s.n., 1968

A/AC.109/PET. 914, de 17 de Abril de 1968 - Petição de Carlos Pinto Nunes Vunzi, Presidente Geral da União Progressista Nacional de Angola (UPRONA), sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1968

A/AC.109/PET. 914/Add. 1, de 28 de Maio de 1968 - Petição de Carlos Pinto Nunes Vunzi, Presidente Geral, e Fernando Kisangi, Delegado do Secretário Geral, da União Progressista Nacional de Angola (UPRONA), sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1968

A/AC.109/PET. 914/Add. 2, de 22 de Julho de 1968 - Petição de Carlos Pinto Nunes Vunzi, Presidente Geral, e Fernando Kisangi, Assistente do Secretário Geral, da União Progressista Nacional de Angola (UPRONA), sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1968

A/AC.109/PET. 915, de 17 de Abril de 1968 - Petição do Ngwizani a Kongo (NGWIZACO), sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1968

A/AC.109/PET. 992, de 10 de Junho de 1968 - Petição de Benjamin Pinto-Bull, Presidente da Frente de Luta pela Independência Nacional da Guiné (FLING), sobre a Guiné. Nova Iorque: s.n., 1968

A/AC.109/PET. 993, de 13 de Junho de 1968 - Petição de J.J. Zimeni, Presidente Geral, e G. Kiala, Secretário Geral, do Cartel dos Nacionalistas Angolanos (CNA), sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1968

A/AC.109/PET. 995, de 24 de Junho de 1968 - Petição de Francisco Lubota, Assistente do Governo Revolucionário Angolano no Exílio (GRAE), sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1968

A/AC.109/PET. 1002, de 22 de Julho de 1968 - Petição de Emmanuel Norman Lamvu, Presidente do Comité dos Bons Ofícios Angolanos (CBOA), sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1968

A/AC.109/PET. 1017, de 20 de Setembro de 1968 - Petição de Amílcar Cabral, Secretário Geral do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), sobre a Guiné. Nova Iorque: s.n., 1968

## **1969**

A/AC.109/PET. 1046, de 7 de Maio de 1969 - Petição de Albert Bakoko Nank, sobre a Guiné. Nova Iorque: s.n., 1969

A/AC.109/PET. 1079/Add. 1, de 21 de Maio de 1969 - Petição de Emmanuel Tulengala, Presidente do Cartel dos Nacionalistas Angolanos (CNA), sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1969

A/AC.109/PET. 1080, de 15 de Maio de 1969 - Petição de Lukoki Lunzinga, em nome do Partido Democrata Nto-Bako Angola, sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1969

A/AC.109/PET. 1081, de 15 de Maio de 1969 - Petição de Anders Johansson, Correspondente Estrangeiro do jornal Dagens Nyheter, sobre Moçambique. Nova Iorque: s.n., 1969

A/AC.109/PET. 1082, de 15 de Maio de 1969 - Petição de Amílcar Cabral, Presidente do Comité Executivo da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP), sobre o conjunto das colónias portuguesas. Nova Iorque: s.n., 1969

A/AC.109/PET. 1082/Add. 1, de 23 de Julho de 1969 - Petição de Amílcar Cabral, Presidente do Comité Executivo da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP), sobre o conjunto das colónias portuguesas. Nova Iorque: s.n., 1969

A/AC.109/PET. 1083, de 20 de Maio de 1969 - Petição de Tim Smith, Ajudante de Campo para os Assuntos Africanos do Conselho para a Acção Cristã e Social, pertencente à Igreja Unida de Cristo, sobre o conjunto das colónias portuguesas. Nova Iorque: s.n., 1969

A/AC.109/PET. 1083/Add. 1, de 29 de Dezembro de 1969 - Petição de Arthur E. Higgins, Ministro de Culto Encarregue do Departamento “Igreja e Sociedade” da Conferência da Igreja Unida de Cristo, sobre o conjunto das colónias portuguesas. Nova Iorque: s.n., 1969

A/AC.109/PET. 1084, de 28 de Outubro de 1969 - Petição de Jyoti Shankar Singh, Secretário Geral da Assembleia Mundial da Juventude (WAY), sobre o conjunto das colónias portuguesas. Nova Iorque: s.n., 1969

A/AC.109/PET. 1085, de 2 de Dezembro de 1969 - Petição de Lucjan Wolniewicz, Secretário Geral do Comité Polaco de Solidariedade com os Povos da Ásia e da África, sobre o conjunto das colónias portuguesas. Nova Iorque: s.n., 1969

A/AC.109/PET. 1086, de 21 de Maio de 1969 - Petição de Holden Roberto, Presidente do Governo Revolucionário Angolano no Exílio (GRAE), sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1969

A/AC.109/PET. 1087, de 21 de Maio de 1969 - Petição de Luís Ranque Franque, Presidente da Frente para a Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC), sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1969

A/AC.109/PET. 1088, de 2 de Junho de 1969 - Petição de Agostinho Neto, Presidente do Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA), sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1969

A/AC.109/PET. 1090, de 2 de Junho de 1969 - Petição de Joseph Ngangudila, Secretário Geral da Confederação Geral dos Trabalhadores de Angola (CGTA), sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1969

A/AC.109/PET. 1095, de 2 de Junho de 1969 - Petição de Absolom Bahule, Secretário Geral do Comité Revolucionário de Moçambique (COREMO), sobre Moçambique. Nova Iorque: s.n., 1969

A/AC.109/PET. 1096, de 2 de Junho de 1969 - Petição de David Samwimbila, Secretário para a Segurança da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1969

A/AC.109/PET. 1097 - Petição de Uria T. Simango, membro do Comité Central e do Conselho Presidencial, Joaquim Chissano, membro do Comité Central, e Marcelino dos Santos, membro do Conselho Presidencial e Secretário dos Negócios Estrangeiros, da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), sobre Moçambique. Nova Iorque: s.n., 1969

A/AC.109/PET. 1104, de 7 de Maio de 1969 - Petição de Pedro Barreiro Lulendo, Secretário Geral Interino da Liga Geral dos Trabalhadores de Angola (LGTA), sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1969

A/AC.109/PET. 1105, de 7 de Maio de 1969 - Petição de Carlos Pinto Nunes Vunzi, Presidente Geral da União Progressista Nacional de Angola (UPRONA), sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1969

A/AC.109/PET. 1106, de 10 de Maio de 1969 - Petição de Emmanuel Norman Lamvu, Presidente do Comité dos Bons Ofícios de Angola (CBOA), sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1969

A/AC.109/PET. 1107 - Petição de J. J. Hadebe, Presidente da União dos Estados Africanos Não Independentes, sobre o conjunto das colónias portuguesas. Nova Iorque: s.n., 1969

A/AC.109/PET. 1124, de 29 de Dezembro de 1969 - Petição de Mwiryn Grela, Secretário Geral do Comité Polaco de Solidariedade com os Povos da Ásia e da África, sobre o conjunto das colónias portuguesas. Nova Iorque: s.n., 1969

## **1970**

A/AC.109/PET. 1130, de 9 de Junho de 1970 - Petição de S. Bosgra, representante do Comité Angolano dos Países Baixos, sobre o conjunto das colónias portuguesas. Nova Iorque: s.n., 1970

A/AC.109/PET. 1142, de 22 de Junho de 1970 - Petição de Tim Smith, Assistente dos Assuntos Africanos, do Conselho para a Acção Social Cristã, pertencente à Igreja Unida de Cristo, sobre o conjunto das colónias portuguesas. Nova Iorque: s.n., 1970

A/AC.109/PET. 1143, de 22 de Junho de 1970 - Petição de George M. Houser, Director Executivo do American Committee on Africa, sobre o conjunto das colónias portuguesas. Nova Iorque: s.n., 1970

A/AC.109/PET. 1144, de 9 de Julho de 1970 - Petição de Lukoki Lunzinga, em nome do Partido Democrata Nto-Bako Angola, sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1970

A/AC.109/PET. 1144/Add. 1, de 17 de Dezembro de 1970 - Petição de Lukoki Lunzinga, em nome do Partido Democrata Nto-Bako Angola, sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1970

A/AC.109/PET. 1153, de 28 de Agosto de 1970 - Petição da Frente Patriótica de Libertação Nacional (FPLN), sobre a Guiné. Nova Iorque: s.n., 1970

A/AC.109/PET. 1154, de 28 de Agosto de 1970 - Petição de Sietse Bosgra, representante do Comité Angolano nos Países Baixos, sobre o conjunto das colónias portuguesas. Nova Iorque: s.n., 1970

A/AC.109/PET. 1156, de 17 de Dezembro de 1970 - Petição do Comité Revolucionário de Cabinda (CRC), sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1970

A/AC.109/PET. 1157, de 17 de Dezembro de 1970 - Petição de Herbert Albrecht, sobre Moçambique. Nova Iorque: s.n., 1970

## **1971**

A/AC.109/PET. 1158 - Petição de Abdul S. Minty, Secretário Honorário do Movimento Anti-Apartheid no Reino Unido, sobre os territórios da África Austral. Nova Iorque: s.n., 1971

A/AC.109/PET. 1159, de 7 de Abril de 1971 - Petição de Agostinho Neto, Presidente do Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA), sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1971

A/AC.109/PET. 1167, de 22 de Abril de 1971 - Petição do Partido Democrata Nto-Bako Angola, sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1971

A/AC.109/PET. 1168, de 22 de Abril de 1971 - Petição do Comité Soviético para a Paz, sobre o conjunto das colónias portuguesas. Nova Iorque: s.n., 1971

A/AC.109/PET. 1170, de 12 de Maio de 1971 - Petição sobre M. Domingos Arouca, sobre o conjunto das colónias portuguesas. Nova Iorque: s.n., 1971

A/AC.109/PET. 1173, de 12 de Maio de 1971 - Petição de Gracia Faustin Malheiros e de André Kiangala, do Ngwizani a Kongo (NGWIZACO), sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1971

A/AC.109/PET. 1174, de 12 de Maio de 1971 - Petição de François Houtart, Professor da Universidade Católica de Louvaina, sobre o conjunto das colónias portuguesas. Nova Iorque: s.n., 1971

A/AC.109/PET. 1177, de 5 de Maio de 1971 - Petição de Boubaker Adjali, sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1971

A/AC.109/PET. 1178, de 3 de Junho de 1971 - Petição de Amílcar Cabral, Secretário Geral do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), sobre o conjunto das colónias portuguesas. Nova Iorque: s.n., 1971

A/AC.109/PET. 1178/Add. 1, de 17 de Julho de 1971 - Petição de Amílcar Cabral, Secretário Geral do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), sobre o conjunto das colónias portuguesas. Nova Iorque: s.n., 1971

A/AC.109/PET. 1179, de 19 de Julho de 1971 - Petição de Jack Seaton, do Project Mozambique, sobre Moçambique. Nova Iorque: s.n., 1971

A/AC.109/PET. 1186, de 19 de Julho de 1971 - Petição de Donald J. Wilson, Secretário para as Relações Raciais, da Igreja Presbiteriana Unida dos EUA, sobre o conjunto das colónias portuguesas. Nova Iorque: s.n., 1971

A/AC.109/PET. 1187, de 19 de Julho de 1971 - Petição de Isaiah Swana, sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1971

A/AC.109/PET. 1188, de 19 de Julho de 1971 - Petição de Joseph Chiponge Siliveli, da União Nacional Angolana (UNA), sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1971

A/AC.109/PET. 1188/Add. 1, de 25 de Outubro de 1971 - Petição de Joseph Chiponge Siliveli, da União Nacional Angolana (UNA), sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1971

A/AC.109/PET. 1189, de 19 de Julho de 1971 - Petição de Börje J. Mattsson, sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1971

A/AC.109/PET. 1189/Add.1, de 25 de Outubro de 1971 - Petição de Börje J. Mattsson, sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1971

A/AC.109/PET. 1190, de 19 de Julho de 1971 - Petição de Amílcar Cabral, Secretário Geral do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), sobre Cabo Verde. Nova Iorque: s.n., 1971

A/AC.109/PET. 1191 - Petição do Conselho Mundial da Paz, sobre os territórios da África Austral. Nova Iorque: s.n., 1971

## **1972**

A/AC.109/PET. 1195, de 10 de Março de 1972 - Petição de Sietse Bosgra, representante do Comité Angolano nos Países Baixos, sobre o conjunto das colónias portuguesas. Nova Iorque: s.n., 1972

A/AC.109/PET. 1195/Add. 1, de 17 de Março de 1972 - Petição de Sietse Bosgra, representante do Comité Angolano nos Países Baixos, sobre o conjunto das colónias portuguesas. Nova Iorque: s.n., 1972

A/AC.109/PET. 1195/Add. 2 - Petições de Sietse Bosgra e de K. A. Hudes, do Comité Angolano nos Países Baixos, sobre o conjunto das colónias portuguesas. Nova Iorque: s.n., 1972

A/AC.109/PET. 1203, de 17 de Março de 1972 - Petição de P. Biquard, da Federação Mundial de Trabalhadores Científicos, sobre o conjunto das colónias portuguesas. Nova Iorque: s.n., 1972

A/AC.109/PET. 1204, de 17 de Março de 1972 - Petição em nome do povo de Cabinda, sobre o conjunto das colónias portuguesas. Nova Iorque: s.n., 1972



A/AC.109/PET. 1205, de 17 de Março de 1972 - Petição do Comité de Direcção do Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA), sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1972

A/AC.109/PET. 1205/Add. 1, de 15 de Maio de 1972 - Petição de Iko Carreira, da Coordenação A. I. da Frente Oriental, do Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA), sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1972

A/AC.109/PET. 1206, de 17 de Março de 1972 - Petição de Romesh Chandra, Secretário Geral, do Conselho Mundial da Paz, sobre a Guiné. Nova Iorque: s.n., 1972

A/AC.109/PET. 1207, de 17 de Março de 1972 - Petição de Youssef El Sebai, Secretário Geral da Organização de Solidariedade com os Povos da Ásia e da África (OSPAA), Egipto, sobre a Guiné. Nova Iorque: s.n., 1972

A/AC.109/PET. 1209 - Petição de Martin Ennals, da Amnistia Internacional, sobre os territórios africanos. Nova Iorque: s.n., 1972

A/AC.109/PET. 1210 - Petição de Sean Gervasi, sobre os territórios africanos. Nova Iorque: s.n., 1972

A/AC.109/PET. 1211 - Petição de Mursi Saad Eldin, Secretário Geral Adjunto da Organização de Solidariedade com os Povos da África e da Ásia (OSPAA), sobre os territórios africanos. Nova Iorque: s.n., 1972

A/AC.109/PET. 1212 - Petição de Emilson Randriamihasinoro, Secretário do Conselho Mundial da Paz, sobre o conjunto das colónias portuguesas. Nova Iorque: s.n., 1972

A/AC.109/PET. 1213 - Petição de Abdul S. Minty, Secretário Honorário do Movimento Anti-Apartheid no Reino Unido, sobre os territórios africanos. Nova Iorque: s.n., 1972

A/AC.109/PET. 1214, de 15 de Maio de 1972 - Petição de Amílcar Cabral, Secretário Geral do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), sobre a Guiné. Nova Iorque: s.n., 1972

A/AC.109/PET. 1214/Add. 1, de 13 de Julho de 1972 - Petição de Amílcar Cabral, Secretário Geral do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), sobre a Guiné. Nova Iorque: s.n., 1972

A/AC.109/PET. 1214/Add. 2, de 27 de Julho de 1972 - Petição de Amílcar Cabral, Secretário Geral do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), sobre a Guiné. Nova Iorque: s.n., 1972

A/AC.109/PET. 1215, de 15 de Maio de 1972 - Petição de Marcelino dos Santos, Vice Presidente da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), sobre Moçambique. Nova Iorque: s.n., 1972

A/AC.109/PET. 1216, de 15 de Maio de 1972 - Petição de Absolom T. Bahule, Secretário Geral do Comité Revolucionário de Moçambique (COREMO), sobre Moçambique. Nova Iorque: s.n., 1972

A/AC.109/PET. 1218 - Petição de A. Fataar, Secretário do Movimento Unido da África do Sul (UMSA), sobre os territórios africanos. Nova Iorque: s.n., 1972

A/AC.109/PET. 1221 - Petição T. T. Nkobi, Chefe da Delegação do Congresso Nacional Africano (ANC) na Zâmbia, sobre os territórios africanos. Nova Iorque: s.n., 1972

A/AC.109/PET. 1223, de 22 de Maio de 1972 - Petição de Paul Touba, da Frente Nacional para a Libertação de Angola (FNLA), sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1972

### **1973**

A/AC.109/PET. 1238, de 10 de Abril de 1973 - Petição da Associação Panafricana de Estudantes e Frente Democrática da Universidade de Khartoum, sobre a Guiné e Cabo Verde. Nova Iorque: s.n., 1973

A/AC.109/PET. 1239, de 10 de Abril de 1973 - Petição de Burgess Carr, Secretário Geral da All Africa Conference of Churches (AACC), sobre a Guiné e Cabo Verde. Nova Iorque: s.n., 1973

A/AC.109/PET. 1240, de 10 de Abril de 1973 - Petição do Secretariado das Uniões Internacionais dos Sindicatos dos Trabalhadores da Agricultura, das Florestas e das Plantações, Praga, sobre a Guiné e Cabo Verde. Nova Iorque: s.n., 1973

A/AC.109/PET. 1241, de 10 de Abril de 1973 - Petição da Frente de Luta pela Independência Nacional da Guiné Bissau (FLING-UNIFIE), sobre a Guiné e Cabo Verde. Nova Iorque: s.n., 1973

A/AC.109/PET. 1242, de 10 de Abril de 1973 - Petição de Sietse Bosgra, do Comité Angolano nos Países Baixos, sobre Angola. Nova Iorque: s.n., 1973

A/AC.109/PET. 1243, de 10 de Abril de 1973 - Petição de Edmond Perret, Secretário Geral da Aliança Mundial das Igrejas Reformadas, Genebra, sobre Moçambique. Nova Iorque: s.n., 1973

A/AC.109/PET. 1244 - Petição de Romesh Chandra, Secretário Geral do Conselho Mundial da Paz, sobre os territórios da África austral. Nova Iorque: s.n., 1973

A/AC.109/PET. 1249, de 26 de Junho de 1973 - Petição de Fanny Edelman, Secretária Geral da Federação Democrática Internacional das Mulheres (Berlim), sobre Moçambique. Nova Iorque: s.n., 1973

A/AC.109/PET. 1251, de 16 de Julho de 1973 - Petição de Otto Kersten, Secretário Geral da Confederação Internacional dos Sindicatos Livres (CISL), sobre Moçambique. Nova Iorque: s.n., 1973

## **X - OBSERVADORES PRESENTES NAS REUNIÕES DO COMITÉ DE DESCOLONIZAÇÃO SOBRE AS COLÓNIAS PORTUGUESAS: 1972-1976\***

### **1972**

Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO)

Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA)

Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)

Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC)

### **1973**

Jorge Rebelo - Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO)

Manuel Jorge – Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)

Marcelino Santos – Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO)

Mesamesa Tshamba – Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA)

Sasa Mbala - Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA)

Sharfudine Khan - Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO)

Silvino Manuel da Luz - Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC)

### **1974**

Abílio Monteiro Duarte - Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC)

John da Silva - Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC)

José Eduardo Araújo - Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC)

Mangali Tula - Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA)

Manuel Jorge - Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)

Sharfudine M. Khan - Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO)

---

\* Cf. Organização das Nações Unidas - *Rapport du Comité spécial chargé d'étudier la situation en ce qui concerne l'application de la Déclaration sur l'octroi de l'indépendance aux pays et aux peuples coloniaux*. Nova Iorque: s.n., 1962-1976.

## **1975**

Abílio Monteiro Duarte - Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC)

Afonso Lutatiki - Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA)

Alberto Chong – Movimento para a Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP)

Alírio Silva - Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC)

André Corsino Tolentino - Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC)

André Mavumina - Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA)

Elísio Figueiredo - Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)

Emanuel Pereira - Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC)

Hendrik Vaal Neto - Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA)

Honório Van-Dunen - União para a Independência Total de Angola (UNITA)

João Lourenço Landoit - Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)

José Barreto - Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA)

José Carmelino Júnior - União para a Independência Total de Angola (UNITA)

José Leitão da Costa e Silva - Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)

Miguel Trovoada - Movimento para a Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP)

Paul Chipilika - União para a Independência Total de Angola (UNITA)

Paulo Moio - Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA)

Pedro Pires - Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC)

Tony DaCosta Fernandes - União para a Independência Total de Angola (UNITA)

## **ANEXOS**

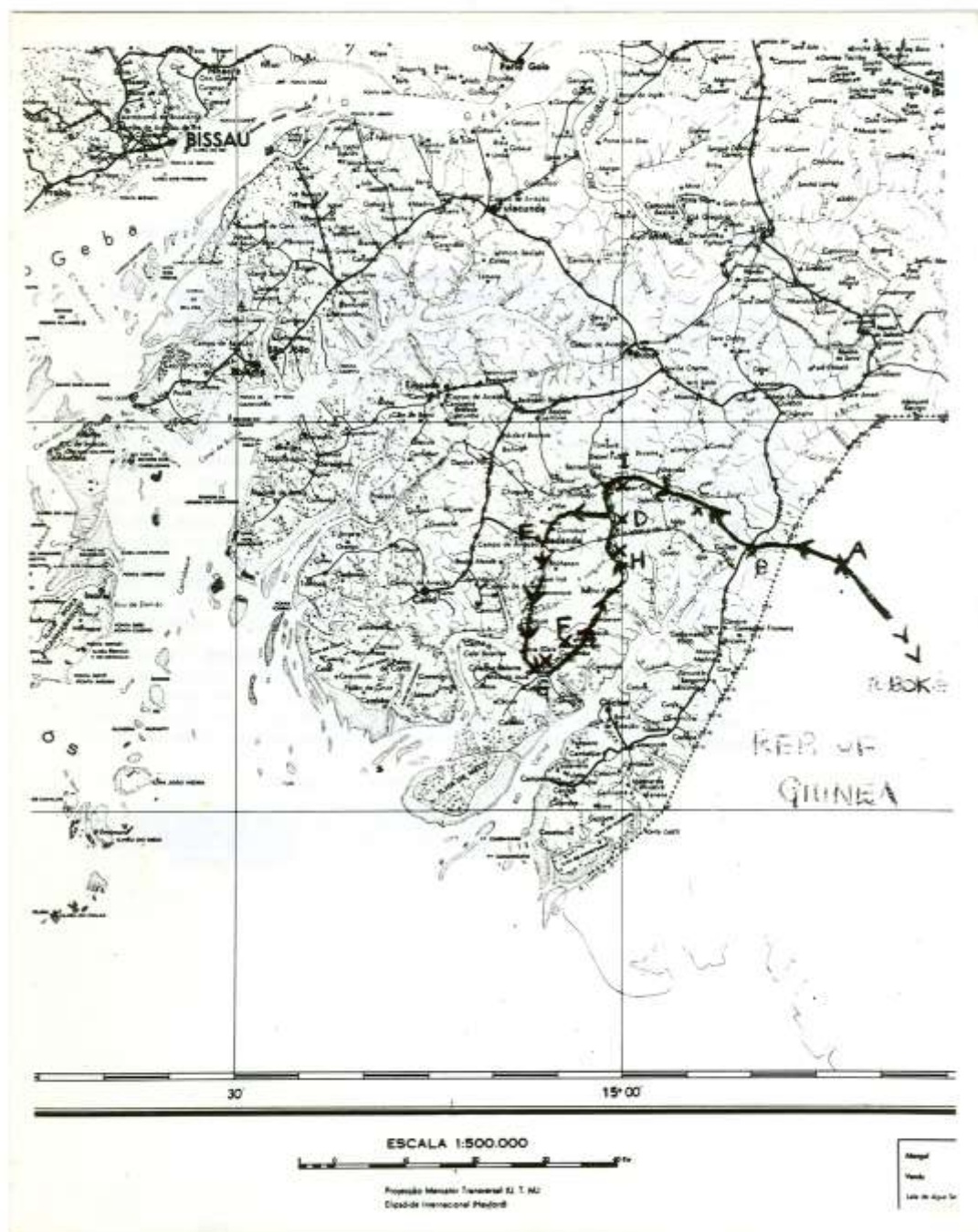
**I - Fotografias da Missão Especial de Visita do Comité de Descolonização à Guiné:  
1972\***



Reunião na sede do PAIGC em Conakry, na República da Guiné, realizada a 30 de Março. Da esquerda para a direita temos: Roger Polgar, representante da UNDP na República da Guiné; Cheikh T. Gaye; Aristides Pereira, representante do secretário geral do PAIGC; Horácio Sevilla-Borja; Folke Lofgren; Kamel Belkhiria; e Constantino Teixeira, comandante do exército.

---

\* Cf. Direcção de Serviços de Biblioteca, Documentação e Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros. POI. Mç. 587



Itinerário da visita da missão especial.





Caminhada dos membros da missão de visita, acompanhados por elementos do PAIGC, pela floresta no sector de Cubucare, no sul da Guiné.





Horácio Sevilla-Borja (Equador), presidente da missão de visita, acompanhado por membros do PAIGC, quando atingiram a fronteira entre a República da Guiné e a Guiné-Bissau.



Travessia de um riacho no sector de Balana-Kitafine, no sul da Guiné, na companhia de guerrilheiros do PAIGC.



Horácio Sevilla-Borja dirigindo-se a um grupo de líderes do PAIGC no sector de Balana-Kitafine.



Teodora Gomes (?), coordenadora política da zona sul, oferece chocolate a Horácio Sevilla-Borja durante uma pausa para descanso após 11 horas de caminhada pelo sector Balana-Kitafine.





Horácio Sevilla-Borja a discursar para a população das aldeias do sector de Cubucare, acompanhado por Fidélis Cabral d'Almada, secretário da justiça do PAIGC.



Folke Lofgren (Suécia) a discursar para a população das aldeias do sector de Cubucare, acompanhado por Fidélis Cabral d'Almada.

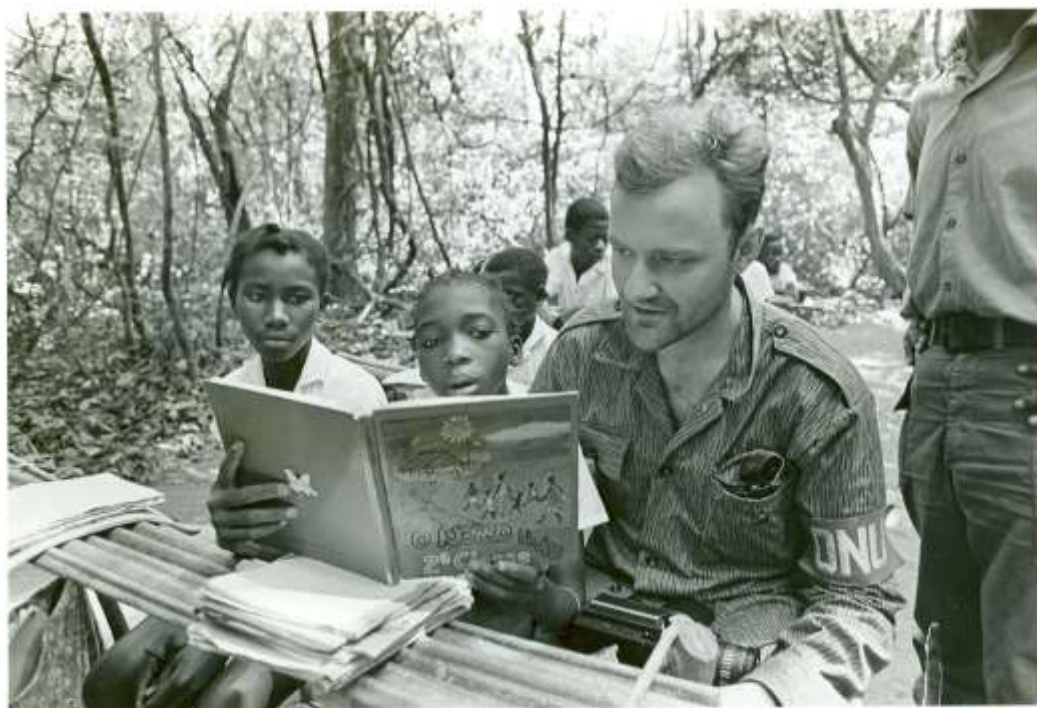


Kamel Belkhiria (Síria) a discursar para a população das aldeias do sector de Cubucare, acompanhado por Fidélis Cabral d'Almada.



População de aldeias do sector de Cubucare a ouvir o discurso dos membros da missão especial de visita.





Folke Lofgren na companhia de duas crianças da escola Aerolino Lopez Cruz, situada no sector de Cubucare.



Membros da missão especial durante uma refeição com os alunos da escola Aerolino Lopez Cruz.



Alunos da escola Aerolino Lopez Cruz em demonstrações de danças tradicionais para a missão especial.



Horácio Sevilla-Borja a brincar com uma criança de uma aldeia do sector de Balana-Kitafine.





Exame de uma bomba de origem americana lançada em Outubro de 1971 por um raid aéreo português sobre a aldeia de Botche Djate, no sector de Balana-Kitafine, e que não explodiu.



Convívio com membros do PAIGC: Arnaldo Araújo, oficial de informação; José Araújo, comissário político; Vasco Cabral, encarregado da ideologia; Cheikh T. Gaye; Folke Lofgren; Kamel Belkhiria; Constantino Teixeira, comandante do exército; Horácio Sevilla-Borja; e Fidélis Cabral d'Almada; secretário da justiça (da esquerda para a direita).

## II - Fotografias da Reunião do Comité de Descolonização em Lisboa: 1975\*



O Presidente da República, Francisco Costa Gomes, a discursar perante o Comité de Descolonização a 18 de Junho.



Observadores dos movimentos de libertação das colónias portuguesas e do governo português presentes na reunião de 16 de Junho do Comité de Descolonização.

---

\* Estas fotografias foram recolhidas no Centro de Documentação do Diário de Notícias.



## ÍNDICE GERAL

Dedicatória

Agradecimentos

Resumo

Índice

Lista de Abreviaturas

Introdução.....01

**1. O Comité de Descolonização (1961-1976): surgimento, mandato, composição, órgãos e métodos de trabalho.....10**

1.1 Surgimento.....11

1.2 Mandato.....21

1.3 Composição.....27

1.4 Órgãos.....31

1.5 Métodos de Trabalho.....41

**2. O Comité de Descolonização e os Movimentos de Libertação das Colónias Portuguesas: preocupações comuns.....48**

2.1 Reconhecimento do Direito à Autodeterminação e à Independência: 1962-1964.....50

2.2 Legitimação da Luta pela Autodeterminação e pela Independência: 1965-1970.....56

2.3 Atribuição do Estatuto de Observadores aos Movimentos de Libertação: 1971.....69

2.4 Reconhecimento dos Movimentos de Libertação como Legítimos Representantes das Colónias: 1972-25 de Abril de 1974.....79

2.5 Ausência no Processo de Descolonização: 25 de Abril de 1974-1976.....94

**3. O Comité de Descolonização e os Movimentos de Libertação das Colónias Portuguesas: um meio de consciencialização e propaganda.....107**

3.1 Via Armada.....110

3.2 Via Político-Diplomática.....117

3.3 Projectos Opostos.....127

3.4 Rivalidades e Dissensões Internas.....135

Conclusão.....	149
Fontes e Bibliografia.....	156
Elementos Biográficos.....	168
<b>Apêndices.....</b>	<b>170</b>
I - Composição do Comité de Descolonização: 1962-1976.....	171
II - Presidentes do Comité de Descolonização: 1962-1976.....	176
III - Territórios examinados pelo comité de descolonização: 1962-1976.....	177
IV - Reuniões do Comité de Descolonização sobre as colónias portuguesas: 1962-1976.....	181
V - Resoluções do Comité de Descolonização sobre as colónias portuguesas: 1962-1975.....	183
VI - Votações das resoluções do Comité de Descolonização sobre as colónias portuguesas: 1962-1975.....	187
VII - Consensos adoptados pelo Comité de Descolonização sobre as colónias portuguesas: 1967-1975.....	189
VIII - Peticionários ouvidos pelo Comité de Descolonização sobre as colónias portuguesas: 1962-1976.....	190
IX - Petições escritas recebidas pelo Comité de Descolonização sobre as colónias portuguesas: 1962-1973.....	196
X - Observadores presentes nas reuniões do Comité de Descolonização sobre as colónias portuguesas: 1972-1976.....	214
<b>Anexos.....</b>	<b>216</b>
I - Fotografias da Missão Especial de Visita do Comité de Descolonização à Guiné: 1972.....	217
II - Fotografias da Reunião do Comité de Descolonização em Lisboa – 1975.....	227
Índice Geral.....	228